

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**Francis Casagrande Zanella**

**ENTRE ESTIGMAS E DISTINÇÕES: A ESTRUTURAÇÃO DAS  
POSIÇÕES SOCIAIS DE SEM-TERRA E ASSENTADOS NA REGIÃO  
ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL**

**Santa Maria, RS  
2017**



**Francis Casagrande Zanella**

**ENTRE ESTIGMAS E DISTINÇÕES: A ESTRUTURAÇÃO DAS POSIÇÕES  
SOCIAIS DE SEM-TERRA E ASSENTADOS NA REGIÃO ESTANCIEIRA DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Botton Piccin**

**Santa Maria, RS,  
2017**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Zanella, Francis Casagrande

Entre estigmas e distinções: a estruturação das posições sociais de sem-terra e assentados na região estancieira do Rio Grande do Sul / Francis Casagrande Zanella.- 2017.  
201 p.; 30 cm

Orientador: Marcos Botton Piccin

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2017

1. assentamentos rurais 2. reforma agrária 3. conflito 4. Metade Sul 5. outsiders I. Botton Piccin, Marcos II. Título.

**Francis Casagrande Zanella**

**ENTRE ESTIGMAS E DISTINÇÕES: A ESTRUTURAÇÃO DAS POSIÇÕES  
SOCIAIS DE SEM-TERRA E ASSENTADOS NA REGIÃO ESTANCIEIRA DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

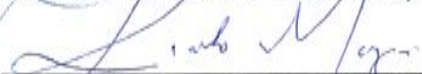
**Aprovado em 30 de junho de 2017:**



**Marcos Botton Piccin, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/ Orientador)



**Leonilde Servolo de Medeiros, Dr." (UFRRJ)**



**Ricardo Mayer, Dr. (UFSM)**

**Santa Maria, RS**

**2017**



## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação representou para mim um processo de aprendizagem muito significativo. Sinto como necessário enfatizar que a possibilidade de cursar este mestrado em dedicação integral ocorreu dentro de um cenário de expansão do ensino superior público e do fortalecimento científico no Brasil. Ainda o meu ingresso em curso de graduação de universidade pública também foi tributário desse processo. Com isso quero dizer que o estreitamento de tal possibilidade que ora se apresenta na conjuntura configura-se em um limitante para a formação de muitos novos pesquisadores. Portanto, quero iniciar com o reconhecimento do cenário favorável à expansão da educação pública, resultado de mobilização social e de políticas públicas nas últimas décadas.

Quero deixar meus profundos agradecimentos à todas as pessoas que de diversas formas estiveram e ainda estão comigo de modo mais próximo nessa jornada. Faço questão de destacar alguns agradecimentos.

Ao orientador Marcos Botton Piccin quero iniciar o agradecimento tendo em vista um processo de orientação bastante cuidadoso. As margens necessárias para construir autonomia no ofício da pesquisa foram muito bem estruturadas, onde não faltaram sugestões e estímulos. Isso só vem a corroborar na intenção de manter essa ótima parceria por um longo prazo, não só no sentido estritamente acadêmico.

Quero agradecer aos membros da banca, Leonilde Servolo de Medeiros e Ricardo Mayer, pela atenção e pelo aceite do convite para auxiliar na construção deste trabalho e dos porvindouros. Além deles também agradeço ao Everton Picolotto que se prontificou a contribuir com o trabalho mesmo na condição de membro suplente.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa durante dois anos do mestrado. Como já afirmei, sem este incentivo não teria sido possível uma dedicação integral aos estudos e a perspectiva de ingressar em novas etapas na trajetória acadêmica.

Agradeço pela experiência vivenciada no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR). Aos professores, expresso gratidão pelas competências adquiridas em sociologia rural, agradecimento que se estende também aos colegas. Especificamente gostaria de agradecer ao professor Marco Fialho por diálogos iniciais desta pesquisa no âmbito de sua experiência com estudos da sociodinâmica da estigmatização. Além dele, também agradeço ao Marcos Froehlich que, além das contribuições nas disciplinas, possibilitou um importante diálogo sobre o trabalho de campo em Santa Margarida do Sul.

Devo um agradecimento especial aos diversos colegas e amigos com quem compartilhei idéias, angústias e comemorações, sejam eles da Universidade ou não. Agradeço aos colegas da carinhosamente chamada Salinha, ao Leo e Ewerton pelas parcerias nos trabalhos de campo e também nas jantas, ao Felipe por encaminhar cópias de textos que estavam fora de meu alcance, aos membros das gestões da APG-UFSM que se dedicaram na militância aos colegas; enfim, sem me estender cito estes em nome de muitos outros que tornaram esta passagem única.

Agradeço aqui também a todas as pessoas que me acolheram e dedicaram minutos, horas ou dias de sua atenção durante o trabalho de campo. Em geral, a todos os moradores de Santa Margarida do Sul, em específico à equipe da Prefeitura municipal, às famílias assentadas, à equipe da COPTEC. Enfatizo as pessoas que me hospedaram e aquelas que me possibilitaram ampliar o contato com as diversas situações e relações. Lembro também do professor Jefferson Rocha, orientador na graduação, cujo qual se fez mais uma vez presente, tanto cedendo pouso e acolhida junto de sua família em São Gabriel, como alimentando contínuas discussões. Também quero destacar o atendimento de diversos funcionários da Superintendência do Incra no RS, entre os quais destaco a equipe de assessoria de imprensa, a divisão de obtenção de terras e a de desenvolvimento.

Por fim, agradeço aos familiares que foram sempre incentivadores e também compreensivos com minhas raras visitas às suas casas, especialmente meus pais e irmãos. Sou grato à Laís que esteve presente em todo esse período como uma companheira dialógica e carinhosa, compreendendo os altos e baixos durante a construção desta dissertação.



## RESUMO

### ENTRE ESTIGMAS E DISTINÇÕES: A ESTRUTURAÇÃO DAS POSIÇÕES SOCIAIS DE SEM-TERRA E ASSENTADOS NA REGIÃO ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: Francis Casagrande Zanella  
ORIENTADOR: Marcos Botton Piccin

Esta dissertação analisa como se dá o processo de inserção de populações beneficiárias da política de assentamentos rurais na estrutura de posições sociais do município de Santa Margarida do Sul no estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Esse município localiza-se em um espaço que, desde o final do século XVIII, se caracteriza pela ocupação e hegemonia por senhores de terras denominados *estancieiros*. Esta pesquisa baseia-se em entrevistas com os beneficiários da política de assentamentos rurais e com os antigos moradores do município, além de observação direta em situações de convivência com cada um desses grupos. Note-se que as populações assentadas passam a ocupar de modo sistemático posições na região apenas em meados da década de 1980, sendo que no município isso se deu no ano de 2008. Partindo de uma condição migrante, marcada por embates no campo dos conflitos agrários, visualiza-se como os *assentados* adquirem uma posição *outsider* perante os antigos moradores, os aqui chamados *munícipes*. Estabelece-se um conjunto de relações determinado pelas assimetrias de poder e coesão entre o grupo identificado enquanto antigos moradores e o grupo dos novos entrantes assentados. De modo a complexificar a compreensão das condições e posições sociais, propõe-se aqui construir uma análise da dualidade *assentados/munícipes* dentro de duas temporalidades. Primeiramente, uma análise de perspectiva estática, na qual a chegada dos *sem-terra* frente aos *munícipes* gerou uma percepção de grupos com relativa homogeneidade interna, caracterizando um momento inicial do processo de assentamento rural em que as posições são estanque. Nesse sentido, objetivam-se as significações construídas nos momentos tensos de disputas no campo dos conflitos agrários, caracterizadoras de um período no qual a condição de *munícipes* e *sem-terra* é de grupos em oposição. Em um segundo momento, para além de uma análise de posições estáticas entre grupos, procura-se entender quais são os agentes e objetivos em jogo quando se dão aproximações. Visualizam-se redes de relações de cunho econômico e político que se constroem a partir do ingresso de assentados em diferentes redes de sociabilidade, como o Poder Público Municipal. Conforme os assentados demonstram possuir diferentes competências, e que estas passam a ser reconhecidas e legitimadas ou deslegitimadas, abre-se uma nova condição onde *assentados* e *munícipes* se constituem enquanto grupos em diferenciação. Em outras palavras, passado um período inicial de implantação do assentamento rural, a relação entre assentados e munícipes pode ser entendida por complexas redes de relações, onde noções generalizantes como ‘aversão’ ou ‘integração’ não dão conta da diversidade de situações.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais; reforma agrária; conflito; Metade Sul; *outsiders*.



## ABSTRACT

### **BETWEEN ESTIGMAS AND DISTINCTIONS: THE STRUCTURING OF SOCIAL POSITIONS OF LANDLESS AND SETTLERS IN THE RANCHER REGION OF RIO GRANDE DO SUL**

AUTHOR: Francis Casagrande Zanella

ADVISOR: Marcos Botton Piccin

The present work analyzes how happens the process of insertion of beneficiary populations of the rural settlements policy in the structure of social positions of the municipality of Santa Margarida do Sul in the state of Rio Grande do Sul (Brazil). This municipality is located in a space that, since the end of the eighteenth century, is characterized by the occupation and hegemony by landlords called ranchers. This research is based on interviews with beneficiaries of the policy of rural settlements and with the former residents of the municipality, besides direct observation in situations of coexistence with each one of these groups. It is observed that settler populations began to systematically occupy positions in the region only in the mid-80s, and in the municipality this occurred in the year 2008. Starting from a migrant condition, marked by clashes in the field of agrarian conflicts, it is visualized how the settlers acquire an outsider position in relation with the former residents, the here called citizens. It establishes a set of relations determined by the asymmetries of power and cohesion between the group identified as former residents and the group of new entrants settlers. In a complexing way of the understanding of social conditions and positions, it is proposed here to construct an analysis of the duality settlers/citizens within two temporalities. Firstly, a static perspective analysis, in which the arrival of the landless in front of the citizens generated a perception of groups with relative internal homogeneity, characterizing an initial moment of the process of rural settlement in which the positions are tight. In this sense, objective field the meanings constructed in the tense moments of disputes in the field of agrarian conflicts are objectified, moments that characterized a period where the condition of citizens and landless is of groups in opposition. In a second moment, in addition to an analysis of static positions between groups, we try to understand what are the agents and objectives at play when approximations are made. Networks of economic and political relationships are visualized, which are built from the entry of settlers into different networks of sociability, such as the Municipal Public Power. As the settlers show different competences, and these become recognized and legitimized or delegitimized, a new condition opens up where settlers and citizens are constituted as groups in differentiation. In other words, after an initial period of installation of the rural settlement, the relationship between settlers and citizens can be understood by complex networks of relations, where generalizing notions such as 'aversion' or 'integration' do not account for the diversity of situations.

**Keywords:** rural settlements; land reform; conflict; Southern Half; outsiders.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ATES</b>	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
<b>COCEARGS</b>	Cooperativa Central dos Assentamentos do RS
<b>COPTEC</b>	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CTG</b>	Centro de Tradições Gaúchas
<b>DEM</b>	Democratas (Partido político)
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragens
<b>MPA</b>	Movimento dos Pequenos Agricultores
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
<b>MTD</b>	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PFL</b>	Partido da Frente Liberal
<b>PL</b>	Partido Liberal
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PP</b>	Partido Progressista
<b>PR</b>	Partido da República
<b>PSB</b>	Partido Socialista Brasileiro
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>PTG</b>	Piquete de Tradições Gaúchas
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>SD</b>	Solidariedade (Partido político)
<b>SIGRA</b>	Sistema Integrado de Gestão Rural de ATES
<b>TAC</b>	Termo de Ajustamento de Conduta
<b>TRE</b>	Tribunal Regional Eleitoral
<b>UDR</b>	União Democrática Ruralista
<b>UFSM</b>	Universidade Federal de Santa Maria
<b>UNIPAMPA</b>	Universidade Federal do Pampa



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Ilustração das referências espaciais de <i>assentados</i> e <i>munícipes</i> em Santa Margarida do Sul, RS. ....	44
--	----





## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Trajetórias relacionais de grupos na localidade Santa Margarida (+-1930 - 2009...).	58
---	----



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: OBJETO DE ESTUDO, QUESTÕES NORTEADORAS, TRABALHO DE CAMPO E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1. ANTES DOS SEM-TERRA: GÊNESE, POSIÇÕES E RECONFIGURAÇÕES NA REGIÃO ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>47</b>
1.1. GÊNESE E TRAJETÓRIA DOS GRUPOS INTERDEPENDENTES NA REGIÃO ESTANCIEIRA .....	48
1.2. RECONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO ESTANCIEIRO EM SANTA MARGARIDA DO SUL.....	56
1.3. CAMPO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DE UM ESTEREÓTIPO SOBRE OS <i>SEM-TERRA</i> .....	70
<b>2. CHEGARAM OS <i>SEM-TERRA</i>: ESTIGMAS E INTERDEPENDÊNCIAS NAS RELAÇÕES ENTRE ASSENTADOS E MUNICÍPES .....</b>	<b>83</b>
2.1. A CONDIÇÃO <i>OUTSIDER</i> DOS <i>SEM-TERRA</i> E A REALIZAÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS DISTINTOS .....	85
2.2. ENTRE “TERRA CONQUISTADA” E “TERRA DADA”: REPRESENTAÇÕES SOBRE O ACESSO À TERRA EM JOGO.....	95
<b>3. DE <i>SEM-TERRA</i> A ASSENTADOS: INTERDEPENDÊNCIAS, CAMPO POLÍTICO E OS POSICIONAMENTOS PERANTE OS ASSENTADOS.....</b>	<b>107</b>
3.1. REDIMENSIONAMENTO DAS VINCULAÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.....	109
3.2. ESTRATÉGIAS E REDES DE RELAÇÕES NO <i>CAMPO POLÍTICO LOCAL</i> FRENTE AOS ASSENTADOS .....	115
<b>4. DE <i>SEM-TERRA</i> A ASSENTADOS: FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO, CÁLCULOS E POSICIONAMENTOS NO ACAMPAMENTO E NO ASSENTAMENTO .....</b>	<b>125</b>
4.1. CONDIÇÕES DE SOCIALIZAÇÃO, CÁLCULOS E ESTRATÉGIAS NO ENGAJAMENTO DOS <i>SEM-TERRA</i> .....	125
4.2. “FAZER CONSENSO” OU “BATER O PÉ”: DIREITOS, AFINIDADES E DISPUTAS NA DISTRIBUIÇÃO INICIAL DOS LOTES DE TERRA .....	145
<b>5. DE <i>SEM-TERRA</i> A ASSENTADOS: DISPOSIÇÕES SOCIAIS, QUALIFICAÇÕES E DISTINÇÕES NA RECONFIGURAÇÃO DAS POSIÇÕES SOCIAIS NO ASSENTAMENTO E NO MUNICÍPIO .....</b>	<b>159</b>
5.1. FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO NA CONDIÇÃO DE ASSENTADOS .....	160
5.2. DIFERENCIAÇÕES DAS POSIÇÕES SOCIAIS E DAS CONDIÇÕES DE LEGITIMAÇÃO DE ASSENTADOS FRENTE AOS MUNICÍPES.....	176
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>189</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>194</b>



## **INTRODUÇÃO: OBJETO DE ESTUDO, QUESTÕES NORTEADORAS, TRABALHO DE CAMPO E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

O presente estudo se debruça sobre questões que convergem com uma reconfiguração de posições sociais no espaço agrário do Rio Grande do Sul (RS) nas últimas décadas. Especialmente a partir dos anos 1980 os movimentos sociais do campo têm colocado em evidência a figura dos *sem-terra* em termos de visibilidade pública. As pressões dos agentes aglutinados em torno da identificação *sem-terra* no estado inicialmente se concentraram na porção Norte do RS, nas regiões conformadas pela instalação de pequenas propriedades nas denominadas *colônias*. No mesmo período e, com maior contundência na década de 1990, ocorre um redimensionamento para baixo em termos de condições de poder da classe dominante nas áreas de campos ao Sul do estado, os chamados *estancieiros* (PICCIN, 2012). A emergência de reivindicações dos *sem-terra* frente a domínios *estancieiros* – assim como a legitimação jurídica da categoria *assentados* enquanto resultado da *política de assentamentos rurais*, operante em meio a este processo – levou-nos a questionar o que isso representou em termos de posicionamento objetivo e subjetivo dos agentes ingressantes naquele espaço. Reflete-se, em específico, sobre o período que corresponde a uma centralidade das tensões em torno do município de São Gabriel, RS, e redondezas, o que ocorreu a partir do ano de 2001. Desde o enfoque em um processo de assentamento rural no município vizinho, chamado Santa Margarida do Sul, analisam-se os condicionamentos específicos sobre as representações e práticas dos *sem-terra* e os *assentados*, sem perder de vista as interdependências e seus efeitos sobre os grupos mais antigos de moradores desta região.

Parte-se também da consideração de que a *política de assentamentos rurais* pode ser resumida como um conjunto de intervenções fundiárias conduzidas pelo Estado brasileiro de modo a dispor acesso à terra para diferentes populações demandantes, as quais se tornam beneficiárias dessa política (MEDEIROS; LEITE, 2004). Já os *sem-terra* enquanto principais demandantes desta política não são aqui tomados como uma categoria espontânea, mas configurada dentro de um quadro de reconhecimento, pelo Estado, acerca de formas legítimas para reivindicar terras (SIGAUD, 2005). Nas áreas denominadas *assentamentos rurais* foram destinadas porções de terras para os chamados *assentados*, uma categoria de beneficiários com trajetórias sociais e culturais bastante heterogêneas: filhos de pequenos agricultores, parceiros, atingidos por barragens, assalariados rurais, moradores das periferias urbanas, entre outros (LEITE et al., 2004). Ressalta-se que a ascensão dessa política foi diretamente relacionada com a presença crescente de processos de mobilização social por reforma agrária

e de implantação de assentamentos rurais a partir de meados da década de 1980, período em que se dá uma reabertura democrática após período ditatorial no país (1964-1985).

Aliado a isso os estudos sobre a política de assentamentos rurais tiveram expansão e maior evidência no campo acadêmico a partir da década de 1990, quando grupos de pesquisadores passaram a organizar obras em conjunto a fim de desvendar a diversidade de situações percebidas em todo o país (MEDEIROS et al., 1994; MEDEIROS; LEITE, 2009; 2004; SPAROVEK, 2003; LEITE et al., 2004; MARTINS et al., 2009; FERRANTE; WHITAKER, 2008). Desde esta emergência de olhares acadêmicos sobre o universo de situações dos processos de assentamentos, variados temas alavancaram intenções de pesquisa, especialmente os processos de organização interna de assentamentos, as relações entre mediadores e assentados, as estratégias de viabilização econômica e, em boa parte, os estudos que demarcaram razões favoráveis e contrárias para a implementação de amplos processos de reforma agrária no país, ou ainda, dos fatores que atuaram negativamente na conformação dos assentamentos existentes (NEVES, 1999). Vale mencionar a emergência de outros temas de estudo em assentamentos rurais que já estavam presentes na década de 1990 e ganham evidência a partir de 2000, entre eles: sustentabilidade, agroecologia, estudos de gênero, territorialidades, avaliação de políticas públicas, entre outros. Nesse sentido, os estudos demonstram a emergência de ‘novas nuances’ nas lutas e debates sobre a terra no Brasil (MEDEIROS, 2015).

Nesses estudos sobre os processos que envolvem os assentamentos rurais construíram-se alguns consensos, entre os quais, a regularidade com que pressões de agricultores e trabalhadores rurais e urbanos mobilizados se constituem como meio, praticamente exclusivo, para obter a intervenção pontual do Estado na resolução de tensões e conflitos por terras. Além disso, dada a estrutura fundiária concentrada no país e o ambiente conflituoso para intervenção do Estado nos assuntos em torno da política agrária, há certa regularidade no caráter de atuação institucional em prol da consolidação dos assentamentos rurais: com ações fragmentadas, precárias e limitadas, até inexistentes. Ao lado desse pano de fundo das mobilizações e intervenções se verifica ampla diversificação de repercussões positivas nas áreas reformadas e adjacências em função do perfil variado de trajetórias sociais dos beneficiários da política (MEDEIROS; LEITE, 2009).

Especificamente sobre os estudos no Rio Grande do Sul ganhou evidência uma literatura que tratou de compreender as origens e desdobramentos das reivindicações por terra desde a década de 1960 no estado. Paulatinamente, se desenhou a estratégia dos acampamentos próximos de áreas pretendidas e a construção de movimentos de luta pela terra

(ECKERT, 2009). Também foram alvo privilegiado de análise os processos de mobilização constituídos desde a década de 1980 na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), bem como as condições de socialização dos agentes mobilizados e as porções regionais do estado onde se concentraram os assentamentos (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 2009; MORAES, 1994; GAIGER, 1999; CALDART, 2000). Outro conjunto de estudos tratou de refletir sobre os processos de organização interna dos assentamentos rurais gaúchos, sendo que uma perspectiva em destaque foi a de se perceberem os nexos entre a formação do espaço agrário riograndense frente às estratégias e grupos que se constituíram na diferenciação social interna entre os assentados (ZIMMERMANN, 1994; ROSA, 2000b; PICCIN, 2011). Alguns estudos trataram de mensurar os ‘impactos’ dos assentamentos rurais nos contextos regionais em que se inseriram, sobretudo nas dimensões políticas e socioeconômicas, onde se destaca o estudo apresentado por Benedetti (2004) com enfoque no RS dentro de um estudo comparativo com outras partes do país (MEDEIROS; LEITE, 2004).

Ainda outro grupo de estudos sobre assentamentos rurais no estado teve como questão de fundo as repercussões dessa política sobre as diferentes conformações territoriais que se desenham no espaço agrário riograndense. Em linhas gerais, pode-se dizer que a configuração deste espaço foi condicionada por distintas estratégias acionadas nos últimos séculos entre as regiões mais predominantemente caracterizadas pelas áreas de florestas e outras pelas áreas de campo (ZARTH, 2002). Nas áreas de campos, especialmente as localizadas ao sul e sudoeste do RS, foi desde o século XVIII que se conheceu um efetivo interesse sobre o controle geopolítico do território, o que possibilitou o estabelecimento dos extensos domínios de terras dos chamados *estancieiros*<sup>1</sup>. As porções florestais do estado foram alvo de uma política de colonização entre o século XIX e início do século XX, a qual legou pequenas parcelas de terra a imigrantes europeus não ibéricos, principalmente, os quais ficaram conhecidos como *colonos* e as regiões como *colônias*<sup>2</sup>. Tendo apenas estes elementos em conta para o

---

<sup>1</sup> Diversas são as denominações oficiais para esta porção do estado, entre elas Fronteira Oeste e Campanha Gaúcha, ou mesmo Metade Sul. No contexto do presente trabalho usaremos da noção de *região estancieira* como referência de espaço físico e de espaço social – ou de ‘espaço social fisicamente realizado’ (BOURDIEU, 2013) –, especificamente o conjunto de espaços que remontam à conformação de *estâncias* e de seus *senhores*, os *estancieiros*, a partir do século XVIII nas áreas de campos do Rio Grande do Sul. Por séculos as estâncias conformaram o conjunto de posições e condições sociais dos agentes sociais ali implicados, sendo que datam apenas da década de 1990 consideráveis processos de reconfiguração na morfologia social desse espaço (PICCIN, 2012), o que justifica a utilização do termo *região estancieira* como referência ainda preponderante no conjunto de visões de mundo e práticas sociais dos que ali foram socializados como *municípios*.

<sup>2</sup> Vale considerar uma distinção entre: a) *colônias velhas* como aquelas instaladas entre 1824 e 1890 em uma zona mais próxima de Porto Alegre; b) *colônias novas* instaladas entre 1890 e 1920 principalmente no noroeste

momento, pode-se afirmar que até próximo da década de 1980 as condições de poder dos *estancieiros* no espaço social e no domínio sobre largas extensões fundiárias nas áreas de campos não foram significativamente alteradas (PICCIN, 2012). Nesse sentido, o que despertou interesse de estudos sobre assentamentos rurais neste cenário foram as possibilidades destes projetos constituírem rupturas com estruturas assimétricas de poder historicamente constituídas. Enfatizou-se tanto a estrutura fundiária concentrada nos domínios do ‘latifúndio’, como as dinâmicas de sucessão familiar e esgotamento das áreas de terras para os descendentes de *colonos* enquanto ‘camponeses’ e a emergência das lavouras de cereais e de outros empreendimentos caracterizados como ‘agronegócio’ (ALVES, 2006; CHELOTTI, 2009; 2010; AGUIAR, 2011; SANTOS, 2012).

Na medida em que este último grupo de estudos foi orientado sumariamente pelas dinâmicas de movimentação territorial dos agentes *sem-terra* e de rupturas que estes poderiam provocar frente às estratégias hegemônicas no território, acentuou-se a análise de possíveis novidades constituídas pelas lógicas dos assentados e as dinâmicas do assentamento. Ao analisar como se construíram estratégias produtivas que ultrapassaram o assentamento enquanto espaço de relações, demonstram a emergência de novas dinâmicas econômicas regionais. Ou seja, evidenciaram-se inovações nas lógicas de ocupação dos assentamentos em meio à decadência das *estâncias*. Considera-se que tal abordagem se agrega ao conjunto de esforços para dimensionar os ‘impactos’ dos assentamentos. Nesta abordagem se enfoca as condições de projeção das estratégias dos assentados sobre o local ou região, ou seja, as possibilidades que carregam em termos de mudanças sobre um estado de forças políticas e econômicas historicamente constituídas (LEITE et al., 2004).

Por outro lado, parte desses estudos tende a extrapolar na análise das oposições entre antigo e novo de tal modo que a reificação das categorias ‘camponês’, ‘agronegócio’ e ‘latifúndio’ restringe as possibilidades para complexificar as vinculações entre os *sem-terra* e outros grupos locais na *região estancieira*. De um modo mais explícito, Santos (2012) ao analisar os processos de assentamento no município de São Gabriel, RS, carrega uma abordagem relativamente fechada e coesa do assentamento enquanto ‘território camponês’ promotor de ‘conquistas e transformações’ nos ‘domínios do latifúndio’. Nesse estudo se toma como aspectos ‘negativos’ do processo de assentamento um conjunto de limitações na conformação de um ‘território camponês’ idealizado. Quanto a isso, considera-se útil ter em conta as oposições entre novos e antigos ocupantes da região estancieira em termos de

---

do RS (SILVA NETO; OLIVEIRA, 2008). No presente trabalho as colônias implantadas após 1920 também serão consideradas como *colônias novas*.



estruturação de posições sociais. Em termos de disputas territoriais é notável que o período em que ascendem as pressões por reforma agrária na *região estancieira* é correlato ao processo de descenso social dos senhores de terras, o que posiciona os *sem-terra* de maneira emergente no espaço social. Contudo, considera-se que a transposição espontânea de categorias próprias das lutas simbólicas pela terra tende a gerar uma ênfase nas oposições entre grupos antagonísticos nos conflitos frente a uma observação das relações entre estes agentes enquanto ocupantes de posições estruturadas e interdependentes em um mesmo *espaço social* (BOURDIEU, 2004).

Nesse sentido, Bourdieu (1989) discorre sobre a noção de *espaço social* enquanto artefato acionado na pesquisa sociológica. Segundo o autor, este conceito permite uma articulação dialética entre estruturas objetivadas pelo pesquisador e as representações subjetivas dos agentes na medida em que os condicionamentos estruturais objetivos constituem força de coação sobre as interações entre os agentes. Compreender os espaços sociais está relacionado, portanto, com a estruturação das posições sociais e de como orientam os pontos de vista e as práticas produzidos neles pelos agentes. Os agentes são percebidos enquanto possuidores de determinados volumes e composições de capitais<sup>3</sup> que acabam por condicionar as possibilidades de ocupar posições de poder no espaço social. Para além do estudo das relações e/ou representações dos agentes em si mesmas, ter em conta a teoria do espaço social repercute em uma abordagem relacional entre o que pensam os agentes desde cada posição em um espaço estruturado de posições. Nisso, as *lutas simbólicas* são percebidas enquanto tensões permanentes na estrutura do espaço social, as quais decorrem de reconfigurações nas propriedades gerais daquele espaço. Em termos de construção do objeto de estudo, essas considerações teóricas remetem ao modo como se visualiza os agentes *sem-terra* e *assentados* em termos de condições de possibilidade para acessar determinadas posições conforme os recursos que acumulam na dimensão objetiva e nas lutas simbólicas que estarão propensos a protagonizar.

Retornando à literatura em geral sobre os assentamentos considera-se que essa perspectiva operada pelos estudos na *região estancieira* em termos de pautar as rupturas promovidas pelas intervenções fundiárias é tributária de uma abordagem recorrente nesse campo de estudos. Há uma forte tendência em analisar o que se passa no ‘interior’ do assentamento rural, ou seja, de perceber os processos que envolvem os beneficiários de lotes

---

<sup>3</sup> A noção de *capital* acionada por Bourdieu não se restringe ao entendimento de *capital* econômico. No andar do presente do trabalho o uso das palavras *recurso* e *propriedade* será comumente feito de modo análogo ao de *capital* e em referência à estruturação do espaço social.

de terra – constituídos em *assentados* – na relação com suas entidades representativas e os agentes institucionais estatais. Entende-se que o privilégio de estudo dos processos pertinentes ao assentamento como *unidade relativamente autônoma*, reflete diversas dimensões da realidade destes espaços sociais, visto que: a) do ponto de vista do espaço físico um assentamento constitui-se de áreas contíguas, ou seja, as famílias<sup>4</sup> se concentram em determinado local; b) muitos assentamentos se localizam em áreas distantes (ou de difícil acesso) de sedes municipais e dos bens e serviços que estes lugares ofertam; c) parte significativa das famílias assentadas vivenciou deslocamentos territoriais antes da aglutinação em mobilizações por terra<sup>5</sup>, sendo que os vínculos em redes de sociabilidade mantidas ou construídas durante as mobilizações constituem certo grau de enraizamento (MARTINS, 2009); d) *assentados* constituem uma ampla categoria social legitimada juridicamente pela política de assentamentos rurais (LEITE et al., 2004), onde a atuação do Estado se orienta por legislação específica e políticas públicas; e) a atuação de mediadores em prol da consolidação de assentamentos se orienta por abordagens modelares (CAUME, 2006), o que condiciona a inserção do conjunto das famílias em determinados projetos e disputas. Estes argumentos justificam a construção de objetos de estudo que tomam os assentamentos rurais como espaços sociais (BOURDIEU, 1989) com relativa autonomia frente ao conjunto de relações possíveis nos territórios em que se estabelecem.

Em compensação, boa parte dos estudos dedica algum espaço para discutir elementos ‘externos’ ao assentamento, onde se demonstra que não há uma negligência aos fatores que os condicionam em uma dimensão territorial. Nessa perspectiva se destaca, por um lado, a atuação de mediadores no campo da política local (FERRANTE; BARONE, 2004; NEVES, 1997), e, por outro, as relações com integrantes dos circuitos mercantis regionais. Especial atenção é dada quando estas relações se constituem em disparidade de forças frente a agentes<sup>6</sup> interessados na exploração das terras dos assentamentos, seja em negociações de ‘parceira’ ou independente dela em situações menos amistosas de apropriação. Nesse sentido, entende-se que há graus variados de ênfase nas relações ‘internas’ e ‘externas’ enquanto fatores para

---

<sup>4</sup> Vale considerar desde já que o termo família é tomado como sinônimo de beneficiário (a) quando nos referimos à política de assentamentos rurais. Ou seja, nem todos os beneficiários assentados (homens ou mulheres) são acompanhados de uma família, mas todas as famílias têm algum beneficiário (a).

<sup>5</sup> No estudo de Leite et al. (2004) em 92 assentamentos rurais de cinco áreas pesquisadas no país constatou-se que cerca de 70% dos responsáveis por lotes nasceram em município diferente de onde foram assentados, sendo 50% de outras regiões do mesmo estado e 30% de outros estados.

<sup>6</sup> Especulação imobiliária no Pontal do Paranapanema em São Paulo (BERGAMASCO; NORDER, 2009), arrendamento para agroindústrias da cana-de-açúcar em São Paulo (FERRANTE; BARONE; ALMEIDA, 2010) ou para *granjeiros* da soja no Rio Grande do Sul (PICCIN, 2011), entre outros.

estudo dos processos de assentamento, o que se pode atribuir à tentativa de objetivação das principais relações de força atuantes nos espaços sociais em que os assentados se inserem.

No contexto desse trabalho se considera um modo de pensar *relacional* (BOURDIEU, 1989) no sentido de se observarem as interconexões entre posições em uma estrutura social que envolve diferentes conjuntos de assentados e de antigos moradores em um mesmo espaço social. Considerando, portanto, sutis diferenças frente às abordagens do ‘impacto’ e da ‘ruptura’ a intenção é perceber a estruturação objetiva e subjetiva das posições dos agentes conhecidos como *sem-terra* e *assentados*. Uma abordagem relacional se diferencia na medida em que enfoca nas condições de posicionamento dos assentados em uma estrutura social já dada, onde se estabelecem as relações de interdependência. Ou seja, analisar relações é considerar como os moradores das redondezas também ‘impactam’ os assentamentos de modo interno e externo ao seu espaço, já que compartilham de condições e posições sociais em nível de localidade, município ou região. Portanto, a atenção sobre como antigos moradores se constituem em termos de grupos e conferem graus de legitimidade às práticas sociais dos assentados ganha especial relevância para observar como os assentados têm condições diferenciadas de constituir relações e provocar impactos nas estruturas sociais dominantes nos âmbitos de localidade, município ou região. Observa-se a legitimação de *sem-terra* e de *assentados* como uma das possibilidades em jogo, disputada diferentemente pelos agentes em termos de propriedades e de significações.

O intuito é perceber que propriedades e que significados foram imputados aos *sem-terra* e aos *assentados* ao longo dos processos de mobilização por reforma agrária e do processo de assentamento no contexto da *região estancieira*. Com isso se quer dizer que nas análises aqui empreendidas são consideradas as lutas simbólicas que caracterizam as investidas dos *sem-terra* em torno de legitimar rupturas na concentração da estrutura fundiária e de estimular a agricultura de base familiar nos assentamentos. Contudo, observa-se o posicionamento no sistema simbólico que os *sem-terra* e os *assentados* assumem em variados momentos, não somente naqueles mais caracterizados pela luta por afirmação, por assim dizer. Nesse sentido, não ganha relevância central a mensuração do ‘impacto’ em si provocado pelos assentamentos rurais, mas as *representações* em jogo acerca da construção social do ‘impacto’ e como esses juízos estruturam objetivamente o posicionamento desses novos agentes no espaço social.

Partindo dessa abordagem relacional reafirma-se a dualidade *assentados e munícipes* (ROSA, 2000a; 2000b) como chave de leitura dos processos de assentamento rural de modo a reforçar o olhar sobre condicionantes do posicionamento objetivo e subjetivo na estrutura

social local de municípios ou localidades. No estudo de Rosa (2000a) tal abordagem possibilitou a objetivação de relações assimétricas de poder por conta de uma inerente desigualdade no acesso aos códigos sociais naturalizados no espaço social. Considera-se tal disposição dos grupos como significativa para o estudo dos assentamentos rurais na *região estancieira* visto que os *munícipes*, por conta de um longo processo que moldou crenças, identidades e posições sociais, não formam entre si meras relações de vizinhança. Os processos de socialização vivenciados pelas pessoas “nascidas e criadas” em cada município ou localidade, especialmente nos pequenos<sup>7</sup>, imprimem nelas um profundo conhecimento tácito sobre como agir em relação a cada par ou situação que lhes rodeia.

A chegada de migrantes sem-terra e a sua colocação dentro da estrutura social incorporada do espaço social envolve mecanismos relativamente estreitos de identificação, classificação e hierarquização pelos antigos moradores (ELIAS; SCOTSON, 2000). Queiram ou não, assentados e munícipes estão envolvidos em uma *armadilha* social (ELIAS; SCOTSON, 2000), visto que há diferenciais de capitais legítimos incorporados e de recursos de poder disponíveis na medida em que os munícipes, como antigos no local, compartilham processos mais longos de socialização, inacessíveis aos assentados. Os munícipes – na condição de antigos moradores dentro de um mesmo espaço de relações – incorporaram maneiras corporais, sotaque, crenças coletivas, memórias e símbolos que lhes conferem uma *autoimagem*, um valor vivenciado como superior e a ser conservado como associado àquela coletividade (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Já os assentados, provenientes de outros locais e portadores de outras identidades, com trajetórias e formas de inserção social diversas entre si (NEVES, 1999), não compartilham uma autoimagem tão clara e coesa, tão naturalizada em suas práticas sociais. Vivenciaram uma condição que os aproximou, em termos de identidade e afinidade, durante momentos de aglutinação das mobilizações de *luta*<sup>8</sup> por terras (acampamentos, ocupações, etc.) e ali incorporaram categorias reivindicatórias e formas de visualizar situações sociais desiguais, certos direitos e deveres. No entanto, tal processo não foi determinante a ponto de dirimir

---

<sup>7</sup> Evita-se aqui uma noção normativa baseada unicamente em um montante populacional definidor do ‘tamanho’ dos municípios. Há que se considerar as formas como se vivencia e se dá significados a cada configuração socioespacial através das representações dos agentes (CARNEIRO, 2008). No entanto, como referência, aplica-se a denominação de ‘pequenos’ aos que não ultrapassam 20 mil habitantes ou uma população ‘urbana’ que não exceda tal quantia. Consultar Wanderley (2009a) para uma aproximação a este debate.

<sup>8</sup> Comerford (1999) analisa como a categoria *luta* pode ser alvo de diversos significados conforme o universo social dos agentes e as formas de acioná-la para dar sentido às suas vivências. No decorrer deste trabalho a noção de *luta* geralmente corresponde aos processos de mobilização dos quais as famílias *sem-terra* fizeram parte no *tempo de acampamento* (LOERA, 2014) e que uma parte delas dá continuidade enquanto *militantes* no *assentamento* ou em *ajuda* a estes *militantes*. Essa discussão será retomada nos capítulos III e IV.

diferenciações próprias das disposições sociais dos agentes e de como tendem a se expressar em particulares estratégias de reprodução social nos assentamentos (PICCIN, 2011). A tendência de ‘homogeneização’ entre acampados, como categoria mobilizada em torno de uma disputa, não se revela tão plena no assentamento, espaço onde se apresentam heterogeneidades e rupturas (ZIMMERMANN, 1994).

Nas relações que experimentam com os antigos moradores, os assentados tendem a ser considerados *outsiders*, ou seja, pessoas que não compartilham dos mesmos valores e crenças, que “agem estranhamente” perante as formas naturalizadas pelo *establishment* local (ELIAS; SCOTSON, 2000). Desse modo, considera-se que há condições de intensificação do processo de clivagem social em regiões que se caracterizam por tensões no campo dos conflitos agrários (DA ROS, 2006), além da concentração de poder e prestígio dos grandes proprietários de terras, como é o caso da região estancieira no Rio Grande do Sul (PICCIN, 2012). É nessas condições ‘iniciais’ de estabelecimento do *assentamento* enquanto espaço social relativamente autônomo que se considera a vinculação entre *assentados* e *munícipes* como geradora de relações do tipo *estabelecidos-outsiders*, ou seja, de pertencimento a grupos sociais díspares quanto a recursos de poder disponíveis (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Para Elias e Scotson (2000) o ‘preconceito’ não é uma categoria que assume formas destemporalizadas e descontextualizadas, generalizáveis a nível macro social. Apesar da existência de elementos comuns e constantes nas mais variadas situações de estigmatização, as relações *estabelecidos-outsiders* revelam possibilidades de interpretação das interdependências específicas entre grupos sociais. É com esse intuito que a noção de *grupo* é frequentemente ativada pelos autores para auxiliar na compreensão dos diferenciais de poder, na mesma medida em que se desvia de um sentido de unidades homogêneas. Perseguem-se as formas de identificação/pertencimento a um conjunto de normas e estímulos que agem como fator emocional mobilizante no caso de estabelecidos. Nisso, os *outsiders* também são grupo, principalmente na forma como são identificados e se percebem perante os estabelecidos: o “nós” e o “eles” (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Apreender a estrutura implícita nas relações repercute em perceber as distâncias constitutivas das relações entre agentes no sentido da distribuição dos recursos de poder. Apenas tendo em conta a estrutura é que se evidenciam as chances que têm os agentes para concorrer ‘pela apropriação dos bens raros’ no espaço social a partir da distribuição de poderes apropriados pelos agentes e como são reconhecidos (BOURDIEU, 2004). Estes ‘bens raros’ podem ser vistos enquanto condições de reconhecimento ou de posse de capital simbólico em um ‘sistema simbólico’. Para Bourdieu (2004) tal sistema é resultado de uma

dupla estruturação. É estruturado de modo objetivo, pois aqueles que dominam certas propriedades têm maiores probabilidades de terem certos comportamentos correlatos. É estruturado de modo subjetivo, pois os esquemas de percepção explicitam o estado das distribuições de poder simbólico e geram a forma de atribuir juízo, de adjetivar em pares (bom e ruim, daqui e de fora), por exemplo. Assim, se produz o ‘senso comum’ ou certo ‘consenso mínimo sobre o mundo social’, onde os agentes percebem o mundo como se fosse evidente em si mesmo. Nesse sentido, os antigos moradores não se sentem na necessidade de conviver com os novos ingressantes para produzir juízos acerca deles. Aquilo que objetivamente se apresenta à distância já aparece como suficiente para subjetivamente ser lido como estranho e oposto à imagem que formam de si mesmos. As condições de aproximação são a priori reduzidas.

Tendo em conta esta condição diametralmente oposta em que os agentes sociais se situam em relações *assentados* e *municípios* pontuadas acima, um aspecto a se considerar, por este plano, são as peculiaridades de como se processam relações *necessárias* em termos de vinculações *funcionais* entre os grupos (ELIAS; SCOTSON, 2000). Com isso se quer dizer que alguns agentes ocupam posições sociais que forcem as primeiras situações de contato, como nos espaços de atuação de profissionais em condições de execução de seu ofício, ou no cumprimento das competências dos funcionários e gestores públicos. Conforme a diversidade de funções ou existências necessárias que os *outsiders* representam para os *estabelecidos*, mudam as formas de vinculação e as possibilidades de constituir redefinição nos graus de acesso a recursos de poder. Um mau relacionamento está sujeito a possibilidades de que os assentados possam retaliar, vistas as relações de força daquela configuração como um todo: no campo político local, prefeitos e vereadores perceberão nos assentados as possibilidades de voto, um capital político; assentados insatisfeitos poderão visualizar na tática de ocupação da Prefeitura uma possibilidade reivindicatória. Portanto, as relações sempre tensas que constituem a dualidade *estabelecidos-outsiders* inculcam condições de agir aos *outsiders* que vão desde a resignação completa de conflitos latentes até diferentes graus de retaliação e enfrentamento contínuo. A condição de vínculo duplo – de estigma e de função – entre estabelecidos e outsiders é balizadora dos graus com que se diferencia a desigualdade de poder entre os grupos (ELIAS; SCOTSON, 2000). Estabelece-se, portanto, um complexo jogo de interdependências, onde há margens de manobra diversas conforme a diversidade interna de ambos os grupos e suas condições para constituir vínculos.

Em outros termos, ao considerar os assentados como pertencentes a um *espaço social relativamente autônomo*, visualiza-se que determinadas possibilidades e restrições estão em

jogo, tendo em vista tanto sua posição social no assentamento quanto no município como um todo. Nesse sentido, a construção de redes de relações sociais dos assentados, em especial quando em vista estratégias de reprodução social, pode ser avaliada em termos de graus de ação perante as possibilidades condicionadas pelo espaço social assentamento e/ou município. Tal é a amplitude de diferentes disposições sociais dos assentados que tendem a ser mais ou menos propensos a se encaixar de modo idealizado nas propostas colocadas pelos agentes legitimados a modelar o assentamento ou nas modalidades de ação conformadas legítimas pelo sistema de disposições sociais dos munícipes. Da mesma forma, assentados também estão diferentemente posicionados perante a possibilidade de se integrar em circuitos regionais de circulação de mercadorias e de emprego da força de trabalho, muitas das quais não sendo prestigiadas na configuração assentamento, mas presentes como escolhas tanto no assentamento como no município ou ainda em regiões mais distantes. Nesse sentido, se posicionar mais próximo ou mais afastado das propostas ideais construídas no espaço social do assentamento não determina, simplesmente, a existência ou não de redes de relações envolvendo assentados e munícipes, mas sim os feixes de relações mais propensos a acontecer e os significados em jogo nestas relações.

Este estudo teve como principal espaço de reflexão e trabalho de campo o Assentamento Novo Horizonte II que se localiza no município de Santa Margarida do Sul, RS. Em 2008 se inicia a implementação desse processo de assentamento rural em meio a um cenário polarizado de disputas no campo dos conflitos agrários no RS, com foco na *região estancieira* e centralidade de tensões no município de São Gabriel, RS<sup>9</sup>. Procedeu-se um conjunto de aquisições de imóveis rurais naquele ano para alívio de tensões sociais. Nesse contexto se estabeleceu o assentamento aqui estudado e mais sete assentamentos no município vizinho (São Gabriel, RS), com um somatório de aproximadamente 700 famílias assentadas (INCRA, 2015).

O Projeto de Assentamento Novo Horizonte II resulta da aquisição do imóvel rural denominado Granja Santa Rosa, com uma área de 1615,31 hectares. Conforme o Laudo Agrônômico de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural (SCHMIDT, 2008), predominava em suas áreas o arrendamento de terras para cultivo de arroz, trigo e soja. Em termos de condições produtivas, no laudo apresenta-se que áreas cultiváveis de várzea compõem 16,2% do imóvel (261,84 ha), outros tipos de áreas cultiváveis somam 67,1% (1083,74 ha) e não cultiváveis perfazem os 16,7% restantes. Destaca-se a infraestrutura de canais de irrigação e

---

<sup>9</sup> Como será discutido na seção 1.2, os dois municípios aqui referenciados têm uma ligação estreita na medida em que, entre outros elementos, Santa Margarida do Sul é emancipada em relação à São Gabriel no ano de 1996.

oito barragens para reserva de água, além de benfeitorias como casas, galpões e alguns equipamentos de processamento de grãos. A *sede* do imóvel se distancia a aproximadamente 3,5 km da sede do município de Santa Margarida do Sul, sendo que o imóvel e a sede do município são lindeiros e que a rodovia BR 290 cruza a sede de Santa Margarida do Sul (SCHMIDT, 2008). Este conjunto de atributos fez do Novo Horizonte II um assentamento tido como objetivamente melhor dotado para estratégias produtivas agrícolas do que o conjunto de outras áreas reformadas no RS naquele período.

Neste assentamento foram parcelados 86 lotes, com a capacidade para assentar 86 beneficiários, ou seja, todos em unidades de terra individuais. Os beneficiários se constituem de famílias com trajetórias em espaços rurais e urbanos de diversas porções geográficas do RS. Suas vivências em acampamentos e outras formas similares de mobilização são por eles consideradas relativamente longas (de três a oito anos), onde se fizeram integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). As famílias inicialmente se estruturaram em grupos formados na vivência nos acampamentos, sendo que o principal critério de seleção para ingresso neste assentamento foi pertencer aos grupos mais antigos de acampados do estado. Além deste grupo majoritariamente proveniente dos acampamentos, uma pequena parcela constituiu os denominados *municipários*. O termo localmente referencia aqueles munícipes que reivindicam ou que tiveram o direito de ser assentados por conta de vínculos de trabalho com o proprietário do imóvel rural antes deste ser convertido em assentamento. No caso específico do Novo Horizonte II, tal grupo de munícipes convertidos em assentados não teve passagem por movimentos de luta pela terra em sua trajetória<sup>10</sup>.

Quanto ao município de Santa Margarida do Sul, este pode ser caracterizado como um município pequeno, jovem, extenso e rural/agrícola. Seu contingente populacional é de pouco mais dois mil habitantes (antes do assentamento), os quais se localizam em maioria nas localidades do espaço rural; sua emancipação em relação à São Gabriel se deu em 1996 (na última grande leva de novos municípios formados no RS), e sua extensão em área com 955 km<sup>2</sup> não foge aos padrões territoriais ampliados de municípios da região estancieira (quando comparado às regiões de *colônias* no mesmo estado). A característica rural/agrícola ainda se expressa no valor adicionado do Produto Interno Bruto que é predominantemente proveniente do setor agropecuário, somado ao fato de que os setores que mais ocupam os trabalhadores são a agricultura e os serviços (IBGE, 2017).

---

<sup>10</sup> Considerações sobre as relações entre assentados com origem de acampamentos e os chamados assentados *municipários*, com origem no município, serão apresentadas na seção 2.2 desta dissertação.



No contexto de tensões em conflitos agrários, o posicionamento de um assentamento rural em área limdeira à sede de um município e de algumas localidades adjacentes é o que se coloca como objeto de observação. Considera-se que as condições objetivas de proximidade constituídas nesse caso, que não representam o padrão da política de assentamentos rurais no RS (DALBIANCO et al., 2014), tendem a potencializar processos de diferenciação interna do assentamento rural na construção de redes de relações sociais. Parte-se do pressuposto que menores graus de restrição no deslocamento no espaço físico tendem a potencializar relações sociais, o que não quer dizer uma necessária tendência de integração ou coesão. Há maiores condições para relações na vida cotidiana na medida em que a oferta de bens e serviços da sede municipal está a centenas de metros ou alguns poucos quilômetros do conjunto dos assentados. Nesse contexto, entende-se que as interdependências entre grupos sociais são mais tangíveis e a busca por significados e classificações aciona com maior frequência mecanismos no sistema simbólico.

Feito um primeiro conjunto de reflexões na construção do objeto de estudo, parte-se para uma análise do assentamento rural como conformador de um *espaço social relativamente autônomo* no qual a análise não se restringe às relações entre assentados e mediadores, mas debruça-se sobre as vinculações e posições sociais que seus membros *assentados* compartilham com os mais antigos *munícipes*. Enfatizam-se as *interdependências* constituídas em uma condição de assentados como *outsiders*, ou seja, desprovidos dos principais recursos objetivos de poder e legitimação disponíveis perante antigos moradores das vizinhanças. Considerando as condições de agir conforme disposições incorporadas em suas trajetórias sociais, analisa-se, prioritariamente, como os assentados assumem determinadas posições perante seus pares e como constroem *redes de relações diferenciadas* nos espaços sociais do assentamento e do município.

Tendo em conta o conjunto de considerações apresentadas, lançam-se os seguintes questionamentos estruturantes do presente trabalho: de que formas os *assentados* são representados e designados perante *munícipes* e vice versa? Quais foram os elementos objetivos que permearam a incorporação dos assentados na estrutura de posições sociais dos *munícipes*? Que elementos agregam ou diminuem legitimidade aos assentados dentro e fora do assentamento? De que forma os assentados se constituem, agrupam e designam entre si? Até que ponto os assentados, em sua diversidade, estão propensos a se ajustar às propostas produtivas legitimadas no assentamento? Até que ponto os assentados estão presos a uma condição *outsider* para alcançar posições sociais mais ou menos próximas às de *munícipes*?

Em que medida as posições sociais ocupadas pelos assentados podem interferir nas condições para desenvolver suas estratégias produtivas?

O trabalho está dividido em cinco capítulos de modo a abarcar a discussão de tais questões. Com a chave de leitura “Antes dos *sem-terra*” analisa-se no primeiro capítulo qual era o cenário relativo de posições sociais na denominada *região estancieira*, em geral, e em Santa Margarida do Sul, em específico, no início da década de 2000. Neste momento se deu uma forte investida dos *sem-terra* nas lutas simbólicas pela legitimidade à posse e uso da terra. Para tanto, analisa-se brevemente quais foram as linhas gerais de força que estruturaram o espaço social estancieiro e de que modo se deu sua manifestação em Santa Margarida do Sul. Especial atenção é dada para o período que se sucede às décadas de 1980 e 1990 quando se reconfiguram posições e poderes no espaço social e emergem os denominados *sem-terra* junto de outros conjuntos de agentes. A análise se volta para as tensões em torno do município de São Gabriel sucedidas entre os anos 2001 e 2008 e que desembocam tanto na conformação de assentamentos rurais como no reforço de um estereótipo de baixo prestígio aos *sem-terra*.

No segundo capítulo que foi denominado “Chegaram os *sem-terra*”<sup>11</sup>, procura-se compreender como se forjaram as interdependências entre antigos e novos moradores conforme se deu o ingresso dos *sem-terra* enquanto novos agentes no convívio em um pequeno município na *região estancieira*. A partir das representações de *munícipes* sobre o período de chegadas das famílias assentadas procurou-se perceber em que medida os estigmas dos *sem-terra* mediaram as relações entre os grupos. Tendo em conta a singularidade de *munícipes* que tiveram a possibilidade de ocupar a posição de *assentados* procurou-se dar início a uma discussão acerca de distintas significações imputadas à condição de beneficiário da política de assentamentos rurais.

Nos três capítulos seguintes a chave de leitura passa a ser a frase “De *sem-terra* a *assentados*”, onde se abordam processos de mobilidade e diferenciação social. No terceiro capítulo procurou-se perceber o emaranhado de interdependências no âmbito da atuação dos agentes no Poder Público Municipal. Procurou-se perceber como o comprometimento com as demandas dos *assentados* é permeado pelas disputas no campo político local em termos de destinação legítima dos recursos públicos no âmbito de acumular as melhores condições de

---

<sup>11</sup> O que chamamos aqui de “chaves de leitura” são designações estruturantes de períodos do processo de assentamento que foram retratados em cada capítulo, as quais foram construídas pelo pesquisador de modo a referenciar o leitor. Foi tomado como inspiração o título e a abordagem do tempo e da experiência no livro de Marcos Campos (2014), denominado “Quando os assentados chegaram”, que se debruça sobre a luta pela terra no Ceará.

voto. Os agentes que disputam um campo político local acionam diferentes estratégias na construção de vinculações com distintos grupos de assentados. Nesse momento foi possível perceber também a representação do ‘impacto’ do assentamento desde o ponto de vista do poder público.

No quarto capítulo objetivou-se entender quais eram as disposições sociais, trajetórias e expectativas de futuro dos *sem-terra* no momento em que optaram pelo acampamento enquanto estratégia de reprodução social e, posteriormente, quando aportaram no assentamento para uma nova etapa de suas vidas. Evidenciam-se condições diferenciadas de ingressar e fazer parte dos acampamentos tendo em conta certos cálculos efetuados para tal escolha. Percebem-se interligações diversas entre significações que dão sentido ao acampamento, onde elementos ideológicos e interesses individuais ou de grupos não se separam completamente. A chegada no assentamento e a negociação da forma de ocupação das terras é percebida como um momento para objetivar as diferenciações ‘internas’ do assentamento de modo desde já conectado com a dimensão ‘externa’. A noção de *distância* acionada pelas famílias para se referir ao afastamento frente às redes de sociabilidade e códigos sociais internalizados em suas regiões anteriores demonstra certos dilemas em partir para uma nova jornada no assentamento.

No quinto capítulo a intenção é perceber em que medida se operou uma diferenciação dos assentados quando vistos à luz da posse de distintas espécies e volumes de capitais perante seus pares e destes perante os antigos moradores do entorno do assentamento. Os assentados são percebidos enquanto portadores de três tipos de capital especialmente válidos no espaço do assentamento: a dedicação às mobilizações junto aos movimentos sociais do campo, a capacidade em organizar o trabalho familiar nas estratégias produtivas do lote de terras e a acumulação de capital econômico. Estas formas assumem significações e valorações diversas de modo que estruturam posições sociais no espaço relativamente autônomo do assentamento. Percebeu-se que as distinções operadas entre *assentados* são relativamente compartilhadas pelos *municípios* no sentido de traçar uma linha geral de fatores que conferem legitimidade e deslegitimidade aos assentados. Além disso, percebeu-se que certas posições específicas ocupadas pelos *assentados* foram sentidas como correlatas por certos grupos de *municípios*, o que foi gerador de afinidades e acesso a certos enfeixamentos privilegiados de relações.

Feitas as principais considerações sobre a construção do objeto de estudo e a estruturação dos capítulos da presente dissertação, faz-se agora uma reflexão acerca das incursões no trabalho de campo desta pesquisa. Além disso, são apresentadas algumas

considerações metodológicas gerais, atentando-se ao aspecto de que no desenrolar de cada seção serão adicionadas as demais especificações pertinentes.

Um momento considerável que me colocou em relação com o presente tema de estudo foi minha estadia em São Gabriel, RS, entre 2010 e 2014 para realização do curso de graduação em Gestão Ambiental na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Aquele período foi permeado por um estranhamento ainda pouco treinado sociologicamente acerca dos gostos e sentidos que perpassavam as representações de conhecidos e amigos socializados naquela cidade. Por conta de ser filho de colonos descendentes de imigrantes italianos e ter sido socializado no contexto das regiões de *colônias velhas* no RS, aquela experiência em São Gabriel foi repleta de novidades acerca das diferenças internas que constituem o estado. Uma delas foi a tensão com que se tocava no tema da reforma agrária e dos assentamentos rurais naquele cenário, sendo que em um primeiro momento me senti levado a passar distante da ‘polêmica’. A aproximação efetiva ao tema de estudo tem como ponto de largada as reflexões junto ao Grupo de Pesquisas Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade, da Unipampa, do qual fiz parte de modo mais contundente a partir do segundo semestre de 2011. As repercussões sociais, ambientais e econômicas dos assentamentos rurais na ‘metade sul’ do RS foi um dos principais temas de reflexão do grupo desde então, sendo que minha aproximação frente às ciências sociais foi em grande medida resultante da participação nessas pesquisas. Portanto, inicia desde minha passagem por São Gabriel e pela Unipampa o envolvimento com ambos os temas centrais deste estudo: *região estancieira e assentamentos rurais*.

Foi durante essa atuação no grupo de pesquisas que se deu a aproximação com alguns dos mediadores do MST e do Incra em São Gabriel e municípios do entorno, os quais seriam importantes para a entrada no trabalho de campo deste estudo. Contudo, naquele período pouca atenção foi dedicada aos assentamentos desses municípios por se considerar que, estando em sua fase inicial e com precariedade no acesso a recursos públicos, os beneficiários ainda não teriam tido condições plenas de estruturar suas estratégias produtivas. Portanto, até mesmo durante o ingresso e primeiro ano no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, a intenção era de estudar a estruturação da produção leiteira nos assentamentos rurais de Santana do Livramento, RS. Foi por meio de uma visita a amigos de São Gabriel no início de 2016 que surgiu uma possibilidade para conhecer o segundo e último assentamento implantado até então em Santa Margarida do Sul, o Santa Verônica, cuja chegada das famílias se deu em 2014. Fui tomar contato com o processo de assentamento em seu segundo ano, acompanhado de um dos

mediadores que conheceu em pesquisas anteriores. Entre as conversas arroladas naquele dia um relato que chamou atenção foi o das primeiras tentativas de venda local de produtos elaborados na padaria de um grupo de mulheres daquele assentamento. Foi relatado que a cada venda eram questionados sobre sua procedência, sendo que mencionavam o assentamento. Passados alguns dias, ficaram um tanto surpreendidos com a visita de alguns desses consumidores interessados em saber como era a limpeza do local onde se preparavam os produtos. Com a apresentação da padaria daquele grupo de assentadas e confirmação de sua boa higiene, me pareceu evidente o orgulho em ter provado a qualidade dos produtos de procedência do assentamento, ou seja, de ter agido em prol de desmanchar certa imagem de sujeira preconcebida por aqueles consumidores das redondezas.

Essa pequena história suscitou diversos questionamentos desde então e acabou por guiar as inquietações iniciais para uma reorientação do objeto de estudo. Se em 2014 o contato com os *assentados* repercutia em tais desconfianças, me perguntava como teriam sido as relações com o primeiro assentamento implantado às margens da sede municipal em 2008. O tema geral das aversões aos *sem-terra* naquela região foi imediatamente correlacionado ao caso particular de um assentamento lindeiro da sede daquele pequeno município. Questionava-me de que forma teria se dado o posicionamento dos *assentados* dentro do espaço de um pequeno contingente populacional. De pronto suscitou interesse entender que relações estariam fluindo entre os grupos e qual o peso relativo dos estigmas imputados aos *sem-terra*. Nesse sentido, o modelo geral ‘*estabelecidos-outsiders*’ proposto por Elias e Scotson (2000) para o caso de distinções e estigmas em um pequeno bairro de trabalhadores ingleses foi a primeira ferramenta heurística acionada. Procurou-se entender como funcionava o que esses autores chamam de ‘sociodinâmica da estigmatização’ para o caso da relação entre antigos e novos habitantes do município de Santa Margarida do Sul. A escolha por este município ainda levou em conta as possibilidades em me hospedar na casa de amigos na cidade vizinha São Gabriel, o que viria a facilitar em termos materiais o acesso ao trabalho de campo.

Com a internalização desses princípios teóricos partiu-se para uma compreensão estrutural das interdependências, o que vai no sentido de não individualizar os preconceitos, mas encontrar os elos de ligação entre grupos e a distribuição dos recursos de poder. Isso impunha um desafio metodológico em termos de trabalho de campo. Esse desafio se refere, por um lado, ao esforço extensivo no sentido de conhecer em sua diversidade ambos os lados da moeda, os *assentados* e os *municípios*, e de estar aberto para conhecer outros lados que porventura se apresentassem. Uma ferramenta aliada nesse processo foi o *modelo dos*

*pronomes* (ELIAS, 1980) na medida em que potencializava a compreensão das formas de identificação e designação dos diversos grupos de agentes. Sob tal perspectiva são os *pronomes* enquanto recursos de linguagem utilizados pelos agentes em seu cotidiano (eu, nós, eles, elas) que explicitam as diferenciações e interdependências.

O primeiro contato efetivo no campo de pesquisa se deu em uma semana de festividades dos vinte anos de Santa Margarida do Sul em abril de 2016, quando visitei a sede municipal e assentamento por quatro dias seguidos. Este período foi considerado como propício em termos de pesquisa exploratória para se perceber qual era e como era a presença de assentados nos diferentes espaços da programação de Aniversário. Logo na abertura da Semana já constava o ato oficial de cessão de uso de máquinas concedidas via emenda parlamentar para a cooperativa que representava os assentamentos de Santa Margarida do Sul e São Gabriel. Neste primeiro momento estiveram presentes os mediadores do Incra e MST com quem eu já tinha contato, bem como os representantes da Prefeitura e diversos assentados. No discurso do Prefeito percebi uma ênfase em afirmar que se precisava “ser parceiros” (os assentados e os munícipes), sendo reforçado por diversas vezes que “os assentados são como munícipes”, que são “margaridenses”<sup>12</sup> e que “não tem diferença” ser ou não ser assentado para ter o atendimento da Prefeitura. O reforço constante da harmoniosidade entre os grupos no discurso do Prefeito (nós e vocês) remetia de modo sutil a uma disparidade na estrutura do espaço social que objetivamente se buscava negar ou ultrapassar. No restante da programação festiva do município foi acanhada a participação de famílias assentadas, o que me foi confirmado por mediadores do assentamento lá presentes e reforçou uma impressão inicial de distanciamento entre os grupos.

Percebido um importante potencial de análise nas palavras ditas pelo Prefeito, bem como a abertura ao diálogo proporcionada pela equipe da Prefeitura Municipal, priorizou-se iniciar a observação direta e entrevistas em organizações públicas como a Prefeitura e as escolas. Esta abertura acabou direcionando em certa medida o enfoque do estudo para a dimensão das relações que envolvem os assentados com os agentes do Poder Público Municipal. Ou seja, o campo político ganhou maior evidência frente a outros espaços como o campo religioso ou sindical. Com isso se quer dizer que outras dimensões não são ausentes da vida social no município. Do contrário, são também merecedoras de estudos para melhor perceber as vinculações entre antigos e novos moradores.

---

<sup>12</sup> *Margaridense* é a denominação gentílica dos indivíduos registrados como nascidos em Santa Margarida do Sul. Durante observação direta no trabalho de campo o uso do termo pareceu mais recorrente como categoria do campo político, no qual produz um efeito de anulação de diferenças (BOURDIEU, 1989) entre os novos e os antigos moradores ou entre os antigos moradores entre si.

Em termos objetivos, foram duas entrevistas em escolas e sete na Prefeitura, incluindo uma com o então Prefeito. Também se entrevistou pessoas sem vinculação atual com a Prefeitura, entre eles dois políticos candidatos à Prefeito no pleito de 2016, um presidente de associação, três comerciantes e um taxista, duas pessoas que tiveram relação com o ex-proprietário do imóvel adquirido pelo Incra, assim como três pessoas com idade avançada e conhecidas como entendedoras da “história do município”, sendo que duas dessas pessoas tiveram significativa influência sobre o campo político local no passado. Entre junho e julho de 2016 foram realizadas vinte e uma entrevistas com os *municípios*, sendo que a média de tempo entre elas foi de 34 minutos, excetuando-se aquelas com pessoas “antigas” que foram de uma a quase três horas. Dez dessas entrevistas seguiram um padrão relativamente curto em termos de tempo e de complexidade das respostas, não tendo ultrapassado trinta minutos ou chegando a constituir uma entrevista em *profundidade*. Em cada uma dessas entrevistas eu me identificava como estudante que já havia morado por cinco anos em São Gabriel e que agora estava em Santa Maria, sendo que me interessava em estudar um pouco da história do município e da vinda dos assentados.

O roteiro da entrevista era minimamente estruturado com base em um apanhado geral de questões e nas que surgissem em cada nova possibilidade de entrevista que se apresentava ao pesquisador. Nem sempre se podia planejar e agendar cada novo passo que redundasse em uma entrevista em específico, mas sempre se tinha em mente o posicionamento relativo dos indivíduos conforme os *pronomes* utilizados. Manteve-se, portanto, algumas dimensões básicas a serem abordadas em cada entrevista: uma apresentação das origens familiares, posse de títulos e de cargos, uma opinião geral sobre o perfil do município, um relato das memórias sobre o período de chegada dos assentados, que vínculos têm atualmente e com quais famílias assentadas, além das expectativas de futuro para o desenvolvimento do assentamento.

Boa parte dessas entrevistas ocorreu enquanto se faziam idas e vindas entre São Gabriel e Santa Margarida do Sul no início de junho de 2016, anteriormente à estadia contínua junto às famílias assentadas que me receberam. Naquele momento optei por evitar uma mistura entre esses lugares já que ainda não sabia até que ponto estar no *assentamento* poderia incidir na forma como os *municípios* construísem minha imagem e fariam suas declarações. E, de fato, fui diversas vezes questionado, mesmo que despreziosamente, sobre onde estava hospedado. Quanto a obter contato com os entrevistados *municípios* foi relativamente fácil conversar com pessoas da Prefeitura, muito por conta de ter participado da festividade dos 20 anos do município e de ter sido apresentado pelo Prefeito a alguns Secretários e funcionários. Já nos demais casos, entre os quais os que envolviam pessoas com

uma trajetória pública ocupando cargos perante os munícipes, sempre houve boa abertura para contar o que sabiam sobre o município. Em certo momento também fui convidado para participar de uma reunião da cooperativa de produtores de leite no município, da qual me fiz presente. Isso ocorria por mais que eu não tivesse sido apresentado por outrem a eles, ou seja, era praticamente um estranho. Contudo, considero que a condição de estudante em termos da validade quase universal dos títulos acadêmicos nos campos sociais (BOURDIEU, 2004, p. 164), reforçada pelo interesse na história do jovem município, foi um importante fator de abertura do campo de pesquisa para que essas pessoas contassem sobre suas trajetórias e me dessem, a partir de suas memórias, uma versão dos acontecimentos. Nesse sentido uma abordagem da história oral se fez necessária, onde se procurou perceber os acontecimentos que envolveram o assentamento em termos de como os ‘fatos’ se tornam ‘coisas’ (ALBERTI, 1996). Ou seja, a construção social dos fatos tende a produzir versões legítimas que se tornam a história contada e reproduzida desde diferentes pontos de vista no mundo social.

Em meio a esse processo em que eu era, ao mesmo tempo, um desconhecido e um estudante interessado nas histórias daquelas pessoas, logo me chamou atenção que quando perguntava ou apenas mencionava sobre os assentados já me era dito, quase sempre em prontidão, que eram “gente boa”, “se adaptaram bem”, “são trabalhadores”. Tais afirmações comumente vinham acompanhadas de um adendo “mas tem os que não trabalham...”. Algo aí me dizia que a necessidade de enunciar certas qualidades ou inferioridades representava uma fraca objetivação da palavra assentado (NEVES, 1997). Ela não servia para falar do conjunto dos assim chamados, precisava de explicações adicionais. Ao mesmo tempo, minha condição de alguém que pesquisava tanto o município como um todo e o assentamento em específico me levava a questionar constantemente as condições de produção daqueles dados. Não era tarefa fácil perceber, por um lado, o que se tratava de consequência dos redimensionamentos de poderes naquele espaço social e, por outro, os meus possíveis deslizos de uma aplicação equivocada do modelo *estabelecidos-outsiders*. Em se tratando da objetivação de *estigmas*, foi um importante princípio metodológico o de se perceber as sutilezas de sua enunciação, onde mesmo um elogio pontual pode demonstrar uma desqualificação geral. Para Elias e Scotson (2000) cabe nesse tipo de situação um distanciamento metodológico no sentido de compreender estruturalmente as interdependências ao invés de encontrar lados e culpados.

Outro fator levado em conta nas entrevistas com *munícipes* foi o de apreender elementos das diversas posições sociais interdependentes na *região estancieira*. A partir de uma estrutura básica fornecida pelos estudos sobre a emergente reconfiguração social nessa região, pelo menos em seus últimos trinta anos (PICCIN, 2012), procurou-se visualizar certas



vinculações dos *assentados* que fossem além da mera relação em geral com *municípios*. O intuito foi identificar sempre que possível a posição social dos agentes em termos de origens familiares, capitais escolares e posse de terras, tendo em conta uma certa consideração dos volumes de capitais no espaço social. Procurou-se, portanto, observar as interações dos assentados para além de categorias pouco objetivas como ‘latifúndio’ e ‘agronegócio’, mas com agentes localizados em determinadas posições sociais estruturantes de certos padrões de ação e de representação. Ou seja, na medida em que se estudam práticas e representações do indivíduo, junto de sua acumulação particular de capitais, se objetivam as estruturas sociais que informam sua posição, bem como os meios pelo qual o indivíduo tende a reproduzir aquelas mesmas estruturas (BOURDIEU, 1989).

Contudo, sob esta lógica relacional considera-se que a observação no trabalho de campo e a realização das vinte e uma entrevistas não foi totalmente satisfatória em termos de esgotar o conjunto de posicionamentos *municípios* acerca dos *sem-terra*. Apesar de suficiente para traçar diversas proposições e tendências, considera-se que ainda há espaço para observar as subjetividades em torno de como se concebem esses novos ingressantes na *região estancieira*. Em outras palavras, se por um lado o critério da *saturação* das entrevistas foi atingido para se dizer que a categoria *assentados* não explica as posições sociais das pessoas que chegaram como *sem-terra*, por outro lado não se obteve a mesma *saturação* em termos de compreender as subjetividades que esta mesma categoria apresenta ou não conforme cada posição *município*.

Outro importante subsídio para um momento inicial de imersão naquele espaço foi uma aproximação das notícias produzidas enquanto fatos naquele período temporal conhecido como envolvimento em ‘tensões’. Duas fontes agregaram em termos de datas e locais dos acontecimentos de modo a refletir sobre a elaboração das memórias e imagens sobre os *sem-terra*. A primeira delas teve uma importância em termos do ingresso no meio de interconhecimento, sendo acionada no início de junho de 2016. Foi o Jornal Correio Gabrielense, produzido em São Gabriel, único que dedica página exclusiva para os informativos da Prefeitura Municipal de Santa Margarida do Sul desde 2006. Foi disponibilizado acesso ao arquivo do jornal pelos editores, o que se tornou ferramenta útil para identificar pessoas com ampla visibilidade pública no local, assim como a visibilidade dos assentados naquele meio. Tal consulta foi realizada no início de junho de modo paralelo à imersão no trabalho de campo em Santa Margarida do Sul. A outra fonte foi um apanhado de notícias selecionadas pela equipe do gabinete de imprensa do Incra/RS e encadernadas como *clipping*. Tais notícias foram extraídas dos principais veículos de imprensa do RS e o critério

de seleção foi terem se ligado direta ou indiretamente ao tema das intervenções fundiárias do Inca. Nisso, se teve acesso a diversas publicações referentes ao período aqui considerado como do ‘emergir das tensões’ em São Gabriel, entre 2001 e 2009. Apesar desta seleção de material ter sido objeto de recortes operados por terceiros, havia uma significativa amplitude em termos de posicionamentos explicitados durante aquele período, o que por si só já tornava os dados úteis. O acesso a este material ocorreu em agosto de 2016, ou seja, em período posterior ao ingresso no meio de interconhecimento, mas não menos importante por isso em termos de contribuir na reflexão sobre a construção dos fatos.

Praticamente em um segundo momento do trabalho de campo se deu a imersão e as entrevistas no assentamento, quando fiquei nas casas de duas famílias assentadas entre meados de junho e início de julho de 2016. Note-se que a primeira entrada neste campo foi ainda em abril quando visitei por dois dias seguidos algumas das famílias presentes no evento Semana de aniversário do município. Para permanecer por um período mais longo no assentamento o acesso foi agenciado por um dos extensionistas contratados pelo Inca, o qual eu já conhecia desde pesquisas anteriores e possibilitou minha permanência por cinco dias na casa de seus familiares assentados. Esse momento consistiu em observação direta das conversas daquela família sobre si e sobre os demais assentados, além dos munícipes. Note-se que se avizinhava o período de campanha para as eleições municipais, sendo que ali já pude perceber um considerável grau de objetivação das redes de afinidade política no assentamento e no município. Outros espaços significativos no sentido de observação foram uma visita à feira do grupo de mulheres assentadas<sup>13</sup> ocorrida em praça pública naquela semana, uma reunião na chamada *sede* do assentamento – edifício que era a sede da antiga estância adquirida pelo Inca – e um churrasco envolvendo outras famílias assentadas em um domingo.

Não tive qualquer dificuldade para estabelecer longas conversas e conhecer como aquela família relatava sua história, afinidade tida muito por conta de compartilharmos processos de socialização primária enquanto pessoas provenientes das regiões de *colônias*. Além disso, o fato de ser novamente reconhecido em minha posição de estudante apareceu como elemento positivo para fazer as concessões de tempo e de informações. De certo modo, foi recorrente por parte dos assentados, especialmente entre as lideranças, expressar que consideravam muito bem vinda uma pesquisa que mostrasse os “resultados da reforma agrária”. É notável que em certos setores no campo acadêmico a admiração pelo tema dos

---

<sup>13</sup> Segundo relatos fragmentados no trabalho de campo, as atividades em torno da feira do grupo de mulheres se constituíram em um importante espaço de relações com munícipes desde os primeiros anos de implantação do assentamento. Contudo, por conta de limitações no trabalho de campo desta pesquisa, não foi possível abordar no espaço da dissertação as relações e processos em torno da feira.

movimentos sociais do campo repercute na frequente presença das figuras de estudantes e pesquisadores nos espaços de acampamentos e assentamentos. Nesse sentido é gerado um certo grau de solidariedade entre tais posições no sentido de que cada um deles pode se sentir responsável por frações distintas de uma mesma luta. Talvez por consequência dessa afinidade constatei que os pesquisadores que haviam passado pelo assentamento antes de mim fizeram roteiros relativamente similares em termos de famílias visitadas, as quais também me foram sugeridos em um primeiro momento. Ou seja, o modo como se ingressa nas redes de interconhecimento pode estruturar em grande medida que famílias estarão mais ou menos acessíveis para as entrevistas. Ciente desta seletividade, procurei me distanciar de uma observação unicamente orientada por poucos feixes de relações. Quando conversei com famílias que não fazem parte de grupos geralmente requisitados para entrevistas, algumas delas me disseram que nunca haviam recebido visitas de estudantes no assentamento. Desde já também se desenhava a existência de distinções entre as famílias assentadas. Com isso não se quer dizer que os grupos que a mim foram mais acessíveis desaconselhavam visitar aos demais, mas que havia motivos para proximidades e distâncias no espaço social.

Posteriormente a estes primeiros cinco dias no assentamento fui convidado a ficar por um período mais longo na casa de uma liderança do movimento. Foi considerado que nesta casa eu teria melhores condições para permanecer por conta do menor tamanho do grupo doméstico. Permaneci ali até o final do trabalho de campo. Porém, conforme conhecia novas famílias os convites se expandiram para posar em suas casas, o que reforçou aquela tendência de aprovação da pesquisa de um estudante. Nesse período realizei vinte e uma entrevistas com assentados e assentadas, predominantemente com os homens (dez casos, sendo três solteiros), em segundo com os casais (sete casos) e por último apenas com mulheres (quatro casos, nenhuma solteira). O principal critério levado em conta naquele momento para escolha dos entrevistados foi a abrangência de pessoas oriundas dos seis diferentes grupos de famílias acampadas. Também se considerou abranger pessoas socializadas no trabalho como agricultoras e outras socializadas em atividades não-agrícolas. Quanto às entrevistas com mediadores destaco a entrevista com o militante do MST que me recebeu em sua casa e uma nova conversa com aquele primeiro que me introduziu no outro assentamento do município. Além disso destacam-se entrevistas com dois extensionistas da COPTEC e uma da COCEARGS.

O tempo médio das entrevistas com assentados foi de 100 minutos, sendo que a moda – quantia de tempo que mais se repetiu – também esteve nessa faixa, com onze entrevistas. Foram seis casos com menos de 75 minutos, sendo apenas um deles realizada com respostas

rápidas, o qual alcançou 45 minutos. Ou seja, com isso se quer dizer que houve uma tendência em ter conversas em maior nível de *profundidade* com as famílias assentadas. A estrutura mínima da entrevista era um pouco mais longa do que a utilizada junto aos munícipes, sendo que contemplava três momentos (antes do acampamento, durante o acampamento e no assentamento), tendo sempre em conta as competências, os cálculos e as avaliações sobre cada período. Participei também de algumas atividades que envolviam certas coletividades de famílias como nos casos de churrascos aos domingos, visitas entre vizinhos, reuniões de grupos de produção, assembleia do assentamento, jogos de futebol na *sede* do assentamento, uma cerimônia fúnebre e a prática de um *mutirão* para preparar *melado* de cana-de-açúcar. Também visitei algumas vezes um pequeno bar que existia no assentamento naquele período.

Com o tempo me foi sugerido por pessoas “bem vistas” no assentamento conhecer algumas famílias assentadas portadoras de qualificações negativas, o que teria o sentido de que eu não conhecesse apenas a “parte boa”, mas todas as “realidades da reforma agrária”. Os aspectos tidos como negativos dessas famílias seriam certa incapacidade em gerenciar um lote com a força de trabalho própria, a prática de arrendamento, a instabilidade conjugal, o trabalho predominante externo sem sua dedicação ao lote, os negócios considerados como mal feitos, entre outros elementos. Dada aquela abertura, procurei saber quais as localizações físicas e simbólicas daquelas famílias, bem como obter uma aproximação para entrevistas. Na medida em que tentava entrar em contato com tais famílias, sentia o erguimento de empecilhos em variados graus. Percebi que existia um receio em receber-me, como no caso de um assentado que sempre dizia estar ocupado trabalhando fora do lote. Depois eu confirmei por outros meios que aquela foi uma tática dele para não me receber. Em outro caso, passei três vezes pela casa de uma dessas famílias em horários diferentes, mas depois me foi informado que a mulher era proibida de atender visitas na ausência do homem. Nos casos em que consegui conversar com tais pessoas, precisei deixar bem claro que não era funcionário do Incra, fato que me era perguntado mais de uma vez, e que associei com certo receio por conta de práticas consideradas ilegais. Além disso, também fui associado como militante do movimento, muito por ser recebido na casa de um deles, o que também era fator de afastamento para alguns agentes. Isso fez refletir sobre os limites em construir aproximações na pesquisa de campo e o risco de retratar parcialmente certos contextos. Mas vale destacar que nem sempre as conversas com as famílias menos prestigiadas redundavam em entrevistas mais curtas. Desde que afastada uma possível imagem de *fiscalizador* a conversa transcorria abertamente.

Uma estratégia que passei a utilizar no assentamento, seja para com as pessoas mais abertas para uma conversa ou as mais fechadas, foi acionar a categoria *prosa* para me referir à *entrevista*. Não neguei que iria fazer uso do gravador e que aquela conversa fazia parte de um trabalho na universidade em que eu estava escrevendo sobre a história da chegada das famílias assentadas e do município. Contudo, convidar para “dar uma *proseada*” seria uma relação mais pessoal do que formal, algo que não começa nem termina no ato de ligar e desligar o gravador. Fiz uso dessa abordagem por conta de perceber que as categorias *entrevista* e *questionário* eram atribuídas a levantamentos formais ou fiscalização feitos pelo Incra, conselho tutelar, entre outros.

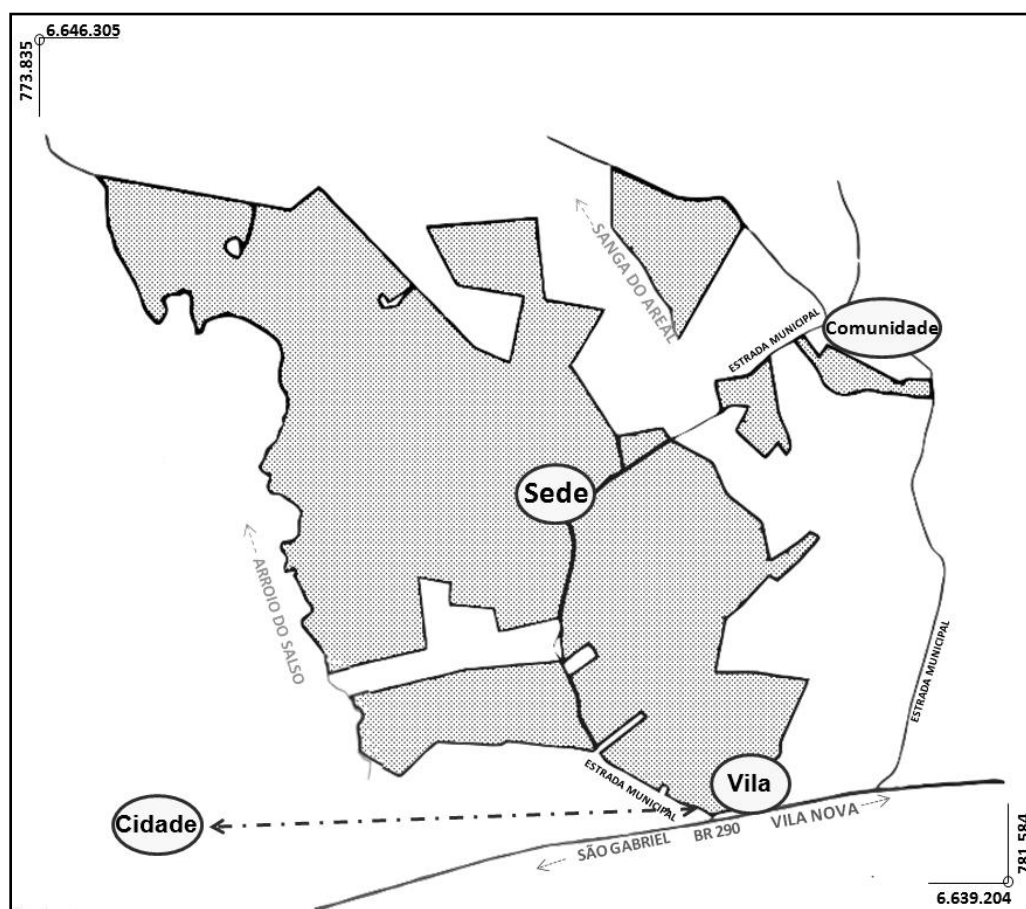
Associado às entrevistas no trabalho de campo também fiz uso de material para anotações enquanto ‘diário de campo’ em diferentes momentos. Um pequeno bloco de notas que era transportado em todo lugar que eu fosse era importante para anotar nomes, contatos, anotações rápidas e transcrição de falas em reuniões e conversas em geral, coisas que também se faziam por meio de notas tomadas no *smarthphone*. Ao final de cada dia se costumava fazer uma síntese dos acontecimentos e a construção de algumas proposições em um diário propriamente dito. Este também era acompanhado de sistematizações sobre possíveis enfeixamentos de relações e fluxos de recursos, bem como designações positivadas ou estigmatizantes que demarcavam afetos e desafetos.

Algo que chamou atenção em termos de aproximações entre assentados e munícipes foram as operações para distinguir espaços urbanos. A sede municipal de Santa Margarida do Sul não costuma ser representada como *cidade*, mas sim como *vila*, por conta do histórico processo de subordinação enquanto ex-distrito do “município mãe” São Gabriel. A sede deste último se mantém como a *cidade*, e tudo o que fica além de seus limites é denominado “para fora”, em processo semelhante ao que narra Fialho (2005) em outro município da região estancieira. Ou seja, os *margaridenses* sempre moraram “para fora” e a estruturação de uma sede municipal após emancipação ainda não a torna *cidade*, permanece com traços de *interior*. Há ainda que se considerar que a denominação local de *vila* não tem o mesmo sentido que designa as *favelas* nas grandes cidades gaúchas. No caso de Santa Margarida do Sul parece ter a ver principalmente com um acesso parcial a certos bens e serviços (WANDERLEY, 2009a) que se concentram em São Gabriel ou em outros pólos urbanos, bem como às representações sobre singularidades dos espaços rurais e urbanos (WANDERLEY, 2000). Conforme relatos locais é corriqueiro se dirigir à *cidade* para comprar os alimentos necessários para o mês, por exemplo, bem como para fazer consultas médicas não disponíveis na *vila*. Em outra situação,

uma *município* mencionava a presença de elementos caracterizadores de uma *cidade* somente a partir do processo de emancipação, onde destaca a estruturação da iluminação pública.

Consideradas as denominações do espaço físico para o *assentamento* e sua *sede*, bem como a *vila* e a *cidade*, vale também assinalar que outra localização significativa é a chamada *comunidade* Santa Margarida. Percebeu-se uma diferenciação entre as categorias *vila* e *comunidade* em termos de locais onde se concentram os moradores da sede municipal no primeiro e os moradores da localidade Santa Margarida no segundo. Os processos de conformação do município acarretaram em certas diferenciações que estruturaram a existência da *comunidade*, especialmente a estruturação de uma organização em torno da igreja católica por parte dos descendentes de *colonos*. Percebeu-se que tais diferenças são geralmente notadas pelas famílias assentadas apesar de sua condição de recentes ocupantes do município. Esses processos serão mais especificamente abordadas na seção 1.2. Na Figura 1, procurou-se espacializar de modo ilustrativo as localizações supracitadas.

**Figura 1** – Ilustração das referências espaciais de *assentados* e *municípios* em Santa Margarida do Sul, RS.



Fonte: Adaptado de Schmidt (2008) com base no trabalho de campo.

Quanto aos elementos da Figura 1, nos perímetros demarcados se encontram as diferentes glebas que compõem a área do assentamento e nos círculos sua *sede*, a *vila* e a *comunidade*. Estes três pontos se distanciam por aproximadamente 4 km entre si. A linha tracejada indica a localização da *cidade* São Gabriel que não aparece na figura, pois se localiza a 30 km de distância da *vila*. Na parte inferior da Figura 1 está representada a rodovia federal BR 290 que corta o município e passa rente à *vila*.

Em um âmbito introdutório ao trabalho, considero ainda importante ressaltar a singularidade do período posterior à imersão no trabalho de campo onde se sucedeu de modo mais significativo a produção escrita do trabalho de dissertação. Nesse momento, por mais que diversas proposições e hipóteses se estruturassem, recorrentemente foi necessário retornar às principais referências teóricas e diálogos com o orientador para realimentar as reflexões e rearmar os princípios de análise. Em horas de baixo desempenho se mostrou como frutífero fazer leituras qualificadas no sentido de sua capacidade em treinar um modo de pensar *relacional*. Nesse sentido foram significativas as constantes retomadas da leitura de Bourdieu (1989) em termos de reforçar os esquemas de pensamento do *habitus* científico, bem como a leitura de Garcia Jr. (1983) sobre o modo de construir as amarrações teóricas com o trabalho de campo. Nesses entremeios se fez sentir o que relata Bourdieu (1989, p. 27) de que o trabalho de construção do objeto de estudo não se faz ‘de uma assentada’, mas de um trabalho ‘de grande fôlego’ e de seus contínuos retoques, correções e emendas.





## 1. ANTES DOS SEM-TERRA: GÊNESE, POSIÇÕES E RECONFIGURAÇÕES NA REGIÃO ESTANCIEIRA DO RIO GRANDE DO SUL

Pretende-se analisar nesta seção os principais processos que constituíram uma denominada região estancieira no Rio Grande do Sul e como repercutiram nos processos de disputa pela política agrária do estado no século XXI. Nesse sentido, procura-se compreender visões de mundo conformadas nesse espaço social e que foram internalizadas pelos indivíduos ali socializados, tendo como ênfase processos que foram recorrentes nas posições de dominantes e subordinados. O objetivo é compreender condicionantes para a construção social da noção de *sem-terra* nos imaginários dos agentes sociais que internalizaram estruturas mentais características da região em estudo. Considera-se que o estudo das formas de julgamento naturalizadas no espaço social é de fundamental importância para conhecer os condicionantes da ação dos assentados na relação com antigos moradores. Com isso, considera-se relevante tanto o ato de conhecer as trajetórias de mobilização e migração recorrentes aos sem-terra no Rio Grande do Sul<sup>14</sup> (NAVARRO; MORAES; MENEZES, 2009; CHELOTTI, 2009; PICCIN, 2011; MACHADO, 2014), como de investigar as possibilidades que se abrem ou se fecham quando entram em relação direta com os grupos de antigos moradores.

A referência *antes dos sem-terra* presente no título deste capítulo não desconsidera a existência de agentes sociais desprovidos de terras como meio de produção na região estancieira, nem pretende ignorar outros agentes da região que tenham ingressado nas fileiras dos movimentos sociais do campo. Mais especificamente, *antes dos sem-terra* é um momento onde se estruturam as experiências dos antigos moradores de municípios que sediam a implantação de assentamentos rurais frente ao recrudescimento de lutas políticas pelo acesso à terra no RS. É a forma como os antigos moradores tomam conhecimento de uma categoria que é combatida pelo patronato rural e que, recorrentemente, chama atenção em canais midiáticos com suas reivindicações por reforma agrária. É, acima de tudo, referência às pessoas que vêm “de fora” e que, durante as disputas no campo dos conflitos agrários, passaram a figurar com maior contundência nos imaginários dos antigos moradores. Por conta desse processo de aproximação baseado em vínculos antigos entre *municípios* e em representações novas sobre os *sem-terra*, considera-se significativo esmiuçar estruturas

---

<sup>14</sup> As quais serão apresentadas no capítulo IV deste trabalho e são objeto recorrente da literatura sobre assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.

sociais da região em estudo e como condicionaram o ingresso dos chamados *sem-terra* em uma nova posição no espaço de relações sociais.

O capítulo está dividido em três seções. Inicia-se por um transcorrido pelas principais fases de prosperidade e de crise dos senhores de terras estancieiros, com o intuito de visualizar condições e posições sociais no processo de socialização dos grupos interdependentes, dominantes e subordinados, na gênese da região. Em linhas gerais, apresenta-se o balanço de poderes no espaço social e as consequências de uma crise dos senhores de terras desde a década de 1990 em termos de reconfiguração das posições no espaço social. Uma segunda seção é dedicada para situar e destacar elementos das reconfigurações nos domínios estancieiros em Santa Margarida do Sul, município onde se instala o assentamento Novo Horizonte II, de onde vêm a se constituir os grupos interdependentes junto aos assentados. Na terceira seção se apresentam alguns condicionantes do que gerou uma posição *outsider* aos assentados no município. Visualiza-se como as tensões entre assentados e munícipes são exacerbadas no contexto da crise estancieira e das disputas no campo dos conflitos agrários, fornecendo elementos para uma vinculação geralmente opostora ao ingresso dos *sem-terra* como gente “de fora”.

### 1.1. GÊNESE E TRAJETÓRIA DOS GRUPOS INTERDEPENDENTES NA REGIÃO ESTANCIEIRA

Nesta seção concentra-se atenção para os processos conformadores de condições e posições sociais na região que denominamos como *estancieira*. Partiu-se pela identificação das linhas gerais de força que estruturam o *espaço de relações sociais estancieiro* de modo a compreender as principais categorias internalizadas pelos agentes socializados nesse espaço. Supõe-se que estas estruturas são orientadoras das visões de mundo dos *munícipes* socializados nas localidades que se avizinham ao assentamento Novo Horizonte II. A reflexão parte de uma contextualização a partir da literatura historiográfica de modo a considerar os condicionantes que moldaram e os que ainda constroem o que se denomina como espaço social estancieiro. Não é intuito proceder a um resgate do conjunto de processos que concorreram para a conformação de uma região estancieira nas áreas de campos do Rio Grande do Sul, nem o levantamento do conjunto da literatura que reflete sobre tais questões. Nesse caso, reflete-se sobre os processos de configuração e reconfiguração das relações e recursos de poder entre as principais posições no espaço social, bem como sobre os graus com

que a socialização neste espaço social tende a incorporar certos modos de classificar situações e agir frente a elas, ou seja, de conformar certos *habitus* (BOURDIEU, 1989).

No atual espaço físico correspondente ao Rio Grande do Sul, o processo pelo qual emergiram os senhores de terra *estancieiros* está relacionado com as estratégias de impérios coloniais em torno da ocupação da bacia do Prata, espaço em disputa entre portugueses, espanhóis e indígenas. No estudo de Zarth (2002), a partir de uma síntese da história agrária do estado, apresentam-se fatores que contribuíram para a perpetuação de uma estrutura fundiária concentrada, relacionada à exploração pastoril dos campos e dependente do trabalho escravo, em um sistema com poucas variações até pelo menos o final do século XIX. Para o autor, é importante ter em conta que somente em meados do século XVIII a província passou a ser paulatinamente ocupada pelos portugueses em função dos contínuos conflitos com espanhóis e com indígenas pelo território. Até então, essa região não teria despertado interesse central na estratégia agro-exportadora da colônia, tanto em função da ausência de ouro ou prata, do clima não vantajoso para cultivos tropicais e pelo litoral mais distante da Europa e pouco favorável para aportar navios (ZARTH, 2002, p. 49).

Nesse contexto, foram os conflitos sucedidos a partir do século XVIII que estabeleceram o interesse dos governos português e, posteriormente, brasileiro em manter proprietários fixos no território<sup>15</sup>. A porção sul brasileira seria uma ameaçadora porta de ingresso para os ocupantes da bacia do Prata, motivo pelo qual era objeto de Tratados entre as coroas portuguesa e espanhola (PESAVENTO, 1980). Nesse cenário conflituoso os favorecidos com títulos fundiários foram, em maioria, os ocupantes de cargos militares que se beneficiaram do prestígio acumulado com a participação nas guerras para controlar a concessão de terras e operar um fraudulento itinerário de apropriação espacial (ZARTH, 2002, p. 56-68, 74-80). É especialmente no início do século XIX, já como Reino do Brasil, que se intensifica a concessão de Títulos de Posse em extensas áreas de terra nas porções onde predominavam paisagens de campos no estado. Ainda antes de 1850, quando promulgada a lei que privatizou as terras brasileiras, já se havia concluído a apropriação dos estancieiros pelas áreas de campos (Ibid., p. 63).

Conformaram-se extensas propriedades em todo o território, porém uma baixa densidade demográfica frente ao intento de povoar as fronteiras. Para Zarth (2002), esta

---

<sup>15</sup> A existência de guerras na região entre os séculos XVIII e XIX é praticamente contínua: em 1737 a fundação do forte de Rio Grande; entre 1754 e 1756 a Guerra Guaranítica contra os índios missioneiros; entre 1763 e 1776 guerra dos portugueses contra os castelhanos que ocuparam Rio Grande; entre 1810 e 1828 disputa pela Banda Oriental (Uruguai) e pelo território das Missões; entre 1835 e 1845 a Guerra dos Farrapos; entre 1851 e 1852 guerra contra a Argentina; entre 1864 e 1870 a Guerra do Paraguai (ZARTH, 2002, p. 53).

configuração da apropriação espacial foi geradora de uma marcante dicotomia entre campos e florestas, a qual permaneceria durante aquele século como incógnita: os campos como áreas controladas por estâncias e as florestas como áreas devolutas e privadas em menores graus de coerção. Como resposta a essa e a outras pretensões<sup>16</sup>, as áreas de mata foram loteadas em um processo de colonização que priorizou imigrantes europeus, os *colonos*, e expulsou índios e *caboclos*<sup>17</sup>, populações livres que foram desapossadas durante o processo de mercantilização das terras (ZARTH, 2009).

A exploração que se inicia nesse período nas propriedades denominadas como *estâncias* guarda semelhanças e diferenças com a ‘agricultura extrativa’ (PRADO JÚNIOR, 1972) dos senhores do engenho ou do café do Brasil agro-exportador. Aproxima-se em termos de exploração extensiva controlada por um *senhor* de terras e dependente do trabalho escravo, o sistema dominante das grandes propriedades. No entanto, ao se voltar para o abastecimento de charque ao mercado interno, se diferencia das lavouras exportadoras e assume perante a elas uma posição secundária, além de que a função de controle geopolítico da região e a recorrência de guerras dão um papel relativamente distinto a estas propriedades (ZARTH, 2002, p. 31). Nisso, emerge a figura do *senhor de terras e de guerras* denominado *estancieiro* (PICCIN, 2012), tanto em função da hegemonia sobre as áreas de campo da província do Rio Grande e seu controle militar sobre o território como da extração de carne para abastecimento do mercado interno no império brasileiro.

Nos campos em que se estabeleceu o domínio estancieiro se encontravam até então povos indígenas como seculares ocupantes do território. Essas populações foram objeto de interesse de missões jesuíticas no século XVII, antes do ingresso de estâncias, porém foram amplamente perseguidas antes e durante o estabelecimento de senhores de terras (PESAVENTO, 1980). Junto da desestruturação dos povos indígenas se estabeleceu, como elemento significativo no espaço, um amplo rebanho de gado que se multiplicou sem restrições desde o início do século XVII. A introdução do gado na província se deu tanto por meio de investidas espanholas nas margens do rio da Prata, como nas reduções jesuíticas pela margem direita do rio Uruguai. Segundo Maestri (2000, p. 5), desde as reduções jesuíticas os

---

<sup>16</sup> Além do impasse geopolítico, o autor cita os estigmas então preponderantes de que os caboclos representariam o atraso e os imigrantes europeus a modernidade, onde seu papel seria desenvolver a agricultura e abastecer o mercado interno com gêneros alimentícios, oferecer força de trabalho livre e, nisso, possibilitar o “branqueamento” da população da província (ZARTH, 2002, p. 155-67).

<sup>17</sup> A categoria *caboclo* é aqui utilizada mais como critério sócio-cultural do que étnico, como “modo de vida, a forma de produzir e sua inserção no mundo capitalista” (ZARTH, 2009, p. 224). Ressalta-se que as categorias *caboclo* e *lavrador nacional* foram usadas especialmente no séc. XIX pelas autoridades provincianas para distinguir negativamente os pequenos agricultores mestiços – descendentes de portugueses, povos indígenas e/ou africanos – frente aos *colonos* imigrantes (ZARTH, 2002).

indígenas teriam acumulado habilidades quanto aos afazeres pastoris, o que os tornou conhecedores privilegiados daquela atividade. No entanto, na medida em que os jesuítas foram expulsos do território pela coroa portuguesa e que se reconfiguraram as posições e condições sociais, as populações indígenas foram constituídas como ilegítimas ocupantes das áreas (MAESTRI, 2000, p. 16).

Zarth (2009) também chama atenção para a significativa população de *caboclos* ou *lavradores nacionais* enquanto categoria recorrentemente desprezada pela historiografia gaúcha. Esse grupo se caracterizaria como população camponesa livre, porém desapossada e preterida dos projetos de loteamento das florestas. Ao invés do isolamento nas matas arrogado pela literatura como estratégia desses grupos, teriam se ocupado nas estâncias e pequenas indústrias (atafonas, olarias, curtumes, etc.) do interior da província, na transição do trabalho escravo pelo livre. Ou seja, o estabelecimento da estratégia pastoril pelos proprietários estancieiros esteve, portanto, ligado à presença dos gados como recurso amplamente disponível e das populações indígenas e caboclas desapossadas que foram incorporadas como mão-de-obra em relativa subordinação às estâncias para o trabalho pastoril e de auto-abastecimento (ZARTH, 2012, p. 109-16).

De modo a compreender as posições desses distintos trabalhadores nas relações sociais de produção da estância, Maestri (2000) discorre que, enquanto as populações livres ou caboclas foram prioritariamente inseridas como trabalhadores em condição de liberdade na atividade pastoril, em trabalho permanente ou temporário, os escravos tiveram uma inserção em duas condições principais. Por conta do trabalho pastoril se dar prioritariamente em campos abertos, a possibilidade de fuga de escravos exigia mecanismos de controle que dificultavam sua ocupação nessas atividades. Por isso, sua inserção se deu prioritariamente em trabalhos relacionados a cultivos agrícolas, serviços domésticos e pequena indústria, atividades que facilitavam a constante vigilância. Nesse sentido, Zarth (2002, p. 114) complementa com categorias nativas de denominação dos escravos e de suas principais ocupações na estância: *campeiros*, *roceiros* e *domésticos*. Porém, ao passo em que se abriam condições para uma relação de dominação personalizada entre senhores e escravos, possivelmente entre os escravos nascidos nas estâncias, crescia a possibilidade de se ter escravos em atividades pastoris sem o uso de coerção por força física (MAESTRI, 2000, p. 21).

Para perceber certas interdependências no espaço estancieiro, vale tecer algumas considerações sobre a condição dos denominados *peões*, também chamados *gaúchos* naquele contexto, como trabalhadores em condição de autonomia relativa perante os estancieiros.

Maestri (2000, p. 13-5) situa estes trabalhadores como despossuídos de Títulos de Posse de terras, mas detentores de alguns meios de produção (cavalo, arreios, laço, etc.), mesmo que de modo restringido. Esta condição os possibilitava obter fonte de alimentação e venda de couro com os abates de gados amplamente dispersos, prática livre que veio a ser considerada clandestina com a ocupação pelas estâncias. Suas relações de trabalho com os proprietários poderiam ocorrer de forma temporária por conta dessa margem de escolha aberta pelo espaço social e relacionada com a “clandestinidade”.

Contudo, isso não quer dizer que os *peões gaúchos* viviam livremente pelos campos no sentido de ter total escolha sobre o emprego de seu trabalho. Na medida em que as estâncias ocupavam toda a área de campos da província e que as áreas de floresta eram incorporadas em projetos de colonização as escolhas se fechavam. Note-se que a opção por vagar “livremente” pelos campos estava condicionada com uma relação de clandestinidade e com os estigmas atribuídos pelos grupos dominantes (MAESTRI, 2000, p. 16). Além disso, nessa condição os *gaúchos* tendiam a permanecer solteiros, onde se limitavam as possibilidades de constituir grupo familiar doméstico. Portanto, uma medida amplamente explorada pelos estancieiros para garantir a permanência dos peões, sem acarretar aumento de remuneração, foi a autorização para que, em pequenas áreas cedidas, constituíssem moradia, pequenos cultivos e criações (ZARTH, 2002, p. 180), além da possibilidade de ser recrutado como soldado em seus exércitos particulares (PICCIN, 2012, p. 87-90). Submeter-se ao senhor passou a ser uma das principais formas, senão única, de constituir família de modo a garantir reprodução social. Nesse sentido, as estâncias são, desde sua formação, fortemente caracterizadas pela extração de trabalho com reduzido pagamento em espécie, o que não é exclusividade deste espaço social, mas regularidade onde predominam formas de dominação personalizada (PICCIN, 2012).

Ao longo desse processo que conformou, em traços gerais, o sistema de posições sociais do espaço estancieiro, é de especial atenção a significativa alteração das relações sociais de produção na medida em que se intensifica o cercamento das propriedades nas décadas de 1870-1880 e com ele se amplia a distância entre posições sociais dominantes e subordinadas. Para Maestri (2000, p. 18-9), uma das consequências práticas do processo foi a redução de necessidade de mão de obra para as atividades pastoris, já que as cercas representavam limites mais facilmente manejáveis. Com isso, um grande impacto sobre as relações de trabalho foi a redução da demanda dos escravos e o reforço da tendência de sua comercialização para outras regiões escravocratas do país, assim como a redução de demanda sobre o trabalho dos peões (ZARTH, 2002, p. 181). A consequência imediata foi a formação

de um amplo contingente de trabalhadores como exército de reserva para as estâncias, o que amplia significativamente as possibilidades de dominação personalizada pelos *senhores* de terras no período (PICCIN, 2012, p. 72-3). Note-se que o cercamento veio reforçar o controle sobre as terras conferido pela Lei de Terras de 1850, o que atribuiu aos estancieiros *status* definitivo de proprietários (MAESTRI, 2000, p. 19).

O cercamento das estâncias viria a se tornar o principal elemento de apropriação dos campos pelos *senhores* de terra e traria, como consequência direta para o balanço de poder no espaço social, a perda significativa de força relativa dos peões. Piccin (2012, p. 64-73) acrescenta que não estavam abertas outras possibilidades de trabalho para o amplo grupo de peões e suas famílias em condição de desemprego e de fechamento dos meios de sobrevivência. Não estava em aberto a possibilidade de ocupar legalmente as regiões de florestas que passaram a ser alvo de políticas de colonização prioritariamente para imigrantes europeus não ibéricos desde 1824 (ZARTH, 2002), ou de se empregar na emergente indústria de Porto Alegre que priorizava explicitamente a preferência por imigrantes e seus descendentes, fluxo que aumentava desde o final do século XIX (FORTES, 2001). A opção que imediatamente se apresentava era se submeter ao trabalho nas estâncias, muitas vezes tendo em troca apenas a possibilidade de moradia como pagamento. Aumentava a condição de dominação personalizada pelos senhores, tendo em vista que as possibilidades de escolhas alternativas eram poucas. O período que se abriu com o cercamento das estâncias por volta de 1870 foi, provavelmente, de ampliação na privação da reprodução social e até biológica dos grupos subalternos no espaço social (PICCIN, 2012).

Tendo em vista a posição geopolítica ocupada nos séculos XVIII e XIX pelo sul do país e revisadas as principais relações sociais de produção durante a emergência das estâncias, considera-se ainda a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre as estratégias relacionais da elite estancieira perante outras elites agrárias brasileiras no século XX<sup>18</sup> (PICCIN, 2014a). Com a breve contextualização que segue procura-se abordar os processos fundamentais pelos quais a economia estancieira se estruturou e desestruturou durante o século XX até sua principal crise na década de 1990, tendo em vista não somente senhores de terra, mas os grupos subordinados no espaço social.

---

<sup>18</sup> Como argumentado por Piccin (2012, p. 31; 2014a), a literatura que se dedica à economia do RS não têm discutido sobre as estratégias relacionais dos estancieiros frente a outras elites econômicas gaúchas e brasileiras, especialmente no período que sucede a década de 1930. As análises resumem-se a apanhados estatísticos e documentais sem uma devida ênfase ao 'espaço de relações' em que os estancieiros estão imersos com estratégias em jogo (PICCIN, 2014a, p. 327-9).

Para se ter em conta a transição do posicionamento das elites agrárias estancieiras no cenário econômico e político brasileiro do século XX, faz-se uma breve digressão aos séculos anteriores. Das primeiras mercadorias utilizadas de modo sistemático pelos estancieiros no mercado interno, ainda no século XVIII, deve-se ter em conta a comercialização de couro de uma porção relativamente pequena dos rebanhos (10%) (MAESTRI, 2000, p. 7 *apud* CÂMARA, 1863) e o deslocamento, por tropeiros, do gado em pé até o sudeste do país, de modo a servirem como fonte de alimentação dos trabalhadores das minas e como força de tração (PESAVENTO, 1980). Ganha terreno a partir de 1780 o beneficiamento da carne para produção de charque, de modo que se estabelecem centros charqueadores e estancieiros-charqueadores que escoam a produção para outras regiões brasileiras, em especial para alimentação das classes trabalhadoras em lavouras de exportação do Sudeste e Nordeste do país. Esta é a principal atividade a que se destina o gado das estâncias até o início do século XX, o que mantinha uma posição secundária dos estancieiros perante outras elites agrárias no país, já que o charque ocupou posição de item alimentar com baixo custo monetário (ROCHA, 2011).

Ao adentrar pelas primeiras décadas do século XX o posicionamento dos estancieiros se alavancou perante o cenário econômico nacional tanto pelas novas condições para a venda de carnes como pelos recursos acumulados e estratégias acionadas por esta elite agrária (PICCIN, 2014a). Segundo este autor, entre as décadas de 1920 e 1940 se processou uma importante recomposição das estratégias estancieiras conforme a paulatina decadência do mercado do charque desde o final do século XIX. Os estancieiros-charqueadores se defrontaram com limitações para manter preços competitivos na compra de gado em um cenário de aumento de estoques do charque (1931), abertura nacional ao mercado charqueador platino (1932), criação de legislação sanitária (1936) e nova legislação sindical (1931 e 1943). Contudo, a significativa força de barganha destes perante o governo estadual viabilizou a concessão de incentivos para que se ajustassem satisfatoriamente frente à crescente demanda internacional de carnes frigorificadas a partir de 1936. Com a criação do Instituto Rio-Grandense de Carnes em 1934 e devido aos empréstimos e infraestrutura concedidos nos anos seguintes para operacionalização de uma rede de frigoríficos sob controle de cooperativas estancieiras, estes passaram a operar o mercado em condição superior às charqueadas decadentes e frigoríficos privados. Ocorreu uma alteração significativa de inserção nos mercados ao partir desde um produto que abastecia classes populares no mercado interno para artigos de consumo não-popular com amplo mercado interno e externo de luxo (PICCIN, 2014a).



Com a emergência do mercado de carnes frigorificadas, a fase de maior prosperidade econômica dos estancieiros no cenário econômico nacional teve duração entre as décadas de 1940 e 1980. Segundo Piccin (2012), em todo esse período as formas de dominação baseadas no respeito à figura dos senhores permaneceram amplamente legitimadas como *modus operandi* nas relações de trabalho da produção pastoril. As estâncias tinham como principal elemento gerador de força de trabalho a presença de peões que trabalhavam em troca de moradia em pequenas áreas ou alojamentos cedidos na estância. As restrições para escolhas alternativas fechadas pelo espaço social e a ampliação da posição dominante dos senhores perpetuaram relações personalizadas de trabalho mesmo com a existência de um estatuto legal para trabalhadores rurais no país, desde 1963, conhecido como Estatuto do Trabalhador Rural. Ou seja, possibilitava aos estancieiros praticamente eliminar os custos monetários com trabalho na medida em que a remuneração se limitava a presentes, permissões e pequena quantia em dinheiro – o que poderia ser reapropriado pelo sistema de *armazém*<sup>19</sup> –, o que aumentava a dominação pessoal e criava condições para imobilizar mão de obra por dívidas morais e monetárias (PICCIN, 2012, p. 162, 324-6). A contestação legal deste tipo de relação de trabalho só veio a ocorrer com maior frequência na década de 1980, quando também se ampliam as possibilidades de migração para outras regiões do estado. É nesse período que se instalam obstáculos aos estancieiros no mercado das carnes e que se reconfiguram relações de poder na região estancieira (PICCIN, 2014b).

O fator crucial para a efetiva decadência dos tradicionais estancieiros criadores de gado foi a abertura do mercado nacional de carnes aos efeitos da globalização de mercados, no bojo das políticas neoliberais da década de 1990 (PICCIN, 2012; 2014b). As estratégias até então vigentes não foram mais capazes de garantir prosperidade econômica em um mercado competitivo: esgotaram-se as medidas protecionistas do Instituto Rio-Grandense de Carnes, instinto em 1991, e retraíram-se as recorrentes condições de dominação pessoal para extração de trabalho parcamente remunerado em dinheiro dos *peões*. As novas restrições de mercado e a legitimação no espaço social dos direitos aos trabalhadores rurais decretaram o esgotamento das condições de possibilidade daqueles padrões de dominação na estância pastoril (PICCIN, 2014b).

---

<sup>19</sup> Especialmente entre os estancieiros-charqueadores era comum recorrer ao sistema de pagamento baseado na remuneração com produtos de consumo fornecidos em um *armazém* próprio. Tal expediente possibilitava altos níveis de extração de sobretrabalho dos *peões* na medida em que se reduzia os custos de pagamento em dinheiro. Em algumas situações os trabalhadores eram praticamente fixados pelos senhores por conta da acumulação de dívidas no *armazém* (PICCIN, 2012, p. 249, 323-6).

De modo relacional, o paulatino ingresso de agentes movidos prioritariamente pelo cultivo de cereais na região estancieira acabou por posicioná-los em condições privilegiadas de ascensão social, especialmente depois da década de 1990 conforme a decadência das estâncias pastoris (PICCIN, 2014b). Ao analisar essa reconfiguração do espaço social na região estancieira, Piccin (2012) verificou que boa parte dos agentes sociais que se consolidaram como proprietários e arrendatários de grandes extensões produtoras de cereais em São Gabriel, RS, tiveram uma socialização primária como descendentes de famílias da região de *colônias* no estado. Portanto, a possibilidade de arrendamento de terras aos *colonos*, conjecturada como escolha ainda na crise do charque entre as décadas de 1920-30 (PICCIN, 2014a), enfim passou a ser acionada como estratégia recorrente pelos estancieiros, o que revela um novo e mais contundente estado de crise da estância pastoril. No entanto, o autor analisa que a estratégia tomada por boa parte das famílias de estancieiros em decadência passou por reconversão social, onde a atividade pastoril deixa seu papel central, sendo vendida ou arrendada, e os investimentos familiares se deslocam para acumulação de títulos escolares e atuação em funções de alto prestígio nas cidades.

## 1.2. RECONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO ESTANCIEIRO EM SANTA MARGARIDA DO SUL

Nesta seção acrescenta-se à discussão da gênese e reconfiguração do espaço estancieiro algumas variações e especificidades locais do processo, conforme dados e relatos da pesquisa de campo. Ao analisar a conformação de grupos e identidades sociais no município de Santa Margarida do Sul (emancipado de São Gabriel em 1997), onde se situa o assentamento Novo Horizonte II, os processos de reconfiguração social da região estancieira ficaram latentes. Partindo das considerações teóricas, de fontes secundárias e de entrevistas<sup>20</sup> no município, verificou-se que o jogo de forças na localidade Santa Margarida<sup>21</sup> pode ser compreendido à luz dos estudos sobre a crise estancieira. Tal localidade, que carrega o nome do município e dentro dele tem significativa representação econômica e populacional, se originou na relação com estâncias que passaram por processos de reconversão, fracionamento

<sup>20</sup> Destacam-se as entrevistas com dois dos membros da comissão emancipacionista, com um ex-vereador do período em que o município pertencia à São Gabriel, com uma antiga moradora da localidade junto de membros de sua família e com o presidente de uma associação de pequenos e médios produtores agrícolas locais.

<sup>21</sup> Considerou-se como localidade Santa Margarida um conjunto maior de áreas em relação ao que se considera, localmente, como limites oficiais entre localidades. O ponto de demarcação foi um conjunto de localidades (Areal, Lajeado, Mangueirão e Santa Margarida) relativo às áreas de antigas estâncias, que, em sua formação, compartilhavam um espaço social relativamente integrado. Vale mencionar que não me refiro ao conjunto de áreas ou localidades do distrito emancipado como Santa Margarida do Sul.

e venda de terras, o que acarretou em variados processos de ruptura e continuidade aos grupos interdependentes.

Dentro do período que demarcamos entre a década de 1930 até o final da década de 1980, aqui denominado como fase de predomínio das relações sociais estancieiras, o elemento central de cisão entre famílias<sup>22</sup> no espaço social passava pela diferenciação entre *proprietários* de terras e *moradores* em áreas cedidas ou marginais, tendo em vista que as famílias proprietárias geralmente acumulavam recompensas materiais e status social por herança. Entre as famílias moradoras, relativas às posições subalternas de *peões*, percebeu-se que, em geral, ocupavam-se em relações de trabalho com proprietários, muito em função de áreas por eles cedidas para constituir moradia e pela geração de dívidas morais em relação de dominação personalizada. Nesse ínterim, o amplo ingresso de agentes sociais identificados e legitimados como *migrantes* acaba por estabelecer novas condições e posições sociais na localidade. Estes *migrantes* ingressam no espaço social desde meados da década de 1950 e se caracterizam enquanto descendentes de imigrantes europeus não ibéricos que ocuparam áreas de florestas do Rio Grande do Sul desde o início do Império brasileiro no séc. XIX (ZARTH, 2002, p. 182-92). Vale reiterar que o ingresso de migrantes não determinou um cenário de total ruptura com elementos de distinção do espaço social estancieiro, tal como a condição dominante de proprietários herdeiros de terras e as relações demarcadas por dívidas morais. No entanto, a partir da década de 1990 visualiza-se a conformação de uma nova morfologia social na localidade a partir de alterações no balanço de poderes entre grupos sociais na região estancieira (PICCIN, 2014b), onde o peso e as estratégias de certas categoriais são significativamente alterados.

A seguir, apresenta-se uma proposta sintética de periodização (Quadro 1) com o intuito de situar os principais processos e analisar as posições relacionais dos agentes no espaço social. De modo a evitar categorias denominativas dos períodos que abarcassem apenas um dos grupos interdependentes, construiu-se um quadro demonstrativo dos principais processos de ascensão e reconversão social dos grupos delimitados entre *estancieiros*, *médios proprietários*<sup>23</sup>, *peões*, *migrantes* e *assentados*. Estas categorias serão mais bem discutidas no decorrer desta seção.

---

<sup>22</sup> Para o caso dos agentes socializados neste contexto considera-se a noção de ‘família extensa’ a partir de Lewin (1993, p. 115-118), categoria pela qual se considera a descendência e ascendência tanto em linha paterna como materna, incluindo várias gerações, bem como os parentes não consanguíneos que se aproximaram por laços de casamento, compadrio, afinidades políticas, entre outras formas socialmente reconhecidas.

<sup>23</sup> Poderia se argumentar que o grupo *médios proprietários* corresponde à categoria *pecuaristas familiares*, caracterizada como dedicada à bovinocultura de corte extensiva, com a principal mão de obra da própria família, composta por propriedades com até 300 ha e formada nos processos de fracionamento de estâncias, entre outros

**Quadro 1** – Trajetórias relacionais de grupos na localidade Santa Margarida (+-1930-2009...).

Período/ grupo social	Fase de predomínio estancieiro			Nova morfologia social
	+ - 1930 a 1949	1950 a 1969	1970 a 1989	1990 a 2009 (...)
<b>Estancieiros</b>	Reconversão de estratégias produtivas e ascensão	Ascensão	Fim da ascensão e crise	Reconversão das estratégias de reprodução social
<b>Médios proprietários</b>	Ampliação	Posição social intermediária	Posição social intermediária	Manutenção e/ou arrendamento e/ou venda de terras e/ou reconversão
<b>Peões</b>	Estagnação	Estagnação	Estagnação, expulsão ou migração	Estagnação, trabalho formal ou migração
<b>Migrantes</b>	Ausência	Entrada	Ascensão	Ampliação das terras, legitimação e diferenciação
<b>Assentados</b>	Ausência	Ausência	Ausência	Assentamento rural em 2008

Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo e em Piccin (2012; 2014a; 2014b).

Em termos de estratégias de reprodução social das famílias estancieiras entre o início do século XX até a década de 1980, verificaram-se duas tendências distintas na localidade: a) primeiro, a sucessiva fragmentação de estâncias através da divisão de patrimônios em heranças, constituindo propriedades que variavam entre 10 ha a até mais de 200 ha, e, b) depois, a ascensão social por meio da venda de carnes frigorificadas e ampliação da subordinação da força de trabalho, principalmente entre as décadas de 1940 e 1980, conforme o quadro geral da região estancieira apresentado na seção 1.1. Nesse sentido, considera-se que as transformações na estrutura fundiária da localidade correspondem, em um primeiro momento, à fragmentação de estâncias motivada por heranças. Ao mesmo tempo, duas das estâncias locais mantiveram-se atuantes nas bases de prosperidade econômica da região estancieira, marcadas pelas relações personalizadas de extração de sobretrabalho em troca de concessão de moradia e pontuais pagamentos em dinheiro.

Com o fracionamento de estâncias constituiu-se, em Santa Margarida, ainda em meados do século XX, uma significativa parcela do que consideraremos aqui como *médios proprietários* no interior desse contexto estancieiro. Consideram-se, aqui, como *médios proprietários* os portadores do capital terra e do capital provido pelo *status* familiar, ou seja,

---

atributos (RIBEIRO, 2016). No entanto, para nossos propósitos de compreensão das forças sociais no espaço relacional, tal categoria dissolve diferenças importantes entre grupos de agentes interdependentes, entre elas a distribuição de capital simbólico.

os portadores de posição social distinta no espaço social especialmente por conta de sua ascendência familiar. Em outras palavras, são agentes portadores de capital simbólico em uma posição efetivamente intermediária no espaço social, entre *estancieiros* e *peões*, não exclusivamente por conta do tamanho das propriedades, mas pelo espaço relativamente privilegiado ocupado nas redes de relações. Em termos práticos, são estes que, no período, ocupavam posições no campo político local, na presidência de uma união recreativa e de uma organização comunitária da igreja católica. Portanto, em meados do século XX conformava-se um conjunto de *famílias proprietárias* através do traço em comum da herança, guardados os diferenciais de poder entre *estancieiros* e estes novos *médios proprietários*.

Com exceção do restrito grupo de *famílias proprietárias*, um conjunto de população subalterna residia em áreas cedidas por proprietários ou em bordas de estradas. Este grupo se dedicava aos trabalhos permanentes, enquanto *peões*, ou às atividades temporárias denominadas *changas*<sup>24</sup>. Tais denominações representam dois dentre os posicionamentos possíveis enquanto estratégias de reprodução social dos agentes subordinados dentro do espaço de relações sociais estancieiro<sup>25</sup>. Em relação à fase aqui retratada de ascensão dos estancieiros em meados do século XX, Piccin (2012, p. 245-9) considera que os *peões* inseridos na estância em condição de prestação permanente de serviços vivenciaram um dos períodos de maiores privações. Para o autor, além da plena ascensão dos senhores de terra também se dava uma expansão populacional e a limitação de acesso a possibilidades alternativas de mobilidade social aos subalternos, o que gerava um exército de reserva no espaço estancieiro. Isso ocorria de tal modo que a residência destes *peões* em condição de vinculação fixa com os patrões vinha a ser, em muitos casos, simplesmente o *galpão*. A condição de obter acesso a uma pequena área cedido pelo patrão para nele constituir moradia e família era uma possibilidade restrita. O gaúcho solteiro se configurava como uma fonte de trabalho estratégica para as estâncias na medida em que eliminava custos de manutenção de famílias inteiras.

Além desses casos supracitados, os *peões* poderiam recorrer às *changas* em determinados momentos e em determinadas condições. “Fazer umas *changuinhas*”, nesse contexto, significa executar serviços temporários em atividades pastoris, agrícolas e

<sup>24</sup> Quanto ao uso de palavras em estilo Itálico: 1) as categorias *senhores de terras*, *estâncias*, *estancieiros* e *colônias* são categorias que tomo da literatura para construir as análises (cf. seção 1.1); 2) as categorias *médios proprietários* e *famílias proprietárias* são categorizações que elaborei para representar importantes agrupamentos de agentes no espaço social; 3) o outro conjunto de categorias é um agregado de denominações nativas de Santa Margarida e de outros locais na região estancieira, com as quais procuro discutir significados ao longo do texto, sendo elas: *proprietário*, *morador*, *peão*, *migrante*, *gringo*, *changa*, *changuinha*, *permissão*, *terreno*, *corredor*, *galpão* e *pelo duro*.

<sup>25</sup> Sobre estas e outras estratégias ver também Fialho (2005), Brito (2010) e Rozalino (2013).

manufatureiras, porém em situação de menor dependência pessoal junto ao patrão, já que a relação não implica em obtenção de moradia e vínculo fixo de prestação de serviços ao proprietário. Dependente unicamente de *changas* representaria uma condição de vinculação intermitente com proprietários, insuficiente para ter sua *permissão* em constituir moradia em suas terras ou de residir em seus *galpões*. Por outro lado, as *changas* também poderiam se configurar como estratégias de peões com maiores graus de autonomia, cujos quais tinham acesso a outros meios para constituir moradia e família, como nas áreas cedidas por parentes ou mesmo na moradia de *corredor* – que significa morar entre a cerca e a estrada (PICCIN, 2012, p. 265-7). O relato que segue, de Mário<sup>26</sup>, um *peão* que residiu primeiro em terras cedidas por parentes e depois em um *terreno* cedido pelo patrão, expressa as intenções subjetivas associadas às estratégias pensadas desde sua posição social:

O [meu irmão] sim, desde que se conheceu por gente foi trabalhar no Velho [estancieiro]. Eu não, eu sou mais velho, já quando cheguei a pegar serviço tinha empregado certo já [na estância]. Fui trabalhar em outros lados pra depois **aparecer uma vaga e aproveitar**. Trabalhei uns quantos anos com o Velho [estancieiro]. (Mário, *morador*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

Desse modo, visualiza-se que a possibilidade de trabalhar na estância foi algo a “aproveitar”<sup>27</sup>, o que demarca a ideia de busca pela posição fixa de *peão* na condição de *morador*, dentro de um espaço restringido de possibilidades de ascensão social. Note-se que esse relato se refere a uma escolha tomada ao final da década de 1980, o que possibilita visualizar como esta forma de constituir relações de trabalho e de moradia ainda se mantinha como escolha almejada entre parcelas das populações subalternas. Fialho (2005, p. 202) observa que nos espaços onde a fragmentação de estâncias foi acentuado, as escolhas que se apresentavam aos peões resumiam-se em: a) permanecer vinculado a estancieiros remanescentes, como na condição de *morador*, b) ocupar-se em atividades temporárias no rural, cuja categoria nativa aqui identificada se refere a executar *changas*, c) migrar para o meio urbano, e, d) tornar-se pequeno proprietário e manejar o próprio gado, o que supõe condições específicas, como a doação de áreas por proprietários. Portanto, abrem-se graus

<sup>26</sup> Todos os nomes apresentados neste trabalho não correspondem aos verdadeiros desígnios dos agentes observados, procedimento tomado de modo a guardar sua identificação. De modo a facilitar a visualização das posições dos agentes no espaço social, os aqui considerados *municípios* terão sempre a letra M como inicial de seus nomes.

<sup>27</sup> Faço uso de aspas (“”) na citação literal de palavras ou frases registradas em entrevistas ou ouvidas em situações não registradas em gravador, mas anotadas no caderno de campo. Dentre essas situações, destaco conversas e observação nas seguintes situações: antes e após o uso de gravador, durante refeições junto a famílias de entrevistados, em momentos informais como em festividades no município. Certas frases foram transcritas tão próximo quanto possível das expressões literais, tendo em vista a preservação do sentido dado em sua enunciação.

variados de possibilidade entre pensar a migração e a permanência, onde a existência de parentesco ou o grau de vinculação ou dívida moral frente a um proprietário podem definir a escolha restringida de peões.

As décadas de 1950 e 1960 são demarcadas pela perpetuação dos diferenciais de poder entre os grupos interdependentes no espaço estancieiro, notavelmente considerando a ascensão social dos estancieiros remanescentes na localidade e a subalternidade dos agentes na condição de *peões*. Mas é nessa mesma década que se apresentam na localidade os primeiros indivíduos e grupos domésticos do grupo social que viria se constituir, nas décadas posteriores, como de *migrantes*. Os relatos locais apontam para a data de 1954 como da chegada de um primeiro grupo de famílias oriundas de Santa Rosa<sup>28</sup>. Entre esse caso, tido localmente como o primeiro caso de migração das *colônias*, e os seguintes, visualiza-se com certa recorrência que conforme os grupos domésticos se estabeleciam, passavam a atrair outras famílias dentro do mesmo grupo de parentesco. Com o tempo, constituíram-se famílias inteiras de *colonos* e seus descendentes em Santa Margarida.

De modo a exemplificar o processo de chegada de *migrantes*, as posições sociais assumidas e a vinculação com suas famílias, visualiza-se o caso de um migrante que chega em Santa Margarida em 1961. Este *migrante* é proveniente de família descendente de imigrantes alemães, inicialmente estabelecidos em município caracterizado pela formação de *colônias novas* no noroeste do Rio Grande do Sul. Em sua trajetória acumulou título no ensino superior e ingressou como docente na educação pública por meio das políticas de ampliação da educação básica do mandato de Brizola (1959-1962) no governo estadual. Em Santa Margarida ocupou a posição de professor na escola da localidade a partir de 1961. A posição de professor galgou-lhe condição de considerável prestígio no espaço social, tendo em vista que o mesmo veio a assumir, entre 1964 e 1968, a posição de presidência na organização comunitária local da igreja católica. Este *migrante* veio a constituir-se proprietário de terras com a aquisição de uma *granja* de aproximadamente 50 hectares na década de 1970. Ainda no final da década de 1960 aconselhou outros membros de sua família, os pais e irmãos, para que também se deslocassem até Santa Margarida e se constituíssem em proprietários. Esse caso apresentado exemplifica a abertura de uma possibilidade dentro de um contexto migratório relativamente fechado no espaço agrário rio-grandense frente à crescente demanda por terras

---

<sup>28</sup> Piccin (2012, p. 324) identificou que na década de 1950 se deu o ingresso em São Gabriel de uma família descendente de imigrantes e proveniente de uma região de *colônias velhas*. Estes teriam adquirido 1485,7 ha com capitais acumulados em propriedade adquirida anteriormente em Restinga Seca, município mais próximo das *colônias velhas*, e acabaram incorporando o sistema de exploração aplicado pelos estancieiros na época. Com isso, visualiza-se que na década de 1950 se apresentavam condições para ingresso pontual de *migrantes* na região.

pelos filhos de imigrantes nas regiões de *colônias*. Visualiza-se a abertura de uma brecha de ocupação nesse contexto de fracionamento precoce de estâncias em Santa Margarida.

No período inaugurado em torno do ano de 1970 destacou-se a emergência do grupo social denominado localmente como *migrante* que se estabeleceu em significativo número na localidade Santa Margarida. Ruckert (2003) analisou que nesse período os descendentes de *colonos* do planalto gaúcho viviam um momento de fechamento das possibilidades de constituir propriedade de terras nas áreas de florestas. Surgiam como escolhas, naquela região, a migração para outros estados do país e, em grau restrito, a compra de terras de estancieiros. Eckert (2009) ressalta que as reivindicações organizadas por terra no estado datam desde antes da década de 1950 e que já se processavam durante a década de 1960 em municípios ocupados por *colônias*. É nesse período que foi criado o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no RS (ECKERT, 2009). Verificou-se que, na localidade, as famílias de migrantes passaram a arrendar e adquirir terras dos descendentes de famílias de antigos estancieiros com maior frequência a partir de 1980. Em levantamento conduzido por lideranças comunitárias ao final da década de 1990 estimava-se que 90 grupos domésticos *migrantes* já teriam se estabelecido na localidade, enquanto que no conjunto de grupos sociais da localidade se atingia aproximadamente 250 grupos domésticos. Nesse período, parte considerável das melhores terras na localidade estaria sob domínios *migrantes*, mas sem que a relação de arrendamento com antigos proprietários locais fosse extinta. Além disso, enquanto o processo de aquisição de terras tendeu a legitimar os migrantes como “gente trabalhadora”, também o envolvimento com a igreja católica da localidade lhes angariou prestígio. Percebeu-se que a afirmação como grupo social distinto foi correlata à legitimação econômica como proprietários e produtores de cereais, visto que os *migrantes* ocuparam a posição de diretoria do centro comunitário católico pela primeira vez no período entre 1964-1968 (o primeiro migrante, professor), permanecendo como representantes no cargo entre 1990 até a realização da pesquisa de campo, em 2016, de forma ininterrupta. Outro fator que demarca o alcance que os *migrantes* fizeram de posições sociais correlatas às dos grupos de *médios proprietários* na localidade foi a identificação de matrimônios entre membros dos grupos.

Tanto os próprios agentes sociais considerados *migrantes* como os antigos moradores utilizam da designação *migrantes* como categoria positivada, de modo a acentuar a *origem* das famílias. Especialmente no diálogo com agentes do campo político essa positivação ficou evidente. De modo relacional, verificou-se no espaço social o uso de designação específica não só aos descendentes de *colonos*, mas também aos grupos subalternos de *peões*, a partir da categoria *pelo duro* como designação que carrega uma ideia de inferioridade humana, como



identificado por Fialho (2005) em outros municípios do sul do estado. Nesse contexto das lutas locais por legitimidade, é necessário considerar que a categoria de nomeação e identificação *migrantes* passou a ser usada sistematicamente apenas no final da década de 90. Até então, a categoria *gringos* era utilizada pelos antigos moradores de modo a designar a diferença dos agentes com origem distinta dos que ali já conviviam. A categoria *gringos* denotava sotaques e modos corporais estranhos no espaço social, tanto dos descendentes de imigrantes italianos e alemães quanto de imigrantes uruguaios e argentinos eventualmente presentes como trabalhadores das estâncias. Tal categoria não teve efeito aglutinador e afirmativo para o conjunto de migrantes das regiões de *colônias* do estado. Somente com a categoria *migrantes*, forjada no final da década de 1990 junto de outros elementos da emergência dos descendentes de *colonos*, é que se verifica uma aglutinação em torno do desígnio.

Vale ressaltar que o intensivo ingresso de *migrantes* no espaço social e sua conversão para a condição de proprietários de terras entre as décadas de 1970 e, principalmente, de 1980, relegaram aos antigos proprietários das terras de heranças e, sobretudo, aos *moradores* em áreas cedidas, uma mudança de condições para permanecer na localidade. Segundo os relatos, significativa parte das antigas *famílias proprietárias* vendeu terras aos migrantes e se deslocou para São Gabriel, Santa Maria e Porto Alegre. Lá, adquiriram imóveis para residência e, por vezes, se dedicaram à acumulação de títulos acadêmicos tendo em vista a ascensão social em postos de trabalho na cidade. Já a grande parcela de famílias *moradoras*, desprovida de condições locais de trabalho e moradia dentro do processo de reconfiguração social e fundiária, transferiu-se para bairros periféricos na cidade de São Gabriel e região metropolitana de Porto Alegre. As parcelas remanescentes de famílias *moradoras* permaneceram como prestadoras de serviços pastoris e agrícolas na localidade, tendo possibilidades de trabalho, temporário ou permanente, com os *médios proprietários*, nas *estâncias* que se mantinham em prosperidade econômica ou ainda com os *migrantes*. O relato de uma *moradora*, parente de um médio proprietário, permite reconstituir elementos sobre as posições sociais relacionais e as possibilidades de estabelecer trabalho e moradia:

Margarida – [...] eu mesma aqui, moro aqui, mas não é meu, é do meu primo [médio proprietário]. Ele me deu, mas não deu papel, o que vale é o papel. Esse [terreno] aqui é meu, faz 30 e tantos anos que moro, tenho direito pela justiça. Ele me deu, **pedimos permissão** pra fazer casa de material. Mas aqui [vizinhança] poucos têm onde morar, sua própria moradia.

Pesquisador – Todos esses aqui da vizinhança?

Margarida – Todos eles, nenhum tem terra. São irmãos do [esposo dela], nenhum tem terra. [...] **deram aqueles pedacinhos pra cada um fazer sua casinha** e são ali.

Aqui tem Seu [Fulano] que é dono de tudo, aqui tem [Fulano] meu primo, campo onde moro, e lá pra cima outro dono. E aqui os deles [filho e nora] é registrado, Seu [estancieiro] deu em vida pra eles morarem. [...]

Pesquisador – E como foi quando venderam a estância?

Margarida – O que mais mudou foi a dificuldade de trabalho, emprego, menos uma empresa que **sustentava bastante Santa Margarida**, Seu [estancieiro], e aí dificultou o que fazer da vida dos que trabalhavam lá.

Pesquisador – O [estancieiro] tinha respeito então?

Margarida – Uma pessoa muito boa, se eu tenho esse lar, que é um paraíso, agradeço a deus e a ele. Porque por ele, ele pagou peões, **o que faltava ele me dava**, portas, azulejo banheiro, trator pra carregar areia e o que quisesse, pagou tudo. E depois o [esposo de Margarida] aguava [a lavoura] pra ele, era aguador quando plantava arroz [na estância]. Pagamos o que pudemos e depois o [estancieiro] pagou com dinheiro em aguação, tinha porcentagem né.

Maíra – E quando não tinha essa Prefeitura **ele mandava arrumar** estradas.

Margarida – É, quando não tinha Prefeitura **ele mandava arrumar** estradas, e quando foi, como se diz, emancipado, ele fez toda a estrada, não esperou por Prefeito, ele mandava peões. (Margarida, *moradora*, e Maíra, descendente de *moradores*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

Visualiza-se um campo bem delimitado de possibilidades em constituir terra e moradia onde as relações são intermediadas pelo trabalho não somente enquanto relação econômica, mas entremeadado pelas dívidas morais com os médios proprietários e, especialmente, com os senhores de terras estancieiros que “permitiam”, “davam” e “mandavam” conforme cada contexto. É notável também o parentesco com médios proprietários como relativo a uma condição para constituir moradia desde posição restringida no espaço social, ou seja, o parentesco se constitui em uma espécie de capital. Desse modo, uma leitura de mundo incorporado pelos subalternos no espaço estancieiro é a de avaliar os montantes de prestígio acumulados conforme posições relativas ao parentesco ou histórico de favores trocados enquanto *moradores* frente a *estancieiros* ou *proprietários*. Por um lado, pertencer às linhagens consanguíneas dos estancieiros e seus descendentes representaria a perpetuação de um *status* familiar e a condição de reivindicar recompensas materiais. Por outro lado, não pertencer àquelas linhagens relegaria uma posição não dotada dos mesmos recursos, ainda que movida pelo reconhecimento do grau de vinculação personalizada, mesmo que subalterna, com tal ou qual *família proprietária*. Trabalhar em troca de *terrenos* cedidos para moradia era desejado por conta das possibilidades que se abriam de estabelecer moradia, ou seja, era assim que se aprendia constituir patrimônios desde uma posição restringida.

De modo relacional, percebe-se que enquanto os descendentes de imigrantes já se estabeleciam na localidade por meio da aquisição de parcelas de terra, tal opção permanecia fechada para as populações de *peões*. Vale mencionar que as possibilidades de constituir *moradia* em áreas cedidas junto às famílias *migrantes* não se processaram nas mesmas

condições de possibilidade relativamente àquelas com as famílias de estancieiros e descendentes de estancieiros. Isso pode se explicar em função de processos de socialização distintos entre os agentes provenientes das regiões de *colônias* frente aos da região estancieira. Nesse sentido, consideram-se as lógicas implícitas conforme as diferentes estratégias de ocupação das áreas de florestas e de campos do estado. Por um lado, as ocupações parcelares e baseadas, sobretudo, no trabalho de base familiar, como predominantes entre os descendentes de imigrantes nas *colônias* (ZARTH, 2002, p. 182-92); pelo outro, as relações de dominação personalizada dos trabalhadores no espaço de relações estancieiras (PICCIN, 2012). Apesar da distinção, condições específicas gerariam possibilidades de coexistência de *moradores* nas propriedades de *migrantes*, como se verificou em uma situação de matrimônio entre descendente de *migrantes* e de *médios proprietários*. Nesse mesmo sentido de complexificação das posições e relações, Piccin (2012, p. 323-6) analisa o caso de uma família oriunda das *colônias* que se estabeleceu na década de 1950 como grande proprietária em São Gabriel nos mesmos moldes de extração de sobretrabalho das estâncias desse espaço social.

Outro processo significativo do período foi o estabelecimento de uma nova *estância* na localidade. A partir do ano de 1964 uma família portadora de capitais econômicos oriundos de um engenho de processamento de arroz<sup>29</sup> na cidade de São Gabriel se estabeleceu também em Santa Margarida por meio da compra de terras. Conforme registros desse estabelecimento rural, verificados junto ao INCRA (2008), a aquisição de parcelas se deu a partir de 1964 e se expandiu até os primeiros anos da década de 90, a partir do agrupamento de mais de 30 imóveis rurais adjacentes, que variavam, em área, desde aproximadamente 10 ha até mais de 150 ha. Em sua máxima expansão, o estabelecimento alcançou o domínio de 1625 ha de terra adquirida. Esse processo conformou a denominada Granja Santa Rosa, que se expandiu por meio de reconcentração fundiária na compra de parcelas de terra herdadas por *famílias proprietárias* em Santa Margarida. Tais aquisições, portanto, se relacionam de modo inversamente proporcional ao fracionamento de estâncias por meio de heranças ocorrido do início até meados do século XX na localidade. Mesmo que formada em um processo relativamente recente, esta propriedade se estabeleceu nos moldes das *estâncias* típicas<sup>30</sup> daquele período na região estancieira, ainda ascendentes, social e economicamente. A área foi dedicada à criação de gado e cultivo de arroz, com a acumulação de relações personalizadas

<sup>29</sup> Informação fornecida por interlocutor no trabalho de campo e não verificada por outros meios.

<sup>30</sup> Para mais detalhes sobre estrutura e funcionamento das *estâncias* no período, consultar Piccin (2012, p. 311-26).

de trabalho por meio da cessão de áreas com *permissão* para moradia. Segundo ex-moradores da estância, a mesma empregava aproximadamente 18 trabalhadores de modo permanente até a década de 1990, chegando a aglutinar até 30 pessoas se considerados os serviços temporários como as denominadas *changas*.

A conformação de uma estância no período permite visualizar como o cenário de ascensão econômica estancieira e de subordinação dos trabalhadores *peões* resultava ainda favorável à constituição de *senhores de terras* na região durante o período entre 1970-1980. Essa constatação vai de encontro à de Piccin (2012), onde a possibilidade de emergirem senhores de terras no período leva em conta não só a trajetória de famílias estabelecidas da região, mas agentes com outras origens, “que encontravam determinadas condições históricas para definir suas práticas de reprodução enquanto grandes proprietários.” (p. 326). Os processos respectivos às décadas de 1970 e 1980 ao mesmo tempo em que apontavam para a emergência de agentes que gradualmente acumulavam terras e se dedicavam aos cultivos mecanizados de cereais não necessariamente ameaçavam a existência de senhores de terras estancieiros. Verificou-se que, na década de 1990, enquanto os *migrantes* seguiam a trajetória emergente, as três estâncias investiam no cultivo de cereais como uma de suas estratégias produtivas. No entanto, enquanto duas delas encontraram sucesso na reconversão de atividades e de relações de trabalho, uma delas entrou em processo de decadência. Durante a década de 1990, em um cenário distinto para a realização social da economia estancieira, a Granja Santa Rosa entra em decadência econômica, adere aos arrendamentos e, por fim, é adquirida pelo INCRA, em 2008, no primeiro processo de assentamento rural do município.

A década de 1990 demarca a explicitação de elementos de uma nova morfologia social na região estancieira. O conjunto de agentes interdependentes e as condições para as relações de força entre eles estão, parcialmente, reconfigurados: a) as estâncias remanescentes se vêem forçadas a reverter atividades ou serem desativadas, b) aumenta a formalização da relação de trabalho entre estancieiros e os peões, c) os migrantes se afirmam enquanto grupo emergente, e, d) os médios proprietários mantêm-se em condição de estagnação, porém apresentam tendência de incorporação de novas estratégias produtivas, como ainda será visto nesta seção. Contudo, esse conjunto de processos não pode ser visto enquanto ruptura com a periodização anterior. Ou seja, depende de condições específicas para sua ampla realização, de modo que continuidades se expressam na perpetuação das relações de dominação personalizada, que não são necessariamente extintas, e que o comportamento de agentes sociais específicos pode fugir às contingências objetivas e subjetivas dentro de cada posição,

como no caso de descendentes de médios proprietários que passam a cultivar cereais e manejar pecuária leiteira.

Em meio ao processo de reconfiguração de elementos sociais na localidade Santa Margarida e, certo modo, ligado ao conjunto da economia e região estancieira, visualiza-se o processo local emancipacionista, em 1996, como representativo de alterações no jogo de forças. Especialmente a partir de 1994 passa a se fortalecer uma articulação política que veio a constituir o município de Santa Margarida do Sul junto de mais de 60 novos municípios no Rio Grande do Sul entre 1995 e 1996. Ao identificar as posições sociais dos membros da comissão emancipacionista observou-se que a mesma foi composta por agentes conhecidos como *migrantes* e pelos aqui denominados *médios proprietários*. Esse dado permite visualizar certo estado de forças representativo dos grupos no espaço social e interessados, naquele período, na autonomização do então distrito Santa Margarida pertencente ao município São Gabriel.

De acordo com relatos de entrevistados, entre os quais dois membros da comissão emancipadora, uma das principais reivindicações emancipacionistas era a obtenção de melhores condições nas estradas não pavimentadas para viabilização da produção agropecuária. Segundo os membros, essas estradas eram parcialmente mantidas com recursos dos proprietários, já que o poder público de São Gabriel, juridicamente responsável, conforme relatos, “não dava bola” para os cuidados. Reivindicava-se a presença de um poder público que executasse certas funções no espaço rural. De modo relacional, no espaço relativo aos domínios das estâncias, demandas como a de estradas eram providas por estancieiros enquanto elementos agregadores de seu prestígio. A elucidativa declaração de uma *moradora*, anteriormente citada, permite observar elementos de classificação de um estancieiro como *bom* na medida em que “mandava arrumar as estradas”, entre outras ações tomadas como presentes. Contudo, nesse período apenas três estâncias permaneciam ativas na localidade de Santa Margarida e seus graus de ação eram bastante restritos perante o conjunto de agentes relativamente autônomos aos senhores de terras. Não havia mais condições para que os estancieiros fossem reconhecidos como únicos provedores, tanto pela inexistência do vínculo de dívida moral com um conjunto de grupos emergentes, como pela decadência de sua principal atividade econômica. Portanto, considera-se pertinente inferir que a reivindicação que certos agentes fizeram para que o distrito de Santa Margarida alcançasse a posição de novo município é correlata à reconfiguração de forças sociais na região estancieira.

Na década de 2000 se apresentam alguns elementos que acabam por reforçar o processo geral de crise estancieira e sua acentuada expressão na localidade Santa Margarida,

ou ainda, no próprio jogo de forças constituinte do município de Santa Margarida do Sul. Os proprietários das duas estâncias que atravessaram toda a fase de prosperidade e crise estancieira encontraram na reconversão das atividades produtivas uma estratégia de perpetuação. Em uma delas ganhou evidência tanto o cultivo de arroz e soja como a produção de cítricos e a implantação de uma unidade de beneficiamento, o que mantém de 50 e 100 trabalhadores formais entre os temporários e os fixos, para os quais se manteve área de moradia alugada. Na outra, a reconversão se deu em direção ao cultivo de cereais, notadamente de soja. Já a estância constituída na década de 1970 (Granja Santa Rosa) reduz sua expansão no início da década de 1990 e entra em crise. Nesse momento se estabelece o arrendamento para migrantes e descendentes de médios proprietários, com o cultivo de cereais e manejo de gado. Ao acumular endividamentos, os proprietários acabam por optar pela venda do imóvel ao Incra em 2008, onde ocorre a implantação do processo de assentamento rural.

Nesse período, as famílias de *migrantes* tendem a intensificar os cultivos de cereais em terras adquiridas e permanecem arrendando outras parcelas, especialmente de *médios proprietários*. No entanto, visualiza-se gradual processo de diferenciação interna das categorias de *médios proprietários* e de *migrantes*, muito em função das novas gerações que vão se constituir na localidade. Enquanto uma parcela dos migrantes e seus descendentes tende a se consolidar enquanto grandes proprietários, outra porção tende a se estabilizar em extensões fundiárias mais restritas. Entre os médios proprietários e seus descendentes é também identificável a existência dos que se aproximam desse último conjunto de migrantes, em termos de condição produtiva e de extensão fundiária. No interior desses subgrupos de migrantes e de médios proprietários se constituem como importantes estratégias produtivas a produção de cereais e, especialmente, a pecuária leiteira. Em 2002 esse conjunto de agentes forma uma associação, depois cooperativa, de produtores de leite, os quais são localmente denominados como *leiteiros*. Nesse sentido, a categoria nativa de denominação de produtores *leiteiros* permite captar processos correlatos dentro de uma matriz geral de reconfiguração estancieira. De modo a exemplificar em que se constituem os *leiteiros* de Santa Margarida, é explicativo o fato de que, em 2008 se somavam aproximadamente 25 sócios, em cenário anterior ao ingresso de assentados. Com isso, visualiza-se que, em meio à reconfiguração de grupos e de poderes na região estancieira, certas estratégias produtivas emergem desde grupos com posição social correlata.

Em termos de lutas simbólicas, a identidade reivindicada pelos denominados *migrantes* se materializa no centro comunitário católico com a organização do evento Festa do

Migrante desde 1999<sup>31</sup>. No âmbito da igreja católica, também se procedeu com a doação de materiais de construção para erguer um novo pavilhão comunitário. Nele se encontram estampadas as denominações específicas de cada família doadora, onde se verifica presença dos *migrantes*, *estancieiros*, *médios proprietários* e de empreendimentos urbanos. Em outras palavras, essas paredes estampadas demonstram a materialização de um jogo de forças não só na comunidade católica, mas no âmbito do espaço social da localidade como um todo. Nesse sentido, o ingresso da categoria dos *migrantes* não foi alheio ao jogo de denominações familiares portadoras de prestígio, visto que certos grupos de famílias migrantes acabaram por angariar maiores porções de terras frente às demais, formando grupos definidos pelo sobrenome e portadores de maior reconhecimento. Vejamos outra declaração da *moradora* Margarida:

Quase todos [membros da maior família migrante] são arrendatários, arrendam até lá pelas Canas [localidade]. Se viram mesmo, **trabalham mesmo, mas arrendatários, são trabalhadores, pessoas honestas, amigas**. Esses [nome da família migrante], quase toda família, são mais amigos e companheiros do que meus próprios parentes.

Desse modo, apesar da relativa reconfiguração de posições no espaço social, permanece como elemento de hierarquização o prestígio acumulado pelas famílias proprietárias estancieiras ou migrantes, bem estruturadas em termos de status, de redes de relações sociais e de capitais econômicos ou propriedades de terra. Nesse sentido, as emergentes famílias de migrantes alcançaram prestígio conforme sua capacidade em acumular terras (arrendadas e adquiridas), de associar suas propriedades materiais à ideia de serem “pessoas trabalhadoras”, de consolidar os nomes de suas famílias na localidade e de se autoafirmarem na direção da comunidade católica e nas festas de afirmação de sua categoria.

Procurou-se, com essa apresentação de condições e posições sociais em Santa Margarida, visualizar como as populações socializadas de modo interdependente no espaço estancieiro vivenciaram condições de reprodução social delineadoras das possibilidades para ocupar posições no espaço social. Em termos de processos sociais de longa duração, a gênese desse espaço está em relações sociais assimétricas que constituíram à figura do *senhor* de terras estancieiro um amplo capital simbólico legitimador da propriedade privada dos campos. Às populações subalternas coube, ao longo de séculos, possibilidades marginais para a reprodução social, condicionadas pela subordinação às elites em condições de dominação personalizada, mesmo quando já se haviam constituído direitos formais aos trabalhadores

---

<sup>31</sup> A data foi estimada com base nos relatos de *municípes* entrevistados na localidade. A data exata pode variar em um ou dois anos para mais ou para menos.

rurais no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. A decadência de um grupo dominante como o dos *estancieiros* esteve imersa em uma reconfiguração de relações do conjunto de agentes sociais interdependentes. As alternativas para reconversão social aos *peões* foram escassas até por volta da década de 1980, sendo que no caso da localidade de Santa Margarida o fracionamento de estâncias e ingresso de migrantes tendeu a acelerar o processo de evasão para residir em bairros periféricos na cidade de São Gabriel. Mesmo após a década de 1980, percebeu-se que, entre certas famílias, a possibilidade de obter a *permissão* para morar em área cedida pelos proprietários remanescentes ainda era uma alternativa bem vista, onde se mantinha o prestígio dos senhores mesmo em sua decadência.

### 1.3. CAMPO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DE UM ESTEREÓTIPO SOBRE OS *SEM-TERRA*

Pretende-se analisar nesta seção os processos de mobilização social que conflagraram a implantação de assentamentos rurais na região estancieira do Rio Grande do Sul, especificamente nos municípios de São Gabriel, Alegrete e Santa Margarida do Sul no ano de 2008. Saliento desde já que o enfoque das análises nesta seção residirá sobre o município de São Gabriel por algumas razões: a) os holofotes das tensões no campo dos conflitos agrários no período aqui retratado se concentraram sobre São Gabriel; b) o município de Santa Margarida do Sul tem uma estreita vinculação com São Gabriel enquanto seu pólo urbano mais próximo, onde se concentram organizações como os sindicatos e meios de imprensa; c) obtive acesso somente a jornais que retrataram o período desde uma perspectiva estadual, dando ênfase para São Gabriel praticamente como região. Por conta dessas contingências, a análise ficará limitada em termos de especificar posicionamentos e acontecimentos que envolveram diretamente a população de Santa Margarida do Sul.

Partindo, portanto, de uma análise macro social, o objetivo é perceber as condições estruturais para a inserção dos agentes sociais identificados como *sem-terra* no espaço de relações dos habitantes desses municípios. Visualizam-se condicionantes dos processos de vinculação entre *sem-terra* e *munícipes* forjados em meio às lutas simbólicas sobre a legitimidade dos movimentos sociais do campo e suas reivindicações por reforma agrária. É válido destacar que no caso aqui estudado os *sem-terra* são agentes que provêm de outros municípios e de outras regiões do estado, o que implica em raramente terem relações prévias com os moradores de onde as terras estão em disputa. Por outro lado, os proprietários de terras e suas organizações guardam vinculações mais estreitas enquanto parte da população



local, especialmente por conta das interdependências em termos dos processos de socialização na região estancieira. Portanto, argumenta-se que a construção das representações que *sem-terra* e *municípios* fazem uns dos outros dependa, em grande medida, das posições relativas dos agentes que disputam um *campo dos conflitos agrários* – notavelmente das articulações do patronato rural e dos movimentos sociais do campo – e das formas de exposição de suas estratégias pela imprensa de cobertura local e estadual.

A partir do estudo de Da Ros (2006), entende-se a noção de *campo dos conflitos agrários* enquanto espaço de relações sociais onde os agentes implicados têm como objeto de disputa a legitimação de distintas formas de posse e uso da terra. Em outras palavras do autor, disputam os rumos da política agrária. Neste espaço de relações é notável o protagonismo dos grandes proprietários e dos sem-terra. Contudo, as disputas entre os protagonistas não definem por si só uma política agrária, mas pressionam a internalização de suas reivindicações nos governos federais e estaduais e em suas instâncias, de modo a condicionar o ritmo, extensão e mecanismos utilizados pelos agentes do Estado (DA ROS, 2006, p. 20-9). Além disso, entende-se que durante a expansão da política de assentamentos rurais, correlata ao processo de abertura democrática pós-ditatorial da década de 1980, desenhou-se certo padrão apropriado de demandar terras frente aos governos. As formas sociais de mobilização conhecidas como *acampamento* e *movimento* tornaram-se modos legítimos para serem reconhecidas como *conflitos* por terra e de obter respostas do Estado (SIGAUD, 2005; ROSA, 2009).

Decorre que, em função de condições próprias de cada espaço de relações onde se desenrolam *conflitos* por terra, as estratégias operadas pelos agentes envolvem certas variações nos expedientes de mobilização. Nesse sentido, Leite et al. (2004, p. 46-59) analisaram algumas regiões do Brasil que constituíram densas ‘manchas’ de assentamentos rurais e verificaram certas variações nos padrões de mobilização. Como exemplos, apresentam diferenças entre as *ocupações massivas* de terras, as *ocupações paulatinas* por grupos de posseiros ao longo de décadas em áreas de fronteira agrícola e a *resistência na terra* por antigos moradores, parceiros, arrendatários e posseiros que reivindicavam a terra na qual trabalhavam contra a vontade de proprietários ou pretensos proprietários. Cada uma dessas situações foi característica de certas regiões onde se flagraram certos padrões associados de públicos demandantes, de articulações das elites agrárias, de ocupações de terras e de respostas do Estado, o que compõe a diversidade dos assentamentos rurais brasileiros (LEITE et al., 2004).

Entre os pesquisadores que se propuseram a estudar o tema dos conflitos agrários no RS, destaca-se Da Ros (2006), que fez amplo levantamento de como as pressões de organizações patronais rurais e de movimentos sociais do campo foram internalizadas pelo Estado entre 1999 e 2002. Estas organizações centralizam as pressões das categorias reconhecidas como *produtores rurais* e *sem-terra*. No RS, a categoria de identificação *produtores rurais* foi forjada nos debates que constituíram a União Democrática Ruralista (UDR) no estado em 1986, de modo a aglutinar em torno de uma única identidade os grupos representados. A aproximação de proprietários rurais, grandes arrendatários e parceiros agrícolas teve como efeito a unificação como classe no posicionamento contrário à reforma agrária (DA ROS, 2006; p. 143-150). Ou seja, tal postura atenuou as distinções entre grupos decadentes e emergentes na reconfiguração da morfologia social do espaço estancieiro (PICCIN, 2012). Já a categoria de identificação *sem-terra* emerge no contexto pós-ditatorial em reivindicações por terra protagonizadas por populações de *colonos* e *caboclos* no norte do RS, de onde se afirma o MST como seu principal porta-voz desde a década de 1980 (BRUMER, 2009). A adesão a esses movimentos se amplia especialmente nas regiões de *colônias novas* no noroeste do estado e na região metropolitana de Porto Alegre. As pressões dos *sem-terra* e a formação de assentamentos rurais em domínios estancieiros são expressivas desde o final da década de 1980 (CHELOTTI, 2010).

Para Da Ros (2006), a conjuntura nacional do final da década de 1990 apresentou perspectiva favorável para ampliação da quantidade de projetos de assentamentos rurais nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), mesmo tendo os *produtores rurais* como sua base de apoio. Em seu segundo mandato conduziu-se um ajustamento nos modos de responder às pressões dos *sem-terra*, especialmente na promulgação de diretrizes que reduziam a participação do Estado na política agrária, além de priorizar os mecanismos públicos de compra de terras frente aos de desapropriação (Ibid., p. 219-28). No governo do RS, durante o mandato de Olívio Dutra (1999-2002), intensificou-se a ação estadual na política de assentamentos, onde se verificou o aumento de mobilizações do MST respondido com consideráveis quantidades de aquisições de terras para constituir *áreas reformadas* na região estancieira (Ibid., p. 420).

Nesse contexto, a reação mais visível do setor patronal rural do RS contra a conjuntura favorável aos *sem-terra* foi a sua articulação em torno do chamado movimento “vistoria zero” (DA ROS, 2009). Conforme Da Ros (2009), a prática que originou este movimento consistia em criar *barreiras* aos técnicos do Incra para que não executassem as vistorias nas propriedades, já que era por meio delas que se declarava o nível de produtividade e as

possibilidades de desapropriação. A crescente adesão a tal movimento se deu em função da entidade patronal fazer crer, distorcendo os fatos, que as vistorias afetariam o conjunto de propriedades dos *produtores rurais* (DA ROS, 2006, p. 229). Além disso, vale salientar que o “vistoria zero” ocorre precisamente no período em que os estancieiros se vêem forçados a abrir mão da exploração pastoril como atividade principal, onde aumentam as possibilidades de venda ou arrendamento das terras. É notável, portanto, que o momento particular em que esses embates acontecem é de forte crise das condições de reprodução do poder simbólico da classe estancieira nas bases até então exploradas, o que tende a reforçar os enfrentamentos no campo dos conflitos agrários quando os *sem-terra* se apresentam nas lutas por legitimidade do acesso à posse e uso da terra (PICCIN, 2014b).

Da Ros (2006) ainda apresenta elementos para visualizar o jogo de forças em termos de formação da opinião pública quando se deu intensa atividade do governo estadual na implantação de novos assentamentos rurais no RS, no período entre 1999-2002. Tanto a representação do setor patronal como os partidos de oposição ao governo estadual no mandato de Olívio Dutra se posicionaram de modo a denunciar a aproximação política entre movimentos sociais e o governo, com o intuito de responsabilizá-lo pela emergência de conflitos e retardamento no cumprimento de ordens judiciais. Ao analisar o teor de certas matérias veiculadas por setores da mídia gaúcha, entre eles o grupo Rede Brasil Sul de Telecomunicações (RBS), subsidiário das Organizações Globo, no qual se destaca o jornal Zero Hora, percebe-se a importância relativa que tal veículo teve no sentido de respaldar os discursos dos partidos de oposição e do patronato rural (Ibid., p. 331-9). Nesse sentido, visualiza-se o domínio que certos grupos sociais fazem dos recursos de poder e como os utilizam na luta simbólica de autoafirmação e de desestabilização de grupos *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

As movimentações no campo de conflitos agrários que resultaram nos assentamentos rurais implantados em São Gabriel, Alegrete e Santa Margarida do Sul, entre os anos de 2008 e 2009, se processam em circunstâncias comparáveis e de continuidade às do conjunto de mobilizações e disputas ocorridas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Olívio Dutra. Faz-se a ressalva de que não foi o intuito deste trabalho levantar o conjunto de ações orquestradas pelos agentes do campo dos conflitos agrários no período 2003-2008, mas dispor algumas estratégias e relações de modo a situar o processo, minimamente, em torno dos municípios aqui estudados<sup>32</sup>. A escolha pelo período entre 2003 e 2008 refere-se a um

---

<sup>32</sup> As principais fontes deste levantamento foram: a) decisões judiciais, relatórios e outros documentos oficiais consultados no INCRA/RS, b) as notícias publicadas por jornais no período, também disponíveis de modo

maior grau de direcionamento de tensões por reforma agrária no RS ao município de São Gabriel, processo que conduziu à formação de diversos assentamentos.

Deve-se ter em conta que a posse de Luis Inácio Lula da Silva na presidência da república, em 2003, é tomada pelos movimentos sociais do campo como indicativo de uma fase de ampliação da política de assentamentos rurais no país (AFONSO; CANUTO; LUZ, 2003). Além disso, a posse de Miguel Rossetto como Ministro do Desenvolvimento Agrário, responsável pela pasta da reforma agrária, gerou descontentamento de entidades patronais rurais no RS, já que, como vice-governador do estado na gestão de Olívio Dutra (1999-2002), representaria certa “sintonia” com os movimentos de luta pela terra<sup>33</sup>. Estava em jogo a retomada de vistorias do Incra<sup>34</sup>, a revisão dos índices de produtividade usados nas vistorias e a revogação de medida provisória promulgada em 2000 por Fernando Henrique Cardoso, cuja qual impedia as vistorias por dois anos em áreas ocupadas e proibia pelo mesmo período que os seus ocupantes fossem assentados. A medida provisória se constituía em recurso importante aos setores patronais rurais para conter as *ocupações* enquanto estratégia central de pressão dos *sem-terra*. Já a conservação dos índices de produtividade em baixos patamares representava a principal reivindicação dos *produtores rurais* a fim de reduzir a efetividade das vistorias (DA ROS, 2006, p. 228-30).

Nesse ínterim, *produtores rurais* e *sem-terra* já trocavam provocações em entrevistas a meios jornalísticos no RS, revelando tensões explícitas: enquanto produtores mencionavam as possibilidades de acionar a Justiça e até mesmo recorrer à formação de milícias entre seus trabalhadores subordinados – o que lembra as estratégias historicamente acionadas pelos senhores de terra e de *guerra* (PICCIN, 2012) no espaço estancieiro –, os *sem-terra* anunciavam que haveria “muitas desapropriações” no período<sup>35</sup>. Em março de 2003 é formado um acampamento pelo MST em um assentamento de Santana do Livramento, na fronteira oeste do estado, do qual se esperavam partir os *sem-terra* para ocupações em Dom Pedrito e em São Gabriel. Como resposta, *produtores rurais* se organizam nas chamadas *vigílias* onde se revezam em acampamentos próprios, próximos às concentrações dos *sem-terra*, de modo a intimidá-los<sup>36</sup>. Por vezes, limitam-se à presença física, por outras, utilizam

---

condensado no chamado *clipping* de notícias organizado pela assessoria de imprensa do INCRA/RS, e, c) o livro de Sérgio Antônio Görgen, *Marcha ao coração do latifúndio*, que procurou demonstrar “o relato e a versão dos ‘condenados da terra’” (GÖRGEN, 2004, p.8).

<sup>33</sup> *Sintonia com MST preocupa. Ruralistas pedem a Rossetto que “não avalize a baderna”* (Zero Hora, 04/01/2003).

<sup>34</sup> *Campanha teme a retomada de vistorias* (Zero Hora, 19/01/2003).

<sup>35</sup> *Ruralistas à espera* (Zero Hora, (?)/01/2003); *Entrevista: Gilmar Mauro, líder do MST. “Vai haver muita desapropriação”* (Zero Hora, 03/02/2003).

<sup>36</sup> *Ruralistas admitem o uso de armas* (Correio do Povo, 17/03/2003).

de enfrentamento físico e simbólico, como em provocações, emissão de ruídos e bloqueio de estradas vicinais (GÖRGEN, 2004). Da Ros (2006, p. 262; 2009) também verificou a estratégia das *vigílias* por parte dos setores patronais rurais junto às mobilizações do MST no RS entre 1999 e 2002, além das *barreiras* à atuação dos funcionários do Incra durante as vistorias ocorridas no período, notavelmente nas de São Gabriel em 2001.

Em 2003 as tensões intensificaram-se quando foi anunciado por decreto presidencial publicado em 19 de maio que o complexo de estâncias denominado Southall, localizado em São Gabriel, RS, tornava-se área de interesse social para reforma agrária, em condição passível de desapropriação. A repercussão do decreto foi expressiva, sendo chamada pelos meios jornalísticos como “maior desapropriação da história do RS”, inclusive em manchetes de capa<sup>37</sup>. Imediatamente, lideranças do patronato rural e o Prefeito de São Gabriel na época, Rossano Dotto Gonçalves, estiveram mobilizados para impedir o processo. Suas investidas foram acionadas, inicialmente, por meio de tratativas com deputados e com o governador Germano Rigotto<sup>38</sup>, de modo a explorar o capital político enquanto lideranças da categoria. Sem sucesso imediato nessas relações pessoais, procedeu-se com ações judiciais em nome do proprietário, onde se objetivou condenar os procedimentos utilizados pelo Incra na desapropriação a fim de reverter o processo<sup>39</sup>.

Em seguida, no dia 2 de junho, a desapropriação foi suspensa<sup>40</sup> por ministra do Supremo Tribunal Federal, sendo o ato acompanhado de comemoração por parte de *produtores rurais* e seus apoiadores que, simultaneamente à divulgação da decisão, reuniam-se em São Gabriel<sup>41</sup>. Se corretos os argumentos de Görgen (2004, p. 215-21), de que a ministra Ellen Gracie Northfleet Palmeiro da Fontoura – relatora do processo que concedeu a liminar suspensiva – guardaria laço de parentesco por afinidade com a esposa do proprietário Alfredo Southall – por conta de ter sido casada e ter filho com um primo-irmão dela –, entrariam em cena dois elementos das estratégias de reconversão social das elites estancieiras efetuadas durante o século XX: a tendência de investimentos escolares como possibilidade para ocupar cargos prestigiados nas cidades e as condições de influência significativa nas decisões oficiais do Estado (PICCIN, 2012). Ou seja, o fato de certos agentes sociais ligados

<sup>37</sup> *União faz a maior desapropriação de terras no RS* (Zero Hora, 21/05/2003); *União decreta a maior desapropriação do RS* (Jornal do Comércio, 21/05/2003); *Reforma agrária: União faz maior desapropriação da história do RS* (Correio do Povo, 21/05/2003).

<sup>38</sup> *Prefeito e produtores reagem ao decreto* (Zero Hora, 21/05/2003); *Ruralistas tentam evitar a desapropriação* (Correio do Povo, 22/05/2003); *Assentamento pode começar em dois meses* (Zero Hora, 28/05/2003).

<sup>39</sup> *Ações contra a desapropriação* (Correio do Povo, 24/05/2003); *Campanha. Produtor sustenta que Incra errou. Justiça federal determina perícia em desapropriação* (Zero Hora, 29/05/2003).

<sup>40</sup> *STF suspende desapropriação em São Gabriel* (Zero Hora, 03/05/2003).

<sup>41</sup> *Produtores festejam na campanha* (Zero Hora, 03/05/2003).

aos *produtores rurais* estarem mais bem posicionados em termos de volume e espécie de capitais úteis no campo de conflitos agrários teria lhes dado vantagens nas disputas.

Com o aceno de redução nas chances para desapropriação, seguiu-se um período de constantes movimentações de *produtores rurais* e *sem-terra*, onde São Gabriel ganhou centralidade nas tensões do período. No dia 10 de junho iniciou-se no município de Pantano Grande uma *marcha* organizada pelos sem-terra com destino à São Gabriel<sup>42</sup>, município então denominado pelos mesmos como “coração do latifúndio” (GÖRGEN, 2004). Reuniram-se aproximadamente 800 marchantes dos acampamentos de Santana do Livramento, Júlio de Castilhos, Capão do Leão, Arroio dos Ratos e Pantano Grande para percorrer um trajeto de 180 km em um período inicialmente estimado em 20 dias. É necessário ter em conta que uma *marcha* se enquadra em um conjunto de estratégias de mobilização do MST, das quais estão as *manifestações*, *acampamentos* e *ocupações*, entre outros, cada qual com diferentes objetivos, destinatários e graus de esforço (COMERFORD, 1999, p. 127-30). Uma longa *marcha* é um recurso ativado em um número reduzido de situações, tendo em vista que envolve alto grau de investimento físico dos marchantes, já que muitas vezes dispõem famílias inteiras a caminhar. Görgen (2004, p. 64-66) cita uma primeira longa marcha do MST no RS acionada em 1986 pelos acampados da fazenda Annoni, estratégia que seria repetida em 1991 por acampados de Bagé, em 1996 no denominado massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará e em 1997 em uma marcha nacional para Brasília. Desde as declarações de Görgen (2004), depreende-se que uma *marcha*, por sua magnitude, daria condições para que os *sem-terra* explicitassem com maior força suas reivindicações, tanto em nível de diálogo pessoal nos municípios de seu trajeto como em maior amplitude pelos meios de comunicação, além do direcionamento de pressões para os governos e o poder judiciário. Portanto, o cenário de possibilidades e de disputas tornou favorável colocar na estrada a estratégia de mais alto custo no repertório de mobilizações dos *sem-terra*.

Por parte das mobilizações dos *produtores rurais*, inicialmente, foi montada uma *vigília* nos arredores da estância dos Southall, de modo a prevenir uma possível ocupação<sup>43</sup>. Porém, com o desdobramento de uma marcha dos sem-terra sucederam-se as *vigílias* em alguns dos municípios atravessados pelos marchantes. Também se conjecturou um *bloqueio* dos *produtores rurais* na medida em que os sem-terra se aproximassem de São Gabriel<sup>44</sup>. Um dos *slogan* assumidos pelas mobilizações dos setores afinados aos *produtores rurais* é a frase

---

<sup>42</sup> *MST marcha hoje para São Gabriel* (Correio do Povo, 10/06/2003).

<sup>43</sup> *Produtores monitoram estradas* (Correio do Povo, 05/06/2003).

<sup>44</sup> *Ruralistas estão em vigília* (Zero Hora, 11/06/2003).

atribuída ao índio guarani-missioneiro Sepé Tiaraju: “esta terra tem dono”<sup>45</sup>. Tal frase teria sido acionada pela mítica liderança indígena no contexto da Guerra Guaranítica (1754-1756) (BRUM, 2006, p. 3-5) na qual as terras das Missões, defendidas pelos índios, foram tomadas conjuntamente pelos exércitos português e espanhol, de modo que a região foi ocupada por estâncias de proprietários, geralmente, militares (ZARTH, 2002, p. 49-55). Nesse contexto, incomodados com a apropriação por seus opositores de um mito fundamental nas lutas por reforma agrária no estado (BRUM, 2006), os *sem-terra* reafirmaram seus vínculos com tal símbolo e passaram a carregar estandartes de Sepé Tiaraju à frente da marcha (GÖRGEN, 2004, p. 80, 119-21, 128). Brum (2006) analisa que a figura de Sepé Tiaraju é alvo de contínuas disputas representacionais no RS, onde o passado missionário é continuamente reelaborado na forja de identidades para as lutas do presente. Nesse contexto de disputas pela legitimidade das mobilizações considera-se que seus itinerários estão sujeitos a elaborações, apropriações e reapropriações nos modos como são interpretados pelos agentes que as conduzem e que lhes imputam significados (COMERFORD, 1999, p. 145).

Nesse sentido, a construção de discursos por parte de setores dominantes de São Gabriel evocava uma pretensão de unidade não apenas da categoria dos *produtores rurais*, mas do conjunto de munícipes. A partir de formulações relativamente fechadas idealizava-se um grupo que seria coeso e oposto aos *sem-terra*. Conceitos articulados com recorrência foram: “povo de São Gabriel”, “Campanha”, “Rio Grande”, bem como o *slogan* “Alerta Rio Grande: esta terra tem dono!”. Lado a lado a estes conceitos decorriam as argumentações negativas aos *sem-terra*, de modo a deslegitimar a possibilidade de assentamento. Em proposições como a de que o município não teria condições de atender essas populações com serviços públicos<sup>46</sup>, reforçava-se uma divisão entre os *de dentro*, como merecedores, e os *de fora*, como intrusos. Entre os produtores rurais, acusava-se a desvalorização das terras vizinhas ao possível assentamento e a insegurança no espaço rural como decorrência<sup>47</sup>. Contudo, é necessário relativizar tais elaborações enquanto artefatos próprios do jogo de forças no espaço social. Posições distintas emergiam desde então em São Gabriel, entre as quais se destacam alguns divulgados pela grande imprensa: uma vereadora do Partido dos Trabalhadores que denunciou ter recebido ameaças de morte por conta de sua posição

<sup>45</sup> No dia 23 de maio foi divulgada nota no jornal Zero Hora, intitulada *Alerta Rio Grande: esta terra tem dono!*, onde se repudiava a desapropriação e se convidava aos “ruralistas do RS” para reunião no dia 2 de junho em São Gabriel. Assumiam autoria da nota: Prefeitura Municipal de São Gabriel, Câmara de Vereadores, Associação Comercial e Industrial, Câmara de Dirigentes e Lojistas, Sindicato do Comércio Varejista e Associação Médica de São Gabriel.

<sup>46</sup> *Prefeito e produtores reagem ao decreto* (Zero Hora, 21/05/2003).

<sup>47</sup> *Fazendeiros temem futuros vizinhos* (Zero Hora, 22/05/2008).

favorável aos sem-terra<sup>48</sup>, a oferta de um *produtor rural* para que os marchantes acampassem em suas terras<sup>49</sup> e uma ação de panfletagem do sindicato dos professores estaduais<sup>50</sup>. Um dos fatores que tendeu a redimensionar opiniões por conta de seu extremismo foi a intitulada “Carta aos ratos”, um panfleto distribuído em São Gabriel no dia 16 de junho de 2003, sem autoria declarada, com conotação depreciativa e convidativa a atos de ódio contra os sem-terra<sup>51</sup>.

A chegada da *marcha* em São Gabriel se deu no mês de agosto e foi acompanhada de recepção por diversos grupos representantes de movimentos sociais que se deslocaram de outros pontos do RS até a cidade. Apesar do sucesso da marcha em alcançar seu destino, não foi do mesmo teor a decisão do Supremo Tribunal Federal em acatar a liminar da ministra e anular o decreto da desapropriação<sup>52</sup>. Em resumo a esse conjunto de tensões e mobilizações considera-se que no ano de 2003 a *marcha* dos *sem-terra* não chegou ao desfecho cobiçado de desapropriação em São Gabriel. Mesmo sem ter elaborado aqui um detalhamento do conjunto de embates que ganharam ênfase na grande imprensa, é notável que a aproximação dos marchantes a São Gabriel e as vigílias dos produtores rurais rechearam de eventos considerados tensos as páginas dos jornais de maior divulgação do estado.

Concluído esse evento de mobilização, São Gabriel só voltou a ter centralidade na “luta pela terra” em 2007, quando os sem-terra conseguem uma área para montar acampamento e permanecem no município até a implantação de assentamentos em 2008. A partir de 2007 surgem condições para que os assentamentos se efetivassem em São Gabriel em 2008. A determinação do Ministério Público Federal em dar encaminhamento às pressões tendeu a acelerar a atuação do Incra/RS que tinha dificuldades para efetivar novos assentamentos.

Em setembro de 2007 os *sem-terra* organizam nova *marcha* de modo a intensificar as mobilizações, desta vez partindo de três localizações diferentes do RS com destino à denominada Fazenda Coqueiros, no município de Coqueiros do Sul localizado no norte do estado<sup>53</sup>. Nesse novo cenário de tensões, tais atos forçaram a destinação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual ao Incra em novembro daquele ano, elaborado em audiência com representantes do

---

<sup>48</sup> *Sem-terra e ruralistas conflagram São Gabriel* (Zero Hora, 19/06/2003).

<sup>49</sup> *Produtor cede área ao MST na região de São Gabriel* (Zero Hora, 05/07/2003).

<sup>50</sup> *Cpers é favorável à reforma agrária* (Correio do Povo, 02/07/2003).

<sup>51</sup> *Governo reage às ameaças ao MST* (Correio do Povo, 19/06/2003); *Polícia investiga autoria de panfletos anônimos* (Zero Hora, 20/06/2003).

<sup>52</sup> *STF anula 1ª desapropriação de Lula no RS* (Folha de São Paulo, 15/08/2003).

<sup>53</sup> *Sem-terra marcham até Coqueiros* (Zero Hora, 12/09/2007).



Incra, do MST e dos *produtores rurais*<sup>54</sup>. Nele se exigia que até o final de 2008 fossem assentadas duas mil famílias então acampadas, atendendo toda a demanda registrada nos acampamentos do RS no período (INCRA, 2008). Desse modo, o Termo veio a legitimar juridicamente as mobilizações do MST, o esforço das famílias acampadas e as ações do Incra para adquirir terras. Tal cenário de reconhecimento dos movimentos e acampamentos vai de encontro ao que Rosa (2009) e Sigaud (2005) denominam como formas legitimadas e institucionalizadas de constituir *conflitos* de luta pela terra.

No entanto, o Incra/RS enfrentava limitações para realizar aquisições de terras desde 2003. Das 208 vistorias realizadas entre 2003 e 2008 apenas quatro resultaram em improdutividade segundo os polêmicos índices de lotação pecuária utilizados<sup>55</sup>. Além disso, o Superintendente (INCRA, 2008) argumentava que os mecanismos jurídicos empregados colocavam as condições de compra de terras pelo Incra em desvantagem perante um aquecido mercado de terras no estado (COLUSSI, 2013). Ainda durante a *marcha* de 2007 o Incra/RS abriu editais entre agosto e outubro para proprietários interessados nas vendas de terras. Apesar de tratativas terem avançado, a articulação do setor patronal rural foi contundente no sentido de convencer os proprietários a retirarem propostas já submetidas, visto que estas podiam ser consultadas assim que ofertadas em função do princípio de publicidade dos atos públicos. Junto dos editais, no ano de 2008 o Incra/RS passou a usar de estratégias de comunicação mais sigilosas para negociar áreas, processo pelo qual veio a se constituir a maior parte das aquisições com o intuito de cumprir o TAC (INCRA, 2008).

No início de 2008, enquanto o Incra se mobilizava em função de cumprir com as metas de assentamento, seguiram-se tensões entre *produtores rurais* e os *sem-terra*, na continuidade das *vigílias* às *ocupações*, além das tentativas de reintegração de posse das áreas ocupadas, tendo como foco São Gabriel, novamente. Em abril, o anúncio do MDA que significou a impossibilidade de adquirir a Fazenda Coqueiros<sup>56</sup>, alvo principal da *marcha* de 2007, provocou um redirecionamento das pressões do MST. Foi nesse contexto que, durante as mobilizações do denominado Abril Vermelho, aproximadamente 800 sem-terra ocuparam uma das estâncias dos Southall em São Gabriel<sup>57</sup>, permanecendo depois acampados em

---

<sup>54</sup> *MST decide pôr fim às marchas* (Zero Hora, 13/11/2007).

<sup>55</sup> Por pressões do “vistoria zero” o Incra/RS montou comissão em 1998 para definir o tema com especialistas. O debate se travou entre aumentar, manter ou reduzir índices de lotação pecuária nas terras do estado. A análise das posições dos agentes na comissão representa fielmente o jogo de forças no campo dos conflitos agrários. Suas decisões repercutiram na baixa taxa de desapropriações do período subsequente (DA ROS, 2006, p. 220-30).

<sup>56</sup> *Coqueiros saiu da mira de desapropriação* (Zero Hora, 12/04/2008).

<sup>57</sup> *Abril vermelho leva sem-terra a São Gabriel* (Zero Hora, 15/04/2008).

imóvel que seria adquirido pelo Incra nas proximidades<sup>58</sup>. Sucederam-se diversas ocupações e reintegrações de posse no RS durante os meses seguintes<sup>59</sup>, enquanto o Incra tinha dificuldades para cumprir com as metas do TAC<sup>60</sup>. No mesmo ano, novas orientações à brigada militar acarretaram em recrudescimento frente aos acampados, principalmente em ações concentradas ao amanhecer do dia, no que era anunciado triunfalmente como “nova tática para surpreender o MST” pelos jornais de grande circulação do estado<sup>61</sup>. É importante ter em conta que durante 2008 emergiu com certa força no Ministério Público gaúcho a ideia de criminalização e dissolução do MST<sup>62</sup>.

A partir de julho sucedeu-se o primeiro aceno positivo para as renovadas estratégias de aquisição de terras do Incra, de onde se anunciou duas desapropriações em São Gabriel<sup>63</sup>, onde haviam se estabelecido os acampamentos, próximos a área dos Southall. No final de 2008 o complexo de estâncias foi parcialmente convertido em área disponível para a política de assentamentos rurais<sup>64</sup>. A intensificação do conjunto de mobilizações dos movimentos e das estratégias de aquisição de terras do Incra/RS desencadeou na aquisição de áreas para implantação de sete assentamentos no município de São Gabriel, dois em Alegrete e um em Santa Margarida do Sul entre o final de 2008 e início de 2009, perfazendo aproximadamente 700 beneficiários da política de assentamentos rurais (INCRA, 2015).

Em vias de finalizar esta seção considera-se que o esforço foi em esboçar um quadro mínimo de referências das relações de forças que constituíram a forja de vinculação entre os assentados e os mais antigos municípios em São Gabriel, RS, e seu entorno. A efervescência de mobilizações do período entre 2003 e 2008 não foi vivenciada somente entre os *sem-terra* e os *produtores rurais*, mas também por outros grupos de antigos moradores da região na qual as terras estavam em disputa. Tanto as *marchas*, *acampamentos* e *ocupações*, por parte dos *sem-terra*, como as *marchas*, *vigílias* e *bloqueios* por parte dos *produtores rurais* – enquanto estratégias em jogo para pressionar os agentes do Estado –, foram vivenciadas pelo conjunto de agentes interdependentes, *municípios* e *sem-terra*, dos quais recebem significações. Portanto, a vinculação de *municípios* e *sem-terra* se dá nas tensões próprias do cenário de disputas, sendo também tributária da recorrência e do modo com que a cobertura midiática se debruçou sobre o tema nas matérias supracitadas, por vezes tendendo ao enfoque

---

<sup>58</sup> *Acampamento preocupa* (Diário de Santa Maria Web, 07/05/2008).

<sup>59</sup> *Proteção contra sem-terra* (Zero Hora, 20/06/2008).

<sup>60</sup> *Incra pede tempo para assentar* (Correio do Povo, 29/06/2008).

<sup>61</sup> *Nova tática contra MST; Brigada surpreende o MST em São Gabriel* (09/05/2008);

<sup>62</sup> *Conflitos sem fim. Por que duelam procuradores e sem-terra gaúchos* (Zero Hora, 27/06/2008).

<sup>63</sup> *Incra assentará 38 famílias em duas áreas de São Gabriel* (Zero Hora, 08/07/2008).

<sup>64</sup> *Incra adquire uma área da Fazenda Southall* (Correio do Povo, 08/11/2008).

sensacionalista e criminal. Ao mesmo tempo em que se explicitavam as tensões com dramaticidade também se contribuía na formação de um estereótipo dos *sem-terra*.

Observa-se que a forja da vinculação entre *antigos* e *novos* ocupantes no espaço social foi demarcada por sentimentos de incerteza, medo, ódio, entre outros, os quais estruturaram, enquanto disposições sociais, as lógicas que informaram o comportamento dos agentes em situações de convivência, especialmente nos primeiros contatos. Ou seja, entende-se que o cenário de tensões e a disputa pela versão legítima dos fatos contribuem como recursos mentais para ser *contra* ou *a favor* aos *sem-terra*. Considera-se, ainda, que pelas vinculações próprias à socialização dos agentes no espaço estancieiro o peso das avaliações tende a pesar contra os *sem-terra*. Mesmo em um contexto demarcado pela redução do prestígio dos senhores de terra, a tendência que se revelou como central foi de aproximação dos *munícipes* às suas reivindicações. Portanto, nesse período inicial de vinculação entre os grupos prevaleceu a oposição dos *munícipes* como grupo estabelecido e identificado frente aos *sem-terra* como grupo estranho e *outsider*.

Por fim, para além de um quadro referencial estanque, chama-se atenção para as desviantes menções de apoio aos *sem-terra* e as gradações internas de estigma em contínua reconfiguração. Nos capítulos seguintes a intenção é de evidenciar a diversidade interna de posições entre os antigos moradores como constituinte de algumas variações nas vinculações com os novos entrantes *assentados*.



## 2. CHEGARAM OS *SEM-TERRA*: ESTIGMAS E INTERDEPENDÊNCIAS NAS RELAÇÕES ENTRE *ASSENTADOS* E *MUNÍCIPES*

O objetivo central neste capítulo é desvendar o processo simbólico que envolve o ingresso dos agentes sociais denominados *sem-terra* na estrutura de relações sociais estruturadas e estruturantes no espaço que denominamos como *região estancieira* do RS, especificamente no município de Santa Margarida do Sul. Para compreender as significações, denominações, estigmas e afinidades em contínua elaboração na dualidade *assentados* e *municípios*, recorre-se aos processos que conformaram posições e condições sociais na recente trajetória de reconfiguração de uma região historicamente hegemônica por estâncias e senhores de terras. Ao lado dessas forças estruturantes do espaço social, procura-se analisar estratégias e ajustamentos desde as perspectivas dos agentes sociais. Analisam-se tendências gerais e casos específicos de condutas acionadas frente aos assentados, tendo em vista posições sociais e margens de ação dos agentes socializados sob condições específicas no espaço estancieiro.

Propõe-se construir aqui uma análise em duas temporalidades da constituição de uma figuração social caracterizada por *assentados* e *municípios*. Primeiramente realiza-se uma análise de perspectiva estática na qual se visualiza as categorias *assentados* e *municípios* cada qual como grande grupo com relativa homogeneidade interna, o que caracteriza um momento inicial de posições estanque. Posteriormente, para além de uma análise de posições estáticas, procura-se entender quais são os agentes e objetivos em jogo quando se dão aproximações entre os grupos. Trata-se de entender quem, quando e por que os agentes se aproximam. Nesse sentido, Ferrante e Barone (2004) observam que assentados provocam mudanças em um campo de disputas já constituído na ‘trama de tensões’ políticas dos municípios em que se inserem, significando possibilidades de resistência, acomodação ou conflito dentro de um conjunto de relações. Leite et al., (2014) consideram que os assentados tendem a causar ‘impactos’ ou ‘efeitos’ econômicos e políticos de mudança nas regiões em que se inserem, especialmente quando constituem ‘manchas’ relativamente concentradas de assentamentos.

De modo a dialogar com essas abordagens, propõe-se aqui enfatizar *estigmas* e *interdependências* no sentido de entender: a) as significações construídas nos momentos tensos de disputas no campo dos conflitos agrários, caracterizadoras de um período onde a condição dos *sem-terra* e dos *municípios* é de grupos em oposição, e, b) as redes de relações de cunho político e econômico que se constroem a partir do ingresso de assentados em diferentes

redes de sociabilidade. De modo correlato, entende-se que há um redimensionamento das posições de distintos agentes assentados e munícipes no balanço de poderes local e regional.

Vale considerar que a categorização de um período demarcado pela *oposição* não representa uma tendência única de dicotomia entre os antigos moradores ou *munícipes* frente aos novos ingressantes *sem-terra*. Mesmo durante o período exaltado de tensões no campo dos conflitos agrários, certos agentes demonstraram a existência de posicionamentos favoráveis aos *sem-terra*. Nesse sentido, *diferenciações* entre os antigos moradores são preexistentes à instalação do assentamento, assim como os graus de *oposição* são variados, como expresso pela rejeição geral que veio ao público na época sobre uma carta de ódio destinada aos *sem-terra*<sup>65</sup>. Portanto, o que se considera *oposição* é a formação de representações ou estereótipos relativamente fechados acerca do que seriam os *sem-terra*, desde uma vinculação forjada na convivência distante e receosa. Já a *diferenciação* é considerada enquanto processo de ampliação da convivência que repercute em representações e feixes de relações entre grupos diferenciados de *assentados* e de *munícipes*. Tendo em conta este princípio, pretende-se fugir de respostas unidirecionais que ocorrem em certos estudos sobre assentamentos rurais, onde a destinação de estigmas aos assentados poderia ser apenas tomada como limite ao desenvolvimento dos assentamentos, ou então que as relações tensas identificadas poderiam ser consideradas como motivos contrários à continuação da política de assentamentos.

Para tratar desses temas, são apresentadas quatro seções além desta introdução. Na primeira seção apresentam-se elementos demarcadores de uma condição inicial de oposição entre *sem-terra* e *munícipes*, onde a relação é mediada por estereótipos construídos na fase imediatamente anterior ao início do assentamento. Entende-se que assentados e munícipes são, por um lado, portadores de *habitus* distintos, e, por outro, assumem também posicionamento diferente no espaço físico, onde a realização social (BOURDIEU, 2013) de espaços relativamente autônomos se torna fator redutor das tensões iniciais. Na segunda seção procura-se objetivar como as noções de *luta* e *conquista*, reivindicadas pelos *sem-terra*, ingressam em disputas simbólicas frente aos modos já constituídos de conceber domínio de terras. Visualiza-se ainda como os investimentos ao longo das trajetórias de assentados com origem *sem-terra* ou *municipária* recebem valorações distintas conforme espaços sociais e redes de relações em que são ativados. Nisso, ganham centralidade os agentes munícipes que

---

<sup>65</sup> Sobre esses dois casos, em meio ao conjunto de lutas simbólicas pela legitimidade dos *sem-terra*, consultar a seção 1.3.

tiveram a possibilidade de ingressar como beneficiários de lotes de terra sem terem passado por uma trajetória nos acampamentos.

## 2.1. A CONDIÇÃO *OUTSIDER* DOS *SEM-TERRA* E A REALIZAÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS DISTINTOS

O objetivo colocado nesta seção é o de visualizar condições que se apresentam como limites e possibilidades para a afirmação das categorias *sem-terra* e *assentados* na configuração social estabelecida pelo processo de assentamento rural no município de Santa Margarida do Sul. É objeto de atenção a forma de vinculação que se estabelece com os agentes socializados no município, os que aqui serão chamados como *munícipes*. Destaca-se que as dualidades *sem-terra* e *munícipes* ou *assentados* e *munícipes*, aqui utilizadas como modelo de análise, tendem a ocultar certa diversidade interna das condições sociais de cada uma dessas categorias. Porém, para o momento, o intuito é fazer uso da dualidade enquanto ferramenta heurística, a fim de desvendar particularidades do processo social que envolve tais grupos e tende a hierarquizar os indivíduos em termos de relações de poder.

Supõe-se que os agentes que aqui denominamos como *munícipes* estão dotados de condições para avaliar a presença e as formas de agir dos assentados conforme longos processos de socialização no espaço social estancieiro. A chegada dos assentados através das estratégias de *luta* e *conquista* da terra tende a colocar em suspensão os modos como, tradicionalmente, os *munícipes* estavam habituados a legitimar o acesso à posse e uso da terra. Nesse sentido, considera-se que não só os enfrentamentos entre os *produtores rurais* e os *sem-terra* são geradores de estigmas, mas as diferenciadas visões de mundo incorporadas no conjunto de posições sociais interdependentes do espaço estancieiro tendem a conformar marcas de baixo prestígio social aos assentados. Com isso, baseado no estudo de Elias e Scotson (2000) sobre a segregação social transcorrida em um bairro de trabalhadores ingleses na década de 1950, pode-se dizer que se constitui uma típica configuração onde há grupos ‘estabelecidos e *outsiders*’ bem demarcados, em que a antiguidade de um processo de socialização grupal confere sentimento de superioridade frente a novos ingressantes que não portam o mesmo estoque de disposições, relações e lembranças.

Nesse sentido, trata-se do estudo de caso de Elias e Scotson (2000) enquanto modelo para operar analogias, entendidas como princípio de construção de hipóteses em sociologia (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 64-8). No que pesa ao caso estudado – da dualidade que se denominou como de *assentados* e de *munícipes* – considera-se

que o fator de estranhamento entre grupos antigos e grupos novos é agravado pelos condicionantes da reconfiguração no espaço social estancieiro. Argumenta-se, como proposto por Piccin (2012, p. 365-8), que a emergência dos *sem-terra* nessa região não seria um acontecimento isolado, mas um dos indicadores de decadência estancieira e de reconfiguração de posições e capitais na estrutura do espaço social. Os *sem-terra* ingressam nas lutas simbólicas da região estancieira em um momento de acentuada crise dos grupos dominantes de proprietários, quando estes encontram dificuldades para se legitimar enquanto provedores das classes subalternas no espaço social. Portanto, além do ‘receio de contaminação’ pelos desconhecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000), os estigmas e reações exacerbadas no embate entre grandes proprietários e *sem-terra* devem ser visualizados no conjunto de processos que tem reconfigurado poderes na região. Em outras palavras, o ingresso dos *sem-terra* acionou o estopim da inconformidade estancieira perante sua decadência enquanto *senhores de terras*.

A elaboração desta seção foi baseada, prioritariamente, em entrevistas com *munícipes*, tendo em vista os que ocupavam as posições de agentes do serviço público, comerciantes e outros antigos moradores. Procura-se enfatizar as condições de produção de significados pelo grupo socializado no espaço social que abarcou o assentamento como novidade. Entrevistas com *assentados* também são acionadas na medida em que permitem acumular elementos para reflexão do conjunto de significações em jogo.

Atenta-se para o fato de que a situação de entrevista, ao levantar questões sobre as relações entre *assentados* e *munícipes*, gerou posicionamentos precavidos entre os entrevistados, tendo em vista a recorrência em que se apresentava desconforto para falar da relação entre os grupos. Em certas situações de entrevista, *munícipes* antecipavam uma declaração dizendo “Estou me abrindo [...]”, como que em um ato de concessão ao pesquisador. Em outras, tanto *assentados* como *munícipes* tratavam de distensionar o assunto: “A gente sempre se deu bem [...]”. Enquanto estava ligado o gravador, muitos agentes procuravam termos amenos para se declarar, por vezes precedidos de pausas. No entanto, houve também casos em que se explicitou e condenou os conflitos e diferenças, em especial por parte das lideranças *assentadas*. Nesse sentido, as versões da história são construídas e sua variante legítima também está em jogo e caracteriza relações de força entre os grupos (BOURDIEU, 1996). Em termos metodológicos isso representa que, para além das situações de entrevistas, uma observação de situações cotidianas sobre as relações entre *assentados* e *munícipes* tende a proporcionar condições de visualização de sutilezas nas formas de designação, afirmação ou legitimação. As observações e entrevistas realizadas permitiram



identificar um significativo espectro de representações e atribuição de juízos na configuração assentados e munícipes, com os quais também se procurou construir a presente seção.

Durante o processo de tensionamento das mobilizações de *sem-terra* e *produtores rurais* entre 2001 e 2008 na região estancieira, duas tendências anexas foram estruturantes para a construção de um estereótipo dos *sem-terra* em mentes *munícipes*. Por um lado recorreu-se à explicitação da identificação como antigos moradores, em uma crescente afirmação como um grupo coeso, onde se reforça a ideia de existência de um “nós”, ou seja, a unidade como antigos moradores que supera desavenças internas quando se trata de se diferenciar dos *sem-terra*. Por outro lado, e, adicionalmente, o processo de aglutinação como grupo coeso teve como consequência a construção de estigmas que marcam os novos ocupantes de posições no espaço social. Delimitaram-se marcas distintivas de baixo prestígio social aos assentados de modo a afirmar as próprias características positivadas. Com isso se quer dizer que o processo de diferenciação entre estabelecidos e *outsiders*, tal como proposto por Elias e Scotson (2000), assumiu um formato bem demarcado neste espaço social. A seguir apresentam-se algumas declarações de exaltação do que os *munícipes* entendem como qualidades positivas de Santa Margarida do Sul:

Pessoal aqui é tudo gente simples, mas **gente boa** [risos]. Muito boa em Santa Margarida. **Não tem violência**, graças a deus. Muito **bom de se viver** aqui, bah. Aqui, por morar na beira de uma faixa [rodovia federal], ainda mora num **paraíso** (Maristela, comerciante; entrevista concedida em 07 de junho de 2016).

\* \* \*

**Mas aqui é muito bom**, acho que o pessoal que vem pra cá não vai embora mais [refere-se aos assentados]. **É muito desenvolvida nossa região** aqui, todas microrregiões têm seu time de futebol, tem seus PTGs [Piquete de Tradições Gaúchas], seus CTG [Centro de Tradições Gaúchas], em termos de tradição. [...] E a gente gosta, **tradicionalismo é lugar sadio e forte**. (Miguel, descendente de *médio proprietário*, presidente de associação e candidato a Prefeito no pleito de 2016; entrevista concedida em 04 de julho de 2016)

\* \* \*

Temos uma saúde, pra mim **uma das melhores**, regionalmente não tem igual. Uma educação fora de série [...] Já tinha saúde **de primeiro mundo** e queríamos educação também (Maurício, *médio proprietário* e Prefeito de Santa Margarida do Sul; entrevista concedida em 02 de junho de 2016).

Aqui se denotam algumas características exaltadas, sendo que os agentes têm em comum as trajetórias no espaço estancieiro, gostos pela tradição institucionalizada, satisfação com serviços públicos, desejos para o futuro de seus filhos, enfim, um conjunto de elementos conhecidos e qualificados como válidos entre semelhantes. Os moradores se sentiam dotados de disposições sociais legitimadas para ocupar aquele espaço e não tinham maiores

preocupações com a estabilidade das condições de reprodução de seus sucessores. Elias e Scotson (2000) aportam nesse sentido, na medida em que as afirmações do ideal de nós e da coesão grupal do grupo estabelecido se baseiam na generalização das *melhores* características, enquanto a desqualificação do grupo estranho ou *outsider* parte da generalização das *piores* características, as quais se transformam em ‘marcas de inferioridade’. Seguem algumas declarações de munícipes tidas como lembranças do período de chegada dos assentados:

Eu era muito pequena, mas **ainda lembro de muitas coisas**. Quando falaram que os assentamentos viriam pra nossa região aqui Santa Margarida e São Gabriel teve uma... os, os pecuaristas fizeram um acampamento aqui [...] não queriam deixar, teve todo aquele confronto, aquela briga. Logo em seguida veio pra Santa Margarida e **toda comunidade** ficou apavorada: “nossa, o assentamento **vai vir pra dentro de Santa Margarida!**”, porque é dentro do perímetro urbano né. “Como é que a gente vai viver?”, “agora ninguém mais vai poder sair de casa”. Porque tem aquela visão né: “ah, porque vai aumentar os **roubos**”, tudo de ruim é neles. Aí, “ah a gente não vai ter mais paz!”, “como é que a gente vai sair e deixar nossas casas?”, “não vai dar mais pra viajar”, “não vai dar pra viver em paz, como é que vamos conviver todos juntos?”, porque **a gente não sabe de onde eles vieram**. Era todo mundo perplexo assim com a história [...] **agora todo mundo convive em harmonia**, desde o início sabe, se apaziguaram (Maiara, funcionária da Prefeitura; entrevista concedida em 03 de junho de 2016).

\* \* \*

**Eu estou me abrindo contigo** o que eu acho, assim, tipo, hoje... **todo mundo se conhecia aqui**, daí aqui a pouco **vem um pessoal de fora, estranho, envergonhado** pela situação que estava de **lona, pobreza, sujeira** e falta de condições de banho, alimentação e coisa, e se **misturar com os nossos**. Foi bem uma coisa assim. Aí deles mesmo existia um certo **repúdio** assim de início, queriam uma escola deles, coisas assim. Mas **hoje já estão bem, se integrando melhor** (Michel, descendente de *migrantes*; entrevista concedida em 07 de junho de 2016).

\* \* \*

No início era assim olha, que eles iriam terminar com a **nossa cidade**, que era o sem-terra que a gente chamava, **não chamava de assentados**. Até a gente. **Eu estou te falando abertamente aqui**, não é “coisas”, assim. **A gente chamava sem-terra** (Manuela, ex-Prefeita; entrevista concedida em 15 de junho de 2016).

Conforme os episódios do embate se desenrolavam, são nítidos os elementos de agregação do grupo antigo, expressos em termos como “nossa região”, “nossa cidade”, “toda comunidade”, “todo mundo”, “a gente”, “os nossos”, o que vem a reforçar o apego à estrutura de relações em que os agentes foram socializados. Note-se que descendentes de categorias como a de *migrantes*, que no passado ocuparam uma condição de novos ingressantes, atualmente se utilizam do mesmo sentimento de grupo para se referir aos *assentados*. O uso recorrente do pronome “nós” é o principal indicativo de ponto de referência seguro no grupo. Ao mesmo tempo se forjou o baixo prestígio aos *sem-terra*, onde o receio foi se construindo a partir das tensões na “briga” com os “pecuaristas” e se materializou com a ideia de “sujeira”.

Palavras como “roubos”, “estranho”, “lona”, “pobreza” e “sujeira” fazem menção ao risco percebido em se “misturar”. O fato de os *sem-terra* chegarem “pra dentro” de Santa Margarida foi elemento agravante das incertezas, no sentido de que poderiam “acabar” com a cidade, ou seja, colocar em jogo a manutenção de certo estado das posições e da distribuição dos recursos. A ex-Prefeita reconhece um posicionamento de contrariedade que vinha até mesmo do poder público, onde a forma como se usava o termo *sem-terra* é reconhecida como algo a deixar para o passado.

O modo como se deu a *luta* dos sem-terra, através de *ocupações* e de *acampamentos*, e, especialmente, como ela foi vivenciada de modo indireto pelos munícipes, parece ter impregnado de imagens negativas a ideia que se fez deles como *outsiders*. Processo similar foi identificado por Moura (2010) no sul do Espírito Santo, onde os moradores da cidade associaram a imagem dos acampamentos de *lonas* de sem-terra, dispostos nas margens de rodovias, com os estigmas de ‘baderneiros’ e ‘invasores’, o que se constituiu em símbolo da aversão e da desconfiança com os assentados. Tanto nesse caso citado como em Santa Margarida do Sul, a ideia de que os assentados são formados por “estranhos” e que “não se sabe de onde vieram” é fator levantado para justificar uma distinção. Nesse sentido, se conforma um estereótipo de como os *sem-terra* se pareceriam visualmente, ou seja, há uma imagem associada às *lonas* e a uma condição de restrições econômicas, lembrada pela noção de *sujeira*. A chegada dos *sem-terra* e o seu posicionamento como *assentados* no espaço físico, relativamente próximos da sede municipal, gerou a convivência direta com as imagens das *lonas* e da *pobreza* e sua carga de estigmas. As primeiras moradias de *lona* dos assentados se constituem no entendimento de um ‘risco de contaminação’ da relação comunitária positivada pelos munícipes como um lugar onde “todo mundo se conhecia”. Tal estereótipo dos *sem-terra* é construído desde uma vinculação tensa, forjada nas disputas do campo dos conflitos agrários, e acaba impondo estigmas ao conjunto daqueles identificados pela categoria.

Porém, os agentes sociais identificados em torno da denominação *sem-terra* vivenciaram processo de aproximação ao se designar como grupo de modo comparável ao ocorrido com os munícipes. Características positivas do grupo são reforçadas enquanto se relativizam as negativas. Nisso, a noção de *sem-terra* pode ser ativada de modo a reivindicar reconhecimento. Seu uso situa-se entre a resignação pelo estigma e a afirmação pela *luta*, tendo em vista que emerge de um grupo com processo relativamente mais curto de socialização e na posição *outsider*. Para Elias e Scotson (2000, p. 24) o discurso que parte dos estabelecidos como grupo mais poderoso tende a “penetrar na auto-imagem” dos *outsiders* e

enfraquecer sua capacidade de reação. Ou seja, seu grau de retaliação é relativamente restrito frente ao grau de afirmação dos munícipes como grupo estabelecido. Seguem-se algumas expressões de retaliação e de resignação dos *sem-terra*:

Pessoal [municípe] **estava refugando nós** nos primeiros dias. Lembro que no ônibus né, quantas vezes eu escutava os caras fofocando, **falando mal de nós**, sabe. Daí um dia eu sentei do lado de uma mulher, e ela nem olhava pra minha cara, e eu bem tranquilo assim, e ela desconfiada comigo. Aí ela não se aguentou: “você é ali que está morando na fazenda do finado [estancieiro]?”. **Nem chamou de assentamento né**. Eu disse “estou, sou assentado ali”. Já começou me especular na estrada de lá pra cá, fez umas mil perguntas. E como é, e coisa, eu falei: “**o nosso pessoal são tudo gente como vocês**”. Digo: “**só somos sem-terra porque somos sem-terra mesmo**, não tinha terra, e não temos. Nós temos uma concessão de uso do Inbra”. Entende? Porque agora, **atualmente, a gente diz que é sem-terra**. Os caras dizem que não, que nós temos terra. Eu digo não, sou sem-terra sim, estou numa concessão de uso. Eu vou ser sem-terra sempre. Só foi concedido pra usar. [...] Eles [munícipes] acham que a vida do sem-terra é outra, eles acham que o cara é como um bicho. **Eles olham na TV o sem-terra ocupando fazenda e sai muita coisa distorcida, que o cara é baderneiro**. Mas isso [baderneiro] **tem em toda parte!** [...] Tu nunca vai reunir um grupão de gente e vai ser tudo da melhor qualidade. (César, *assentado*; entrevista concedida em 21 de junho de 2016).

\* \* \*

Porque vi muitas mães daqui dentro [assentamento] que **não foram dar a cara à tapa**. Elas [algumas professoras] humilhavam [filhos de assentados], mas daí: “ah, vamos ali na secretaria, vou te dar um casquinho”. Aí [as mães] não transferiam [os filhos] da escola. O filho está sendo humilhado, mas tu ganha um casaco, uma calça, entendeu? Tipo **pra manter quieta** [...] (Renata, *assentada*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

Em oposição à classificação negativa de categorias como *sujeira* e *baderna*, é notável que a condição de *sem-terra* não só é correlata às privações materiais dos acampados bem como é positivada no âmbito das mobilizações, de modo a constituir elemento afirmativo da *luta* pela terra. As privações materiais não são vivenciadas unicamente como sinais de vergonha, mas se tornam símbolos de afirmação, de ser “gente como vocês”. Nesse sentido, se torna efetiva a diferença de disposições sociais entre assentados e munícipes, em que uma condição objetivada de *sujeira* é reconhecida como estigma, por um lado, e sinal de orgulho, por outro. Em outras palavras, as regras de jogo não são totalmente equivalentes entre os espaços sociais, já que se atribui valor diferente aos capitais acumulados na *luta*. Por outro lado, isso não quer dizer que certas parcelas de assentados não se sintam atingidos e resignados pelos estigmas em outras situações. O relato de inconformidade de uma mãe assentada que reagiu a uma situação que considerou inaceitável e recorrente de relação professor-aluno na escola demonstra o balanço entre resignação e retaliação. “Dar a cara a tapa” exige uma situação de enfrentamento, enquanto se “manter quieta” pode gerar o acesso

restringido a certas benesses. Os diferenciais de poder e de acesso a recursos pesam negativamente aos assentados nesse tipo de situação, o que também foi percebido por Ferrante (2003) como determinante para reproduzir uma ‘cultura da dádiva’ no processo inicial de estruturação de assentamentos de Araraquara, SP.

Cabe ressaltar que o entrecruzamento de *espaços físicos* e *espaços sociais* apropriados por munícipes e assentados, além das noções de pertencimento e das características positivadas de ambos os grupos, demarca uma das dimensões mais marcantes de suas diferenças. A associação entre os conceitos de *habitat* e *habitus*, articulada por Bourdieu (2013), agrega uma função heurística para entender as condições de apropriação social de espaços físicos, o que equivale à *realização* do espaço social. Ao passo em que o *habitat* seria um dado espaço físico passível de ocupação pelos agentes sociais, o *habitus* seria um conjunto de disposições sociais incorporadas pelos indivíduos, esquematizadoras de suas ações e opiniões. Todo o agente social carrega algum *habitus* conformado em algum ou vários *habitat*, mas nem todo *habitus* se apropriará ou será capaz de se *realizar* em um certo *habitat*. Com isso, o que Bourdieu coloca é que o fato de habitar um certo *habitat* não supõe ter incorporado um *habitus* que ali é legítimo. Essa relação do espaço social com o espaço físico pode ser exemplificada pelas partes materialmente elitizadas nas cidades, nas quais um morador de rua pode até ocupar algum espaço físico, mas dificilmente será legitimado a ponto de ingressar nas redes de sociabilidade do *establishment* pelo fato de não agir e, possivelmente, não possuir tipos e volumes de capitais conforme é reivindicado naquele *habitat*. O caso-limite do morador de rua ilustra uma condição de ‘dupla descapitalização’ perante um espaço socialmente constituído, em que a diferença nas disposições sociais não só é percebida objetivamente – uma primeira descapitalização – como é reforçada subjetivamente – uma segunda descapitalização –, de modo a legitimar atos-limite como um linchamento físico ou simbólico.

Comparativamente, pode-se pensar o posicionamento dos assentados perante os munícipes em Santa Margarida do Sul, assim como em outras configurações sociais onde processos de assentamento ocorreram mediante acúmulo prévio de tensões. Propõe-se raciocinar este caso como uma confrontação de *habitus* mediada pela *realização* social de distintos *habitats*. Ora, desde um ponto de partida conflitivo, assentados e munícipes reconhecem diferenças entre si e explicitam-nas, em um estado no qual parece ser eminente o risco de linchamento aos entrantes. O ingresso de assentados foi tido como um eminente risco para a manutenção das ‘regras do jogo’ no *habitat* dos munícipes, já que os novos habitantes foram, efetivamente, socializados com *habitus* distintos e, possivelmente, não

compartilhariam das mesmas expectativas como *margaridenses*. Estabelecida a situação de incerteza, as marcas de diferença de *habitus* foram, ativamente, superdimensionadas e desqualificadas de modo que causaram o efeito de ‘dupla descapitalização’ (BOURDIEU, 2013) como empecilho da apropriação do espaço pelos assentados. Em outras palavras, os assentados se inserem em uma condição objetivamente descapitalizada, já que não carregam saberes e referências naturalizados entre os munícipes, e, além disso, tal condição é subjetivamente explicitada na qualificação imputada de “estranhos” – são duas vezes desqualificados. A sede municipal como um tipo de *espaço social realizado* pelos munícipes vem a legitimar o estranhamento da presença de assentados e a explicitação de que não são bem vindos. Nesse sentido, é comum aos assentados o relato de que ao entrar na “vila” pela primeira vez “fechavam as portas e janelas na nossa cara”.

Possivelmente, a única diferença entre esse linchamento simbólico frente ao linchamento também físico do exemplo do morador de rua, é o fato de o Estado ser legitimador da presença dos assentados no espaço do assentamento, mesmo que este se avizinha abruptamente aos espaços físicos *munícipes*. Nessa medida, mesmo com resistências a Granja Santa Rosa assume feições de assentamento a partir do momento em que chegam os *sem-terra*. A partir de então, se passa um jogo simbólico de *realização* social de um *habitat* dos *assentados*. Ou seja, o conjunto de tensões em jogo no confronto entre *habitus* distintos é mediado pela *realização* de *habitats* distintos, que evitam o linchamento físico aos *assentados* por conta da legitimação jurídica, portanto simbólica, das terras do assentamento. Nesse sentido, o Estado interfere nas lutas simbólicas de produção da denominação legítima (BOURDIEU, 2004, p.161-8) na medida em que confere uma denominação oficial de *assentados* junto de um título oficial materializado no Contrato de Cessão de Uso das terras.

A legitimação de um *habitat* dos assentados por meio da força jurídica carrega elementos que vão se expressar na linguagem dos munícipes. Enquanto que a denominação *sem-terra* continua carregada de elementos depreciativos, a denominação *assentados* se coloca em um patamar mais positivo. Seguem algumas declarações de modo a exemplificar os usos e desusos das denominações *assentados* e *sem-terras*:

Toda essa parte aí dos sem-terra, dos assentados, **não sei como que chamam**, era do campo do Seu [estancieiro] [...]. (Margarida, *moradora*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

\* \* \*

Aí primeira coisa **quando querem te ofender é: “ô sem-terra!”**, “ô pobre!”, ô isso e aquilo. [...] É a mesma coisa se tu é preto eu te chamar “ô, nego!”. Aí eu vou te pegar lá na tua alma, é uma coisa chata. Olha, é um preconceito cara, olha, é igual. (Roberto, *assentado*; entrevista concedida em 29 de junho de 2016).

\* \* \*

Mas o **sem-terra hoje tem mais terra do que eu**, porque eu não tenho terra. Eu moro dentro de uma propriedade que é do meu pai, que é assim que a gente fez uma casa e tudo. (Manuela, ex-Prefeita; entrevista concedida em 15 de junho de 2016).

Partindo dessas declarações como exemplificação, visualiza-se que a situação do uso da denominação *sem-terra* pode ser permeada por certo desconforto, “não sei como que chamam”. Em outros casos, tende a ser usada enquanto ofensa ou xingamento. Já a denominação *assentados* se expressa em situações relativamente mais harmônicas de menção ao grupo. Enquanto a primeira era preferencialmente evitada em frente ao pesquisador, a segunda se mostrava como ajustada para uma relação formal. Ainda na relação de munícipes com o pesquisador, em específico, a denominação *sem-terra* foi usada, certas vezes, em *brincadeiras*<sup>66</sup>, como nas entrevistas com a ex-Prefeita e com um representante de cooperativa, onde ambos afirmaram, de modo similar, que “os sem-terra hoje tem mais terra do que eu!”. Ou seja, permanece certo nível de tensão no uso das palavras, visto que são estrategicamente selecionadas para usos específicos em situações propositalmente redutoras de tensões, como nas formalidades e brincadeiras. Já no caso de um dos assentados entrevistados, o qual explicitou a permanência de tensões no uso do termo, a denominação *sem-terra* teria o mesmo peso de outras denominações depreciativas direcionadas a outros grupos desprestigiados. Para ele, quando alguém quer “ofender” um assentado, logo lhe chama de “sem-terra!”, da mesma forma que chamaria um negro de “nego!”. Nesse sentido, na condição de *sem-terra* ele considera que “sem-terra” e “preto” estão no mesmo patamar de estigmatização.

Um dos aspectos visíveis no primeiro conjunto de declarações dos *munícipes* trazidas para o texto é que a atribuição de estigmas aos assentados articula-se discursivamente como memória, ou seja, acontecimento do passado, restrito ao “início”, das quais “ainda lembra-se de algumas coisas”. Nesse sentido, falar da relação atual entre assentados e munícipes parece sempre evocar alguma afirmação de “harmonia”, “paz”, “respeito” e “integração”. Aquele alto nível de tensão inicial realmente parece controlado após oito anos de chegada dos *sem-terra*. A ideia de que a presença daqueles que seriam “estranhos” exigiria o “fim” de Santa Margarida parece distante. Qualitativamente, evidencia-se uma redução dos níveis de tensão entre os grupos que estavam praticamente ‘em pé de guerra’. No caso-gabarito de Winston

---

<sup>66</sup> Comerford (1999, p. 81-92) toma como objeto de estudo o uso da categoria nativa *brincadeiras* (piadas, charadas, etc.) enquanto forma de relação entre assentados, na medida em que a objetivação de seu uso ‘contextual e estratégico’ permite situar relações de poder, posições de enunciação e disputas simbólicas entre agentes diferentemente situados no espaço social. Portanto, quando aqui usado, o sentido do termo será baseado no estudo desse autor.

Parva, estudado por Elias e Scotson (2000), a chegada dos ‘de fora’ a partir de um loteamento anexo a um antigo bairro de trabalhadores ingleses foi tão rápida quanto a instalação do assentamento nas adjacências da sede municipal e de pequenas localidades de Santa Margarida do Sul. No entanto, naquele caso os estigmas foram construídos conforme elementos progressivamente pinçados das ‘piores’ características ou situações encontradas nos crescentes contatos entre os grupos. Já no caso dos assentamentos rurais na *região estancieira* do Rio Grande do Sul, há um processo prévio de acúmulo de tensões e formação de estereótipo negativo que pode ser contado em até mais de oito anos. Essa carga de preconceitos conduz ao erguimento de fortes barreiras frente ao ingresso dos *sem-terra*, mesmo antes dos primeiros contatos diretos com os antigos moradores.

Enquanto que em Winston Parva a distinção de grupos decorre do acúmulo de estigmas principalmente após a chegada dos ‘de fora’, o que se percebeu em Santa Margarida do Sul é que ocorreu uma redução relativa de tensões desde a chegada dos “estranhos” até se atingir um novo patamar, ainda distintivo. Em outras palavras, o posicionamento dos *sem-terra* no espaço social passou por uma reconfiguração relativa desde seu ingresso. Existem espaços sociais relativamente autônomos – o assentamento e o município – em que os grupos identificados como assentados e munícipes hegemonomizam, separadamente, as principais posições e capitais legítimos. Em outras palavras, existem disposições sociais acumuladas em processos de socialização diferentes que vão constituir posições legítimas no assentamento e no município. Nesse sentido, a posição *outsider* perante a estrutura de posições sociais dos munícipes é uma condição tanto de *sem-terra* como de *assentados* em função das condições de formação dos grupos. Ressalta-se que a ocupação de espaços físicos próximos não se constitui em uma integração automática de espaços sociais e de assimilação dos *habitus*. Tal proximidade não pode ser naturalmente assimilada como tendência linear de redução das diferenças, ou o que Bourdieu (2013), chamou de ‘dessegregação’. Nesse sentido, Rosa (2000a) visualizou que nas ‘situações sociais’ originadas no embate entre beneficiários da política de assentamentos rurais e “comunidades políticas anteriormente estruturadas” decorre uma tendência de redimensionamento das “percepções de direitos e conseqüentemente de pertencimento” (p. 208) para ambos os grupos implicados. Nesse sentido, a lenta mudança no patamar das tensões entre um período de *sem-terra* e *munícipes* para um de *assentados* e *munícipes* se torna objeto nas próximas seções, a fim de entender como se constroem certas redes de relações entre os grupos e o redimensionamento dos diferenciais de poderes.



## 2.2. ENTRE “TERRA CONQUISTADA” E “TERRA DADA”: REPRESENTAÇÕES SOBRE O ACESSO À TERRA EM JOGO

Tendo em vista a complexidade das condições e posições sociais, procura-se ir além da ideia relativamente estanque que perpassa certa literatura sobre assentamentos, onde a ‘aversão’ dos antigos moradores aos assentados na região estancieira decorre, simplesmente, do confronto entre ‘território latifundiário e/ou capitalista’ e ‘território camponês’. Por um lado, reconhece-se o peso exercido pelo estado elevado das tensões no contexto de disputas no campo dos conflitos agrários e decorrente do estopim da crise estancieira, materializado nas mobilizações frente ao ingresso dos *sem-terra* na região. Porém, argumenta-se que o conjunto de aversões e estigmas atribuídos aos assentados como *outsiders* nas configurações entre assentados e munícipes são correlatos às diversas posições no espaço social estancieiro, e não apenas da suposta imitação que os subalternos fariam de suas elites por meio da incorporação de discursos prontos. Argumenta-se, a partir de Bourdieu (2004, p. 163), que:

[...] a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica; ela resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem por isso a perceber o mundo como evidente.

Em outras palavras, a socialização no espaço estancieiro gera as condições para que os subalternos leiam o mundo e suas ‘estruturas objetivas’ de forma similar aos senhores e não para que os senhores simplesmente imponham as leituras. Abrem-se, também, possibilidades de variação nas estruturas de percepções conforme o fator da posição em que os agentes são socializados, onde a percepção do ‘mundo como evidente’ é ‘tendência’ e não direção única. Ou seja, “a visão que cada agente tem do espaço depende de sua *posição* nesse espaço.” (BOURDIEU, 2004, p.157, grifo nosso).

Para construir essa seção partiu-se da objetivação dos modos tomados como legítimos para constituir o acesso à posse e uso da terra que estão em jogo na região estancieira desde o ingresso dos *sem-terra*. Vale salientar que, por se tratar de um enfoque nas lutas simbólicas entre os significados constituídos e naturalizados por munícipes e os reivindicados pelos novos entrantes assentados, em um primeiro momento priorizam-se declarações que incidem especificamente sobre os entendimentos de (i) legitimidade da posse e uso da terra aos *assentados*. Em um segundo momento, procura-se evidenciar os condicionantes de reconhecimento do prestígio acumulado sobre o acesso à terra e os limites para sua reconversão em espaços sociais distintos – o assentamento e o município. Em outras palavras,

da existência de taxas de conversão para validar em cada espaço social o que os agentes tomam como legítimo, especialmente no caso da *luta dos sem-terra*. De tal modo, visualizam-se diferenciações conforme posições distintas de socialização no espaço social estancieiro e afinidades em torno do estranhamento ao ingresso dos assentados. Procurou-se exemplificar essa disputa ao considerar como antigos empregados e arrendatários no imóvel adquirido pelo Incra reagiram ao direito de constituir-se em beneficiárias de lotes no assentamento rural. Inaugurou-se uma posição singular para *peões moradores e descendentes de proprietários* naquele espaço social, onde passaram a negociar a localização dos lotes com os *sem-terra*.

De modo geral, quando não há concordância dos agentes sobre a noção de *conquista* reivindicada pelos *sem-terra*, o lote de terra cedido pelo Estado aos beneficiários dos assentamentos rurais é visualizado pelos *municípios* como “terra *dada* pelo governo”. Reitera-se que essa diferenciação dicotômica é um artefato aqui construído que, pela generalização, carece de especificidades das relações no espaço social pesquisado. Contudo, segue o princípio já articulado em outras seções deste trabalho, quando se faz uso da dualidade *assentados e municípios* enquanto técnica aproximativa. Ou seja, *entre terra conquistada e terra dada* como limites opostos, surgem sentidos transitórios e mais complexos. A seguir, alguns posicionamentos de agentes socializados no espaço estancieiro acerca dos meios que possibilitam um lote no assentamento rural aos *sem-terra*:

[...] a empresa [estância] que tinha forte e não existe mais é do Seu [estancieiro], é o que sustentava tantas famílias de Santa Margarida, que depois ele faleceu, tinha muita dívida, o filho dele **entregou para os sem-terra**. [...] onde tá o meu filho, porque ele tava morando né [na estância], quando chegaram [os sem-terra] ele teve direito, o mesmo direito. Tem a casa e 13 ha de terra, **tudo dado pelo governo**. [...] **isso aí eles ganharam, não tem escritura, não tem nada**. (Margarida, *moradora*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

\* \* \*

E o que trouxe esse assentamento pra cá foram os governos do PT né, quando não houve governo do PT nunca deixaram entrar um assentamento. Aí sim, quando entrou o governo do Lula começou a pelear, foi onde compraram [terra] aqui e também [terra para] 500 famílias lá no Southall [estância adquirida em 2008 pelo Incra em São Gabriel]. (Miguel, descendente de *médio proprietário*; entrevista concedida em 04 de julho de 2016).

\* \* \*

[...] querem e **querem terra, o governo tem que dar ainda**, porque o que tem de gente [acampamentos] na estrada! [...] Aqui em São Gabriel agora tem uma turminha que entraram numa propriedade. Mais uma invasão ali. Tão esperando porque o proprietário tá lá, não tá se importando, tá ociosa [a terra]. O governo vai pagar, vai desapropriar, botar lá. Porque diz, o que aconteceu lá em São Gabriel, desapropriaram o proprietário? **O proprietário deu um golpe nos companheiros dele**, o proprietário fez onda, onda, onda, tinha uma fortuna, filho único, tinha um

mercado, mas não cuidava. Pegou uma propriedade e vendeu pro Inca. (Moacir, *médio proprietário*; entrevista concedida em 06 de junho de 2016).

Tais declarações indicam, de forma geral, graus de estranhamento no modo como esses agentes assimilam o acesso à terra pelos assentados. Representa-se que foi “tudo dado” pelo governo, com ênfase em como os beneficiários “ganharam” a casa e a terra e como o antigo proprietário “entregou aos sem-terra” a estância. Enfatizar esses três termos vai exatamente à contramão da afirmação da *conquista* e da *luta*. Portanto, tais declarações, aqui entendidas enquanto mecanismos de compreensão tomados como plausíveis ao entendimento dos agentes ali socializados, tendem a propor lógicas que deslegitimam a ideia reivindicada de *conquista*. Da parte da *moradora*, acusa o fato de a terra não ter “escritura”, o que possivelmente se relaciona ao fato de que os *terrenos* dos *moradores* coexistem nas propriedades sem garantias legais, onde apenas a “escritura” seria tida como garantia legítima aos seus olhos. Além disso, a *moradora* evidencia que o ex-proprietário “entregou” a terra ao Inca, declaração correlata a do *médio proprietário* que se sentiu traído por um “golpe” do proprietário “companheiro” que vendeu terras ao Inca em São Gabriel<sup>67</sup>. Ambas as declarações dos *médios proprietários* denunciam como negativa a aproximação entre governo federal – relativo à figura do Partido dos Trabalhadores – com os movimentos sociais do campo, já que até então outros governos “nunca deixaram” que se consolidassem projetos de assentamentos. Além disso, indignam-se com a aglutinação de acampamentos em beiras de estrada e, ao mesmo tempo, o reconhecimento dado pelo poder público por tal forma de mobilização.

Em termos de deslegitimação das estratégias de *sem-terra* e *assentados*, Ferrante (1994) analisa que, no contexto paulista, os beneficiários da política de assentamentos rurais costumam ser vistos como receptores de um ‘presente’. Já no campo político local, identifica como a ideia de ‘projeto’ de assentamento tende a esvaziar o sentido de luta simbólica implícito na noção de *conquista* da terra, reivindicada pelos sem-terra (FERRANTE, 1994). Em Santa Margarida do Sul, a elaboração da noção de terra *dada* também carrega sentidos próprios à socialização dos agentes no espaço social estancieiro, vindo a reforçar legitimidade às formas naturalizadas de posse e uso da terra. Portanto, quando se apresenta a inexistência de *permissão* para a posse de terras, como se dá nas relações naturalizadas de dominação personalizada entre *famílias moradoras* e famílias proprietárias; quando não se atribui o

---

<sup>67</sup> O descontentamento dos *produtores rurais* com a venda da Estância do Céu foi explicitado pelo então presidente do Sindicato Rural de São Gabriel em artigo de jornal sob o título *Um péssimo negócio* (Correio Gabrielense, 14/11/2008).

acúmulo de terras ao *trabalho familiar*, como se reconhece aos *migrantes*; quando não se reconhece a propriedade como *herdada* por uma linhagem de *famílias proprietárias*; enfim, ao confrontar-se certo conjunto de formas de posse e uso legitimadas<sup>68</sup>, abrem-se condições para que a terra entendida como *conquistada* pelos assentados seja vista como terra *dada* pelos munícipes. Não se quer dizer que estas representações estão restritas a cada posição, nem que sejam os únicos significados de que se dispõe, mas que são ativadas dentro da diversidade de agentes como um espectro de entendimentos possíveis, o que deriva da internalização de estruturas do espaço estancieiro por cada indivíduo socializado sob tais condições.

De todo modo, está em jogo um capital simbólico legitimador dos meios de acesso à propriedade e posse da terra que é reconhecido diferentemente pelo grupo assentados e por frações do grupo munícipes. A noção de *conquista*, tomada pelos assentados, está associada com a ideia de *luta* construída ao longo dos processos de mobilização em acampamentos e ocupações que, paulatinamente, legaram aos assentados acumular certos montantes desta *luta* e se perceber enquanto legítimos na condição de beneficiários de um lote de terras. Porém, entre os munícipes, tende-se a não reconhecer como legítimas as estratégias de mobilização por terras, já que estas entram em contradição com as formas legitimadas de constituir posse e uso da terra. A emergência da noção de terra *dada* é correlata ao preenchimento de certo vazio de sentido, em termos de explicações incorporadas como *habitus*, para a ideia de *luta* dos *sem-terra* e as imagens dos *acampamentos* e *lonas* que são associadas. Nesse sentido, vale mencionar como certos assentados tendem a retaliar a deslegitimação imputada por munícipes quando não reconhecem sua noção de *terra conquistada*:

Aí primeira coisa **quando querem te ofender é: “ô sem-terra!”**, “ô pobre!”, ô isso e aquilo. Aí **machuca o cara**, porque todo mundo “ô, sem-terra!”. **Não, sem-terra é tu! Está vivendo aí na terra dos outros, que tu quer?** Mas eles têm essa noção, uma coisa chata né. É um tipo de formação política que a pessoa não tem [...] (Roberto, *assentado*; entrevista concedida em 29 de junho de 2016).

Para estes assentados que explicitam a retaliação, a condição de *sem-terra* permitiu afirmar-se como conhecedores de seus direitos. Visualizam uma “formação política” que os tornou aptos a enfrentar condições desiguais frente aos grandes proprietários. Reconhecer-se como *sem-terra* estaria associado com uma posição simbolicamente superior aos que não se rebelaram contra a desigual estrutura fundiária. A retaliação dos assentados aos munícipes se

---

<sup>68</sup> Para uma aproximação dos processos que conformaram tais modos como legítimos, confrontar com as seções 1.1 e 1.2 deste trabalho.

sustenta na comparação dos *sem-terra* que assim se tornaram pela *luta* frente ao conjunto de *moradores munícipes* que não se rebelaram e permaneceram como *sem-terra* por resignação, “aí vivendo na terra dos outros”. A terra como *conquista* é exatamente um troféu legitimador das privações e rebeldia na *luta*. A existência dessa diferença entre considerar ou não a terra dos assentados como uma terra de *conquista* remete necessariamente às categorias a que os agentes sociais foram expostos e passaram a utilizar como explicativas das condições de existência. Entender-se enquanto legítimos nas *ocupações* de terras e portadores de uma *conquista* no assentamento corrobora no sentido do que Caldart (2000; p. 106-119) considera como processo que forja uma identidade específica aos *sem-terra*.

Desde o ponto de partida dos movimentos sociais do campo há que se considerar uma centralidade na afirmação de suas estratégias de mobilização por terra como constituintes de sua própria legitimidade e perpetuação, o que se dá por meio de práticas que exaltam as memórias de marcos da *luta*, como no ritual da *mística* (CAMPOS, 2014). Ao analisar o caso de uma ocupação de terras promovida pelo MST no município de Madalena no sertão central cearense, ocorrida em 1989, Campos (2014) deparou-se com um conjunto heterogêneo de identificações dos agentes interdependentes que constituíram o assentamento ali ‘conquistado’. Entre *ocupantes* mobilizados pelo MST, *moradores* da fazenda e os chamados *gerentes* – também moradores, mas em posições intermediárias naquele espaço social –, visualizou diferentes ‘lógicas de atribuição de sentido’ às temporalidades que o autor diferenciou como *tempo do patrão* e *quando os assentados chegaram*. Nesse jogo de definições ocorreu que o conjunto dos agentes convergia no sentido de reconhecer um novo período “liberto” desde a ruptura com o patrão. Contudo, relevavam-se certas ambiguidades conforme a posição e socialização dos agentes. Entre os *moradores* apresentaram-se certas nuances entre a refutação da sujeição e a naturalização da relação personalizada com o patrão. Desde a categoria dos *gerentes*, cujas posições garantiam benesses e certo prestígio junto ao patrão, revelaram-se dimensões das distinções no espaço social de grandes propriedades.

Tendo em vista a heterogeneidade acerca da elaboração de versões legítimas sobre o passado e o presente, discutida por Campos (2014) em assentamento rural do Ceará, parte-se para uma elucidação de diferenciações acerca do reconhecimento da *conquista* entre os assentados em Santa Margarida do Sul. Considera-se importante adentrar não somente nas significações dos agentes sociais com origem *sem-terra*, visto que estes tendem a convergir na afirmação de sua *luta*. Entre os beneficiários da política de assentamentos rurais no Assentamento Novo Horizonte II – os assentados – também ocorrem os casos de *munícipes moradores*, descendentes de *peões*, e os *munícipes arrendatários*, descendentes de *médios*

*proprietários*. Sob condições específicas de prioridade conferida pela legislação, estes agentes tiveram a opção de aceder à posição de *assentados*, localmente conhecidos como *municipários*.

No contexto do trabalho de campo desta pesquisa a designação *municipários* se referia ao conjunto de agentes oriundos do próprio município onde se iniciava ou reivindicava um assentamento, cujos quais demandavam vagas como beneficiários de lotes de terra sem o intermédio dos movimentos que tinham atuação estadual ou nacional como o MST. Por um lado, estes poderiam ter contraído esse direito por serem os antigos funcionários, parceiros ou arrendatários dos imóveis adquiridos pelo Incra. Em outros casos os *municipários* criavam seus próprios movimentos de luta pela terra, como ocorrido no município de São Gabriel (PICCIN, 2012, p. 418). Já no contexto interno dos assentamentos, quando tais *municipários* recebem o benefício dos lotes de terra permanecem sendo assim designados. No caso do Novo Horizonte II este grupo representa uma minoria dos beneficiários do assentamento, perfazendo atualmente quatro casos<sup>69</sup> do conjunto dos 86 lotes.

Parte-se da apresentação do caso de Mateus, como aqui será chamado, cujo qual arrendava áreas da estância para cultivo de arroz, soja e para o pastejo de vacas leiteiras. O fazia junto de um “grupo” composto por um vizinho, um irmão e seu pai, *médio proprietário* e *leiteiro*, com os quais compartilhava maquinário em área de aproximadamente 100 ha arrendados para cada, somente na estância. Dentro do *grupo*, Mateus era quem tinha as relações mais próximas de negociação com o estancieiro:

[...] aí um dia meu trator atolou e eu pedi um trator emprestado pra puxar, aí ele [estancieiro] me chamou. Ele disse: “meu filho, vem cá meu filho. Eu estou mal de saúde, não posso vir mais todos os dias aqui [estância]. Tu não quer tocar a fazenda? Pega as terras e planta.” [...] o Velho [estancieiro] era gente fina, o que tu pedia pra ele, ele alcançava: “sim meu filho, vai indo meu filho, que já mando um trator pra puxar lá” (Mateus, *assentado municipal*, ex-arrendatário; entrevista concedida em 01 de julho de 2016).

Desde o relatado pelo arrendatário, é notável um reconhecimento que tinha da boa índole do estancieiro “gente fina” e de sua vinculação relativamente estreita com o mesmo, tendo em vista a oferta para arrendar suas terras. Em paralelo aos *gerentes* apresentados por Campos (2014), pode-se considerar que Mateus ocupava uma posição intermediária no espaço social da estância. Tal condição é sinalizada pelo tratamento personalizado que a palavra

---

<sup>69</sup> Esta contagem pode ter sofrido alguma alteração tendo em vista que na época do trabalho de campo se processava a saída de um desses beneficiários e o ingresso de outro na mesma condição de *municipário*. Segundo relatado por um dos *municipários*, desde o início do referido processo de assentamento a quantia deles não chegou a ultrapassar cinco casos.

“filho” denota, além do convite para “tocar a fazenda”. Paralelamente, desde sua conversão social oficial para a posição de *assentado*, demonstrou o envolvimento com instâncias de representação dos beneficiários produtores de leite no assentamento e pelo laço afetivo com uma mulher de trajetória *sem-terra* e de atuação *militante*, os quais passaram a viver juntos e tiveram um filho. O que se torna singular, nesse caso, é o modo como passa a incorporar elementos que os *assentados* com trajetória *sem-terra* costumam acionar para legitimar sua *conquista*: ao mesmo tempo em que reconhece a *luta* dos *sem-terra*, procura se legitimar ao demonstrar que também viveu certo grau de privação. Ou seja, ao passo em que se torna assentado oficialmente e, especialmente, que vive processo de ascensão em sua posição dentro do espaço social do assentamento, aciona categorias similares às dos demais assentados. Algumas declarações na entrevista com Mateus servem de exemplificação:

E sempre perguntam pra mim se sou assentado ou se sou arrendatário. **Eu não falo arrendatário, eu sou assentado mesmo**, não adianta. Mentir pra quem? Eu sempre falo a verdade. E eu **tenho até mesmo orgulho de ser assentado** aqui com o pessoal, que estou junto com o pessoal trabalhando aqui né, não tem segredo nenhum, **mesma luta, não adianta, tem que lutar junto**. Muita parceira, bom de lidar com os guris [de origem sem-terra]. Não tive essa luta de acampamento que acho é muito difícil [...] Então por isso que **eles lutam pela terra e diz que é, é conquista deles né**, porque o trabalho que eles passam de baixo de uma lona pra chegar numa terra. [...] Os guris conversam assim “ah, mas vocês [municípios] não sofreram”. **Mas uns seis meses sem luz eu fiquei. Eu fiquei seis meses sem luz.** (Mateus, *assentado municipal*, ex-arrendatário; entrevista concedida em 01 de julho de 2016).

Com o caso do *arrendatário* que passou à condição de *assentado* em posição ascendente dentro do espaço social relativamente autônomo do assentamento, o que se pretende demonstrar é a estratégia de validação de certos elementos de sua trajetória, alçados ao status de capital simbólico a fim de acumular legitimidades perante os demais assentados. Por conta de não ter vivenciado o conjunto de privações que reconhece dos que viveram na *lona*, que são convertidas em capital simbólico pelos mesmos, encontrou meios para que suas próprias privações vivenciadas em outro contexto justifiquem a posição que atualmente ocupa: “fiquei seis meses sem luz”. Além disso, ao se afirmar como *assentado* com “orgulho”, e entender-se como portador da “mesma luta” na atual condição, aciona elementos válidos, ou mesmo necessários, para obter reconhecimento no espaço social. No caso aqui apresentado percebe-se que, por um lado, uma posição média no espaço social da grande propriedade também foi demarcada pelo acesso a determinadas benesses providas pelo senhor de terras (CAMPOS, 2014). Porém, mesmo desde uma posição intermediária de *ex-arrendatário*, sua condição não foi determinante e trouxe baixa resistência à internalização de

certas categorias de reconhecimento da noção de *conquista* dos *sem-terra*, o que não pode ser ignorado e isolado da sua aproximação afetiva junto a uma *militante*.

Quanto à condição de *moradores* em áreas cedidas frente ao processo de assentamento rural, vale mencionar o caso de trabalhadores na antiga Granja Santa Rosa quando se deu sua aquisição para fins de reforma agrária. O processo de assentamento abriu aos trabalhadores daquelas terras a possibilidade de reconversão social para a condição de proprietários de pequenas parcelas, por conta da prioridade jurídica conferida aos antigos funcionários de imóveis desapropriados em obter a condição de beneficiários de lotes de terra da política de assentamentos rurais. Ao analisar os casos de dois irmãos que trabalharam na propriedade vendida ao Incra e moravam em áreas cedidas próximas, visualizaram-se certas representações e decisões que guiaram a escolha diferenciada entre eles, um se tornando *assentado* titular de lote de terra no assentamento e o outro permanecendo como *morador*. O que se considera de mais singular e significativo nesse caso é a disputa por legitimidade na escolha do local do lote dos *moradores* e *sem-terra* envolvidos, o que se resolveu por meio de mecanismos simbólicos relativos às suas posições sociais no espaço social do assentamento.

Os irmãos Assentado e Morador<sup>70</sup> são dois de seis filhos provenientes de uma família moradora em áreas cedidas por proprietário descendente de estancieiros. A família “nasceu e se criou” em um agrupamento de vizinhos *moradores* dentro do que consideramos como localidade Santa Margarida. Essa família tem relação de *permissão* para moradia em uma mesma área cedida desde o nascimento da mãe, tendo em vista que ela é quem guarda vínculos consanguíneos com a família proprietária<sup>71</sup>. A relação com o proprietário da Granja Santa Rosa, que não é o provedor do *terreno* da moradia dos pais, se deu com o trabalho que o pai efetuou como empregado nas lavouras de arroz, desde os primórdios da referida estância no final da década de 1960. Posteriormente, tanto o filho Assentado como o filho Morador, ocuparam funções permanentes na grande propriedade, sendo que o Assentado se dedicou à manutenção de maquinários e o Morador às lavouras de arroz. O filho Assentado foi o primeiro a se empregar na estância, mesmo sendo relativamente mais jovem, enquanto o Morador declarou ter se dedicado, primeiramente, aos trabalhos temporários ou *changas*, mas que passou a priorizar a possibilidade de trabalhar de modo permanente para o estancieiro e ganhar a *permissão* de construir sua própria casa e estabelecer grupo doméstico, o que acabou

---

<sup>70</sup> Estes nomes fictícios foram escolhidos para explicitar o princípio diferenciador entre os dois casos.

<sup>71</sup> A maior parte das declarações contidas nessa análise é proveniente de entrevista com a mãe desses dois agentes cujas trajetórias foram estudadas. Também conversei com o filho Morador e com a esposa do filho Assentado. Pelo que se verificou, a mãe exerce uma influência significativa nas escolhas daquele grupo familiar, com prestígio que a coloca em posição de aconselhadora aos descendentes.



se concretizando. Este vínculo da família com o senhor de terras foi permeado por diversos presentes imputados à *bondade* do patrão, entre eles as *ajudas* com manutenção de estradas para o conjunto de moradores das proximidades e com materiais de construção para a casa dos pais e as duas casas dos filhos Assentado e Morador nessas mesmas áreas cedidas.

No momento em que se efetivou a venda da Granja Santa Rosa ao Incra, apenas o filho Assentado permanecia como empregado permanente, por conta de que o imóvel já estava, em quase toda sua extensão, negociado em arrendamentos com *migrantes*, *médios proprietários* e seus descendentes. Contudo, coube tanto ao Assentado como ao Morador o direito para se inserirem como beneficiários da política de assentamentos rurais, já que ambos lá tiveram vínculos de trabalho e não possuíam propriedade de terra. A possível condição de *assentado* passou a ser vista como legítima desde uma tênue noção daquele direito, onde se vinculou a possibilidade de vir a ser beneficiário com o tempo de trabalho junto ao ex-proprietário. Em sua declaração, a mãe *moradora* relaciona esse tempo de serviço com a possibilidade de constituir propriedade:

[...] eles [assentados] tomaram conta disso aqui que era tudo do Seu [estancieiro], e como ele [Morador] já tava localizado ali, **dado pelo Velho** [estancieiro], **os anos que ele morava e tudo**, foi registrado aquilo ali que é dele [Morador]. (Margarida, *moradora*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016)

Ou seja, o período trabalhado como empregado veio a se constituir como fator para aceitar o mérito da terra do antigo *senhor* já em crise, porém sem que isso viesse a desqualificar a relação subalterna com o estancieiro. Tal posicionamento diverge do que Campos (2014) verificou junto a ex-*moradores* de um assentamento cearense, onde o *tempo do patrão* era associado com privações da sujeição. Lá, a busca pela condição de ser “liberto” legitimava a busca pela terra. Aqui, exatamente o oposto, na ausência de um processo de revolta pela condição, a legitimidade em ter um lote não se desvincula da relação de dominação personalizada com o antigo patrão. Naquele caso, além de um período comparativamente mais longo de crise dos senhores de terras, a insatisfação já era assimilada pelos moradores muito em função de trabalhos de mobilização de agentes vinculados à CPT e sindicatos de trabalhadores rurais, anteriormente às ocupações promovidas pelo MST. Processo de mobilização semelhante em termos de abrangência não foi identificado no espaço social das estâncias aqui em estudo.

Desde esse ponto, ambos os irmãos procederam, no primeiro momento, ao diálogo com as famílias *sem-terra* que já discutiam a organização do assentamento. O desejo colocado

pelos irmãos foi o de escolher onde seus lotes seriam localizados, tendo em vista uma localização próxima de suas moradias e, especialmente no caso do Morador, próxima de um vizinho produtor de leite, com o qual viria a montar uma única estrutura produtiva. A disputa preexistente entre grupos de famílias *sem-terra* estava em definir critérios para localizar os lotes dos beneficiários e chegar a um *consenso*, onde a ideia de escolha direta do local do lote era combatida<sup>72</sup>. Por meio de reuniões organizou-se um subgrupo de beneficiários que iriam ocupar os lotes entre os quais estavam aqueles pretendidos pelos irmãos. No entanto, a discussão emperrou na medida em que se colocou em decisão as possibilidades de *escolha* ou *sorteio* dos lotes do subgrupo. Ocorreu que um dos *sem-terra* desse subgrupo, ao entender que não se chegaria a um *consenso* sobre o método para distribuição, optou por *ocupar* o lote pretendido pelo Morador. Ele relata:

[...] todo mundo [arrendatários e irmãos] queria [a área]. Aí a [esposa] estava com o bebê pequeno. O cara [Morador] queria porque ele tem um terreno aqui dentro. Tudo bem, mas o cara [sem-terra] enfrentar polícia pra tudo que é lado aí, agora vou dar [a área] pra um cara que nunca nem sabe o que é isso? Não vou dar, é pra mim. Se não, fica desvalorizado. (Roberto, *assentado*; entrevista concedida em 29 de junho de 2016).

O que se considera significativo aqui é a justificativa usada para fazer a *ocupação*: a de que os irmãos não teriam passado pelas angústias da *luta* dos *sem-terra*, como em “enfrentar a polícia”, o que não os posicionaria em condições de exigir *escolha* do lote. Ao se perceber como portador do capital simbólico gerado no processo de *luta* sentiu-se legitimado a usar da estratégia de “pegar para si” o lote frente àqueles despossuídos do mesmo processo. O irmão Morador se declarou sobre o caso, assim como seus familiares:

Eu ia pegar lote, mas desisti, **não quiseram me dar onde queria**. Eu ia (inaudível) pra construir em outro lugar? Aqui do lado tem só um lote, só um, por que não me deram ele? Então desisti, fazer o que? (Mário, *morador*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

\* \* \*

Margarida – [...] uns queriam e outros queriam [a área], ali naquela corticeira [árvore] discutindo, eu quero, eu que quero, no fim ficou pra eles [sem-terra]. O [Mateus] queria aqui. **Todo mundo queria aqui**.

Pesquisador – Foi sorteado?

Margarida – Não, aí foi por... cada um que tinha seus lotes, **aí tu entrava no lote de um pra resolver o problema**. (Margarida, *moradora*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016)

<sup>72</sup> Sobre a ideia de *consenso* na distribuição dos lotes no assentamento consultar a seção 3.2 deste trabalho.

Ao irmão morador, tal ato foi visto como ilegítimo, por conta de não ter sua intenção reconhecida. Em outras palavras, justamente por vivenciarem espaços sociais distintos, não reconheceram os mesmos capitais como válidos. Sua reação foi de indignação e, posteriormente, de resignação. No entanto, o fato de os lotes *escolhidos* pelos irmãos não estarem mais disponíveis não levou, necessariamente, à perda do direito a outros lotes. Ambos os irmãos tomaram caminhos diferentes baseados nas condições de possibilidade em que se encontravam para um ajustamento prático entre concepções e condições. O filho Assentado optou por assumir outro lote, mesmo que isso o posicionasse em um local considerado *distante* da casa dos pais e da sua primeira casa na área cedida. Aos 31 anos, com esposa e uma criança, tinha garantia de emprego em uma oficina mecânica da sede municipal, o que lhe deixaria em uma distância intermediária entre a casa dos pais e o trabalho. Já o filho Morador optou por permanecer com a casa em área cedida sem assumir lote no assentamento. Foi aconselhado por familiares a não assumir o lote já que, aos 46 anos, recebia auxílio-doença<sup>73</sup> e esperava alcançar a condição de aposentadoria em curto prazo.

Ao entrevistar a mãe desses filhos, referência aconselhadora daquele ambiente familiar, até da própria vizinhança, visualizou-se que a ideia de os filhos tornarem-se proprietários emperrou nas barreiras simbólicas estabelecidas pela estrutura do espaço social aos *peões*. No início do assentamento, a mãe lembra que conforme reduziam as chances de o filho assumir o lote *escolhido*, aconselhou: “fica com teu terreninho, tu não tem capital pra viver na terra”, e ainda, “comentei com ele, que ele não ia ter futuro, não ia poder plantar, adquirir pra sobreviver”. Legitimou a decisão do filho Morador ao comparar com o que considera como situação atual do irmão Assentado:

[o Assentado] mesmo ele é empregado, ele está lá com a casinha dele, mas planta e colhe quando pode. Não pode deixar o serviço, se deixar ele não come e não tem como sustentar a família.

Visualiza-se que a possível condição de proprietário de terras, aberta com o assentamento rural, tem como referência os padrões de agricultura praticados pelos *estancieiros* remanescentes, *migrantes* e *médios proprietários*, referências legitimadas de *produtor rural* no espaço social, inacessíveis para quem não dispõe de “capital”. A mãe ainda argumenta que o Assentado “ganhou [terra] bem *longe*, deixou a casinha que já tinha feito”,

---

<sup>73</sup> Benefício econômico por incapacidade laboral devido a problemas de saúde decorrentes do trabalho, conforme Brasil (2015). Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/todos-os-servicos/auxilio-doenca/>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

ou seja, afastou-se fisicamente da rede familiar extensa e da “casinha” que simboliza uma significativa conquista dentro da posição de *moradores*.

Portanto, ao enfrentar dilemas na possibilidade de reconversão para a condição de *assentado*, em sentido comparável ao de tornar-se *produtor rural*, não tendo as mesmas condições de trabalho do irmão Assentado, o Morador encontrou na própria estabilidade relativa da condição de *morador* a alternativa resignada: “desisti, fazer o que”. Nesse sentido, Fialho (2005, p. 130-4) aporta um conjunto de elementos acerca dos estigmas e bloqueios incidentes à posição social dos *peões*. Durante a pesquisa de campo, percebeu que a recorrente baixa auto-estima entre populações de *peões* enquanto limite para sua ascensão social se explica pelos estigmas étnicos e pelas restrições impostas por um ajustamento prático ao espaço social.

Visualizou-se que quando se abriu a possibilidade de reconversão social de *morador* para *assentado* o que pesou na decisão foram contingências da estrutura social que constituem as possibilidades de escolha dos *peões moradores*, ou seja, o tempo de moradia, a relação com o antigo patrão, as formas de trabalho conhecidas, a família extensa como apoio, a baixa auto-estima. Na relação de negociação dos lotes de terra entre *moradores* e *sem-terra* se evidenciou a diferença de reconhecimento de capitais legítimos conforme a separação de espaços sociais e suas estruturas próprias. Enquanto o tempo de moradia e suas redes de relações locais eram fator de afirmação para os *moradores*, o período vivenciado em acampamentos e na *luta* constituiu causa ganha para o *sem-terra* diretamente envolvido na disputa. Outro caso significativo para entender o posicionamento, no espaço social do assentamento, de agentes *assentados* com origem *munícipe*, foi o reconhecimento pelo ex-arrendatário acerca da *luta* dos *sem-terra* e a afirmação de *lutas* pessoais da trajetória *munícipe* enquanto privações que legitimam os direitos da condição de beneficiário da política de assentamentos.

Considera-se, finalizando a seção, que os assentados ingressam definitivamente nas disputas simbólicas sobre a legitimidade da apropriação de terras na região estancieira, onde ostentam uma condição que difere dos modos até então legitimados. A disputa pela validade da *conquista* se coloca não apenas com a categoria de *proprietários rurais*, notavelmente os decadentes setores estancieiros, mas com um campo de possibilidades e regras jogadas pelo conjunto de posições sociais. Com isso, a categoria *sem-terra* é dotada de significações distintas no jogo de designações, podendo servir como estigma quando usada por munícipes e como afirmação da *luta* ou denúncia de conformismo pelos assentados.

### 3. DE SEM-TERRA A ASSENTADOS: INTERDEPENDÊNCIAS, CAMPO POLÍTICO E OS POSICIONAMENTOS PERANTE OS ASSENTADOS

Dentre as perspectivas de estudo aqui relacionadas para compreender interdependências e redes de relações entre assentados e outras categorias sociais nos municípios, destaca-se, neste capítulo, o olhar sobre agentes do Poder Público Municipal. O entendimento aqui tomado de Poder Público Municipal tem como ênfase a análise dos agentes que compõem um campo de disputas pelas regras e recursos de ordem pública existentes em um determinado município e que se destacam por ocupar certas posições em jogo nessa estrutura social. Em suma, as estratégias e posicionamentos dos agentes da gestão pública municipal, especialmente nos cargos de Prefeito (a) e Secretários (as), são o principal objeto de observação.

A análise das estratégias e significações desses agentes torna-se objeto de especial interesse na medida em que se posicionam na tênue linha da ‘vinculação dupla’ existente entre grupos estabelecidos e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). Nesses casos, parte-se de uma vinculação que é de estigma e de função. Ou seja, enquanto considerados responsáveis por serviços públicos, têm nas demandas dos assentados um conjunto de atendimentos em potencial: uma função. Contudo, enquanto munícipes e membros do *establishment*, têm no reforço de diferenças da *autoimagem* e na denúncia de marcas de baixo prestígio a própria afirmação da condição estabelecida. De tal modo, entender em que grau estes agentes se sentem impelidos a aceitar reivindicações dos *outsiders* pode ser tido como indicação do estado em que se processa a disputa por recursos de poder nas relações entre *assentados* e *munícipes*. Além disso, perceber como se conforma a vinculação dupla entre agentes sociais em um processo de redução de tensões entre grupos sociais permitirá visualizar certas afinidades e enfeixamentos de relações.

Agrega-se o entendimento proposto por Ferrante e Barone (2004) a partir de Bourdieu (1989) em que o Poder Público Municipal não é tido como entidade neutra, mas condicionada por forças sociais em jogo em termos de um campo político local. Para esses autores, os objetos em disputa na conjuntura municipal ou regional teriam grande peso nas disputas internas das Prefeituras. Nesse sentido, as demandas e projetos de assentados se colocariam frente a um campo de forças politicamente hegemônico, definidor, em grande medida, dos destinos dos assentamentos rurais. As possibilidades de afirmação ou resignação da identidade de assentados estariam, também, relacionadas à conquista de espaços de manobra no Poder Público Municipal, visto que, em meio a um conjunto de ‘tensões explícitas ou

latentes' entre agentes, se abrem variações entre posições de 'resistência, acomodação ou conflito' aos assentados (FERRANTE; BARONE, 2004). Em outras palavras, está em jogo o 'caráter multiperspectivacional das relações sociais' (ELIAS, 1980), onde as interdependências entre os agentes definem a existência de elos de ligação condicionantes da ação. Considera-se que os agentes do poder público não agem unicamente movidos por um idealizado ímpeto natural do "serviço público", mas sim restringidos pelas coerções da 'armadilha' constituída pelos graus de contingência da distribuição de recursos de poder na figuração social (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 185). O montante de recursos concedidos aos *outsiders* é mediado pelo quanto poderá redimensionar a hegemonia dos estabelecidos, em um contínuo *jogo das destinações legítimas*.

Contudo, o intuito neste trabalho não se expande a ponto de procurar compreender toda a dinâmica do campo de disputas em torno dos recursos públicos do município estudado em um determinado período, o que exigiria um olhar mais amplo e processual da dinâmica de conformação de mediadores e grupos de interesse (SANTOS; BARONE, 2006). Da mesma forma, não se propõe compreender o campo de possibilidades que levam à 'escolha' do voto para cada pessoa ou família, o que seria uma perspectiva voltada ao comportamento político dos eleitores (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996). Em específico, volta-se a atenção aos representantes oficiais do poder público local e de agentes com posição destacada no campo político local. São objetivados: a) posicionamentos quanto à implantação de assentamentos rurais, b) certos modos de se relacionar com os assentados, e, c) certos modos de qualificar a atuação do poder público perante aquele grupo social. Além de entrevistas em secretarias municipais (da agricultura, da assistência social e da saúde), enfatizam-se as entrevistas com os três candidatos ao cargo de Prefeito (a), disputado nas eleições municipais de 2016. Entrevistas adicionais com servidores públicos e ex-ocupantes de cargos na Prefeitura municipal são acionadas quando pertinente. A entrevista com um assentado que foi alçado a secretário municipal do planejamento completa o escopo de posicionamentos em estudo.

Ressalta-se também que não é objeto analisar quanto efetivamente "pesou" o ingresso do assentamento no orçamento público ou avaliar a destreza dos gestores em atender suficientemente o conjunto de demandantes nos anos anteriores e subsequentes. Obviamente, é um debate que merece ser levantado, pois remete à qualidade de vida das populações nos municípios em que se instalou a política de assentamentos rurais. Contudo, o que vem ao caso aqui é visualizar os argumentos articulados e as formas de expressão e de denominação entre grupos, de modo a visualizar como são usadas para legitimar atitudes presentes e passadas perante grupos interdependentes. Ou seja, ao invés do "peso" financeiro objetivo, perceber o

“peso” financeiro simbolicamente em jogo. Em outras palavras, visualizar as perspectivas discursivas acionadas acerca do ingresso dos assentados dentro do entendimento de responsabilidade dos gestores públicos em atender o conjunto de pessoas que demandam os serviços. Enquanto munícipes e assentados têm graus variados de vinculação com os representantes das prefeituras e de articulação para exigir prioridades (ROSA, 2000b), é proposto visualizar como se posicionam os gestores públicos à luz dessa condição.

Na primeira seção enfatizam-se interdependências no contexto do universo de significações e das estratégias de mediação dos agentes no Poder Público Municipal, dentro de um contexto onde está em jogo a destinação legítima de recursos frente o conjunto de moradores do município. Na segunda seção a intenção é de entender como se processa simbolicamente a presença de assentados no campo político local, tendo em conta como certos agentes constroem suas estratégias, como se aproximam e como percebem diferentes frações de assentados.

### 3.1. REDIMENSIONAMENTO DAS VINCULAÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

Para ingressar no universo de posicionamentos no espaço de relações delimitado, parte-se das versões apresentadas pelos agentes acerca do ‘impacto’ da chegada dos assentados. Um considerável ponto de partida é apresentado no estudo de Rosa (2000b), que analisou a implantação de assentamentos em outros dois pequenos municípios do Rio Grande do Sul. Tanto em Capela de Santana como em Nova Santa Rita – na época municípios recém emancipados – a relação de instituições federais (como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA) com o Poder Público Municipal ocorreu apenas após a oficialização do processo, quando as famílias já se encontravam como dependentes dos serviços públicos locais. Ou seja, abre-se um processo onde os municípios não são envolvidos em processos prévios de planejamento. Em Santa Margarida do Sul o processo foi similar, considerando o relato de lideranças assentadas e da Prefeita da época que citam reuniões periódicas com o Inbra em 2009<sup>74</sup>, enquanto as famílias se estabeleciam no assentamento desde dezembro de 2008. No estudo de Leite et al. (2004) discutem-se algumas das possibilidades de posicionamento de gestores públicos municipais em regiões de alta

---

<sup>74</sup> Em nota no jornal Correio Gabrielense, na página reservada à prefeitura municipal de Santa Margarida do Sul, noticia-se, em 11/08/2009, a regular visita de técnicos do Inbra ao gabinete da prefeita. (Correio Gabrielense, 14/08/2009).

densidade de assentamentos rurais. Atentando para a diversidade de situações, verificam que os posicionamentos tendem a ressaltar o peso negativo sobre o orçamento público. Entre os entrevistados em Santa Margarida do Sul, é quase unanimidade a consideração sobre a “sobrecarga” que representam os assentados como novos demandantes sobre o conjunto de benefícios públicos postos à disposição:

Hoje a gente tem **deficiência de espaço físico** [na escola], porque a clientela aumentou bastante, **principalmente por causa dos assentamentos**. Nossa grande **clientela que aumentou de hora pra outra** foi o assentamento. [...] Na verdade para o **nosso município** foi, como vou te dizer, não sei se a palavra **baque** seria, como é, porque foi assim, olha, chegaram muitas pessoas e são pessoas que em termos de direitos **eles são muito exigentes** né (Professora da escola A).

\* \* \*

Acho que a **dificuldade maior deles** [assentados] é exatamente no contexto que **eles deveriam vir já com a coisa formatada** [pelo Incra] e não dessa maneira que até hoje não tem água encanada (Prefeito).

\* \* \*

O dia que eles [assentados] começaram [a chegar] eu era Prefeita, quando foi o primeiro [assentamento]. Foi assim, eu quase morri com isso, eu quase morri. Como é que fazia se tu não conseguia **manter o teu pessoal?** (Ex-Prefeita).

\* \* \*

Eu não estava aqui né, no executivo, mas a gente tinha conhecimento como moradora daqui, e **realmente o impacto foi muito grande para o município** a chegada dessas famílias. E o **município se estruturando...** (Secretária no Poder Público Municipal).

\* \* \*

**Olha... pra nós, o impacto financeiro foi enorme**, porque, o que acontece, a gente **não teve um acréscimo de repasses**. [...] aumentou demanda. E o assentamento, é notório, **vem muita gente com doenças** né, as pessoas às vezes ficaram tempos acampadas e vem a família toda com algum problema de saúde. Então **aumentou muito a quantidade de pacientes**. Mas recurso, repasse, não (Secretário no Poder Público Municipal).

Na reflexão sobre o momento de chegada dos *sem-terra* percebeu-se que se ressaltaram as denominações “nós” e “eles” como demarcação de grupos diferentes em relação ao serviço público de qualidade como um único objeto de disputa. O “impacto” ou “baque” foi sobre o “nosso município”, “nosso pessoal”, “o município se estruturando”. Nesse sentido, ainda se explicita que os assentados eram “muito exigentes”, tendo em vista que deveriam ter chegado com “a coisa formatada”. Portanto, dentro do contexto de um pequeno município, o cenário que se passa na chegada dos sem-terra é de praticamente sentir como usurpado o acesso ao nível de qualidade do serviço público que se tinha. A ideia que se estabelece é de reforçar as diferenças entre grupos, endossado pelo argumento da responsabilidade do Estado, em sua esfera federal, para com o atendimento de necessidades



dos beneficiários. Ou seja, por um lado se explicita um “nós” a ser atendido pelo município, por outro um “eles” a ser atendido pelo governo federal. Vale destacar que alguns dos entrevistados não ocupavam cargos na gestão da época, o que até é explicitado em um dos casos. Contudo, o discurso que se tornou versão legítima, tendo em conta seu acionamento pelos agentes de diferentes gestões municipais, foi o reforço da ideia de indignação com a esfera federal do Estado.

Para além desse embate acerca do real impacto sobre o orçamento público, vale mencionar os primeiros modos de articulação dos assentados a fim de acessar políticas públicas da Prefeitura. Essa leitura propicia alguns elementos de entendimento das afinidades entre agentes no espaço social, para além de um simples fechamento nas relações entre grupos. É notável que um primeiro cenário de demandas das famílias assentadas enquadrava um conjunto de serviços que não seria apenas parte das responsabilidades do Incra. Das responsabilidades do Incra, se deveria providenciar estradas, rede de energia elétrica, poços artesianos, rede de abastecimento de água, assessoria técnica e a liberação de uma série de créditos, inclusive para edificação de casas. Da parte da Prefeitura, a contribuição pode variar desde convênios com o Incra para realizar as obras no assentamento, passando pelo acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, serviços voltados à estruturação familiar e produtiva como a instalação de bueiros e cacimbas, preparo do solo com patrulha agrícola, coleta de resíduos, até serviços paliativos como o abastecimento emergencial de água, reparos imediatos de estradas, entre tantos outros.

O que se destaca do conjunto de demandas possíveis dos assentados ao Poder Público Municipal é que dependem tanto de condições objetivas disponíveis nas prefeituras (máquinas, combustível, remédios, profissionais) como da relação com os agentes responsáveis pela concessão dos serviços. Desse modo visualiza-se um espectro entre resistências e facilidades ao atendimento. Os assentados foram incorporados nos serviços de saúde e educação já existentes logo nos primeiros meses, assim como na assistência social, embora reivindicassem uma escola própria para os estudantes do assentamento. Porém, encontraram maiores dificuldades na Secretaria Municipal da Agricultura, em serviços considerados pelos assentados como de baixo impacto na rotina do órgão:

Até por um tempo tinha um cara que ajudou muito, época de política, trabalhava na Prefeitura, Secretário de Obras e hoje taxista, o Manuel. Foi um dos caras que mais ajudou nós aqui. Era Secretário de Obras no tempo da [ex-Prefeita]. O melhor cara que tinha ali. No começo, logo que chegamos aqui, tinha o [fulano] que era da [Secretaria da] Agricultura né, aquele cara era bom também, mas tiraram, pois se dava bem com assentados, tiraram, botaram o [cicrano]. [...] aí não foi muito fácil

conseguir as coisas, [o cicrano] lidava mais o lado do... ele dizia “esses assentadinhos deixa pra mim. Eu pego e mato um ou dois e o resto vai tudo embora”. Não, não... ele falou isso, chegou falar. [...] Como nós conseguíamos tudo com o Manuel, não ia pedir nada pra ele [cicrano]. O Manuel, se tu precisava uma carga de pedra, ele trazia, se precisava de frete ele cedia a caçamba, buscar tábuas... (Gian, *assentado*; entrevista concedida em 30 de junho de 2016).

Esse caso do bloqueio relativo ao acesso de serviços na Secretaria da Agricultura exemplifica certas restrições da condição *outsider*. Por outro lado, evidenciam-se diferenciações nas condutas dos agentes públicos responsáveis, o que pode ser visualizado paralelamente ao seu duplo vínculo com os grupos interdependentes. A seguir apresenta-se uma declaração do ex-Secretário de Obras que, em sua atuação, se aproximou dos assentados:

Então **eles [assentados] vinham mais em mim**, então eu falava com a Prefeita, “olha **o serviço não era meu, mas mandei fazer**, os coitados não tem”. [...] porque o serviço que mandava fazer pra eles – bebedouro pra vacas, servicinho de terra, retro escavadeira, bueiro, buraco – não era meu, era da [Secretaria da] Agricultura, mas eu fazia. Até o [assentado] ali, até hoje ele conta que foi na secretaria **e não me conhecia**, ele **andou em todas Secretarias** pra [solicitar máquina para] tapar um valo onde eles queriam colocar água no arroz. E aí falaram “vai ali no Manuel que ele arruma pra você”. Foi ele e mais dois, falei que não tinha problema, que sem demora ela [máquina] tava lá. Diz que até hoje ele conta, “que nada que esse louco vai mandar!” (risos). Aí quando chegaram lá [no valo] a retro escavadeira chegou atrás (risos). (Manuel, ex-Secretário da Prefeitura; entrevista concedida em 29 de junho de 2016)

Enquanto o acesso ao Secretário da Agricultura estava fechado, apresentou-se uma brecha por meio da Secretaria de Obras. Ou seja, enquanto sanavam urgências, as lideranças assentadas passaram a ter uma leitura mais clara do campo político e a incorporar os modos de acesso aos recursos públicos por meio da assimilação das restrições impostas pela estrutura social. Tal comportamento tem certas feições do que Ferrante e Barone (2004) qualificam como ‘acomodação’, pela passividade frente às restrições do espaço de relações, mas também de ‘resistência’, tendo em vista a contínua busca por alternativas.

Ainda a fim de visualizar distinções entre os agentes do poder público, vale mencionar diferenças internas dentro daquela conformação da Secretaria Municipal da Agricultura (gestão 2009-2012) do período inicial do assentamento. Enquanto a relatada dificuldade de diálogo com o Secretário se apresentava como limite para as relações, houve outro agente, responsável por setor interno da Secretaria, que apresentava abertura para contato com os assentados. Contudo, a posição interna desse agente (aqui será chamado como Maicon) na Secretaria restringia o escopo de atuação e a autonomia para dar autorizações. Algumas

declarações de Maicon permitem exemplificar suas estratégias de atuação junto dos assentados:

[...] não desenvolveu muito a parte de horta [no assentamento], um que outro, **alguns que a gente adotou, digamos assim**. [...] nós [Prefeitura] não somos órgão de assistência técnica. Mas se eles precisarem eu vou, só não fico visitando, nem dá. Se eles vem aqui eu explico e vou lá se precisar. [...] Se vem, por exemplo, recurso pra horta no assentamento, eu passo pra ela [assentada “adotada”]. **Aí eu escolho alguns né, que sei que trabalham né**. Porque se der, assim, de qualquer jeito, às vezes nem usam o recurso. (Maicon, funcionário da Prefeitura; entrevista concedida em 07 de junho de 2016).

Dentro das limitações da posição de Maicon na Secretaria, visualizou-se que sua afinidade com o tema dos assentamentos e da reforma agrária constituía meios para encontrar brechas de atuação. Entre suas estratégias, ativou contatos e recursos acumulados na trajetória acadêmica, como os laboratórios de análise de solos da universidade, e articulou a elaboração de projetos para organismos financeiros de caráter internacional. Além disso, reconhece que os recursos escassos de projetos tendiam a ser investidos em famílias cujas demonstrações de experiência acumulada sinalizavam maiores chances de sucesso. Correr o risco de o recurso “nem ser usado” não é uma opção viável para Maicon dentro de sua posição intermediária na secretaria, além de não ter as condições para dar acompanhamento técnico *in loco* aos projetos. Desse modo, constituíram-se os *adotados* como uma rede de beneficiários prioritários para pequenos projetos, como no acesso à mudas de árvores, sementes, entre outros recursos. Mesmo no espaço relativamente restrito da Secretaria, certas possibilidades de acesso a recursos se abriam para parcelas de assentados legitimados<sup>75</sup>.

Dentre esses três casos, brevemente apresentados, sobre as condições de acesso a recursos públicos pelos assentados, apresentam-se considerações sobre as trajetórias dos agentes. Somente foram entrevistados os dois agentes facilitadores do contato com os assentados. Em uma breve análise da trajetória de Maicon, o contato na Secretaria da Agricultura, identificou-se que é oriundo de Porto Alegre e que ingressou no município por meio de um concurso, em 2003, para contratação de engenheiro agrônomo, sem que tivesse vínculo prévio com Santa Margarida do Sul. Nesse sentido, sua vinculação tende a possibilitar maiores graus de autonomia relativa com estruturas de percepção locais. Exemplo disso é coluna de jornal de autoria de Maicon, denominada “Reciclar Idéias”, na qual publicava acerca do tema da sustentabilidade na agricultura, entre outros, durante o período de elevadas

---

<sup>75</sup> O processo pelo qual municípios identificam diferenciações de grupos internos entre os assentados também será discutido no capítulo V.

tensões com os *sem-terra* em 2008. Próximo às semanas de maior alarde sobre a chegada dos beneficiários em São Gabriel, publicava artigos de opinião enfatizando o potencial de diversificação produtiva por meio dos assentamentos rurais<sup>76</sup>, ou seja, marcadamente uma posição distinta das publicações do setor patronal rural no mesmo veículo, por exemplo.

O Secretário de Obras do período entre 2009 e 2012 relatou uma trajetória de trabalho na função de operador de máquinas em plantações de arroz e de soja, possivelmente em uma condição de *peão*. É proveniente de um distrito rural de São Gabriel, chegando em Santa Margarida do Sul nos primeiros anos da emancipação, onde inaugurou um pequeno bar. Foi convidado pelo Prefeito do mandato do ano de 2000 a ocupar a Secretaria de Obras, seguindo no cargo até 2012, junto dos prefeitos subsequentes. É singular e significativo que, findado o último período de Manuel como Secretário de obras, em 2012, ele passou a se dedicar à ocupação de taxista no município. Nesse caso, chama-se atenção para o fato de que a principal clientela do ex-Secretário são pessoas do assentamento, em idas e vindas para a sede do município. Segundo ele, após o início do assentamento instalaram-se dois taxistas no município, sendo que Manuel foi apenas motorista por um tempo e depois adquiriu seu próprio táxi. No momento da entrevista relatou que fazia até 13 *corridas* com seu taxi em um mesmo dia com pessoas assentadas. Relatou que a relação com os assentados enquanto taxista abrange a criação de laços de confiança e a trocas de favores, como na intermediação de pequenos negócios que costuma fazer. Cita, com orgulho, que recebe pedidos para adiantar crédito nos telefones móveis pré-pagos das famílias e depois passa em suas casas para receber o valor que foi adiantado. Para além de uma simples prestação de serviço, sua condição de taxista bem sucedido no assentamento se funda no acúmulo de relações e prestígio junto aos assentados desde a condição de Secretário, o que é retribuído com a priorização de seu serviço pelos demandantes no assentamento.

Em se tratando de vínculos entre agentes do poder público e assentados, Rosa (2000b) analisa como um grupo de assentados se afastou da cooperativa do MST e ingressou em outras redes de relação. Naquele caso, à medida que as famílias dissidentes passavam a usufruir de uma rede de favores de um dos candidatos a Prefeito, se desvinculavam da porção majoritária dos assentados que tomavam posições mais combativas aos gestores locais. Tanto nessa situação como nas aqui relatadas, guardadas suas particularidades, redes de relações foram ativadas junto de laços de confiança e, em certo grau, geraram dívidas morais entre os

---

<sup>76</sup> A coluna *Reciclar Idéias* era publicada no jornal Correio Gabrielense, junto da página dedicada ao município de Santa Margarida do Sul. Publicaram-se, sob o tema dos assentamentos rurais, os textos sob título *Assentamentos & Diversificação* em 12/12/2008 e *Quem tira a nossa terra?* em 12(?)09/2008.

agentes. Em certos casos, parte dos assentados incorporou meios para receber benefícios em um cenário de restrições. Em outros, foram certos munícipes que acumularam relações e confiança de assentados, de modo que acumularam certo prestígio no espaço social do assentamento. Enquanto no estudo de Rosa (2000b) um fator principal de cisão foi a existência dos mais e menos afinados ao MST, respectivamente considerados mais e menos “rebeldes” pelos munícipes, no caso de Santa Margarida do Sul a distinção padece entre os considerados mais e menos “trabalhadores” ou “com vontade”, nos quais a aplicação de recursos é considerada mais eficaz.

Nesse conjunto de exemplos e análises, um ponto de partida inevitável para a compreensão dos posicionamentos dos agentes *assentados* é a sua condição *outsider* de ingresso no jogo das destinações legítimas de recursos do Poder Público Municipal. É um estado que, de início, alija os agentes de recursos essenciais como as redes de relações e suas autorizações, tão ou mais importantes que a existência objetiva dos recursos materiais. Na medida em que se dá um reconhecimento do campo político por parte dos assentados, grupos internos tendem a assimilar certas condições e tomar certos posicionamentos. Entre as noções de resistência, acomodação e conflito, para compreender as posições de assentados frente ao poder público local (FERRANTE; BARONE, 2004), visualiza-se um misto de possibilidades contingenciais ativadas pelos agentes conforme suas posições sociais.

### 3.2. ESTRATÉGIAS E REDES DE RELAÇÕES NO *CAMPO POLÍTICO LOCAL* FRENTE AOS ASSENTADOS

Um importante elemento de partida pontuado pela literatura que se debruça sobre os assentamentos rurais brasileiros é o fato de que o assentamento enquanto política pública de âmbito federal ou estadual não acontece isoladamente das relações dos assentados no *campo político local* (FERRANTE; BARONE, 2004). Como já pontuado, é de considerável importância entender como se processa o ingresso dos assentados na estrutura de relações e posições sociais dos municípios em que se inserem, onde ganham centralidade as condições de possibilidade para alcançar recursos gerenciados pelos agentes do Poder Público Municipal. Nisso, conforme a relação entre grupos é demarcada pelo *vínculo duplo*, entre estigma e função (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 32-3), encontra consideráveis possibilidades de redimensionamento em meio a processos de disputa eleitoral.

A partir de uma breve apresentação de trajetórias e posições sociais dos três candidatos (a) ao cargo de Prefeito (a) em Santa Margarida do Sul no pleito de 2016,

visualiza-se como constituíram suas redes de relações com os assentados e como se posicionaram em condições específicas da disputa. Verificou-se que as características dos feixes de relações construídos por diferentes candidatos e gestores do poder público estão relacionadas com suas posições no espaço social e suas representações sobre os assentados. Estas possibilitaram estratégias de aproximação com diferentes grupos de assentados: a) ocupantes de posições de liderança política, b) membros de um agrupamento pela identidade de gênero, e, c) entre os qualificados como produtivos ou improdutivos.

Salienta-se, como ponto de partida, que as lideranças do MST e/ou do assentamento não lançaram candidatura própria de Prefeito ao pleito, nem declararam apoio explicitamente a algum dos candidatos. No caso do estudo de Rosa (2000a) as lideranças do movimento teriam se aliado ao candidato do PT no município, o qual possuía fração minoritária dos votos e, mesmo com o apoio dos assentados, não mudou sua posição relativa. Para o autor, tal estratégia seria uma reprodução da posição *outsider* frente aos munícipes, onde os assentados teriam se associado com agentes que ocupam uma posição análoga à sua. Em Santa Margarida do Sul se repete um posicionamento *outsider* e fragmentado dos assentados no campo político local, tal como visto por Rosa, tendo como diferença a ausência de alguma candidatura específica do PT no município.

É notável que o ingresso dos assentados no município trouxe consigo uma considerável representatividade em termos populacionais e, potencialmente, de votos. Conforme SIGRA/RS (2016) a população dos dois assentamentos em 2016 é de 307 pessoas, sendo de 247 do Novo Horizonte II. A população total de Santa Margarida do Sul conforme o censo de 2010 (IBGE) é de 2352 habitantes, o que não inclui as famílias dos 34 beneficiários do assentamento Santa Verônica de 2014. Segundo os dados do Censo, somados aos dados do SIGRA/RS, a população “rural” (ou residente fora do perímetro urbano) de Santa Margarida do Sul é de 1860 pessoas, sendo que os assentados representam uma considerável parte de 16,50% desse grupo. Já em termos da quantidade de eleitores, são 2471 ao todo no município, conforme o Tribunal Regional Eleitoral (TRE, 2017). A população potencialmente votante (maiores de 16 anos) nos assentamentos é de 202 possíveis eleitores (SIGRA/RS, 2016), o que abrange aproximadamente 8,17% dos eleitores no município<sup>77</sup>. Mesmo que parte desses eleitores *assentados* não tenha transferido seu título de eleitor, deve-se ter em conta que a transferência está em condição de disputa pelos candidatos do pleito local, sejam eles assentados ou munícipes. De modo a exemplificar o peso da quantia desses 202 eleitores cabe

---

<sup>77</sup> O cálculo considerou os 202 possíveis votantes do assentamento como parte dos 2471 eleitores do pleito de 2016.

ressaltar que os candidatos eleitos com menor acúmulo de votos para o cargo de vereador no pleito de 2016 somaram os totais de 98 e 134 votos. Além disso, na eleição do ano de 2008 a diferença de votos entre candidato a Prefeito eleito e não eleito foi de apenas 144 votos (TRE, 2017). Dado este cenário, é inegável que a presença dos assentados como potenciais votantes tem considerável peso nas disputas do pleito local. Os assentados estabelecem novos desafios para os candidatos, especialmente ao cargo de Prefeito.

Em termos de traços gerais dos candidatos à Prefeito (a) no pleito de 2016, foram dois candidatos do gênero masculino e uma candidata do gênero feminino. Todos são descendentes de *médios proprietários* e já ocuparam algum cargo eleito por votos *margaridenses*, um deles antes da emancipação. Ainda como fator que aproxima os três, todos têm alguma ligação com famílias prestigiadas no espaço social, das quais herdaram terras ou status social perante os demais munícipes. Todos tiveram algum tipo de acumulação de títulos educacionais para além do ensino médio. Todos ocupam ou ocuparam funções prestigiadas nas cidades, guardadas diferenças de poder entre essas posições. Disso decorre que todos esses candidatos provêm de posições com prestígio bem acima da média no conjunto de posições sociais do município e acumularam capitais que possibilitaram legitimação para galgar a condição de candidatos.

Apresenta-se, primeiramente, a candidata que já esteve no cargo de Prefeita por duas vezes (2005-2008 pelo PDT na coligação PDT, PMDB e PL<sup>78</sup>; 2009-2012 pelo PDT na coligação PDT, PMDB e DEM), se retirou da ocupação de cargos por quatro anos e fez tentativa frustrada de reeleição nas eleições de 2016, porém em sigla partidária distinta (PMDB, sem coligação). O principal elemento causador de seu ingresso no campo político é a herança simbólica como pertencente a uma família historicamente inserida nas disputas políticas do antes distrito e, agora, município, dentro do grupo que aqui se considerou como de *médios proprietários*. Guarda laço consanguíneo como sobrinha de membro da comissão emancipacionista e primeiro Prefeito do município (2001-2004 pelo PDT), fator que ela apresenta como justificativa para ingressar nas disputas políticas. Veio a suceder seu parente no cargo por meio do pleito seguinte (2004), com 41 anos de idade, apesar de nunca ter ocupado outro cargo do tipo antes, seja como secretária municipal, vereadora ou liderança de partido. De certa forma, seu grau de capital incorporado e legitimado pelo parentesco lhe alçou a uma alta posição desde a primeira investida. Além disso, sua colocação profissional como professora, antes e depois de Prefeita, foi espaço onde adquiriu graus de aprovação em virtude de ser uma posição social altamente valorizada, sobretudo pelos adultos. Em suas

---

<sup>78</sup> Para obter dados sobre as candidaturas e coligações consultei dados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2017.

palavras, ser professora vem no sentido de explicar sua capacidade de fala ou “didática” e de estar capacitada a “estudar” pautas que se impõem ao exercício da gestão pública. Externalizou que, enquanto mulher, foi desacreditada e contestada em sua candidatura e em seu mandato, ocupando condição de resistência em um campo de hegemonia da voz masculina. Ocupava o cargo de Prefeita na chegada dos sem-terra em dezembro de 2008, o que se deu no mês imediatamente anterior ao início de seu segundo mandato – os sem-terra não participaram daquele pleito enquanto eleitores. Vivenciou, no cargo de Prefeita, o período relativamente mais conflituoso da relação tensa entre assentados e munícipes em Santa Margarida do Sul.

O segundo candidato é o Prefeito do mandato 2013-2016 (pelo PDT na coligação PP, PDT, PT, PTB e PMDB), sendo que acaba se reelegendo para o período 2017-2020 pela mesma sigla partidária (pelo PDT com as coligações PP, PDT, PT, PTB, PSDB, DEM e SD<sup>79</sup>). Em termos de sua socialização no espaço social se posiciona como descendente de *médio proprietário* de terras. Acumulou títulos acadêmicos na área do direito e da medicina veterinária, sendo que executou a função no direito e, atualmente, se designa como *produtor rural* no município, tanto em atividades agrícolas cerealistas como em pastoris, em posição de *médio proprietário* por conta de heranças. Seu contato com cargos políticos também é relativamente tardio, sendo que veio a ocupar o primeiro cargo como Secretário da Saúde no segundo mandato da ex-Prefeita, entre 2009 e 2012, aos 46 anos de idade. A atuação no primeiro cargo ocupado veio a alavancar possibilidades de sua eleição para o mandato seguinte, quando substituiu a ex-Prefeita dando seguimento à mesma sigla partidária no poder. Seu posicionamento junto aos assentados teve como significativa estratégia a convocação de uma liderança assentada para tomar lugar no Poder Público Municipal, no cargo de secretário do planejamento. A aliança do candidato com o PT é reflexo de um posicionamento mais próximo das lideranças assentadas identificadas com o partido no município. O Prefeito tece alguns comentários sobre como trata das tensões implícitas da dupla vinculação:

Na época que eles chegaram, de 2008, que eu cheguei também né [de modo fixo no município], a primeira coisa que diziam é “vocês vão ter problema com o Secretário de Saúde que é um grande produtor”. E muito pelo contrário, acho que devo ter sido **uma das pessoas que mais ajudou eles**. E que ajuda eles. E que **entende e ajuda**.

---

<sup>79</sup> Algumas das coligações que formaram as chapas dos candidatos a Prefeito no município não apresentaram relação qualquer com as afinidades e distâncias entre os programas de cada Partido. Ou seja, as coligações locais não são uma reprodução fidedigna dos princípios ideológicos objetivados de cada um dos Partidos, mas uma expressão das redes de relações no campo político local, como é demonstrado nos estudos organizados por Palmeira e Goldman (1996).



Indiretamente, só pra se ter uma ideia, até o mês de abril o meu Secretário de Planejamento é um assentado (Prefeito; entrevista concedida em 02 de junho de 2016).

\* \* \*

Teve uma ou duas vezes que eu ouvi o pessoal falar “bah, o Prefeito botou um sem-terra na Secretaria mais importante do município hoje, o orçamento”. Hoje isso não existe mais, **o pessoal me respeita pela qualificação técnica** né. (Vinícius, assentado, Secretário do Poder Público Municipal; entrevista concedida em 03 de julho de 2016)

Mesmo consideradas as capacidades técnicas do assentado em questão, o ato de alçá-lo à posição de Secretário é permeado de possibilidades de rejeição pelos munícipes e aproximações com os assentamentos. É certo que o período já era de redução nas tensões, o que lhe colocou em situação mais amena para se posicionar frente ao conjunto de grupos interdependentes e legitimar suas escolhas e concessões aos assentados frente aos munícipes. Além disso, ocupa a posição de Prefeito em um período onde os assentados têm acesso a uma quantia maior de recursos provenientes do governo federal por meio da política de assentamentos rurais.

Um terceiro candidato esteve presente nas disputas para o cargo de Prefeito no município em 2016 (pelo PSB na coligação PSB e PR), sendo que também disputou o cargo em 2004 (pelo PTB na coligação PP, PTB e PFL) e em 2008 (pelo PTB na coligação PP, PTB e PSDB), em todos eles com derrota. Quando o município ainda constituía-se em distrito, esse candidato ocupou o cargo de vereador em São Gabriel por três mandatos. Acerca de suas origens sociais, é descendente de *médios proprietários*, com raízes estancieiras da localidade Santa Margarida, porém em período de decadência patrimonial conforme processo de fracionamento das propriedades iniciado a mais de 50 anos. Em sua juventude, encontra como estratégia o ensino superior em São Gabriel, no curso de direito, e ocupa cargo concursado em instituição bancária pública naquele município. Retorna para residir em Santa Margarida já em condição de aposentadoria. Atualmente ocupa outros cargos no município, dos quais a presidência da União Recreativa Santa Margarida e membro da “patronagem” no Centro de Tradições Gaúchas local. Enquanto antigo residente que retornou à terra natal e como herdeiro do *status* de sua família, além de ocupante de diversas posições prestigiadas, apresentou certas características da posição de provedor quando falou de sua relação com a chegada dos *sem-terra*, o que o tornaria “bem visto” perante frações do grupo. Presume-se que angaria votos tanto de algumas afinidades que lá construiu, onde se identificou relação de compadrio, assim como de *ajudas* que concede a algumas famílias que se encontram em situação qualificável como de ‘acomodação’, no sentido dado por Ferrante e Barone (2004).

Durante o trabalho de campo no assentamento se presenciou situação do tipo que o candidato descreveu na seguinte declaração:

Então de alguma forma foi útil pra eles aqui [no assentamento]. **E eu sou da porta.** Precisa de alguma coisa lá [da cidade], trazer uma coisa [até o assentamento]: “Olha [Fulano] deixei uma encomenda lá na [loja] Quero-Quero” (Terceiro Candidato; entrevista concedida em 04 de julho de 2016).

Outro fator que ganha menção relevante nos estudos sobre a política local (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996) é a atuação dos ‘cabos eleitorais’ na viabilização do acúmulo de relações e de legitimidade para os candidatos a posições de poder nos municípios. Aqui a análise ficou mais restrita, tendo em vista que não se recorreu a entrevistas e levantamentos tão direcionados quanto como feito com os candidatos. Ainda que superficiais, as evidências encontradas apontam para a existência dos cabos eleitorais com presença cotidiana no âmbito da mediação de relações entre os candidatos e os assentados. Dois candidatos recorreram a pessoas vinculadas a seus círculos de afinidade e posicionadas de modo vantajoso junto aos assentados. A ex-Prefeita tem como cabo um agente com contato praticamente diário junto a diversas famílias, inclusive com relação de compadrio, tendo em vista que o mesmo trabalha com o transporte do leite comercializado na cooperativa local de produtores. Já o atual Prefeito tinha como importante ponte com assentados, não só o assentado convertido em secretário, já que este residia em outro assentamento. Tinha como apoio também outro munícipe que assumiu lote na condição de assentado. Este mantém relação com um conjunto significativo de famílias, além de ocupar a posição de presidente do Partido dos Trabalhadores no município. Já no caso do terceiro candidato, não foi possível obter maiores informações sobre pessoas alçadas à condição de cabo eleitoral. Porém, como o próprio candidato relatou, se posiciona como uma pessoa “da porta”. Ou seja, mantém relações diretas com algumas famílias para as quais concede *ajudas* enquanto práticas *desinteressadas*<sup>80</sup>, lhe coloca em condição de acumular capital simbólico e, por que não, possíveis votos.

Em termos de conjunturas de tensões em que o cargo de Prefeito (a) foi assumido, o atual Prefeito e a ex-Prefeita vivenciaram momentos relativamente diferentes enquanto gestores públicos perante o assentamento. Tal condição contribuiu para posicioná-los de modos distintos perante grupos de assentados. A ex-Prefeita vivenciou o período em que as tensões assumiram caráter de ‘conflito’ entre os grupos (FERRANTE; BARONE, 2003), o

---

<sup>80</sup> Ajudas consideradas como *desinteressadas* constituem uma importante estratégia de acumulação de capital simbólico dos senhores de terra na *região estancieira* (PICCIN, 2012, p. 380-9).

que ela deixou claro pela hipérbole de que “quase morreu”, evidenciando tensões. O que estava em jogo era mediar as pressões de munícipes, quando ela se aproximava dos sem-terra, junto das pressões dos sem-terra para que cumprisse suas reivindicações. Em suas palavras:

[...] a questão política né, vou contar pra ti, pra dizer assim, quando eles "ah, a [Prefeita] tá lá com os assentados lá", eu acho que eles são tão iguais a mim. Mas tem umas pessoas lá que eu adoro. Então pra mim eles estão incluídos dentro do nosso município, terminou **isso** agora, **eles já estão lá, já estão assentados**, a gente tem que procurar botar eles dentro dos programas que o município tem pra que eles possam ser incluídos. **Passou, passou muito rápido** (ex-Prefeita; entrevista concedida em 15 de junho de 2016).

Portanto, esse primeiro momento tenso, que foi de contato majoritário com funcionários do Incra e dirigentes do assentamento, relegou à Prefeita uma relação de difícil diálogo, tendo em vista suas próprias aversões – quando reconhece “a gente chamava *sem-terra*” – e as dos munícipes, assim como o receio das lideranças assentadas. Estes últimos mencionaram repetidas vezes que sentiam contrariedade na relação com a Prefeita, em especial nas verbalizações que transpassavam estigmas. Pode-se considerar aí um período de adaptação inclusive nos vocábulos utilizados pelos grupos na identificação recíproca em espaços de diálogo. Por outro lado, com o tempo a Prefeita galgou aproximação junto ao grupo organizado de mulheres assentadas, as quais visualizavam formas de se legitimar frente a um meio em geral monopolizado pelos homens: a discussão de localização dos lotes. Procurou construir aí uma relativa base de apoio, frente a qual se legitimou ao submeter, junto à elas, um projeto de cozinha multiuso ao Incra.

Já a análise do atual Prefeito revela-se em um período de maior estabilidade nas relações, junto da disponibilidade de maior volume de créditos do Incra para o estabelecimento das famílias assentadas. Abre-se um contexto mais próspero para as famílias, enquanto a própria Prefeitura se mune de melhor infraestrutura para os serviços, como no aumento de patrulha agrícola e de maquinário para manutenção de estradas. A partir de reuniões com a representação dos assentamentos, o Prefeito percebeu em uma das lideranças assentadas um acúmulo de experiências na esfera de gestão dos recursos públicos federais e na viabilização de projetos com recursos da mesma natureza. Este agente foi inserido na Prefeitura como Secretário, mesmo que contra a vontade de setores alinhados politicamente ao Prefeito. Percebeu-se, nesse ato, um capital político que foi acumulado, tanto no sentido de buscar confiança dos assentados como de viabilizar um conjunto de projetos com recursos federais, como nas emendas parlamentares.

Vale mencionar diferenciações nos discursos do Prefeito e da ex-Prefeita acerca do projeto de cozinha multiuso submetido no mandato da ex-Prefeita junto ao grupo de mulheres assentadas no Novo Horizonte II. Alguns trechos obtidos em entrevista:

Temos a **cozinha multiuso Terra Sol**, que é do assentamento, e meu sonho é que seja uma agroindústria para a agricultura familiar de Santa Margarida, não só do assentamento. [...] A hora que aquilo funcionar vai ser o nome de Santa Margarida que vai ir pra... então é o meu sonho, sonho que a gente vem batalhando, batalhei, **estava engavetado e não ia sair mais, uma luta mesmo pra liberar aquele valor**, e agora tentando liberar o valor dos equipamentos. [...] acho que vai ser **uma coisa de ficar na história** (Prefeito; entrevista concedida em 02 de junho de 2016).

\* \* \*

[...] essa cozinha, por que **eu lutei por ela**? Porque vejo que vai ser um **marco** tchê, um marco para as pessoas acreditarem. As pessoas não acreditavam nela. Isso foi assinado em 2012, esse convênio, em dezembro, e não ia sair. Toda vez que me reunia no Incra tocava na cozinha: “tchê vai ser um marco, a virada da pagina, **vai mostrar o trabalho de vocês, porque ele é contestado e todo mundo sabe disso**, não sou eu que vou falar, todo mundo sabe. Com isso aí vamos mudar o perfil e o que falam de vocês, e vocês vão mudar também!”. E principalmente se conseguir **unir a comunidade, o agricultor familiar, porque eles [assentados] são também**. Se a gente conseguir unir todo mundo junto, porque aquilo ali é grande, dá pra todo mundo (Prefeito; entrevista concedida em 02 de junho de 2016).

\* \* \*

Tinha um grupo de mulheres, que a gente fazia ali, que tinha um projeto que o Incra nos deu aquela área, enquanto Prefeitura, e aquele projeto da **casa das mulheres** ali. **Aquele projeto foi feito no meu governo. Pode até não me convidar** [na inauguração] e dizer que não é, **mas se tu conversar com as líderes** ali tu vai ver que era um projeto feito nosso, nós fizemos junto com o Incra, junto com as mulheres, e aí a gente conversava ali [...] veio com projeto, recurso e tudo ainda na minha administração (ex-Prefeita; entrevista concedida em 15 de junho de 2016).

\* \* \*

Eu criei um setor de projetos, **tudo que vem para o município foi através de meus projetos**, até agora. O Prefeito pode dizer que fez, mas ele ganhou caminhão, retro escavadeira, patrola e algo mais do governo federal. **A casa das mulheres é o meu projeto, o ginásio é meu projeto** (ex-Prefeita; entrevista concedida em 15 de junho de 2016).

De início vale considerar que enquanto o Prefeito fala na posição de ocupante do cargo de gestor, a ex-Prefeita fala na condição de oposição, ou seja, certas provocações fazem parte do jogo. O Prefeito reivindica o empreendimento “cozinha multiuso” como um marco para “unir a comunidade”. Reconhece como projeto do assentamento, mas entende como público-alvo “toda a agricultura familiar do município” a fim de “tornar o nome de Santa Margarida conhecido” por meio da venda de produtos com o nome do município, e não só do assentamento. Quando defende a cozinha “para todos”, o Prefeito revela um cálculo implícito em seu esforço frente aos *munícipes* na medida em que se aproxima dos *assentados* “contestados”. Ou seja, investir nos “contestados” é algo acionado sem desconsiderar os

custos do deslocamento de sua vinculação com o *establishment*. Já a ex-Prefeita reivindica o processo de construção do projeto junto ao grupo de mulheres. Em oposição ao Prefeito em menciona a cozinha como “nosso projeto” e a chama de “casa das mulheres”. Nesse sentido, nota-se que, para estabelecer a função a ser cumprida por infraestruturas públicas edificadas, ambos os candidatos encontram conjunturas distintas de pressão perante o conjunto de munícipes e assentados, e não só perante assentados. No caso da cozinha multiuso, enquanto o Prefeito chegou a inaugurar várias outras obras no município e reivindicar seu uso idealizado para o “conjunto de *margaridenses*”, a ex-Prefeita explora o sentido básico do projeto em sua fase de proposição, quando solicitado pelo grupo de mulheres, no sentido de angariar confiança daquelas com quem conduziu a proposta.

Nesse sentido, viabilizar os projetos com recursos provenientes do âmbito federal ou estadual é objeto de disputa entre candidatos, já que levar alguma obra “para a comunidade” é fator de legitimação, um ato simbólico de peso. Por conta disso, diferencia-se a condição de prefeitos que submeteram projetos e prefeitos que os executaram e inauguraram, visto que se colocam em situações distintas e reivindicam diferentemente seu esforço. Enquanto submeter um projeto é ato necessário e ponta pé inicial, executar a obra exige cumprimento de trâmites e eficiência administrativa. Ambos os esforços são articulados como *capital político* pelos candidatos. Em outras palavras, projetos que perpassam diferentes mandatos passam a ser disputados como propriedade simbólica entre os candidatos, por mais que a cerimônia de inauguração da obra seja um monopólio do candidato que a finaliza. E não é de importância menor tal disputa, visto que materializa os votos e a confiança disputados nas eleições, afirmando vínculos e legitimidade para as eleições seguintes, reafirmando a posição e a hierarquia social (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996).

Ao visualizar os posicionamentos dos três candidatos é possível ter algumas indicações de estratégias acionadas para obter redes de relações convertíveis em votos junto aos assentados. Enquanto o Prefeito galgou afinidades com lideranças do movimento, a ex-Prefeita procurou obter base de apoio no grupo de mulheres do Novo Horizonte II e o Terceiro Candidato formou uma rede de contatos pessoais baseados em *ajudas*. Note-se que conforme os assentados passam a ser vistos como conjuntos diferenciados são alvos de segmentação dos investimentos dos agentes do campo político local. Os agrupamentos identificados são percebidos como mais ou menos agregáveis em redes de relações e enquanto capital político ou voto. Ao mesmo tempo, percebe-se que com o passar do tempo a categoria *assentados* se torna merecedora de investimentos mais altos dos agentes do campo político. Atitudes como as de convidar uma liderança assentada para fazer parte dos cargos de

confiança da Prefeitura, reivindicar o reconhecimento do trabalho “contestado” dos assentados, ou ainda, defender a legitimidade de um grupo de assentados demandantes de um projeto, tornam-se estratégias que ingressam com sinal positivo nos cálculos políticos dos pleiteantes. Se os sinais de redimensionamento no balanço de poderes não apontam para um homogêneo reconhecimento dos assentados, pelo menos indicam certas dimensões onde se superam os efeitos de uma vinculação forjada por estereótipos de valor humano inferior.

#### 4. DE SEM-TERRA A ASSENTADOS: FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO, CÁLCULOS E POSICIONAMENTOS NO ACAMPAMENTO E NO ASSENTAMENTO

Para compreender o processo de diferenciação dos enfeixamentos de relações dos *assentados* foram tomadas as trajetórias progressas enquanto *sem-terra* como elemento inicial de análise. É uma perspectiva endossada pela literatura a necessidade de se ter em conta as disposições sociais acumuladas pelos agentes que assumem posições na conformação do assentamento de modo a percebê-lo como espaço de relações e de diferenças. Parte-se, portanto, de uma análise das lógicas que possibilitam o ato de agentes sociais se colocarem na esteira dos *sem-terra* e estruturam as formas de percepção e de ação quando se tornam *assentados*. Nesse sentido, o que aqui se considera como passagem de um reconhecimento enquanto *sem-terra* para um de *assentados* – em termos de relações de oposição para de diferenciação – está intrinsecamente relacionado com fatores anteriores ou mesmo mais importantes que os *acampamentos*, sendo o *assentamento* um espaço que tende à sua explicitação.

O capítulo está subdividido em duas seções. Na primeira analisam-se alguns relatos sobre o processo de engajamento no *movimento* e nos *acampamentos* tendo em conta os cálculos e as alternativas avaliadas nos meandros que antecederam a *conquista* da terra. Percebe-se que variam as condições para ingressar e para atravessar por esses momentos, bem como as significações sobre essa passagem. Em uma segunda seção reflete-se sobre o período imediatamente posterior à *conquista*, momento no qual ainda está em aberto a definição do espaço físico exato a ser ocupado no assentamento, sua proporção e sua localização, entre outros atributos. Nesta seção se analisa uma imbricada disputa permeada pelas significações e ponderações em torno do que se configura em um lote de terras ideal. Tais avaliações não se restringem apenas a aspectos objetivados e materiais da área de terra, mas os envolvem dentro de um conjunto de condicionantes das posições relacionais no espaço social.

##### 4.1. CONDIÇÕES DE SOCIALIZAÇÃO, CÁLCULOS E ESTRATÉGIAS NO ENGAJAMENTO DOS SEM-TERRA

A intenção nesta seção é de perceber as condições de possibilidades de mobilização de agentes sociais para a *luta*<sup>81</sup> nos *acampamentos sem-terra*. Esta forma de compreensão tem

---

<sup>81</sup> No decorrer deste capítulo a noção de *luta* corresponde a duas significações principais. Como já dito na Introdução, a primeira se refere aos processos de mobilização dos quais as famílias *sem-terra* fizeram parte no

como pressuposto que, apesar de uma aglutinação dos *sem-terra* em torno da *luta* nos acampamentos, não há uma homogeneidade interna no grupo em termos de formas de inserção social (NEVES, 1999) ou dos *habitus* (PICCIN, 2011). Também se parte do princípio de que as perspectivas baseadas na ideia de engajamento ‘mágico’ ou ‘violento’ dos agentes aos movimentos carecem de considerações sobre as estruturas de percepção de que são munidos os agentes e de variações contingenciais das condições objetivas de sua escolha (MACEDO, 2005). Portanto, a abordagem aqui presente decorre de um conjunto de estudos que passou a tratar como objeto considerável a diversidade de formas de inserção social dentro do que se conhece como categoria social *sem-terra*. A intenção é de distanciar-se da reificação de categorias e conseqüente ocultação de diferenciações nas lógicas de ação.

Em termos de condições de possibilidade de mobilização o intuito é visualizar como os diferentes *habitus* (BOURDIEU, 1989) se combinam a outros fatores que definem ou pesam na decisão em se *acampar*. Ou seja, desde diferentes quadros de referência internalizados conforme posições na estrutura social, perceber como os agentes articulam elementos mentais que tornam possível a escolha pelo *acampamento* e estabelecem estratégias razoáveis sob o mote de obter a *conquista* da terra de modo contingente às estruturas do *movimento*. Visualizam-se outros fatores que de modo cumulativo pesaram na escolha, como as estratégias de mobilizações dos *movimentos*, as redes de relações que possibilitaram o vínculo e os recursos materiais mobilizados enquanto *acampados*. Perceber, portanto, o que estava em jogo em cada decisão, por exemplo: quais eram as escolhas alternativas frente a *acampar*? Por que resolveu *acampar* e por intermédio de alguém? Como decidiu que poderia continuar *lutando*? O que estava em jogo entre continuar *acampado* ou parar? O que se trabalha como hipótese é que a escolha pelo *acampamento* é um fato interconectado pelos esquemas de percepção internalizados desde as posições dos indivíduos, pelos recursos e relações aos quais têm acesso, pelos enquadramentos operados junto a ou enquanto *militantes* no *acampamento* e pelas janelas apresentadas na conjuntura geral da *luta* pela terra. Para tanto, reflete-se junto da literatura que investigou estratégias de mobilização de agentes que, sob diferentes origens e trajetórias sociais, ingressaram em movimentos de luta pela terra.

Para compreender os agentes *acampados* parte-se do entendimento que as mobilizações tidas como legítimas para reivindicar terras no Brasil tomaram formatos consideravelmente homogêneos. Sigaud (2005) e Rosa (2009) apresentam elementos do que

---

*tempo de acampamento* (LOERA, 2014) e que uma parte delas dá continuidade enquanto *militantes* no *assentamento* ou em *ajuda* a estes *militantes*; a segunda se refere a momentos específicos do *tempo de acampamento* como as *ocupações*, os quais eram chamados simplesmente como *lutas*.



passou a ser entendido como forma apropriada de reivindicar terras, convertida em modo reconhecido pelo Estado e modo assimilado pelos agentes mobilizados como *sem-terra*. As mobilizações assumiram *formas sociais* específicas, a *forma acampamento* e a *forma movimento*. As reflexões dos autores sobre mobilizações no estado de Pernambuco aportam elementos sobre como as possibilidades de ocupar terras estão diretamente relacionadas com a efetividade conquistada pelas formas sociais em elaborar eventos tomados como *conflitos* e torná-los reconhecidos pelo Estado e passíveis de intervenção favorável. Na medida em que tal conjuntura se configura, a escolha pelas ocupações toma ares de possibilidade e a condição em aberto de pequeno proprietário assume variadas significações, ou seja, é nesse processo que os *sem-terra* passam a existir. *Sem-terra* é, nessa perspectiva, uma categoria que só passa a existir enquanto aderente às formas de mobilização socialmente construídas, e não como categoria espontânea ou preexistente (SIGAUD, 2005).

Mesmo com uma relativa padronização de formas sociais que verbalizam, simbolizam e institucionalizam o que se veio a considerar como *conflitos* por terra, o mesmo não se pode dizer de uma padronização das formas de socialização dos agentes que passam a se identificar enquanto *sem-terra*. Além de diferenciações em termos das relações sociais de produção em que os agentes se inseriram em suas vidas, os quais podem ser classificados enquanto pequenos proprietários, arrendatários, assalariados rurais e urbanos, agregados, meeiros, entre outros; um fator que emerge é a existência ou não do critério chamado “experiência agrícola”, elemento que tende a gerar distinção entre trajetórias ‘rurais’ e ‘urbanos’ no interior de *movimentos de luta* pela terra no RS (LIMA, 2008). Alguns estudos evidenciaram tais condições e procuraram visualizar como a escolha pela luta *sem-terra* chegou até aqueles diferentes grupos como opção possível para reprodução social (NOVICKI, 1995; GAIGER, 1999; MACEDO, 2005; JUSTO, 2009; LOERA, 2014). Essa literatura afirma, de um modo geral, que a forma de socialização não determina a escolha pelo engajamento, mas pode variar nas suas significações e nos seus repertórios. Alguns casos identificados na pesquisa de campo do presente estudo permitem visualizar tais diferenciações. Parte-se, a seguir, para uma apresentação descritiva de características gerais do processo de acampamento das famílias entrevistadas e, depois, de algumas diferenças entre posições e condições sociais no ingresso na *luta* pela terra e de significados atribuídos na passagem pelo *tempo de acampamento* (LOERA, 2014).

Inicialmente, vale destacar que os agentes assentados entrevistados nesta pesquisa passaram pelo processo de engajamento em acampamentos por volta dos anos de 2003 e 2004. Este foi um período onde a conjuntura política apontava para a ampliação de

possibilidades para formação de assentamentos rurais tendo em conta a figura do Presidente Lula no cenário nacional e a representação de sua vinculação com a ‘luta pela terra’ (AFONSO; CANUTO; LUZ, 2003). Este traço geral inicial é importante para se ter em conta as lógicas de conduta das famílias em condição de vida instável e que passam a visualizar na possibilidade de ter uma pequena propriedade a chance de “melhora de vida” ou ascensão social.

Nesse cenário apresentavam-se diversos *acampamentos* no RS, organizados pelo MST e MPA, especialmente concentrados em regiões de *colônias* e na região metropolitana de Porto Alegre. Como já visto na seção 1.3, sobre o *campo de conflitos agrárias*, as mobilizações no RS nesse período envolviam pressões por desapropriação de imóveis rurais chamados de *áreas-símbolo*, ou seja, grandes propriedades onde se concentravam os *movimentos, ocupações e acampamentos*. Os imóveis rurais classificados nesse período como *área-símbolo* se localizavam em São Gabriel (Sudoeste do estado), em Sarandi (Norte) e na capital Porto Alegre. A relação de *acampados* com os *acampamentos*, como será visto adiante, se constituía de constantes mudanças e deslocamentos conforme as dinâmicas das *lutas*. Nesse caso a expressão *fazer uma luta* se referia às *ocupações* de terras e como causavam reconfiguração na organização dos acampamentos. Nesse contexto de acampamento, *fazer uma luta* significava se deslocar de um acampamento em área não detectada como *conflito* e partir para *ocupar* uma área que viria a ser considerada como *conflito*. *Lutas e ocupações* têm um sentido análogo e expressam momentos e ações específicas da trajetória de acampados, comumente relacionados com a instabilidade do enfrentamento, com a possibilidade de *conquista* e com inflexões nas disputas do campo dos conflitos agrários. A expressão “vai ter uma *luta* no tal lugar...” representa renovação dos investimentos e esperança entre os acampados.

Em todos os casos de entrevistados neste estudo a vinculação com os acampamentos se deu por um período superior a três anos. O ingresso se deu a partir de um *acampamento* e se fizeram vários deslocamentos e reagrupamentos, muitas vezes se afastando da cidade de origem e se unindo a *lutas* maiores. Ademais destas generalidades que são recorrentes nas dinâmicas do ‘mundo das ocupações de terra’ (LOERA, 2014) também se encontram muitas dissimilaridades. Procurou-se apresentar nas próximas páginas como se geraram diferentes vinculações com *movimento e acampamentos*, representativas da diversidade identificada no *assentamento*, tendo em conta as imbricadas relações entre espaços rurais e urbanos, o domínio de diferentes recursos antes e durante o *acampamento*, a assimilação de princípios

defendidos pelo *movimento*, as relações de parentesco, vizinhança e amizade, bem como as posições internas dos agentes em seus grupos domésticos.

Inicia-se pela apresentação de Renata, uma *assentada* oriunda da região metropolitana de Porto Alegre<sup>82</sup> e que viveu na cidade desde grande parte da infância até a idade adulta. Ela partiu para o acampamento com dois pequenos filhos. Justifica sua decisão pelo acampamento como uma via para retornar ao rural, um “gosto” que “pegou” na infância:

Aqui [no assentamento] quase todo mundo tem uma história, quase todo mundo está ligado, como diz, à parte rural né. Eu, lá em casa [família extensa], só meus avós já eram de fora [do campo], aí o pai e a mãe vieram para a cidade também. Mas daí os filhos, a gente, eles levavam para fora [casa dos avós], quando tinha idade escolar trazia de volta [pra cidade]. [...] Então ficava um pouco e aprendia, tomava gosto, até os nove anos. Ou tu pega ou não pega. Às vezes vem a vontade da pessoa de alguma coisa mais. Eu gostava muito, como doce: quando tu gosta tu passa os anos e ainda sente aquele gosto. (Renata, assentada; entrevista concedida em 28 de junho de 2016)

Entre as pessoas que passaram a maior parte de suas vidas morando em grandes cidades percebeu-se certa tendência em relacionar a escolha pelo acampamento com uma “história” própria ou familiar. Vínculos temporalmente pontuais com o “interior” – como em passar férias escolares com avós que residiam no campo ou então ter vivido por um tempo com parentes no campo – passam a ser elementos acionados para justificar uma certa afinidade com tal espaço<sup>83</sup>, ou seja, de dar sentido às escolhas do presente desde as vivências do passado. Nesse sentido, nas representações autobiográficas articuladas pelos agentes tende-se a buscar uma história de si que faça sentido, que não tenha elos sem ligação no desenrolar dos fatos (BOURDIEU, 1996). Alguém que “sempre foi da cidade” acaba por buscar na infância ou ascendência familiar um “gosto” pelo rural e pelo “interior” para explicar sua condição atual de *assentado*. Deve-se ter também em conta que a ‘experiência em atividades agrícolas’ ao longo da trajetória pessoal é elemento tomado em conta pelo Incra como critério seletivo de famílias para ocupar lugar no assentamento, como consta nos ‘editais de seleção de candidatos’. Portanto, justificar certo grau de vínculo com o rural sempre vem a calhar enquanto legitimação da posição social de *assentado*. Além disso, apresentar indícios de possuir certos saberes tidos como próprios de agricultores é fator de legitimação tanto entre os

<sup>82</sup> Eventualmente serão citados alguns elementos declarados em entrevistas ou em conversas informais, mas ausentes das citações diretas transcritas para o texto. O uso de aspas remonta a palavras usadas pelos interlocutores ou expressões comuns nos espaços por eles frequentados.

<sup>83</sup> Para perceber as noções sobre o rural nas sociedades contemporâneas, Wanderley (2000) sugere ter em conta uma compreensão do mundo rural enquanto “um espaço singular e um ator coletivo” no sentido de que se dá em complementaridade e integração com o mundo urbano, com dinâmicas internas e externas de distintos agentes e seus significados que o configuram.

assentados como para com os observadores externos, tendo na organização visual do lote de terras um sinal diretamente associado<sup>84</sup>.

Ainda a partir dos relatos de Renata pode-se inferir certos elementos objetivos da condição e posição social que remetem às possibilidades de tomar o acampamento como resposta a privações na reprodução social:

Eu morava [na cidade], eu separei [do ex-marido], e aí fui morar numa vila. Nessa vila morava a família de um namorado da minha irmã. Foram morar comigo. Ah, e aí não deu certo, já brigamos, ele ficou brabo: tacou fogo na casa. Aí fui acampar naquela época.

\* \* \*

Porque tenho meu avô assentado da reforma agrária, tenho minhas tias, todos de Viamão, meu pai... então são três gerações né, tudo assentado.

A condição de ter uma situação conjugal estável, morar na *vila* e empregar-se em trabalhos domésticos supunha manutenção de condições básicas de existência, como a moradia. O lugar aqui referido como *vila* quer dizer o espaço periférico de grandes cidades gaúchas, especialmente de Porto Alegre, parte demarcada pela expansão urbana irregular e que desponta como opção menos custosa para estabelecer residência desde uma posição social restringida. A quebra de situação conjugal como primeiro acontecimento citado pode ter sido fator gerador de privações, mas não ao ponto de restringir o acesso a uma moradia na *vila*. No entanto, sua perda gradual, primeiro pela companhia desconfortável e depois pelo incêndio proposital, foi o estopim para acionar outras possibilidades existentes, como a *luta* a partir dos acampamentos enquanto estratégia inserida na herança de escolhas familiares de “três gerações de assentados”. Ou seja, possivelmente, se as possibilidades de ter residência em condição socialmente tida como adequada continuassem na mesma medida da estabilidade de emprego da força de trabalho, provavelmente a escolha pelo acampamento permaneceria intocada.

Nesse contexto, a redução de condições básicas para reprodução social na cidade é pensada em relação aos exemplos de familiares, de vizinhos e de amigos onde a ida para o *acampamento* se mostrou como caminho seguro para obter certa estruturação objetiva. No estudo de Leite et al. (2004, p. 115-20) essa condição se expressa no levantamento de dados quantitativos em diferentes áreas de concentração de assentamentos no país. Analisou-se que 70% dos assentados entrevistados já conheciam outras famílias assentadas antes de ingressar ao *acampamento*. Em certos locais a dimensão das redes de relações que constituem as

---

<sup>84</sup> O aspecto visual dos lotes é elemento central de distinção, especialmente no ponto de vista de *municípios*, e será melhor situado na seção 5.2.

mobilizações alcançou níveis ainda maiores. No caso de assentamentos de Santa Catarina foram 83% os que declararam conhecer pelo menos um outro beneficiário desde antes das mobilizações, sendo apenas 13% as famílias que conheceram as demais apenas nos acampamentos. Além disso, 25% declararam já conhecer mais da metade dos membros de seu assentamento. Outro dado que aponta para esse sentido é que 62% dos entrevistados tinham parentes em outros lotes de assentamentos. Para os autores, esses dados permitem inferir que os assentamentos não se explicam apenas por uma espontaneidade das mobilizações tendo em vista a contribuição dos processos de recomposição e deslocamento de redes de sociabilidade.

Portanto, quando consideradas as redes de relações envolvidas, o *acampamento* é acionado como expectativa de realização concreta. Para Renata, ir *acampar* não foi mera alternativa entre tantas outras, uma jogada às cegas, mas escolha pensada e balizada por experiências já conhecidas de sucesso. De certo modo, supunha deixar um local demarcado pela instabilidade, pela individualidade, desvinculação com os próximos, e partir para outro não menos instável, mas factível. É notável, portanto, que esta escolha por ela tomada não pode ser banalizada como opção em aberto para o conjunto de moradores da *vila*, pois também dependia de ponderações e relações próprias de sua trajetória (WANDERLEY, 2009b). Outros trechos da entrevista corroboram no sentido da importância das redes que se fortaleciam no *acampamento*:

[o acampamento] Era, não tem descrever, uma comunidade tão boa se tivesse ainda aqui, os melhores vizinhos. Não digo que esses [do assentamento] não são, cada um tem sua exclusividade, jeito e gosto, mas ali já tinha formado uma família. Corria, se ajudava, brincava. [...] Eu não sei te dizer nada de ruim no acampamento.

\* \* \*

[...] a gente vai ajudando as pessoas e as pessoas já querem “ah, tu é minha comadre”. E quando tu vê o acampamento todo é [compadrio]. Simples coisas. Eu digo assim, estava falando com um Padre que veio da Espanha, que antigamente o padrinho era aquele que ajudava a família. Não era por presente, nada dessas coisas. E no acampamento tem isso. A gente era quase tudo compadre, comadre, tomava chimarrão aqui e ali.

A escolha se mostrou ainda mais acertada quando o *acampamento* se revela em um local onde a reciprocidade é moeda de troca primordial, onde as relações demarcadas pelo afeto e compadrio dão a impressão de “viver em comunidade” ou “em família”, aspecto que percebia como cadente no ambiente da cidade e que assim também o vê no assentamento. “Correr, ajudar e brincar” são para ela feições da vida de acampado que nutrem vínculos de reciprocidade e geram nele um sentido de enraizamento. Nesse mesmo sentido, Martins (2009) vê a trajetória dos *sem-terra* como direcionada para um fortalecimento dos vínculos

personalizados frente a um processo de desestruturação das relações de dominação pessoal no mundo agrário brasileiro. Disso pode-se abstrair, para o caso aqui analisado, que a incerteza de um período passageiro até *conquistar* a terra é compensada pela segurança na confiança construída entre pares. Esta é uma das interpretações possíveis da convivência em *acampamentos*, particularmente reforçada quando os *acampados* compartilham certos esquemas de pensamento desde processos de socialização similares. Ou seja, onde “se brinca”, “se ajuda” e “se toma um chimarrão”, a experiência guarda sentidos correlatos e os compromissos mútuos circulam continuamente.

Note-se que, no caso de Renata, os capitais econômicos a serem resguardados em um espaço externo ao do *acampamento* não foram tão significativos frente ao capital de relações recíprocas que se estabeleceu no próprio *acampamento*. Em um estudo sobre o parentesco e as redes de relações construídas previamente e durante o acampamento, Loera (2009) enfatiza a importância das trocas e redes de solidariedade enquanto formas de garantir certa resistência frente às privações do *acampamento*. No caso de Renata, percebe-se como a acumulação de relações enquanto recursos é significativa a ponto de gerar a sensação de estabilidade, a qual é superior às privações e frustrações acumuladas anteriormente e que justificaram o ingresso naquele espaço. Tanto é que o sentimento de perda desta “comunidade” do acampamento conforme ingressa no assentamento ainda é acionado oito anos depois, no momento da entrevista, muito em função de que não se reconstituiu no mesmo patamar nesse novo espaço.

Este primeiro caso apresentado dentro de um cenário de origem urbana desde uma *vila* permitiu visualizar a centralidade da acumulação de relações em reciprocidade frente às restrições em capitais monetários e materiais. A vivência no acampamento com o significado dado de “comunidade” ou “família” fazia sentido em si mesma enquanto formação dos elos de interdependência e identificação como grupo. Porém, não é representativo de uma origem urbana em geral, mas pode se considerar tendência em um contexto de privação monetária onde o dinheiro é fator de troca significativo. Para este primeiro caso a *luta* não demonstrou papel central na passagem pelo *acampamento* em termos de moldar sentido estruturante das adjetivações sobre aquele período. Pode-se atribuir esta condição ao fato de que o *acampamento* se apresentava como escolha naturalizada frente a um conjunto de familiares que já haviam tomado aquele rumo. As referências não eram os *movimentos*, a *luta* ou os *sem-terra*, mas a condição estável na qual os familiares haviam chegado através – e não por causa – dos *acampamentos*<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> Em outro momento da entrevista, Renata comenta que ela e seus familiares de outros assentamentos não participam de cooperativas do *movimento*, preferem “tocar sozinhos”. Se refere à sua família como sendo “tudo

Paralelamente, os discursos de Cirineu e Selena, outros ex-moradores de uma *vila* na região metropolitana de Porto Alegre, permitem visualizar nuances da importância conferida à *luta* e à vinculação com o rural no processo de assentamento. Se trata de uma família na qual o pai se ocupava como trabalhador rural em lavouras de arroz e a mãe como empregada doméstica. Fizeram questão de mencionar que em seu antigo terreno urbano sempre tinham alguns animais como cavalos, bois e porcos, bem como o gosto por cuidá-los e a necessidade de maior espaço para criá-los. Participavam do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e já acumulavam certa experiência em organização de ações coletivas. Sua condição, na qual se autodesignam como “camponeses urbanos”, chamou a atenção de *militantes* do MST que os convidaram para o *movimento* quando se conheceram em uma *luta*. Os trechos destacados a seguir sintetizam certas avaliações postas na balança pela família antes de *acampar*:

Cirineu – A gente morava na cidade, mas tinha gado, cavalo, um monte de bicharada. E a vontade, uma que levou a acampar, era ter uma quantidade de terra maior para botar os bichos. A gente tinha muito bicho e o terreninho não dava 20x20 m, o que levou a acampar. Um pouco que os guris estavam na adolescência, estavam se soltando, barzinho e aquela fase rebelde deles. Com o pessoal do MST passaram para nós que era bem diferente, fomos tirar a certeza se era diferente da rua. [...] quando deixamos a ocupação urbana foi onde que conhecemos mesmo o MST. Tiveram aquela prosa, foi um pessoal lá [conversar]. Mas interessados mesmo foram só sete parentes, sete famílias [acampadas] e que foram só duas [assentadas]. (Cirineu, *assentado*, entrevista concedida em 23 de junho de 2016)

\* \* \*

Selena – E o bom de tudo isso era fazer parte do sonho de todos do acampamento, de ter um pedaço de terra para produzir alimentação própria, tentar construir uma vida melhor. Sonhos que muitos realizaram e hoje a luta continua, é uma luta de sobrevivência, que tem que seguir ela. Porque é complicado ter a terra e não ter meios de fazer que ela produza. Peleia continua. (Selena, *assentada*, entrevista concedida em 23 de junho de 2016)

Dentre os elementos acionados como lembrança da decisão por acampar se articulam a condição identificada como de “camponeses urbanos” com potencial restringido na cidade, o desejo de criar os filhos jovens longe dos “perigos” da cidade e a articulação entre diversos parentes dentro da mesma condição. No contexto dessa família no acampamento se evidencia que o desejo próprio de ter mais terra para se reproduzir socialmente enquanto agricultores é visto como presente no conjunto dos outros acampados e produz certa identidade. Nesse contexto, parecem apresentar maior tendência em perceber uma continuidade entre

---

teimoso, raça dos teimosos”. Isso também ilustra a estratégia de *acampar* como uma escolha que pode ser acionada para enfrentar um grau inaceitável de privações materiais na cidade e resgatar certa autonomia sobre um processo produtivo na condição de *assentados* (RAMIRO; MANCUSO, 2009).

*acampamento* e *assentamento* como “uma peleia que continua” ao invés da *conquista* de um lote de terra como um fim para se estabelecer de modo independente.

Porém, certas contradições com uma interpretação mais afinada com os ideais do *movimento* ficam mais evidentes se considerados os percalços que esta família encontrou até receber um lote de terras. É no seu íterim que se percebe como o ato de analisar separadamente os interesses de parentesco, de compadrio, de amizade e de *luta* é pouco explicativo das significações e estratégias em jogo. No *acampamento* as vinculações entre indivíduos complexificaram as decisões. O que se sucedeu após o primeiro semestre como *acampados* é que esta família assumiu, junto a algumas outras, a coordenação de um *acampamento* que já estava praticamente “fechado”. Ou seja, ali estavam *acampadas* as famílias selecionadas para um *assentamento* que estava prestes a se efetivar. Era uma área próxima de Porto Alegre, do interesse direto daquelas famílias da região metropolitana da cidade. Note-se que sua promessa enquanto coordenadores do acampamento de que aquela era uma área “certa” gerava uma dívida pessoal com as famílias implicadas. Enquanto aguardavam a efetivação de sua área lhes foi apresentada a possibilidade de aquelas famílias mais antigas do acampamento assentarem-se em outra: Santa Margarida do Sul. Ao mesmo tempo, por força maior da contingência de recursos do Incra, aumentava a chance de que aquele assentamento “quase saído” não se efetivaria mais. Essa informação chegou primeiro à coordenação e a posicionou em uma encruzilhada. Decidiram por abrir mão de sua vaga em Santa Margarida do Sul e permanecer com os demais acampados:

Selena – Situação bem complicada. Quando nós fomos acampados a gente vestiu a camiseta e dava pra dizer que o sangue era vermelho. O que desse pra fazer e ajudar as famílias a gente fazia. [...] Jamais ia deixar companheiros para trás, nunca. Quem veio na frente se deu bem. Nosso acampamento foi expulso do local. Fomos mais para cima. Fomos expulsos do outro. Acabamos parando à força em São Gabriel. Mas vieram juntos [todos acampados]. Uma boa parte, a dos antigos, foram todos assentados. E os mais novos, de poucos meses, ficaram acampados. O restante foi tudo assentado. Não onde queria, não tinha escolha.

Na posição interconectada de coordenação se entrecruzam certas expectativas pessoais e coletivas próprias da convivência entre acampados no entrecruzamento de vínculos pessoais e de investimentos na *luta*. A opção por abrir mão de um lote certo por um lote que já se sabia que não existiria mais estava calcada na manutenção de vínculos construídos no espaço do *acampamento*. É também resultado do ato de honrar uma dívida gerada nas promessas feitas àquelas famílias. Nesse sentido, “vestir a camiseta” e “ter sangue vermelho” estão em uma medida correlata a de manter a palavra e “fazer o que desse pra fazer” frente aos pares



acampados. Como expressam os trechos a seguir, “ajudar os companheiros” estava na mesma medida de esperar alguma contrapartida no *movimento* quando ela fosse necessária. Muitas das famílias remanescentes desse acampamento foram assentadas em São Gabriel em um assentamento distante a mais de 60 km da sede municipal via estradas não pavimentadas, entre outros percalços. Permanecer nessa área o resto de suas vidas se mostrou uma alternativa inviável:

Selena – Nós não nos arrependemos nenhum momento de ter ajudado aquelas pessoas a chegar na terra, por mais que têm pessoas ingratas, mas acabamos conseguindo ajudar que eles fossem. Só que nós contávamos com uma força maior, que era o nosso antigo MST. Digo antigos aqueles [militantes] que eram guerreiros, eles que jamais iriam deixar nós no [assentamento distante]. Iam nos tirar no início.

\* \* \*

Selena – Quando nós ficamos sabendo que o nosso [companheiro], que a gente honrava e idolatrava (ironia), tinha assinado a carta de demissão do MST... que foi quando houve a desistência de todos que tocavam o MST antigo. Aí tu imagina a decepção nossa de saber que quem nós poderíamos contar naquele momento não tinha. Parecia que a gente tinha se enfiado em um túnel, sem saída, e tinha escurecido tudo. Ficamos numa escuridão total. O que a gente pensava: que nosso destino era morrer naquele lugar. Uma desilusão tão grande... Levaram para nós e mostraram a assinatura de cada um deles. Naquele momento o que eu tinha de agenda, bandeira, tudo, naquele momento deixou de existir, deixou de, olha... naquele momento chutei tudo pra lua.

É significativo esse período inicial de estabelecimento da família em São Gabriel, pois é onde se visualiza que o esforço em acompanhar até o fim do acampamento as famílias acampadas seria acionado como mérito para alcançar um lugar tido como melhor. Contudo, por conta de uma reconfiguração interna das lideranças estaduais do “MST antigo” no período, perceberam-se desprovidos de qualquer contato, num “túnel sem saída”. Não teriam mais condições de buscar por meio das lideranças alguma possibilidade de viabilizar a transferência para um assentamento menos restritivo. É nesse sentido que o companheirismo na *luta*, “vestindo a camisa”, não tem um sentido único, ou seja, é associado a diversas significações e investimentos das famílias. Permanecer mais tempo acampados na condição de responsabilidade pela mobilização das famílias seria equivalente a um mérito acumulado que poderia ser acionado como *ajuda* em um futuro próximo. Ao mesmo tempo em que se desvinculavam as pessoas que representavam o “MST antigo”, também deixavam de fazer sentido os símbolos do *movimento* como a bandeira. Ou seja, os *movimentos* não são feitos unicamente de afinidades ideológicas, são também laços de confiança personalizada. Para essa família os investimentos na *luta* pela terra não acabavam por causa do fim do “MST

antigo”, mas deixavam de ser vinculados com aquele *movimento*. Portanto, na ausência do plano principal para a transferência de lote, ainda se constituía uma alternativa:

Selena – Se não tem ninguém que nos apoia, quem podia não existe mais, não faz mais parte, então nós mesmos vamos lutar por nós mesmos. Vamos dar tiro pra cima, ver pra que lado cai. Que vamos tentar, vamos. Aí chamamos o pessoal dos nossos, principalmente região de Porto Alegre. Quem quer sair vamos dar um jeito. Porque já tinha perdido três dos nossos, três tinham morrido. Queria sair antes que morresse todo mundo.

Acontece que, mesmo desprovidos do recurso que representavam os antigos contatos internos no MST, eles mesmos também tinham acumulado durante o processo de acampamento um conhecimento de contatos e lugares adequados onde exercer pressão. Esta foi a estratégia alternativa procurada, a que acabou possibilitando uma transferência para Santa Margarida do Sul. Nesse complicado processo vivenciado pela família evidenciam-se entrelaçamentos de expectativas, ideologia, investimentos pessoais e relações de confiança. A *luta* é, nesse sentido, feita de interconectados processos onde não se age sem perceber o espaço social em que se está e as relações com os agentes que nele coexistem. O grau de dedicação pelos *companheiros* também é mediada pelo quanto se pode esperar de correspondência, um cálculo permeado pela reciprocidade. Ao findar as expectativas construídas nos antigos *militantes*, voltou-se a atenção para os “nossos”, ou seja, os que mantinham laços ativos de confiança como familiares e amigos do acampamento.

Um outro caso “urbano” se mostrou bastante distinto em termos de significações e adjetivações para o processo de *acampamento*. Se trata de um grupo doméstico da região metropolitana de Porto Alegre que em sua trajetória teve período de ascensão econômica quando possuíram uma empresa com abrangência estadual no setor de vestuário. Contudo, em processo de desestruturação da empresa e de queda no patamar de consumo, a antes impensável escolha pelo *acampamento* acabou se tornando possibilidade de retomar certa estabilidade da reprodução econômica:

Vanessa – [...] eu tinha um sítio, um sitio pequenininho, de 50x80m, arezinha pequena de terra. Mas a vida lá fora estava muito difícil, pela dificuldade de trabalho, estudo para os familiares. E aí nós decidimos fazer uma hortinha e fizemos. Meu filho fez uma estufa e começamos a plantar. Aí nós colhemos coisas muito lindas, verduras maravilhosas, tudo em pequena quantidade, foi uma área pequena plantada. [...] E o meu filho foi lá conversar com ele [vereador local] saber se ele não queria arrendar ou se sabia de alguém que quisesse arrendar pedaço de terra porque a gente tinha interesse de plantar maior quantidade. Aí esse rapaz disse para ele: “mas porque arrendar terras? Entra para o movimento e dentro de três meses tu

estás com tuas terras na mão”. (Vanessa, *assentada*, entrevista concedida em 30 de junho de 2016)

\* \* \*

Nicolau – Só que assim, lá era uma área de condomínio fechado. Trabalho que é bom... não tem. Porque lá a turma do lazer e aqueles que têm casa já têm um sindicato que tem funcionários pra cuidar e coisa, tem um “mexe” lá. Aí se tu for pegar um serviço vai ser terceirizado. Se é 50 [R\$] tu vai ganhar 20. Então eu digo, bah, aquilo não está servindo para nós. (Nicolau, *assentado*, entrevista concedida em 30 de junho de 2016)

\* \* \*

Nicolau – Voltamos a falar com o vereador ele disse assim: “o Lula vai largar terra, é para nós aqui no sul. Já está sacramentado”. Só que sacramentado não é pra hoje né, é pra amanhã ou depois... Aí diz ele assim: “vão para o movimento”. “Ah, tá louco!”, me disseram... “não vai!”. Aí eu fui. Aí o filho: “se tu vai eu também vou”. A filha: “também vou”. E fomos, rapaz!

Evidencia-se com estes trechos da entrevista com Vanessa e Nicolau – os pais do grupo doméstico já no início da idade idosa – alguns dos fatores avaliados e reavaliados na decisão pelo acampamento. A família passava por um processo de decadência econômica onde havia dificuldade para que os três filhos jovens e adultos concluíssem curso superior e falta de opções para obter renda. Contudo, permaneciam com casa e terreno próprios em um condomínio. Foi aí que “fazer uma hortinha” foi uma estratégia que se mostrou formidável para garantir abastecimento familiar e demonstrou alguma possibilidade de obter renda com vendas. A escolha pelo acampamento se deu exatamente no momento em que se cogitava expandir esta estratégia por meio do arrendamento. Mas deve-se ter em conta que a decisão provavelmente não foi bem recebida frente aos círculos de relações acessados pela família, onde o aconselhamento foi para “não ir”. Nessa contramão no espaço social, seguiu-se então uma nova jornada:

Vanessa – Aí a gente entrou [no acampamento] naquela esperança de que realmente eram três meses [acampados]. E se passaram quatro anos e nada né. Mas aí eu, por um exemplo, tive uma lógica na minha cabeça de que eu já tinha aguentado tanta coisa em tanto tempo que não valeria a pena sair de mão abanando, que uma hora ia sair [um lote]. Aí fiquei. E daí então veio a terra né.

\* \* \*

Nicolau – Mas no meio do trajeto esse lá, do primeiro acampamento, inventaram uma luta na fazenda Guerra. Chegamos lá com 40 ônibus. Homem de deus! Entramos lá naquelas capoeiras brabas num frio de rachar. Eu não sabia que a coisa ia ser daquele jeito. Estava com o melhor tênis. Porque fiquei mais rico quando entrei [no acampamento] né (ironia), depois fiquei pobre de novo, se foi tudo. Chuva, barro, fogão a gás, e bujão, e roupa, e móveis, foi tudo. Nós fomos para a [fazenda] Guerra, lá acampamos, escapamos de apanhar duas ou três vezes. Enquanto isso o cara [proprietário] pede a reintegração de posse de onde a gente estava no acampamento. O que aconteceu? Uma das nossas líderes encostou uma jamanta e começou carregar. Só que meu fogão, bujão de gás e outros bichos mais,

zerou, morreu ali. Como tu vai dizer “aquele fogão é meu” “ah esse bujão é meu”? Não tem como. Aí tá, fizemos lá uma chapa de fogão e fizemos nosso fogo. Dali nós ficamos. Depois inventaram outra luta cara...

Pode-se notar que o desenrolar da escolha pelo acampamento não se apresenta como uma opção facilmente explicável e manejável nos paralelos com a trajetória narrada da família. Não havia elementos sólidos que o justificassem, como nos casos de parentesco em assentamentos ou memórias de um passado idealizado na agricultura. Pesou-se a conjuntura política favorável para os assentamentos e o período considerado curto para obter um lote frente ao receio com os *sem-terra*, a decadência econômica e a desaprovação moral. Porém, a ida para o acampamento não supôs se desfazer de todos os capitais econômicos representados pelo *sítio* e *casa*. O deslocamento não se deu com todo o grupo familiar, visto que em um primeiro momento somente pai e filho foram acampar. A ida também foi acompanhada de diversos recursos próprios para estruturar uma barraca “com tudo”. Na percepção inicial “ficou mais rico” na medida em que recebia alimentação do acampamento e não tinha maiores gastos. Contudo, a condição dinâmica dos acampamentos e das *lutas* acabou por dissolver o patrimônio material privado na lógica de posse coletiva do acampamento. A sensação foi de “ficar mais pobre” a cada *luta*. Ao contrário do primeiro caso apresentado, aqui o acampamento é um período de desestruturação, de descapitalização, de “aguentar tanta coisa”. Não foram relatadas boas lembranças desse processo. Permanecer se pareceu mais com um ato de teimosia para “não sair de mão abanando”. Ou seja, desistir seria equivalente a uma descapitalização, enquanto somente um lote de terras poderia representar um acúmulo. Aqui a terra não assume um predomínio da conotação de *luta* como pensado pelas lideranças e coordenações do *movimento*, nem de um retorno a um passado familiar rural, mas uma mistura entre perceber a terra como estratégia de reprodução econômica e a obstinação para legitimar uma decisão incomum de reconversão social, desaprovada no espaço de relações até então frequentado por aquela família.

Considerando ainda mais um caso de vivência na região metropolitana de Porto Alegre, visualiza-se uma situação onde a socialização como filhos de pequenos proprietários agricultores assumiu um tempo maior na formação dos quadros de referência acerca das estratégias de reprodução social. Neste caso, visualiza-se como se entrecruzam: a) a frustração com a monetarização da vida na transição do espaço rural desde a posição de pequeno agricultor para o urbano na condição de empregado na indústria, b) a existência de laços de parentesco com assentados e, c) as demandas da expansão do núcleo familiar. Estes elementos da trajetória de Juca e Vitória são apresentados no diálogo transcrito na sequência:

Juca – Eu sou natural do Paraná, eu e a Vitória [esposa], paranaenses. Daí com uns 15 anos de idade eu vim para a cidade de Sapiranga. Trabalhei até os 19 anos e voltei para o Paraná. Depois casei com ela e viemos embora [para Sapiranga]. Fazia uns dois anos e pouco que estava ali trabalhando e surgiu um acampamento de sem-terra lá em Nova Hartz [...] Convidaram nós para ir acampar lá, pegar um lote de terra. Eu não tinha conhecimento do acampamento, mas já tinha uns quantos parentes que já são assentados [...] Então disse para a Vitória: vamos acampar. A gente pagava aluguel lá.

Pesquisador – Estava na cidade?

Juca – É, estava na cidade, pagava aluguel, trabalhava numa fábrica de calçados em Sapiranga. E tinha esse gurizinho aí que agora tem 12 anos, quase 12. Àquela época tinha um ano e quatro meses. Aí fomos acampar. Ih! Levei as criaturas, tudo para o acampamento. Conheci as companheiradas, nós gostamos do jeito da organização né, bem organizado o negócio. Então eu disse: “acho que vai dar terra”. Meus parentes todos conseguiram terra, não tinham nada antes. A única saída para o vivente (risos). Não tinha outra.

Pesquisador – Tinha experiência na agricultura?

Juca – Eu trabalhei até meus 15 anos na roça onde morava lá, era colônia, maior parte das terras era perau sabe, só com boi para trabalhar onde morava minha mãe. Mas eu já sabia trabalhar, sabia plantar de maquininha de mão, capinar, roçar, lavrar com boi e tudo, lidar com porco, galinha, essas coisas sabia. (Juca, *assentado*, entrevista concedida em 21 de junho de 2016)

Neste relato evidencia-se uma das tendências recorrentes entre parte dos entrevistados da região metropolitana de Porto Alegre: a saída da “roça” e a chegada ainda jovem na *cidade* em busca de *emprego*. Trabalhar em área de “perau” (alta declividade) nas terras da mãe com “maquininha de mão” se mostrava como escolha inferior às expectativas urbanas. Contudo, residir na *cidade* e *pagar aluguel* – enquanto um dos elementos básicos da monetarização na vida cidadina – passou a ser visto como restrição frente ao nível de consumo de uma família em expansão. Nesse sentido, Martins (2009) considera a centralidade em estudar a *luta* pela terra como busca por local de moradia em um sentido conectado ao trabalho para o sustento da família. Terra, trabalho e moradia para a família estão fortemente conectados. O trabalho na terra para abastecimento da família acaba por evitar a monetarização da vida como tende a ocorrer na cidade. Na terra o trabalho para dinheiro é pontual e o dinheiro usado na cidade não é central, é ‘lateralidade’ (MARTINS, 2009). Vale ainda mencionar que a rede de familiares que tiveram sucesso nos acampamentos quando antes “tinham nada” se apresentou como um horizonte razoável de escolha. Sob o ponto de vista de “ter alguma coisa”, que aqui se identifica como chance de ter melhores condições de consumo e de acumulação, parecia ser a “única saída pro vivente”. Na *colônia* já sabia como *trabalhar* e não teria que *pagar aluguel*.

Desse caso de andanças rurais e urbanas para o que será agora apresentado, de Gian e Aline, visualiza-se uma socialização no espaço rural sem passagens temporárias pela cidade.

À época de ingresso em acampamentos esse casal tinha três filhos e uma filha, tendo todos eles menos de 20 anos de idade. A perspectiva de expansão do patrimônio familiar guiava as estratégias da família em um município caracterizado pela formação de *colônias* no norte do estado. O *movimento* concretizava a décadas uma ampla base desde este e outros municípios das redondezas, não sendo fato desconhecido a possibilidade de se agregar a um *acampamento* e obter um lote. No contexto deste casal, optar por acampar frente à existência de certo patrimônio familiar acumulado na *colônia* implicava em relevar um conjunto de investimentos até então realizados pela família para alcançar aquele patamar. Mesmo que tendo apenas uma área de terra considerada pequena e ainda pertencente aos avôs da família extensa, nota-se que é aplicado um cálculo do tamanho que pode gerar o nível de reprodução socialmente tido como adequado. O dilema de ir *acampar* ficava entre o risco de comprometer o manejo da área já existente durante o *tempo de acampamento* e a possibilidade de obter uma maior pelo acúmulo deste mesmo *tempo* (LOERA, 2014). Além disso, ambos se dedicavam a alguns trabalhos fora do estabelecimento rural e ali obtinham rendas não agrícolas que balanceavam o nível restringido de consumo obtido apenas na área de terra da família extensa. Aline e Gian expressam algumas questões em jogo:

Aline – [...] porque nós dois trabalhávamos fora, tinha vaca de leite e filhos pequenos, a gente não dava conta de fazer serviço, plantar e coisa, não vencia. Lavourea, filhos e trabalho fora, não tinha como. Eu ainda estudando de noite. Gian teve que parar [de trabalhar fora]. Mas para nós, depois que ele começou [a acampar], eu nunca quis que o Gian viesse acampar. Olha... eu prometia que quando saísse a terra ele vinha sozinho e eu ia ficar lá. Uma é que eu era concursada, e outra a distância. Porque lá e aqui é completamente diferente. (Aline, *assentada*, entrevista concedida em 30 de junho de 2016)

\* \* \*

Gian – Mas olha, eu, na verdade, sabe quando fui botar na cabeça de acampar? Depois de incentivar tanta gente que foi assentado, incentivei muita gente para acampar pelo MST. Depois de bastante gente assentada comecei pensar: eu que era o mais folgado estava na mesma merda. Estava pior que os caras que tinham ido acampar, tinham sido assentados né.

Pesquisador – Teus conhecidos?

Gian – Incentivava vizinho, conhecido... O cara que não tinha terra, o cara não ia ter condição de comprar, como ia manter família? [...] Então depois começamos as mobilizações de sindicatos, daí quando foi montado o primeiro MPA, que começou lá em Sarandi, onde fui pra ser assentado. (Gian, *assentado*, entrevista concedida em 30 de junho de 2016)

Na recorrência deste bloqueio para ingresso de minifundiários na *forma acampamento* é importante assinalar um ajuste na lógica de vinculação dos acampados. O modelo clássico do *movimento* seria o de *acampados fixos*, aquele aonde vai para o acampamento toda a

família e nele estabelece uma barraca como residência *fixa* até conquistar a terra. Deixa-se apenas pontualmente de residir no barraco, durante frentes de trabalho, *lutas* e visitas a familiares. *Fixo* representa o vínculo contínuo com estruturas do *movimento*, e não a estadia em um único acampamento. Na lógica do *acampado fixo* quem acumula mais mérito para ganhar um lote de terras é quem está a mais tempo acampando, o que se conta desde o dia de registro da chegada. Tal como percebido por Loera (2014) o *tempo de acampamento* se torna critério tido como justo para legitimar o ordenamento de quem fará parte de um grupo que vai para um novo assentamento, ou seja, de perceber e avaliar diferentes graus de *status* naquele espaço social.

Mas, no cenário de minifundiários demandantes de terras e da atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no RS, se insere a lógica do *acampamento rotativo*. Neste, o *acampado* geralmente possui um pequeno estabelecimento rural e não pode se dedicar permanentemente ao *acampamento* se quiser manter as dinâmicas da pequena unidade de produção familiar. Estes *acampados*, frente aos *fixos*, possuem o mesmo direito por um lote de terras na política de assentamentos rurais e também podem reivindicar uma identificação como *sem-terra* nos *acampamentos*. Dentro de uma lógica de alocação da força de trabalho e responsabilidades no grupo doméstico, quem costuma se *acampar* nesses casos são os homens, em geral pai e/ou filhos. Estes se deslocam ao acampamento por um período de 15 dias dentro de um ciclo casa-acampamento que é geralmente de 60 dias, dos quais permanecem em casa por 45<sup>86</sup>. As mulheres permanecem e conduzem as atividades do estabelecimento na ausência dos homens, sendo que eventualmente podem visitar o acampamento. Além de cada ciclo de 15 dias “fixos” no *acampamento*, os homens *do rotativo* podem ser chamados a qualquer momento para participar de uma *luta*. Quando ocorre uma fusão entre acampamentos da lógica *rotativa* com os da *fixa*, a contagem do tempo de *acampado rotativo* não se difere da soma feita pelo *acampado fixo*, ou seja, para ambos se inicia no dia em que se montou uma barraca. Porém, não raras foram as vezes no assentamento em que se ouviram *brincadeiras* e comparações sobre o grau de sofrimento distinto entre *os do rotativo* e *os do fixo*, cada qual procurando legitimar seu esforço. Estas concessões diferenciadas para os *acampados* se inserem em um contexto de diversificação dos

---

<sup>86</sup> Ou seja, nessa lógica a “casa” não é o acampamento e, como se poderia argumentar, o vínculo com o *movimento* não é *fixo* – o que gera debates sobre a legitimidade do método entre os próprios assentados, *acampados* e militantes (BRENNEISEN, 2003). Para uma abordagem que considera o acampamento como espaço pedagógico (CALDART, 2000) seria salutar um maior tempo de convivência nele, o que é retido pelo ciclo casa-acampamento.

públicos demandantes por terras e dos *movimentos* que orientam as mobilizações (ROSA, 2009; LOERA, 2014).

Portanto, o acampamento rotativo se apresentava como escolha razoável para Gian na busca por um lote de terras. Não se pode dizer o mesmo de Aline que considerava manter seu emprego em cargo público obtido via concurso e a vinculação com o lugar de origem como peso positivo para permanecer. Para Gian estava em jogo alcançar uma quantidade maior e melhor de terras para ter uma reprodução social *mais folgada*, ou seja, com maiores níveis de acumulação. Ele não quer dizer que onde estavam não teriam condições de sobreviver em condições estáveis, mas que existia um horizonte de expansão claramente disponível com o acampamento rotativo do MPA e com o sucesso de todos aqueles que ele já tinha incentivado para *se acampar*. Em outras palavras, percebia um cenário favorável de acumulação nas lutas de sua classe que o impelia a obter as mesmas conquistas.

Entre outros fatores ainda colocados em avaliação por Gian enquanto positivos para sair do lugar anterior estão antigas desavenças familiares, alta declividade das terras e grande distância da cidade; fatores que Aline rebate com desvantagens do novo lugar com terra mais fraca, maior distância dos parentes e a possibilidade perdida de já ter se aposentado no cargo público. Em síntese, ficou evidente nos diálogos com o casal que há uma disputa pela palavra final sobre ter valido ou não o esforço de se acampar e sair do local de origem. Um embate tão calculista em termos de elementos colocados na balança que não se viu nas conversas com nenhuma das outras famílias. Isso evidencia como se dá centralidade à terra e ao trabalho nela ou fora dela como estratégia de reprodução social de modo a gerar grau crescente de melhoria nos níveis de acumulação e consumo. O próprio grau de participação de Gian nas estruturas de coordenação do movimento é reavaliado durante os primeiros anos no assentamento por conta das limitações que neles percebia ao pleno desenvolvimento das atividades do lote. De uma posição de coordenação de grupo na fase de acampamentos, Gian acaba se deslocando para funções menos abrangentes até praticamente se desfazer delas no período em que se fez a entrevista.

Um último caso a ser apresentado completa o escopo delimitado nesta seção. Trata-se de outro assentado oriundo da região de *colônias novas* no estado, porém ingressante em acampamentos na situação conjugal de solteiro. Júlio era o filho mais jovem de sete em sua família. Eram possuidores de 2,5 ha de terras com alta declividade e afastadas da cidade. Desde os 14 anos foi responsável por *cuidar*, junto de sua mãe, do pai doente e de um irmão portador de necessidade especial. Nessa condição, transferiram-se para uma casa na sede municipal de modo a possibilitar um melhor *cuidado* aos familiares. Júlio obtinha recursos



monetários basicamente com os chamados *bicos* que nesse contexto significam a dedicação autônoma da força de trabalho em ocupações temporárias e geralmente informais, sejam elas agrícolas ou não. Ingressou no *movimento* depois do falecimento do pai e da ampliação da mobilização regional de novas bases *sem-terra*. Vale atentar para como avaliava suas estratégias de reprodução social naquele cenário de tensão na desvinculação familiar:

[...] E aí a partir desse momento [depois do falecimento do pai] nós sentamos na família e reunimos todo mundo. Sempre tive um sonho de voltar pra o interior né. Aí eu decidi de ir acampar. Só que daí tinha a mãe. Eu morava com a mãe e meu irmão, que tem a síndrome, aí nós decidimos na família que a mãe ia morar com minha irmã. E eu ia tentar me reorganizar na vida, ir atrás dos meus objetivos. Para mim sempre foi um sonho ter um pedaço de terra. Que a oportunidade que tinha naquele momento era esse, não tinha. (Júlio, *assentado*, entrevista concedida em 04 de julho de 2016)

\* \* \*

[...] a gente tinha já um movimento ali que eu ajudava, ajudei a fundar uma cooperativa ali em Nonoai, dos pequenos agricultores. Então tinha uma articulação né, com companheiros ali que ajudavam puxar pelo MPA. Sempre ia em algumas lutas e tal, tinha influência já nesse processo, de ajudar.

O que é representativo em termos de generalização da análise é uma posição menos autônoma do interessado em acampar dentro de sua vinculação com a família extensa enquanto tensão para a execução de objetivos pessoais. As escolhas de Júlio até aproximadamente seus 25 anos estavam estritamente vinculadas com as responsabilidades em manter melhores condições de sobrevivência para seus pais. Ou seja, as estratégias pessoais se vinculavam com a posição social relativa no interior do grupo doméstico (GARCIA JR., 1983). Em todos os casos anteriores que envolviam homens em posição dominante no grupo doméstico, foram eles que, de um ou outro modo, determinaram o momento em que se deu o ingresso em acampamentos. Sua decisão condicionou a aceitação posterior dos demais membros do grupo doméstico, o que é indicativo de assimetrias de poder entre os gêneros. Aqui o cenário é relativamente diferente já que o homem que quer acampar ocupa a posição de filho mais jovem e acaba por acatar por maior tempo a espera, tendo em conta os diferenciais de poder perante os pais e outros irmãos e irmãs. Note-se que foi pouco tempo depois do falecimento do pai que a decisão por acampar tomou força e que se “chamou toda família” para conversar e reorganizar a atribuição de responsabilidades.

À guisa de concluir a seção visualiza-se um elemento que aparece como unificador do conjunto dos *sem-terra* mobilizados nesse início da década de 2000. De certo modo há concordância com o argumento de Martins (2009), para o qual a emergência dos *sem-terra* supõe uma guinada na trajetória de múltiplos ‘descartes sociais’, ou seja, trajetórias frustradas

e desencontradas em busca de alternativa. É recorrente que a opção pelo acampamento supre algum tipo de situação-limite ou de acumulação de sentimento de privação. Porém, a própria percepção de decadência ou insatisfação com a posição social supõe que em termos de classe existem meios de ascender disponíveis, os quais são reais porque acessados pelos pares na condição de parentes, amigos e conhecidos. Especificamente no contexto que se sucede ao ano de 2002 é necessário ter em conta que a figura de Lula na Presidência representava um sinal positivo para retomada de conquistas na *luta* pela terra, esperança alimentada pelo relativo ganho das famílias atendidas no estado durante a década anterior pelas políticas dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Olívio Dutra, principalmente. As mobilizações dos *movimentos* se nutrem do aceno de retomada de condições inalcançadas, ou seja, avançam desde um horizonte de avanço concreto disponível em termos de classe social (MOORE JR., 1983). Disso surgem as mais variadas significações entre os *acampados* dentro de suas conotações ideológicas, familiares, de compadrio, as quais estruturam relações no espaço marcado pelo objetivo comum da *conquista*. Mas há que se reiterar que *acampar* não é apenas uma escolha possível ou meramente ‘banal’ dentro da classe como um todo. É uma escolha inscrita nas possibilidades que permeiam as singularidades das trajetórias sociais de certos indivíduos (WANDERLEY, 2009b). Outros indivíduos em condições similares poderiam ter optado diferentemente por conta deste componente estruturante representado pela socialização e trajetória.

Disso decorre uma segunda consideração que se refere à ‘demanda’ direta e indireta por terras. Como visto, conforme aparecem condições consideradas mais favoráveis para se “ganhar” ou “conquistar” a terra há maiores chances de optar pelo investimento pessoal ou familiar que é o acampamento. O aceno positivo no governo Lula foi um critério central que muitas famílias colocaram na balança para escolher pelo acampamento. Portanto, pode-se dizer que a demanda direta por terras tende a aumentar em governos que se mostrem favoráveis à reforma agrária. Nesse sentido, a demanda direta por terra não é determinada por uma vontade imanente em ter terras para o trabalho, mas tende a ser flexível por conta de condições conjunturais propícias em que as pessoas declinam mais pela possibilidade de ingressar em um *tempo de acampamento*. Quando as condições são desfavoráveis para que o investimento no acampamento seja realizável, tal demanda tende a ficar reprimida.

#### 4.2. “FAZER CONSENSO” OU “BATER O PÉ”: DIREITOS, AFINIDADES E DISPUTAS NA DISTRIBUIÇÃO INICIAL DOS LOTES DE TERRA

Como proposto na discussão da seção 4.1 o processo de envolvimento com o *acampamento* e o *movimento* supõe certas condições para avaliar a *luta* como escolha legítima em termos de estratégia de reprodução social. A *conquista* da terra estaria visível de algum modo para quem investiu nela e operou determinados juízos desde seus esquemas mentais de referência e dos recursos e relações catalisadores das escolhas. Nesta seção objetivam-se os processos que envolvem a transição do acampamento para o assentamento bem como os entremeios até a definição e ocupação de uma área específica no lugar *conquistado*. Esse processo supõe certa elaboração de expectativas para o novo local de reprodução dos projetos de futuro, ambiente no qual estão em disputa as ‘formas de organização inicial do assentamento’ por agentes dotados de condições diferenciadas de poder (PICCIN, 2011, p. 119). No embate com restrições e contingências decorrentes de dinâmicas próprias da política de assentamentos rurais é possível que se necessite reivindicar ou abrir mão de certas expectativas. Desse modo, Bergamasco, Blanc-Pamard, Chonchol (1997) consideram a organização interna de um assentamento rural como contínua construção social do espaço.

Considera-se que o ingresso em um *acampamento* relativamente próximo fisicamente do último local de residência ou a algum outro ponto de referência está vinculado diretamente ao ‘cálculo’ realizado para acampar. Nesse sentido, pode-se considerar que a migração para um assentamento considerado distante de tais referenciais implica em uma possível inserção em posição desprovida de recursos de poder (ROSA, 2000a). Tendo em vista o contexto frequentemente familiar e vicinal da vinculação aos acampamentos (LEITE et al., 2004) é justo ainda pensar que há uma certa tendência em requerer uma localização em assentamento que mantenha os beneficiários fisicamente próximos dessas redes de sociabilidade e dos recursos nela acionados (LOERA, 2009). Justo (2009) analisou o processo de assentamento de *moradores de rua* em São Paulo e como pesou para o sucesso de sua reprodução social nos lotes de terra a ausência das redes de assistência constituídas por pastorais da igreja na cidade. Em muitos casos preferiu-se retornar para o espaço da *rua* onde se sabia conviver minimamente com as restrições. Nesse sentido são diversos os fatores que predisõem a escolha por um acampamento próximo de um ponto seguro de referência, seja ele objetivado na forma de pequena propriedade ou residência, ou na forma de redes de relações de reciprocidade. Essa *distância*, socialmente construída – porque não se explica apenas por um ponto fisicamente fixo e depende do posicionamento de cada agente nos espaços sociais –, é

dependente dos graus de autonomia conquistados pelos grupos domésticos frente às suas famílias extensas, às antigas comunidades ou antigos postos de trabalho; bem como da estabilidade em termos de acumulação material e monetária.

A preferência por obter um lote em um assentamento que fique *perto* de onde morava é avaliada sob certa equação de *distância* que não se separa da lógica tomada para ingressar em um acampamento. Na pesquisa de campo para este trabalho evidenciou-se certo pesar na escolha por São Gabriel e Santa Margarida do Sul, tanto para os acampados da região metropolitana de Porto Alegre como os da porção norte do estado. No caso dos metropolitanos o fator mencionado circunscreveu-se mais à própria *distância* da capital do estado por conta da proximidade aos familiares lá residentes. Alguns também tinham parentes em assentamentos daquela porção do RS. Um dos casos relatou ter parentes em assentamentos nos municípios próximos a Bagé, sudoeste do estado, mas não relatou qualquer intenção de ter sido também assentado lá. Nesse sentido, a capital viria a representar maiores possibilidades marginais de emprego da força de trabalho e de acesso a circuitos de comercialização via redes de sociabilidade já conhecidas, o que vai no sentido de como Rosa (2000a) percebe o peso da internalização dos códigos sociais locais na estruturação das estratégias produtivas. No caso dos pequenos proprietários também ficou evidente a separação dos parentes e vizinhos aos quais estavam vinculados. Junto disso visualizou-se como momento decisivo o ato de *fazer mudança* definitiva para o assentamento, o que supõe o deslocamento dos membros da família que continuavam na antiga residência, os maquinários e os animais. Para ambos esses casos ficou evidente ao longo das conversas que a vinculação com o antigo local se mantém via certa regularidade da troca de visitas ou das andanças com objetivo de fazer *negócios*.

Para o momento, vale considerar que a escolha pelo assentamento em Santa Margarida do Sul foi permeada de indecisão pela localização não ideal e pelos riscos de não obtenção de novas áreas por parte do Incra. Ao invés de escolher por um lugar *distante*, alguns persistiram em acampamentos que já não eram mais prioritários para o Incra por conta de complicações no processo de aquisição. Nesse bojo de incertezas, aquela janela de possibilidades que se abriu no período de ingresso nos acampamentos via-se aos poucos se fechando. Como relatado na seção 4.1, para alguns seria importante garantir um lote e posteriormente ingressar em processos oficiais de transferência entre assentamentos para ficar mais *perto* de algo ou de alguém. Em outras palavras, o fato de ter acumulado um *tempo de acampamento* já legitimava a obtenção de um lote de terras, o que valeria como moeda de troca para uma melhor localização caso necessária. Nesse mesmo sentido, a estruturação de certas relações e de

estratégias produtivas no assentamento contrabalancearia esta possibilidade ao longo do tempo no assentamento.

Do conjunto de famílias que aportaram para o assentamento Novo Horizonte II é fato recorrente a menção distintiva de que eram os mais antigos acampados de seus acampamentos. Esse fator remete ao critério de maior *tempo de acampamento* como gerador do mérito para escolher partir em um *grupo* fechado para um assentamento específico. A partir deste critério deslocaram-se para a área do assentamento um conjunto de 86 famílias dispostas em seis diferentes *grupos*. Nesse contexto, o pertencimento a um *grupo* significa uma proximidade em termos de laços formados a partir de um mesmo acampamento de onde são provenientes. Porém, um grupo envolve agentes que acionam distintas significações e estratégias como referido na seção 4.1 sobre o processo de ingressar e permanecer no acampamento, além dos próprios processos que os diferenciam internamente e definem seus *status* (LOERA, 2014). Ou seja, pertencer a um mesmo *grupo* de chegada no assentamento não garante que as pessoas tenham ou que mantenham um alto grau de coesão, mas que se conhecem e possuem certos vínculos mais ou menos fortes entre si.

Sem adentrar em maior grau de especificação acerca dos *grupos*<sup>87</sup> pode-se caracterizá-los do seguinte modo: a) um grupo de famílias vinculadas primeiramente ao MPA, oriundos das proximidades de Palmeira das Missões, e depois agregadas em acampamentos do norte do estado, na *área-símbolo* próxima de Sarandi, junto de famílias vinculadas ao MST; b) um grupo de famílias vinculadas ao MST e oriundas da região norte do estado, tendo passado a maior parte do tempo na *área-símbolo* de Sarandi; c) dois grupos de famílias vinculadas ao MST e oriundas das proximidades de Porto Alegre, acampadas majoritariamente na *área-símbolo* próximo da metrópole ou na de São Gabriel; d) dois grupos de famílias vinculadas ao MST e oriundas de municípios mais relacionados ao Oeste e Noroeste do estado, tendo se mobilizado pela *área-símbolo* de São Gabriel. Vale considerar que as famílias vinculadas a diferentes *movimentos* que se uniram em acampamentos agregados não costumam fazer distinção disso quando se referem ao *tempo de acampamento*, espaço que preferem dizer que era dos *sem-terra* como um todo. Tal distinção apareceu mais frequentemente dissimulada em *brincadeiras* como se mencionou na 4.1. Provavelmente esta foi uma abordagem construída pelas lideranças no sentido de garantir a expansão do acampamento e ao mesmo tempo garantir sua coesão. O fato de ter parecido ocorrer apenas no Norte do estado também pode ser fator facilitador da agregação e identificação entre acampados em processos de

---

<sup>87</sup> Para uma aproximação sobre as consequências da noção de *grupo* constituída em acampamentos e assentamentos rurais da região metropolitana de Porto Alegre na década de 1990 consultar Rosa (2000b).

socialização similares. A categorização acima relacionada entre *grupos* de famílias quanto à região dos acampamentos e *áreas-símbolo* não significa que as mesmas famílias nunca estiveram participando de *lutas* conjuntamente, fato que muitas vezes só vêm a ficar sabendo quando contam sobre os *causos* do acampamento já depois de assentados – durante as entrevistas e conversas isso ocorreu mais de uma vez.

Mas o motivo que justificou a escolha de todos esses grupos para com a área em Santa Margarida do Sul, ao invés das áreas em São Gabriel, é relativamente comum entre os entrevistados: *distância*. Apenas algumas lideranças de alguns desses grupos tiveram a possibilidade de visitar a área antes de optar por ela. A grande maioria só teve indícios a partir de fotografias e mapas apresentadas por representantes do Incra. Algumas declarações expressam a escolha e a noção de *distância* acionada:

O INCRA foi lá no acampamento e mostrou as áreas de terra. Eu era dos mais velhos já acampados, eu escolhi minha área, queria a de Santa Margarida, falei pra eles. Mas nem tinha conhecimento [sobre o lugar], só pelo mapa, sabe, mostrou a localização, ficava perto da faixa [rodovia federal]. O assentamento fazia divisa com a vila [sede municipal]. (Gian, *assentado*; entrevista concedida em 30 de junho de 2016).

\* \* \*

Na época teve vários assentamentos, a gente [família] foi ficando, ainda meio em dúvida, depois saiu essas [áreas] aqui [São Gabriel]. Por tempo de acampamento eu era das [pessoas] mais velhas e tinha só que escolher o lugar. Aí que deu indecisão um pouco, mas decidi aqui, das áreas que tinha. Qualquer outro lugar que escolhesse poderia ir. Aquela época tinha [nos municípios de] Três Pinheiros e Voçoroca. Até me arrependi um pouco de não ir a Três Pinheiros, por causa da distância, perto de Passo Fundo, mas bem distanciado o lugar né. Eu sempre visualizava ser perto da cidade, a gente com bastante criança... (Hermes, *assentado*; entrevista concedida em 24 de junho de 2016).

Em ambos os casos supracitados observa-se a referência ao *tempo de acampamento* frente ao direito de escolha pelo lugar de assentamento. Revela-se, por um lado, a incógnita para escolher um local onde vai se estabelecer sem conhecê-lo previamente, fazendo-o apenas por meio de mapas e informações indiretas. Em um dos casos emerge a dúvida perante outras áreas disponíveis, que ficavam menos *distantes* do lugar de origem de Hermes, por exemplo. Porém, mesmo mais *perto* da família, o fato de o lugar em que seria o lote de terras ser *bem distanciado* da cidade pesou para escolher pela proximidade encontrada em Santa Margarida do Sul. A *distância* percebida entre assentamento e serviços públicos como o de saúde demonstra uma dinâmica de complementaridade entre os meios ofertados nas sedes municipais e a reprodução de espaços de vida no âmbito rural (WANDERLEY, 2009a). Logo,

os *acampados* têm consciência de que a redução desta distância relativa pode depender significativamente de uma *boa* localização.

Vale ainda mencionar os limites operacionais ao Inca no sentido de bloqueios para acolher as reivindicações de *boa localização* mencionadas pelos beneficiários. Não há uma lógica perversa do Inca na destinação de lotes de terra, mas as contingências próprias do lugar assumido pela política agrária no bojo das políticas do Estado. Nesse sentido Rocha, Zanella e Cruz (2015) analisam que o tamanho dos lotes destinados às famílias em cada região está vinculado com uma cota máxima fixada em lei para o valor monetário a ser despendido com cada beneficiário. Na prática este regramento tende a direcionar a aquisição de áreas com menor valor e piores localizações. Neste quadro de precarização das áreas adquiridas, os autores ainda comentam os efeitos do aumento do preço da terra na região estancieira por conta do emergente cultivo de cereais. Em outros termos, o que está por detrás da efetivação de assentamentos com *boa localização* é a própria lógica implícita do Estado acerca da política agrária. Se os assentamentos são conjecturados enquanto ‘política social’ não cabe necessariamente uma discussão do tamanho e localização dos lotes, mas a simples disponibilização de áreas conforme a demanda. Por outro lado, se pensados no bojo de uma ‘política econômica’, tais elementos estariam na centralidade para uma discussão de viabilidade econômica das famílias no campo produtivo.

Passado algum tempo depois de os *sem-terra* estabelecerem-se no assentamento, localizados em barracos próximos da antiga sede da fazenda, representantes do Inca apresentaram a informação de que a distribuição de área entre 86 beneficiários restringiria o tamanho dos lotes para um tamanho médio de 12 hectares de área agrícola útil<sup>88</sup>. Para ter uma superfície útil maior por lote seria necessário que algumas famílias abrissem mão da área nesse assentamento. Algumas avaliaram seriamente esta possibilidade, principalmente as que, à procura de porções maiores, deixaram para trás áreas com menos de 10 ha pertencentes a seus pais. A área oferecida para esses foi aquela localizada a mais de 60 km de distância da cidade de São Gabriel, com oferta de lotes maiores em terras melhores. Nenhum dos 86 beneficiários optou por deixar esse assentamento considerado de melhor localização, permanecendo com um lote relativamente pequeno como preço pela *boa distância*.

Das discussões recorrentes entre os envolvidos na organização interna de assentamentos rurais se encontra a definição do tipo de exploração das terras, sendo colocadas geralmente em oposição as vias *coletiva* e *individual*. A opção *coletiva*, em seus diferentes

---

<sup>88</sup> Um cálculo que considera descontadas as áreas de preservação permanente e estradas vicinais.

graus, costuma ser apoiada e incentivada pelo *movimento* e pelos órgãos estatais em termos de formas modelares para os assentamentos (ZIMMERMANN, 1994). Especialmente durante a década de 1990, materializava-se nas chamadas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) onde uma porção de terras ou todo o assentamento era gerenciado coletivamente por certo grupo de famílias. Nesse modelo costuma-se definir certa estrutura organizativa que define as ocupações dos membros, as formas de remuneração, entre outros, onde uma das críticas de seus envolvidos é o grau de restrições sobre as vontades individuais (SANTALUCIA; HEGEDEUS, 2005). Um aspecto marcante é a forma de moradia nas chamadas *agrovilas*, onde se organizam ruas para as residências que ficam próximas das principais infraestruturas de trabalho do grupo coletivo. Neste assentamento não ocorreu experiência do tipo CPA em nenhum momento desde sua implementação, o que é importante frisar já que em certos casos essas estruturas são móveis no tempo em termos de sua abrangência e funcionamento, surgindo ou se desfazendo.

Já na opção *individual*, aquela onde cada família tem seu lote e residência no mesmo, uma das tendências é afirmar que têm maior grau de autonomia frente ao *movimento* para decidir as estratégias produtivas e ocupação da força de trabalho do grupo doméstico (ROSA, 2000b; SANTALUCIA; HEGEDEUS, 2005; FACCIN, 2016). Diversos são os fatores que podem ter gerado a ausência de níveis elevados de coletivização no presente assentamento. Um deles seria a redução de importância desse tipo de estratégia entre as principais linhas apoiadas pelo *movimento*, o qual passou a se balizar mais por *eixos produtivos* e produção de alimentos saudáveis em detrimento da coletivização das terras e verticalização da produção (tendência citada em entrevista). Foi também mencionado que o próprio Incra teria apresentado uma primeira proposta de mapa de distribuição dos lotes sem levar em conta uma possibilidade de coletivização. Com base nessa primeira proposta, muitas das famílias oriundas da metrópole teriam defendido a opção *individual* e, se referindo às *agrovilas*, teriam afirmado que “não deixaram de morar em uma *vila* para ir morar em outra *vila*”. Além disso, se considerado o meticuloso cálculo dos pequenos proprietários anteriormente referidos, o qual decretou a saída de seu anterior estabelecimento em busca de um maior e próprio, a opção *coletiva* veio a perder outro flanco de apoio. Isso não quer dizer que a possibilidade *coletiva* foi desde sempre recusada, mas que enfrentou resistências em certas partes e aberturas em outras – como se verá no caso da ocupação das áreas de *várzea* do assentamento.

Pelo seu longo *tempo de acampamento*, passando de três anos até um caso de oito anos, essas seriam as famílias que, segundo a lógica da ‘pedagogia do movimento’, teriam acumulado o maior grau de consciência e referenciais para romper com a lógica hegemônica



capitalista (CALDART, 2000), ou que, segundo uma abordagem mais crítica à centralização da mediação social no *movimento*, teriam passado pelo maior tempo de privações e subalternização em uma ‘pedagogia da resignação’ (BRENNEISEN, 2003). Se consideradas as lógicas construídas para refutar um empreendimento coletivo no início do assentamento, ambas as abordagens, da ‘consciência’ e do ‘sofrimento’, não permitem estabelecer um parâmetro exato com o que foi decidido pelas diferentes famílias. Não necessariamente que famílias descapitalizadas monetariamente desde o ingresso nos acampamentos aceitaram de modo resignado uma proposta coletiva. Famílias envolvidas com posições de coordenação nos acampamentos nem sempre assumiram posições diretamente favoráveis a abordagens coletivas. Portanto, se torna incompleto transpor as lógicas que informaram esforços coletivos no acampamento ou que representaram regras de imposição de modo que ambas determinem as formas de estabelecer a reprodução social no assentamento.

Tendo em conta a tendência crescente de consolidação do formato de ocupação *individual* dos lotes nesse assentamento, sucedeu-se uma dinâmica de contingências de interesses pela apropriação de elementos constitutivos das diferentes localizações no assentamento. Pode-se caracterizar o imbricado processo de conformação das localizações entre elementos “objetivos” do local a ser ocupado e “relativos” conforme a localização de uns influencia a dos outros. Por elementos “objetivos” se considera a diferença entre áreas *secas* ou *coxilhas* e as de *várzea* ou *banhado*; a distância de estradas, da sede municipal ou *vila*; a existência de fonte de água, de benfeitorias (casas antigas ou *taperas*), de cercas e de canais para irrigação. Por elementos “relativos” se considera a distância que certos beneficiários mantiveram perante outros ou da própria *vila*. Apesar de perfazerem características sobrepostas, os elementos relativos são mais dependentes da posição relacional enquanto *assentados* do que exatamente os elementos objetivos do lote.

Nesse sentido, as aversões dos antigos moradores frente aos *sem-terra* não exerceram proporções significativas de contingência nas decisões das famílias assentadas perante escolher uma localização mais ou menos próxima da *vila*. Ou seja, apesar de certo estranhamento entre os grupos, tal cisão não chegou ao ponto de pesar negativamente na escolha dos assentados por um lote *perto da vila*.

O emaranhado de *grupos* oriundo de diversos acampamentos estabeleceu entre si uma forma de organização baseada nas *coordenações dos grupos* e em uma *coordenação geral* estabelecida no e para o *assentamento*. A intenção geral dessas coordenações era de mediar um processo de negociação sobre as localizações e atributos dos lotes de cada grupo de modo a se estabelecer uma decisão final chamada *consenso*. Um dos *coordenadores* de *grupo* na

época comenta sobre as dificuldades em alcançar o *consenso* e as estratégias acionadas para tanto:

[...] a cartada final assim, que foi para o pessoal conseguir se ajustar, foi um dia que nós chamamos [liderança estadual do *movimento*] [...]. Aí ele disse: seguinte, olha, vocês têm que se ajeitar aí dentro. Se vocês não conseguirem chegar a um consenso – e consenso era assim, todo mundo nos lotes definidos pra poder liberar crédito – nós vamos pegar e fazer uma ata com as famílias que já estão nos lotes e vamos encaminhar. Vocês vão ficando para trás, até conseguir... (Estevam, *assentado*; entrevista concedida em 02 de julho de 2016)

O ideal do *consenso* era o de que se chegaria a uma decisão comum sobre as características de lotes sonhadas e alcançadas pelas famílias, onde todos ficariam estabelecidos satisfatoriamente. Porém, indícios informam que esta estrutura enfrentava tensões na medida em que certas famílias se legitimavam enquanto portadores do *tempo de acampamento* como um *direito* para se estabelecer em um lote sem aguardar todas as discussões que gerariam o *consenso*. Foram mais de seis meses investidos nesse processo de negociação, onde certos beneficiários descontentes com seus rumos optaram por *bater o pé* e definir por si mesmos um lote a ser assumido. Em uma das entrevistas, dois assentados oriundos do norte do RS refletiam sobre a negociação inicial dos lotes:

Agenor – Mas eu me borrei. Se soubesse eu tinha... a hora que eu desembarcava já ia para cima de um lote que eu achava bom. Ficava em cima e ninguém tirava, eu tinha direito.

Ândrio – Não tiram não. A [fulana] que logrou. Tinha que ser o grupo inteiro. A [fulana] não queria mais o grupo, não queria acompanhar. Ela queria ir para cima do lote e: “aqui é meu, perto da cidade”. Ninguém tira.

Agenor – Não precisa grupo, eu tenho direito, ninguém pode tirar. (Agenor e Ândrio, *assentados*; entrevista concedida em 24 de junho de 2016)

As reclamações de Agenor e Ândrio expressam certas tensões entre a acumulação privada do *tempo de acampamento* enquanto *direito* frente às negociações forjadas *no grupo* sobre uma distribuição de lotes *individuais*. Se descontentam pelo fato do consenso não ter valido para todos. Ou seja, se alguém que era de um mesmo grupo e teve um mesmo tempo de acampamento “logrou” os demais, estava por terra o *consenso* enquanto premissa de igualdade. Tensões como estas que acionaram a vinda de uma liderança estadual do *movimento* para pressionar uma decisão final. Os dois elementos mais disputados no processo de distribuição dos lotes foram os domínios de terras *do seco* e *da várzea*, bem como as terras mais próximas da *vila*. As primeiras duas declarações a seguir são de assentados, ex minifundiários no norte do RS, oriundos pelo grupo do MPA. A terceira é de um casal de

descendentes de agricultores, sendo ele do norte do estado e ela das proximidades de Porto Alegre. A última é de um assentado do grupo do MST do norte do RS, sendo que ele ocupava posição de coordenação do assentamento na fase de divisão dos lotes. Visualizam-se certas distinções de grupos e de interesses quanto às características tidas como centrais dos lotes:

Nós [grupo do MPA] temos 4 ha lá em baixo, de várzea, cada um de nós tem. Porque eu não tava aqui, tava meu piá aqui. Na época quando foi para partilhar os lotes, dividir, todos queriam aqui em cima, na verdade, aqui perto da vila. Aí os do MPA inventaram de fazer uma proposta de pegar 8 ha aqui e 4 ha lá na várzea. Os que pegavam lá [coxilha] pegavam tudo [junto], os 12 ha lá. E eles [os demais grupos] aceitaram. E depois estavam querendo voltar atrás, não estavam querendo ficar lá. Eu não... Se fosse ficar lá em baixo, eu não ficava. (Norberto, *assentado*, entrevista concedida em 23 de junho de 2016)

\* \* \*

Nós aqui [MPA] tinha um quadro aqui [*no seco*], aí tava mais um pessoal ali em cima [do MPA], o [fulano] e [cicrano] que tinham sido filho de assentado. E como todo mundo queria [várzea], diz que o arroz dava 300 a 400 sacos por hectare, a pi lazada começou pensar: então vamos pegar uma área que tem parte de arroz também, pode ser uma fonte de renda que podemos equilibrar. Só que não sabiam como é que se produzia arroz. Porque que ali, olha, o [grupo do MST do norte do RS], ficaram só com arroz. Tu vê, botaram só um hectare ou dois do lado para a casa e comida do dia a dia. Tem hora que não dá... aí o pessoal que veio de Porto Alegre, eles se alocaram na *coxilha*, não queriam área de arroz. Deu muita discussão né, até que conseguiram, o Incra fez um desenho de mapa e foram desenhando. (Gian, *assentado*, entrevista concedida em 30 de junho de 2016)

\* \* \*

Cléidio – Nós [grupo MST de Porto Alegre] preferíamos o seco. Estava se criando atrito entre eles da várzea. Um queria, outro queria, outro queria. Eu disse para a esposa: vamos pegar o lote inteiro só seco.

Frida – Nós decidimos no nosso grupo de pegar seco, aí os outros das 80 lá também pegaram inteiro [seco].

Cléidio – A turma das outras regiões já queria terra para arroz. Tiveram que dividir um pouco a parte seca para pegar para todos né, chegar numa conclusão. Bastante gente também queria aquela beira de estrada lá em cima, perto da cidade. Mas conseguimos nos acertar. (Hermes e Frida, *assentados*; entrevista concedida em 24 de junho de 2016)

\* \* \*

Então nós tivemos um pouco de dificuldade de envolvimento, de como que se dominava o banhado, naquele período, todos muito crus. Então nós buscamos apoio de fora com os companheiros que já tinham um pouco de conhecimento e tal, para também nos ajudar a definir: bom, é esse o rumo, quem quer eu acho que tem que entrar na discussão da divisão dos lotes... Um pouco nos orientou a decidir essa questão dos grupos, de quem assumiria a várzea [...] (Júlio, *assentado*, entrevista concedida em 04 de julho de 2016)

De um modo geral, quando se projetou os lotes foi visado que a utilização das áreas de várzea se daria com o cultivo de arroz. Portanto, o que definia o interesse por uma várzea se conectava intrinsecamente com a possibilidade de desenvolver a estratégia produtiva do arroz.

Não querer plantar arroz era o motivo que mais representava uma repulsa pelas áreas de *banhado*. Desde os relatos ouvidos se pode afirmar que nenhum dos assentados que vieram de acampamentos tiveram qualquer contato anterior com o cultivo de arroz em áreas de várzea. Por um lado, o que motivou iniciar com o arroz foi o contato com antigos moradores, entre eles os ex-arrendatários e peões que se tornaram assentados, os quais teriam estimulado os *sem-terra* a plantarem arroz e trocado informações sobre o manejo. Por outro lado é necessário considerar a magnitude que o *eixo produtivo* do arroz orgânico já assumia nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre e nas cooperativas do MST. Sabia-se que certo volume de apoio viria dos *companheiros* de modo a estruturar a produção orgânica nos novos assentamentos. Notavelmente a produção de arroz orgânico é reconhecida no âmbito dos assentamentos rurais como potencialmente formadora de projetos coletivos de uso da terra e emprego do trabalho (PREISS; SOGLIO; KUBO, 2014). Nesse sentido deve-se considerar que a escolha de um grupo por áreas predominantemente de várzea estava conectada com as possibilidades de estabelecer uma produção de base ecológica e cooperativa. Mesmo em terras que fossem *individuais* se poderia ali estabelecer uma produção *coletiva* que seria bem vista pelo *movimento*.

Mas pode-se notar que não foi apenas no sentido de formar projetos coletivos vinculados ao MST que se dividiram as terras de várzea. Aqueles que assumiriam de modo mais contundente as estratégias pensadas para o *banhado* tiveram em seus lotes uma proporção maior de áreas de várzea, o que chegou a passar de dois terços do lote. Aqueles que tiveram uma porção menor de *várzea*, geralmente de um terço do lote, fizeram essa escolha tanto no sentido de ter uma forma complementar de produção como para poder ter o privilégio de se localizar mais próximos da *vila*. Pelo que foi relatado na pesquisa de campo, os primeiros que assim se posicionaram foram os membros do grupo do MPA e alguns de um dos grupos do MST de Porto Alegre, os quais preferiram as áreas mais próximas da sede municipal. Nesse caso, ocupar áreas secas e nesta localização não permitia alocar tantos lotes em um mesmo espaço delimitado como *perto da vila*. Para tanto, foi proposto que estes pretendentes ficassem com um lote dividido entre *área seca* e *área de várzea*, o que permitia que mais parcelas fossem alocadas perto da sede municipal, sendo, de certo modo, este fracionamento do lote relativo ao custo por uma *boa* localização. Porém, a estratégia do fracionamento passou a ser vista como válida por porções cada vez maiores de assentados, o que se tornou um dos principais motivos pelo qual foi necessário apressar o *consenso*.

O grupo de Porto Alegre que ficou lotado predominantemente em áreas *secas* se posicionou assim por conta de ficar em uma localização intermediária no assentamento em

termos de distância da *vila*. Metade desse grupo (quatro famílias) optou por ocupar uma área conhecida como *as 80*, assim chamada por conta de ser uma fração de 80 ha que está isolada do restante do imóvel adquirido pelo Incra. Estas quatro famílias perfazem uma característica das famílias que vieram a ser conhecidas como *afastadas*. Alfredo reside com sua esposa e filho em um desses lotes, vizinho por um lado do lote dos pais e de outro por uma família de amigos. Ele explica como funciona a relação com o restante do assentamento:

[...] aqui estamos meio por fora sabe, porque na verdade – não tem nada a ver né, deixa gravar, não é nada –, mas muitas vezes sai coisa lá e eles não informam, não sei o que é, mas as vezes eles informam e o cara não pode ir. Igual agora o seu [fulano assentado] disse que tem uma assembleia às 14h. Eu não sei sobre o que é, com a Coptec parece. Eu disse “bah chê, nem estava sabendo”. Na semana que vem, dia 27, eu já marquei com o [técnico] da Coptec para irmos ali no [vizinho] fazer reunião sobre uma palestra, queria ver uns temas para fazer uns trabalhos, vai ser carrapato. Não sei qual que é a ideia dele, porque até eles têm nós assim ali como, mais afastado né. Aí quando dá, lá na sede eles fazem uma coisa e outra que o pessoal está mais próximo, mas nós aqui não, não ficamos sabendo muita coisa. Até eu que ligo, ligo para o [técnico], ligava para a [técnica], quando ia a São Gabriel. Só que nós também nos afastamos um pouco, não podemos culpar que eles não liguem porque nós também nos afastamos. Quando dá reunião lá as vezes não posso ir. Aí dá uma, dá duas, tu perde. O pessoal já fica meio “ah, então não quer vir”. Às vezes não é que o cara não quer, tu não pode. Então eu não culpo, de dizer assim que “ah, os caras não chamam nós”. Não. As vezes eles ligam, mas aí tu não pode ir. Então não tem, conforme dá o cara vai.

Por conta de sua localização em extremidades do espaço físico do assentamento, associadas ao predomínio dos relacionamentos em redes de sociabilidade relativamente fechadas e balizadas pela amizade ou parentesco, as famílias conhecidas como *afastadas* tendem a se isentar de muitos dos espaços de decisão ainda existentes no assentamento, como as assembleias. Isso não quer dizer que não existam outros casos de redes de relações baseadas nesses critérios, mas que nesses casos a reduzida frequência de encontros com essas famílias nos espaços tidos como comuns do assentamento acabou por gerar um sentimento de *afastamento*. Uma das possíveis explicações para esta tendência de afastamento, tanto das relações como no espaço físico, é que para estas famílias está em jogo de modo preponderante buscar estratégias próprias para a reprodução social, independentemente dos recursos disponíveis através das estruturas do *assentamento*. Isso vai no sentido do que Alfredo menciona, que “as vezes tu não pode ir”. Apesar de se sentir relativamente alijado dos recursos que mesmo a prestação de assessoria técnica no assentamento poderia oferecer, não faz tanta questão de reclamar das pessoas que praticam o serviço, mas de relacionar suas prioridades próprias de “ter se afastado”. Nas *80* as famílias ficaram posicionadas a uma

distância de aproximadamente 4,5 km da sede do assentamento. O ponto de referência para estas famílias é a localidade Santa Margarida que conta com uma pequena sede comunitária onde residem diversas famílias, em que se localiza a sede da cooperativa de produção leiteira, a única escola de ensino médio do município, uma igreja e um salão comunitário, além do acesso a outros bens e serviços. Portanto, tais famílias estabelecem uma dinâmica de exercício de suas estratégias de reprodução social um tanto autônomas perante outras beneficiárias do assentamento.

Tendo em conta que as localizações geralmente seguiam um padrão conforme decisão grupal, visualiza-se que é nessa decisão abrangente de todo um grupo que se revelam algumas tensões internas. Isso quer dizer que certos beneficiários foram mais ou menos impelidos a seguir as decisões grupais dentro dos espaços de decisão da estrutura organizativa que se formavam de modo tênue no assentamento. O caso de Luzia, membro do *grupo* do MST que foi acampado no norte do estado, com trajetória de *meeira* e chegando ao assentamento com pequenos filhos, demonstra os graus limitados de decisão de certas posições internas:

Luzia – [...] nós [grupo], chegamos aqui, nós queríamos entre três lugares. Lá numa sede velha que tem lá em cima. Lá onde plantamos milho a primeira vez. E a segunda chance era aqui nos banhados. Eu me arrependo à morte de pegar esses banhados. O que eu queria com banhado? É que não tinha como ir olhar, tinha as crianças pequenas.

Com esta declaração de Luiza pode-se perceber, por um lado, que as decisões internas dos grupos acerca de locais prioritários para se estabelecer passavam por diferentes elementos de escolha em negociação: uma “sede velha”, uma área já cultivada, os *banhados*. Por outro lado, sua posição em menor condição de exercer poder de escolha acabou por condicionar o estabelecimento em um lugar distante do idealizado. O arrependimento se desenha como algo posterior, já que na impossibilidade de “ir olhar” provavelmente optou pelo lugar com base nas possibilidades em aberto da estratégia de produzir arroz no *grupo*. Nesse sentido, o que se pretende demonstrar com este exemplo são assimetrias de poder internamento aos *grupos* e as condições diferenciadas de exercer a condição de escolha na realização de projeções enquanto *assentados*. Em outras palavras, o ideal de *consenso* na definição das localizações das famílias assentadas também é dependente de condições objetivas para o exercício de posições de poder.

Com as análises desta seção pode-se inferir que o acampamento se apresenta como um período que tende a provocar certas ressignificações nos quadros de referências internalizados pelas famílias para avaliar seus investimentos na *luta*, além de constituir certas adesões e

afastamentos por onde os referenciais de *luta* se misturam com as relações de troca das redes de sociabilidade. Por um lado, deve-se ter em conta que o *tempo de acampamento* se converte em um dos principais critérios assumidos para se legitimar enquanto beneficiário de um lote de terras. Ou seja, é uma acumulação privada e objetiva, que só pode ser acionada por quem a vivenciou. Este tempo se configura não somente em “consciência” ou “sofrimento”, mas em um capital simbólico que pode ser acionado para legitimar certas decisões como a de *ocupar* um lote para garanti-lo sem passar por um *consenso*. Por outro lado, as vinculações que se constroem no *tempo de acampamento* são significativas perante o formato das ações assumidas nos lotes. As probabilidades de se assumir uma posição mais relacionada com a continuação da *luta do movimento*, enquanto assentados, ou de se fazer praticamente independente dela, também depende do quanto ainda se sentem vinculados em função de elementos não puramente ideológicos e políticos.





## 5. DE SEM-TERRA A ASSENTADOS: DISPOSIÇÕES SOCIAIS, QUALIFICAÇÕES E DISTINÇÕES NA RECONFIGURAÇÃO DAS POSIÇÕES SOCIAIS NO ASSENTAMENTO E NO MUNICÍPIO

Neste capítulo discute-se como a posição dos denominados *sem-terra* se reconfigura paulatinamente e diferenciadamente conforme seu reconhecimento se desloca para a categoria de designação *assentados*. A categoria *sem-terra* não deixa de existir enquanto alinha estereotipada que lança estigmas sobre os beneficiários da política de assentamentos rurais oriundos dos *acampamentos*. Acontece que ela não se torna mais a única nem a mais adequada forma de nomeação conforme operam redimensionamentos nos diferenciais de poderes entre *assentados* e *municípios*. Nisso, admite-se a hipótese de que na condição de *assentados* o estigma de *sem-terra* pesa diferentemente sobre os beneficiários do assentamento. Conforme se atualizam as relações entre novos e antigos moradores – não somente aquelas mediadas pelos embates no campo dos conflitos agrários – estabelecem-se novas coordenadas para avaliar afinidades e aversões. Em outras palavras, certos *sem-terra* se tornam “menos *outsiders*”, ou seja, em um novo patamar passam a comungar de relações e recursos concentrados por aqueles que constituem os enfeixamentos de relações do *establishment*.

Em síntese, o que se analisa neste capítulo são os elementos que conferem legitimidade à figura de assentados tendo em conta as especificidades que compõem o *assentamento* e o *município* enquanto espaços sociais com relativa autonomia. Em boa parte do capítulo a atenção se volta aos elementos estruturantes das diferenças no espaço do assentamento. Ao final, demonstra-se como estes múltiplos condicionamentos tendem a demarcar distinções não somente no assentamento, mas nas interações com os *municípios* praticamente como um todo. Desse modo, a condição oficial de assentado está longe de homogeneizar as possibilidades de posicionamento dos beneficiários “dentro” e “fora” do assentamento.

O capítulo subdivide-se em duas seções. Na primeira parte a atenção é voltada para compreender as formas como os *assentados* qualificam as suas estratégias e as de seus pares no trabalho fora e dentro do lote, em sintonia com a aferição de diferentes graus de legitimidade. Tais avaliações trazem de modo implícito uma distribuição objetiva e subjetiva de capitais no espaço social, o que estrutura os assentados dentro de um sistema simbólico de posições e poderes (BOURDIEU, 1989). Por fim, na quarta seção, visualiza-se sob a lógica de *municípios* como a categoria assentados constitui significação polissêmica em termos de

impossibilidade para definir o conjunto dos agentes sociais que ocupam posições no assentamento. Apresenta-se a tendência de uma nova demarcação de posições dos *assentados*, onde determinados estigmas de *sem-terra* e *pobreza* marcam posições de inferioridade e afastamento e que a ativação de certas estratégias produtivas e configurações estéticas no lote de terras é geradora de maiores graus de legitimidade.

### 5.1. FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO NA CONDIÇÃO DE ASSENTADOS

A análise do *assentamento* enquanto *espaço social* requer que seja identificada a distribuição de recursos que estrutura as posições sociais em jogo. Os agentes são percebidos enquanto possuidores de determinados volumes e composições de capitais<sup>89</sup> que acabam por condicionar as possibilidades de ocupar posições de poder no espaço social. Compreender os espaços sociais está relacionado, portanto, com a análise das posições sociais que estruturam estes espaços na relação com os pontos de vista produzidos neles pelos agentes.

Para analisar as representações construídas por determinadas famílias sobre outras, objetivam-se tanto as relações quanto as posições de ambas, de modo a perceber como são estruturadas objetiva e subjetivamente pela distribuição de recursos. Portanto, faz parte do esforço do estudo entender a que volume e estrutura de capital é atribuído juízo de valor positivo ou negativo pelos agentes. Nesse sentido, opera-se certa demarcação de um espaço social cujos limites são construídos pelo pesquisador. Por um lado, há certa confluência em torno do espaço social fisicamente apropriado (BOURDIEU, 2013) que é o *assentamento*, no qual o conjunto de agentes têm referência espacial e de um processo que constituiu tal área. O assentamento demarca a consideração de determinada “história” das famílias e do território. Nele se estabelecem certos modos de agir legitimados pela política de assentamentos rurais, pelo *movimento*, entre os próprios assentados e pelos observadores “externos” ao assentamento. Por outro lado, o processo de diferenciação interna e de autonomização de certos grupos de famílias tende a redimensionar os capitais considerados em cada um desses espaços. Porém, esse redimensionamento não quer dizer que os agentes deixam de ocupar posição no espaço social assentamento, mas que as formas de se apropriar de determinados

---

<sup>89</sup> A noção de *capital* acionada por Bourdieu não se restringe ao entendimento de *capital* econômico. No andar da presente seção do trabalho, o uso das palavras *recurso* e *propriedade* será feito de modo análogo ao de *capital*.

capitas distribuídos nesse espaço as levam a um ajustamento à posição que passam a assumir no espaço de posições e lutas simbólicas.

Apesar das diversas origens e vivências das famílias assentadas se amalgamarem na diversidade das “realidades da reforma agrária” – termo mencionado por algumas famílias – as formas de avaliar algo positivo ou negativo são relativamente compartilhadas. Como menciona Comerford (2014) quando estuda o ‘universo das conversas’ em configurações sociais tidas como ‘localidades’ rurais, nota-se que além de qualificações sobre si e sobre os outros, também existem menções a um círculo mais próximo de sociabilidades, do qual se faz um ‘nós’. Para o autor, não existiria necessariamente um ‘falar dos outros’ sem um ‘falar de si’. Ambos estariam implicados em uma espécie de ‘mapeamento’ do espaço social, onde constantemente se (re) avaliam ‘proximidades e distâncias, identidades e alteridades relativas’ (p. 10). Nessa mesma linha, o que produz a ‘localidade’, em nosso caso o *assentamento*, são as vinculações significativas operadas pelas menções aos agentes no trabalho de ‘mapeamento’ próprio das conversas. Para o caso aqui em evidência, o de ser *assentado*, se prevê a condição de ser alvo de determinadas qualificações e também de produzi-las, de senti-las e de internalizá-las ao longo do tempo, seja como vergonha por estigma, seja de valorização e orgulho, seja de contraestigmatização; processos que implicam na demarcação de grupos.

Na medida em que se fizeram as idas e vindas da pesquisa de campo objetivaram-se algumas formas mais ou menos constantes com as quais os agentes faziam menção a si e aos outros. Destacam-se as palavras *militante*, *colono*, *da cidade* ou *urbano*, *afastado* e *sem vontade*. Estas designações se mostraram como não fechadas em si mesmas em um sentido determinado. Representam condições, condicionamentos, disposições e práticas semelhantes ou diferentes vivenciados por certos agrupamentos de agentes que, por conta de certas propriedades também semelhantes, assumem posição similar no espaço social. Procurou-se identificar quais seriam as propriedades dispostas nesse espaço social e como estruturam cada uma das posições demarcadas pelas designações. Na medida em que determinada distribuição dos capitais constitui um ‘capital simbólico’, procurou-se perceber quais foram as configurações de posse desses capitais incorporados pelos agentes que constituíam posições altas, intermediárias e baixas em termos de relações de poder simbólico. Procurou-se fazer uma análise dos juízos tendo em conta a estruturação objetiva de posições subjetivadas e objetivadas pelos agentes.

Uma importante propriedade objetiva que se distribui no assentamento é o capital designado pela palavra *luta* (ou *militância*) em um sentido de envolvimento com as atividades

agenciadas pelas lideranças do *movimento*. Estas atividades representam a continuidade das mobilizações dos *sem-terra* assim que adentram no assentamento, seja no sentido de estruturar formas de cooperação entre assentados ou para apoiar as contínuas *lutas* em novos *acampamentos*. A figura do *militante* é representativa do acesso a este recurso no espaço social, uma posição que, notadamente, envolve os investimentos e competências acumuladas por determinados agentes ao longo de processos que antecedem o assentamento e configuram suas posições destacadas no *movimento*.

De um modo geral o capital *luta* não se restringe aos *militantes*, já que foi apropriado pelo conjunto dos assentados que tiveram uma passagem pelo *tempo de acampamento*. Como já visto em seções anteriores, este *tempo* é convertido em certos momentos para a ideia de *direito*, como quando se legitima a posse de uma parcela de terras no processo de negociação das localizações dos lotes dos beneficiários, ou mesmo para ter o benefício de políticas públicas destinadas para *assentados*. Portanto, existe uma distribuição mínima deste capital pelo conjunto dos *sem-terra*. Até mesmo certos *assentados municipais* – os que não tiveram um *tempo de acampamento* – procuram se equiparar a partir do acionamento de alguma espécie de *sofrimento* vivenciado em sua trajetória de modo a legitimar sua condição de *assentado*. Contudo, as distinções internas se revelam principalmente na figura dos *militantes* por conta de que sua participação na *luta* tender a ser reconhecida como mais intensa no *tempo de acampamento* e durante o processo de assentamento. Nesse sentido, certas famílias consideravam que seus investimentos acima da média no processo de *luta* durante o *acampamento* poderiam ser convertidos na possibilidade de trocar um lote *distante* por um *melhor* localizado.

Portanto, a *luta* no assentamento tende a ser reconhecida enquanto fator distintivo, se não no assentamento como um todo, pelo menos no espaço mais restrito às *coordenações*. Há certo grau de concentração deste capital que acaba por diferenciar as posições dos agentes que o possuem. Na sequência está uma declaração de Júlio, membro da *coordenação regional* do *movimento*, que faz uma classificação geral dos assentados:

Eu sempre falo que nós temos três tipos de público, acho que já chegamos a conversar sobre isso. É o público ponteiro que ajuda na coordenação e ajuda pensar e se desafiar a limpar o meio de campo, que consegue ver o norte da construção das coisas. Tem um segundo público que fica ali, em certos momentos dá suporte para as coordenações, em certos momentos recua, mas que vai engrenar quando a roda começar a girar. E tem o terceiro público. Esse tem na cabeça que [o movimento] não funciona, no pensamento dele. Tu não... como vai estar num grupo com esse público? E que é tranquilo, que a gente considera que são companheiros que estão

ali, que ajudaram conquistar a terra. E que vão tocar a vida e vão tocar o lote. (Júlio, *assentado*; entrevista concedida em 04 de julho de 2016).

Nessa classificação operada por Júlio se faz uma distribuição dos agentes constituída basicamente pelos graus de acumulação da propriedade *luta* ou *militância*. Nos dois primeiros conjuntos estão aqueles que, com maior ou menor intensidade, têm certa recorrência em termos de investir tempo para *ajudar* as *coordenações* ou fazer parte delas. Estes grupos mantêm uma perspectiva de trabalho coletivo em determinado nível. Nesse sentido, tendem a participar mais dos espaços decisórios do assentamento como em assembleias e reuniões. No terceiro plano estão os menos munidos desta propriedade e que, conseqüentemente, já não acreditariam nas possibilidades de o *movimento* merecer seus investimentos. Estão livres para *tocar a vida e o lote*, mas desde uma posição resignada frente aos espaços compartilhados pelos grupos que *ajudam a coordenação*. No entanto, são munidos do capital *luta* de modo aceitável na medida em que sua acumulação no *tempo de acampamento* permitiu a *conquista* coletiva da terra. Em certa medida, assumir essa posição na parte baixa da escala de *luta* está em meio a uma tensão entre o *direito* conquistado no *tempo de acampamento* e o *compromisso* gerado pela interdependência gerada na *conquista* junto ao *movimento* (LOERA, 2014).

Um termo que emergiu para caracterizar a condição dos que se desligaram dos espaços de discussão promovidos pelas *coordenações* do *movimento* foi a noção de *afastados*. Recorrentemente o termo era empregado para se referir a assentados que não participavam mais de assembleias ou dos *eixos produtivos* estruturados pelo *movimento*, que por vezes acabavam se sentindo merecedores de menor atenção já que não tinham condições de participar na mesma intensidade dos demais (cf. seção 4.2). Ocorria certo ajustamento a uma condição de baixa acumulação do capital *luta* ou *militância* no assentamento<sup>90</sup>.

Mas, por outro lado, a concentração dos recursos de decisão pelos *militantes* não necessariamente vem a implicar em maior grau de acúmulo simbólico em sua posição. Entre os dois principais conjuntos de agentes que se aproximam das atividades de *coordenação* existe um grau de concentração aceitável do poder de decisão. Isso ficou evidente durante a pesquisa de campo já que esta se passava exatamente em um momento de revisão em termos de grau de concentração de decisões no *movimento*. Naquele período foi concluída uma obra de infraestrutura denominada “cozinha multiuso” que era reconhecida como resultado de

<sup>90</sup> Mas o *afastamento* não estava unicamente relacionado com a baixa acumulação de capital simbólico provido pela *luta*. Podia ser resultado de algum desafeto gerado em momentos anteriores desde a posição de *coordenação*, o que foi identificado no relato de uma antiga *coordenadora* descontente com certas decisões. Rosa (2000b) discute em profundidade alguns processos de “divisão do MST ao meio” em assentamentos rurais.

reivindicação e *luta* do grupo de mulheres do assentamento. Os recursos para sua construção foram disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com contrapartida da Prefeitura Municipal. A Prefeitura procedeu com a cessão de uso da obra para ser administrada pelo movimento. Porém, na existência de diferentes estruturas do movimento emergiram certas tensões entre a conquista das mulheres e as possibilidades organizacionais em se assumir o empreendimento. Para proceder com a cessão de uso era necessária a existência de uma pessoa jurídica, elemento presente apenas para a cooperativa regional e não para o grupo de mulheres. A Prefeitura faria a cessão de uso para a cooperativa, o que gerou certo inconformismo das mulheres na medida em que ficaram alijadas de certas discussões. Júlio apresenta seu ponto de vista do cenário naquele momento, desde onde argumenta com os diferentes papéis da coordenação/conselho da cooperativa e da direção/coordenação regional do movimento:

São duas coordenações diferentes. Tem a coordenação da cooperativa que discute o rumo da cooperativa, integrada junto aos eixos [produtivos]. E tem a coordenação regional, que tem parte desses companheiros que participam do conselho e tal, companheiros da direção. A direção regional ela é dinâmica, troca [os membros]. E a nossa coordenação [da cooperativa] não pode fazer isso, tem que ser uma instância que seja enxuta e que esteja discutindo e dando sequência no dia a dia. Então não tem como discutir tudo isso no conjunto geral, as vezes confunde na cabeça das pessoas. Igual a gente estava discutindo ontem: as companheiras queriam botar uma [mulher] no conselho. Beleza, ótimo, isso que nós queremos. Só que nós queremos que venha uma fixa, que ela se responsabilize de tocar o processo. Sem problema nenhum, tiramos a aresta que estava. (Júlio, *assentado*; entrevista concedida em 04 de julho de 2016).

Em linhas gerais, Júlio argumenta que existem funções complementares entre uma direção regional do movimento e coordenação de uma cooperativa regional. A coordenação da cooperativa é responsável por maior grau de formalidade nos processos, o que exige certa rigidez na participação dos membros. A cooperativa é responsabilizada por coordenar os eixos produtivos e os recursos neles envolvidos (máquinas, insumos e escoamento da produção, basicamente). A direção da região atuaria de modo interligado à cooperativa, mas em uma dimensão política de reprodução do movimento, o que não exigiria membros “fixos”<sup>91</sup>. O grupo de mulheres estava até então inserido apenas na direção regional. Por conta da concentração de decisões pelos membros fixos da cooperativa se gerou um acúmulo de

<sup>91</sup> Por mais que boa parte dos *militantes* se entrecruzasse entre cooperativa e direção regional, percebeu-se certa divisão de responsabilidades entre os agentes ocupantes de funções na lógica do rolo enquanto conjunto de atividades mais ligadas à reprodução do movimento e a lógica da empresa social enquanto atribuições mais relativas à gestão da cooperativa (CALDART, 2000). Nos estudos de Piccin (2011) e Piccin et al. (2009) visualizou-se como certa tendência de confusão entre ambas essas lógicas conduziu a um “rolão” no sentido de frustração das expectativas dos assentados e desestruturação de uma cooperativa do movimento.

tensões entre estruturas do *movimento*, especificamente com o *grupo de mulheres*. Em uma reunião do assentamento na qual participei neste meio tempo ficou evidente o descontentamento daqueles que *ajudam* a coordenação em não ficarem sabendo do andamento do processo de cessão de uso pela Prefeitura junto à cooperativa. Isso foi agravado pela legitimidade conferida ao *grupo de mulheres* pela *conquista* da “cozinha multiuso”, ou seja, do não reconhecimento de *lutas* acumuladas. A partir de reivindicações do *grupo* se procedeu com um ajustamento da *cooperativa* de modo a remover as “arestas” e promover a participação das mulheres de modo “fixo”.

Em termos da discussão aqui proposta das distribuições de recursos e poder no contexto da *militância* evidencia-se que o grau de concentração em ‘cúpulas’ não assume uma tendência única de exclusão dos demais membros. O que aqui se percebeu é que na existência de diferentes estruturas de organização dos que se sentem parte do *movimento* se processam lutas simbólicas pelas condições de exercer as decisões e acessar recursos. A partir deste caso em particular pode-se perceber que o controle sobre certas redes de contatos e de decisões é dependente das lógicas estruturantes do espaço social, ou seja, que estas posições também são permeadas por instabilidades dos processos de disputa. O grau de acumulação de certas *lutas* tende a ser um dos fatores centrais para reivindicar redimensionamentos nas estruturas de poder. Por outro lado, enquanto a distribuição de poder é dinâmica nas estruturas do *movimento*, fora delas permanecem certos grupos em condição resignada das chances de exercerem poder de decisão nesses espaços, os quais se encontram em condição descapitalizada do recurso *luta* por conta de seu *afastamento*. As posições no *assentamento* frente ao *movimento* são diversas e estão relacionadas com a *luta* enquanto recurso distribuído no espaço social.

Outro importante recurso estruturante das posições sociais em termos de capital simbólico no espaço do assentamento é a condição variável para cada assentado externalizar em suas representações, em suas práticas e, conseqüentemente, em seus lotes, certas estratégias produtivas mais ou menos condizentes com as expectativas que recaem sobre sua categoria social. A capacidade de organizar o trabalho familiar e a produção agropecuária em um lote de terras, além da possibilidade para se articular com os *eixos produtivos* propostos para o assentamento é tomada como uma propriedade de alto valor na formação do capital simbólico de cada beneficiário. Note-se que os *militantes* podem estar mais ou menos munidos desse nível de organização de seu lote, o que tende a ser uma variável importante para legitimar sua posição. Concomitantemente, certos *afastados* podem apresentar em seus

lotes estas condições objetivas, o que tende a relativizar uma posição desprovida de outros recursos de legitimidade perante o *movimento* e os beneficiários em geral.

Nas interações no assentamento essa capacidade para organizar produtivamente os lotes é recorrentemente associada com a trajetória das famílias e as competências acumuladas em situações de vida anteriores. Ao mesmo tempo, a “experiência em atividades agrícolas” é um critério oficial tomado pelo Incra no cadastro de candidatos em processos seletivos que estabelecem os possuidores de maior “aptidão” para se tornarem beneficiários dos processos de assentamento. Portanto, quando as famílias trazem certa trajetória enquanto pequenos proprietários ou em posições similares, decorre disso uma estruturação objetiva de sua posição no assentamento. Por um lado, as experiências acumuladas se configuram em uma propriedade válida para reproduzir certos juízos e práticas correlatos. Por outro lado, a possibilidade de realizar estas ações frente aos que não estão do mesmo modo qualificados para fazê-las reflete no reconhecimento da posição e da diferença, o que resulta em estruturação dos diferenciais de poder simbólico (BOURDIEU, 2004). Uma das principais qualificações que emergem no espaço social é a positivação da categoria *colono*, a qual é geralmente atribuída àqueles que eram pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros em regiões de *colônias* no estado. O relato de Renata, uma assentada que foi socializada na *cidade*, tende a evidenciar uma valorização de conhecimentos e práticas que imputa aos “colonos”:

Eu estava falando com o professor [fulano] do movimento sem-terra, falando para ele que ainda quero fazer uma biografia. Dessa: “aprendizado rural”, “a colona”, como me tornei, como fiquei, o que passei, o que sufoquei. Porque no andar eu tropicava, caía, foi hilário! Galinha, que vinha um e perguntava: “já desmamou ela?” E eu: “como que faz isso?” Ah meu deus do céu, eu vinha e olhava meus pintinhos: como que vou desmamar vocês? O que é desmamar? Aí ligava para um: “o que é desmamar um pinto?” Ah, e respondia: “é o mesmo que perguntar se tem dente” (risos). Por isso que eu digo, minha sorte é que eu converso, pergunto, daí as vezes um fala uma coisa e eu pergunto para outro.

Em seu relato, esta assentada oriunda da *cidade* demonstra como representa o processo pelo qual incorporou disposições em termos de como conduzir práticas agrícolas em um lote. A partir de erros e acertos, visualiza seu relativo sucesso enquanto conformador de uma nova *colona* “que se tornou”. Ou seja, reivindica ser reconhecida enquanto portadora de conhecimentos arduamente internalizados, os quais seriam merecedores de uma “biografia”. Nesse sentido, parece lutar contra certo estigma relativo a sua origem da *cidade* e faz um esforço de reconversão simbólica pela internalização das competências tidas como necessárias à sua nova posição. Em outro momento mencionou que seus vizinhos “colonos” foram os



“técnicos” – no sentido de assessores mais qualificados – que a auxiliaram durante seu processo de “aprendizagem rural”. A categoria *colono* aparece em oposição relativa a de “pessoas da cidade” ou “urbanos”, os quais podem ser vistos enquanto desprovidos das qualidades definidoras dos *colonos*, mas não de modo definitivo. Na entrevista com o casal Selena e Cirineu, os quais foram socializados desde a infância na cidade e se ocuparam como trabalhadores rurais (no caso de Cirineu), discorreu-se sobre algumas percepções produzidas desde os debates no *movimento* sobre a “experiência agrícola” das famílias:

E o povo da cidade ele não é diferente de um camponês nato. Tem uns que, realmente, jamais vão produzir em cima da terra. E tem pessoas da cidade, que são urbanas, que vêm pra cima de um lote de terra e, se têm condições como qualquer outro, ele produz como um camponês nato né. Nós mesmos fomos pé frio de ter chegado no [assentamento distante]. Se tivesse chegado mais perto da cidade ou se nosso acampamento da área-símbolo tivesse saído, a gente ia estar junto com os parentes, ia ter apoio de tudo quanto é lado. Nosso lote dia de hoje ia ser um brinco. Aí vai para um lugar que não conhece ninguém, tem ajuda de ninguém. Jamais vai produzir... (Selena, *assentada*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016).

A citação de Selena demonstra a existência de uma distinção entre “camponês nato” e “camponês urbano”, a qual evidencia a representação de diferenças objetivas entre agentes. No entanto, a diferença não explica por si só as condições de reprodução de uma família em um lote de terras, ela é percebida como dependente de outras variáveis. A partir de uma condição assumida de “camponeses urbanos” entendem que seu lote atual só não está “um brinco” – no sentido de uma organização idealizada dos fatores de produção – por conta da transferência tardia a partir de seu primeiro lote de terras e da *distância* de redes de sociabilidade providas pelo parentesco. Portanto, a diferenciação entre *colonos* e *urbanos* não é tida de modo estanque, mas dependente. Nesse sentido, a estruturação das diferenças objetivas e subjetivas pode ser também reforçada pela posse de bens materiais e recursos econômicos quando da chegada no assentamento, já que a transposição de animais, sementes e meios de produção aliado aos conhecimentos de seu gerenciamento tendem a agilizar a consolidação das estratégias produtivas da família. Essa transferência de recursos de um local antigo para um novo ocorreu com certa recorrência entre os membros do MPA por conta de sua trajetória em pequenas propriedades, mas foi também notada no caso de alguns *urbanos* que alcançaram desde cedo uma estruturação produtiva de seu lote. Portanto, as diferenças internas entre os provenientes da *cidade* – em termos de não constituir um ponto determinante da trajetória sobre as práticas sociais – podem ser um dos fatores pelo qual o desígnio “urbano” nem sempre é carregado de estigma.

Mas há que se frisar também certas diferenciações entre os *militantes* e os mais adeptos da prioridade na organização de seus lotes. Certo dia, em conversa com um *militante*, comentei sobre um beneficiário que tinha alta produtividade em seu lote, mas ficava distante das estratégias de produção de base ecológica incentivadas pelo *movimento*, em posição relativamente *afastada*. Tive como resposta que o dito beneficiário era “um típico colonão” e que, apesar de não ser aderente a certas tendências do *movimento*, ao menos era um dos que “produzem bóia” – no sentido de administrar produtivamente seu lote. Ou seja, desde uma lógica de classificação dos agentes, um beneficiário de perfil *colono*, mesmo que *afastado* do *movimento* e de suas perspectivas ideais, é merecedor do prestígio de um *militante* pela sua capacidade em organizar o trabalho no lote de modo a produzir alimentos. Já no sentido reverso, ao ouvir as representações de certos *colonos* evidenciaram-se algumas contradições entre *militância* e produção agrícola. Gian, assentado, de origem como pequeno proprietário e ex-coordenador pelo MPA, relata suas avaliações acerca das possibilidades de *tocar o lote* e de *tocar o movimento*:

Eu, na verdade, meio parei no movimento. Aí tu não consegue mais acompanhar. Ou tu toca o teu lote, ou tu se envolve no movimento. Então se tu vai te envolver [no movimento] a tendência é largar teu lote. De repente o movimento tem três reuniões na semana. Eu com o [fulano militante] é com quem mais que me dou [bem], mas [ele] tá [sempre] na rua. Tu vê o lote de arroz deles é só seis meses [de trabalho]. Só que nesses seis ele tem que tirar [renda] para passar o ano. Tem que fazer uma boa produção. E nesses seis não poderia se envolver nessa parte [movimento], mas quem está envolvido direto no movimento todo mês e semana tem reunião. Não consegue tocar o lote. Eu me envolvia com um monte de coisa e já comecei empurrar os cargos adiante. [...] Não adianta querer brigar um monte de coisa e não fazer bem feito. Chega num ponto que ou tu opta por A ou B. (Gian, *assentado*; entrevista concedida em 30 de junho de 2016).

Para Gian as possibilidades de conciliar *lote* e *movimento* se esgotaram na medida em que a dinâmica de suas atividades agrícolas pareciam “largadas”. Não visualiza uma complementaridade entre “tocar o lote” e “se envolver na militância”, mas antes disso uma anulação de ambos, onde a dinâmica exigente de tempo na *luta* torna necessário “optar por A ou B” ou fazer tudo de modo “mal feito”. Cabe uma reflexão junto ao estudo de Piccin et al. (2009) onde se analisou a desestruturação de uma cooperativa do *movimento* a partir das categorias constituintes das atividades cotidianas dos agentes, as quais eram denominadas como *lógica do rolo* (conjunto de atividades mais ligadas à reprodução do *movimento*) e *lógica da empresa social* (atribuições mais relativas à gestão da *cooperativa*) (CALDART, 2000). Para Caldart (2000), a complementaridade entre essas *lógicas* levaria a uma contínua construção dialética do *movimento*. Porém, Piccin et al. (2009) identificaram na lógica do

*rolão* uma explicação acionada pelos agentes sobre a incompatibilidades entre as atividades. O estudo aponta para a reflexão de que uma cooperativa do *movimento* se insere em um espaço de concorrências intercapitalistas onde impera uma lógica específica de contabilidade, sendo que a administração ineficiente de uma cooperativa com base no *rolão* não permitia uma participação competitiva e teria sido um dos fatores chaves para a perda de credibilidade e desestruturação da mesma. No caso aqui analisado do assentado Gian foi sugerido por ele que *tocar o lote* junto de *tocar o movimento* somente seria possível com uma reorganização das estratégias produtivas, iniciativa que percebe no *militante* que conduz seu lote predominantemente com as atividades sazonais do arroz. Porém, questiona como o fato de depender de uma fonte de rendimentos concentrada para “passar o ano” ainda assim se apresenta como estratégia arriscada.

É basicamente a partir deste entendimento de incompatibilidade entre *tocar* as duas “coisas” que Gian tende a recortar a classificação do espaço social. Sob sua lógica, a prioridade para um assentado é desenvolver satisfatoriamente as atividades no lote de modo a obter condições estáveis de reprodução social e, se possível, de acumulação, como visto em suas declarações na seção 4.2. Durante uma conversa na pesquisa de campo este mesmo assentado classificou seus pares em três grupos: a) os *viciados no movimento*; b) os que *tocam o lote*; e c) os *sem vontade*. Nesse sentido, estabelece algo próximo de incompatibilidade entre as posições de *militantes* e a de possuidores de lotes bem sucedidos na medida em que as atividades do *movimento* lhes tomariam tempo em excesso – algo como um “vício”. Nesse caso a diferença entre “a e b” não revela necessariamente uma topologia da classe dominante no assentamento, mas o que pode se considerar uma distinção nos estilos de vida (BOURDIEU, 2004, p. 264-75). Essa classificação, em termos de dois grupos ocupando posições dominantes distintas, é bastante correlata à classificação citada pelo *militante*, sendo que lá a diferença era dada pelo grau de dedicação pela *luta*.

Por outro lado, quando a referência é sobre os chamados *sem vontade* evidencia-se um maior grau de distinção em função de que os agentes assim designados são considerados como desprovidos das condições de organização do lote. Nesse caso está em jogo a construção social do entendimento de *vontade* ou dos empregos legítimos da força de trabalho conforme as especificidades do espaço social. Entre os elementos constitutivos do entendimento de má organização de um lote – e de seus beneficiários como pessoas *sem vontade* – estão desde o desuso de áreas, os negócios mal feitos, o trabalho contínuo fora do lote e a prática de arrendamento. Dependendo das formas como estes elementos figuram tendem a tornar mais ou menos explícito o juízo moral que os qualifica como *sem vontade* ou

como pessoas que *não trabalham*. A seguir se apresenta uma declaração de Norberto, outro assentado com trajetória como *colono*, e o modo como reforça a distinção entre os que “trabalham” e os que “não tem o que fazer”:

[...] no começo a gente é bem mal visto quando chega, porque a fama dos sem-terra né, a fama... deus o livre. Nós lá [na região de origem] a gente trabalhava a mesma coisa, não somos gente de estar procurando folia, bagunça. Aqui, graças a deus, a polícia não tem nenhum problema aqui com nós. Agora, lá para baixo [no assentamento] já deu alguns problemas. Aqui, esses tempinhos eu estava ali, ia cruzando ali e estavam uns proseando ali. Então o cara do bolichinho (bar) disse: “a gente fica olhando, como é que aqueles aqui de cima a gente não ouve falar nada, desses que moram aqui perto da vila, não vê problema nenhum, de rusga nenhuma?”. “Lá para baixo...”, ele diz, “... volta e meia estão dando serviço para a polícia”. Eu digo: “não, nós não sobramos tempo para estar procurando folia, nós temos o que fazer, lidamos, não somos pessoas de estar...”. Então, graças a deus, aqui não dá problema nenhum. (Norberto, *assentado*, entrevista concedida em 30 de junho de 2016)

Nesta declaração se apresenta uma exposição bem demarcada de juízo moral, o qual é definido pelo reconhecimento de diferentes graus de dedicação ao “trabalho” e à “folia”. Desde ela estrutura-se um par de juízos entre os que são considerados trabalhadores e os *sem vontade*. Note-se como esse par de adjetivações é estruturante de um olhar feito por munícipes em momentos como nas conversas de bar. Supõe certa diferenciação operada tanto pelos antigos moradores como pelos assentados quanto às localizações entre “aqui em cima” e “lá em baixo” enquanto referências da disposição espacial de grupos de assentados conforme distância da *vila* e a representação da qualidade da ocupação de seu tempo. Há uma cisão entre “folia” e “trabalho”, onde a primeira representa algo mais próximo dos estigmas imputados aos *sem-terra*, frente aos quais Norberto parece querer se livrar na medida em que atribui a si e a seu grupo a qualidade de “trabalhadores” enquanto adjetivo positivo.

Além de uma cisão estanque, nota-se uma diferenciação entre “trabalhadores” mais e menos legítimos como dependente das competências pelas quais os agentes constituem condições para produzir práticas e apreciações legítimas para serem qualificadas como “trabalho”. Exemplo disso é que a lógica do trabalho externo ao lote nem sempre é vista enquanto fator negativo para a legitimidade dos assentados. Em certos casos, “trabalhar fora” ocupa um papel complementar em termos sazonais ou de acumulação de capital na família. O caso de Romildo, um jovem assentado em fase de estruturação de suas estratégias produtivas, demonstra um pouco das apreciações sobre si e sobre os outros na ocupação da força de trabalho:

E tem o pessoal que sai para fora na época de colheita e de poda [da uva] dos gringos [em torno de Caxias do Sul]. Eu era um desses. Ano passado que não fui, mas nos outros anos dali até agora. Ano passado eu disse não. Não é que não precise de uns trocos, mas eu tinha minhas lavouras para cuidar. Então é mais de cuidar do que é meu do que... mas eu ia, até ano passado, tirava temporada de 30, 40, ou 50 dias em Caxias. Tinha trato certo, tirando aí 100, 110 [reais] por dia. [...] Então vai pouquinho tempo e vem com dois ou três mil [reais]. E tem muitos que fazem ainda. Eu esse ano não fiz mais, graças a deus não precisou tanto, mas do ano passado para trás todos anos, na poda e colheita. Ainda tem gente que vai. [...] Tem muita gente que vai à Vacaria também, esse pessoal que não lida muito com o lote, tem alguma vaquinha e bichinho, não está na lida do leite, está meio sem linha. Aí tem que ir tirando uma rendinha né. Os caras tiram por fora, trabalham em vacaria, carteira assinada lá. Só que Vacaria paga bem menos, mas eles vão, alternativa né. (Romildo, *assentado*; entrevista concedida em junho de 2016).

As observações declaradas sobre o trabalho externo ao lote carregam qualificações bastante distintas em termos de momentos e condições em que “trabalhar pra fora” é subjetivado. Romildo comenta sobre um período no ano em que saía para “pegar uns trocos” e outro em que permanece para “cuidar do que é seu”. Coloca a possibilidade de trabalhar apenas em seu lote como em um patamar melhor no qual não ficou preso à necessidade de sair. Compara-se aos que de modo contínuo trabalham fora, justificando que são os menos estruturados em seus lotes, numa posição “meio sem linha” em se tratando das estratégias produtivas idealizadas para o assentamento. No caso de Romildo, quanto maior a autonomia para reproduzir-se sem depender de trabalhar para outros proprietários, maior é também o orgulho em ser assentado. De modo similar, a assentada Jéssica, descendente de pequenos proprietários e atuante na *militância* do *movimento*, argumenta com categorias análogas acerca da forma de trabalhar no assentamento:

Tu tem duas escolhas em viver em cima de um lote. Tu trabalhar, diversificar a produção, plantar arroz, feijão, plantar tudo, fazer melado igual fazem aqui, fazer tudo para produzir. Ou aquelas pessoas que não conseguem se administrar ou não têm força de vontade de aprender, não têm força de vontade de produzir; e trabalham de empregado. [...] claro, o leite é coisa que te envolve também, levantar sete horas [da manhã] é frio, quebrando o gelo. Mas só que eu levanto e tiro leite é para mim. Não tenho patrão. Se eu quisesse levantar mais tarde eu ia levantar. Mas as pessoas não têm essa consciência: “ah o leite tem que tirar e não sei o que”... e vão lá em Vacaria trabalhar de empregado com o patrão, ter que ser mandado pelo patrão, ao invés de uma coisa que você pode trabalhar que não tem patrão. Vai sofrer, mas vai ser para você. [...] Não sou contra sair trabalhar para acrescentar né, depende da cultura que tu é, mas as coisas para você comer tem que produzir. E eu sou de acordo com isso e não abro mão. Tem que ter uma horta. (Jéssica, *assentada*; entrevista concedida em 01 de julho de 2016)

Com estes trechos da declaração se evidenciam elementos constitutivos da diferenciação entre trabalhar no lote ou fora dele. São diversas as práticas e os elementos

objetivos que são acionados pelos que “conseguem administrar” um lote, como os diferentes saberes para plantar, cuidar e fazer, os quais representam pessoas com “força de vontade” e que não dependem de patrão. Ser dependente de patrão somente seria aceitável se fosse para obter algum excedente, mas não como estratégia estruturante da reprodução social de assentados. Existem sinais mínimos que um beneficiário deveria apresentar para constituir um nível aceitável de organização de seu lote, o que Jéssica expressa na “necessidade” em se ter uma horta. Portanto, os elementos qualificativos de um assentado legítimo em termos de organização de seu lote são vistos objetivamente nas práticas ali implicadas. Nesses termos, a qualificação *sem vontade* também toma um sentido de falta de investimentos pessoais de trabalho no lote, algo que é considerado como condição básica para ser assentado. Portanto, ser chamado como alguém que não tem *vontade* não necessariamente quer dizer que a pessoa não *trabalhe*, mas que seu trabalho não rende nenhum tipo de objetividade na terra enquanto legitimação do processo de *luta* como um todo.

Outro elemento central que desponta das avaliações de Jéssica – e de outras famílias legitimadas pelo seu trabalho no lote – sobre si e sobre os *sem vontade* é a tendência de individualizar os ônus de processos sociais complexos. Os *sem vontade* são vistos como responsáveis pelo seu relativo fracasso por conta de decisões individuais, representados pela noção de “falta de força de vontade”. Contudo, as práticas tidas como necessárias para legitimar os assentamentos, entre elas “trabalhar, diversificar a produção, plantar arroz, feijão, plantar tudo”, não são habilidades inatas dos indivíduos que lutam pela terra e se tornam beneficiários dos assentamentos. O pluralismo de agentes que engrossam as fileiras dos *sem-terra* traz consigo os mais variados projetos de vida. Participar do *movimento* não implica apenas no sonho em cultivar a terra, mas em se afastar das restrições da vida na cidade, do desemprego, da monetarização da vida em todos seus aspectos, entre outros. Na medida em que os *acampamentos* se constituem em horizontes possíveis para um variado conjunto de agentes sociais, implicam também em cálculos um tanto quanto precários sobre os requerimentos que a organização de um lote de terras vai demandar em um curto prazo. Nesse sentido, tal operação de uma escala do valor simbólico dos assentados em torno do tipo de trabalho materializado nos lotes tende a escamotear processos de longa duração e individualizar as ambiguidades de seus resultados.

Para além de tais distinções baseadas na organização do lote, as lógicas daqueles que se estruturam em termos de estratégias de reprodução social a partir do trabalho externo e do arrendamento – comumente designados como *sem vontade* – permitem perceber o acionamento de outro recurso significativo no espaço social. É a partir de certo acúmulo de

capital econômico, considerado por eles satisfatório, que a tensão entre as práticas desaprovadas e o seu resultado se faz sentir como aceitável. Obter certos rendimentos econômicos de modo a manter o consumo da família em nível satisfatório, muitas vezes melhor do que se tinha antes de ser assentado, se torna um dos fatores de legitimação. Na citação que segue, de assentado considerado “urbano”, tendo sido assalariado rural e *militante*, se explicita a legitimação pelo fator econômico conforme renda obtida externamente:

[...] o meu pai quando foi me levar [no acampamento], me botou: “bah, é isso mesmo que tu quer?” E hoje ele vem aqui né, e a casa dele é pior do que a minha. O que tenho aqui junta todos meus familiares e não têm, eu acho. E foi uma coisa de curto prazo. [...] Então pra tu adquirir um patrimônio, olha aqui onde eu estou, perto do colégio e das coisas, tenho uma casa, tenho galpão, minhas vacas, minha terra. Então é um patrimônio assim que se tu vai juntar com 500 mil [reais] tu não compra, e no curto prazo.

A referência de ascensão social em “curto prazo” frente às gerações anteriores é o elemento acionado para considerar o quão positivo teria sido o período enquanto *sem-terra*. Uma das justificações atualmente centrais para legitimar o ato de ter ingressado no *acampamento* mesmo com a desaprovação familiar é o acúmulo econômico relativo obtido. No caso deste assentado é recorrente o arrendamento de suas terras e o emprego de sua força de trabalho fora do lote, no município. Em uma posição atualmente de *afastado do movimento*, questionou a existência de grandes proprietários endividados como justificativa para distribuir a terra, não vendo contradição no modo como conduz seu lote em relação aos ideais de reforma agrária. Ou seja, a *luta* no *acampamento* seria por si só suficiente para que tivesse acumulado o direito por um lote, sem necessariamente implicar na execução dos *eixos produtivos* orientados pelo *movimento* e no trabalho majoritariamente em seu lote. Portanto, nesse caso a obtenção de uma posição que poderia se dizer mais “digna” em termos econômicos, por conta de uma melhor distribuição social dos meios de produção ocasionada pela *luta* e pelos assentamentos, legitimaria um assentado a não necessariamente ter que dar continuidade a esta mesma *luta*. Portanto, as significações sobre o que é ou não legítimo em termos de estratégias assumidas por uma família assentada em seu lote pode ser alvo de composições diversas mesmo em meio a um espaço estruturante dos juízos. Mas isso não quer dizer que as forças desse espaço não atuem de modo a constranger a livre condução de estratégias desviantes, fato que se evidenciou pela vergonha em relatar trabalho fora do lote ou arrendamento.

Em um momento de conversa com este assentado, fora da entrevista, o mesmo relatou como percebe a classificação social do assentamento. O espaço estaria dividido entre os ricos, os médios e os pobres. Orgulhosamente ele se considerava entre os “médios”. Apreciava os “ricos”, mas justificava que os mesmos tiveram a oportunidade de trazer máquinas e animais quando chegaram, frente a ele que “só chegou com a roupa do corpo”. Os “pobres” seriam aqueles que não fizeram aquisições tão boas no lote como as que ele considera ter tido condições de fazer. Estariam, portanto, endividados ou não teriam acionado os recursos de políticas públicas às quais são merecedores enquanto beneficiários do assentamento. Ele não acionou a categoria *sem vontade*, por exemplo, tendo encontrado em fatores mais ligados à acumulação econômica monetária e não monetária uma explicação para as distinções.

Note-se, a partir de um caso similar, que nem sempre a ocupação do trabalho ou do lote por práticas desaconselhadas na política de assentamentos rurais é algo tido como permanente. A assentada Renata – a mesma que se definiu como “nova colona” – conta que passou por diversos percalços até atingir um nível de estruturação material básico da produção leiteira em seu lote. Segue uma declaração sobre como percebe esse processo, tendo em conta o capital econômico em sua forma não monetária:

Eu prefiro: faço uma coisinha. Deu certo. Aumenta outra coisinha. Puxadinho para cá, puxadinho para lá. E vai certo. [...] Por isso digo que estou esperando, hora que eu tiver, digo, mais calma, aliviada. Agora tem PRONAF 1 e 2 [para pagar], não dá. Sem muita dívida, pouca coisa. Como eu falei: fazer um puxadinho pra cá e pra lá. E tentar. (Renata, *assentada*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016)

Depois de sucessivas frustrações nos primeiros anos de assentados, onde o casal transitava por diversas estratégias produtivas, parecem ter acionado um modo mais precavido de agir com o lote. Ativam a estratégia que chama de *fazer puxadinhos*, tendo como significado uma construção lenta da organização do lote e dos investimentos monetários. Miranda (2015) analisa que o termo *puxadinho* se refere a uma estratégia de reprodução social na qual uma nova porção de uma casa é anexada a uma antiga de modo a agregar um novo grupo doméstico ou indivíduo adulto solteiro, geralmente dentro dos domínios de uma mesma família extensa, onde se tem a vantagem de evitar a aquisição de novas terras ou de pagamento de aluguel para contrair moradia. Portanto, fazer um *puxadinho* tem a ver com o fortalecimento de um grupo doméstico conforme a segurança percebida em uma estratégia mais embasada em redes de sociabilidade do que em relações monetárias. Na analogia que Renata emprega sobre os *puxadinhos* na estruturação de seu lote acaba por dizer que novas apostas produtivas precisam ser algo seguro na medida em que não motivem novas obrigações



monetárias com agentes externos como os bancos, pelo menos até quitar as “dívidas” já existentes. No momento da pesquisa, além da produção de leite o lote era cedido em partes para arrendamento e o marido trabalhava em emprego fixo no município, fora do assentamento. A assentada reiterou que nem sempre cede parte do lote em arrendamento, o que era dito com certo viés de vergonha. Práticas consideradas emergenciais – como o arrendamento –, resultantes de desestruturações anteriores, acabam por prover os recursos necessários para se atingir níveis de consumo tidos como básicos por um determinado período transitório. Nesse contexto, a lógica dos *puxadinhos* pode ser visualizada como um esforço no sentido de se consolidar com a produção oriunda do lote e estruturar-se em termos de capital econômico objetivado nas materializações e saberes constitutivos dos sistemas de produção.

Finalizando a presente seção considera-se que no assentamento, enquanto um espaço de múltiplas formas de inserção social (NEVES, 1999), emergem formas de distinção tão variáveis quanto as diferenças objetivas constituintes de seus beneficiários *assentados*. Sobre as formas de julgar os modos de emprego da força de trabalho ou de disposição dos recursos em um lote de terras configuram-se estranhamentos e identificações frente a estratégias distintas concebidas por outrem, em um amplo espectro de adjetivações, especialmente as que positivam os *colonos*. Sobre os processos de mobilização do *movimento* constitui-se certa legitimidade aos *militantes* que acumulam mais do capital *luta*, o que não quer dizer que o rol dos possuidores dessa distinção esteja fechado em si mesmo como ‘cúpula’. Existe um certo grau de incompatibilidade de gosto entre os *colonos* e os *militantes* no sentido de que percebem incongruências entre a importância relativa do *lote* e da *luta*. Contudo, estes se percebem em clara distinção frente aos que são vistos como *sem vontade* ou *sem consciência*, onde se estabelece uma escala interna de juízos de valor. Entre esses últimos, se apresentaram posicionamentos variados como os dos que procuram afastar sua imagem de estigmas e os que não veem incompatibilidade entre a ideologia e suas práticas. Os menos desprovidos de participação dos processos decisórios do *movimento* e, conseqüentemente, de um conjunto maior de espaços decisórios do assentamento, são os conhecidos como *afastados*. Estes tendem a acumular outras formas de capitalização como a inserção em redes de sociabilidade mais restritas à família extensa ou a relações fora do assentamento. Em linhas gerais, o assentamento também é espaço de formação de hierarquias axiológicas, as quais são constitutivas das posições sociais aí configuradas.

Essa amplitude de significados e posições não é menos estruturada em termos de capitalização simbólica por conta de sua variabilidade. Em um estreito leque, rico em vocábulos, os agentes internalizam modos relativamente comuns para qualificar a

legitimidade de como organizam seus lotes e seu trabalho e de como percebem a organização dos demais. Neste aspecto, as margens entre vergonha e orgulho são relativamente compartilhadas pelo conjunto de *assentados*, independentemente de suas destoantes origens geográficas e de posição social, o que se aproxima da ideia de o assentamento perfazer um espaço relativamente autônomo.

## 5.2. DIFERENCIAÇÕES DAS POSIÇÕES SOCIAIS E DAS CONDIÇÕES DE LEGITIMAÇÃO DE ASSENTADOS FRENTE AOS MUNÍCIPES

Com o ponto de partida da relação de oposição entre *sem-terra* e *municípios*, a intenção é de ir além da relação estática entre grupos estabelecidos e *outsiders* para compreender como a condição e posição social de *assentados* pode se diferenciar e galgar possibilidades de (des) legitimação frente a diferentes frações de *municípios*. Dentro dessa perspectiva, procura-se visualizar diferenciações nas formas de conceber a presença dos assentados sob diferentes condições de vinculação, de modo a perceber outros conjuntos de objetivações dos agentes que não os restritos à dualidade de posições *assentados* e *municípios*.

De tal modo, conforme certos assentados atendam às expectativas da ‘imagem de nós’ (ELIAS; SCOTSON, 2000) dos grupos estabelecidos ou de frações deles ou que apresentem propriedades legítimas para ocupar certos campos sociais, considera-se existir possibilidades de ativação de novos feixes de relações sociais. Portanto, a condição de assentados como *outsiders* não é estática, tende a se diferenciar conforme o prestígio acumulado por determinados grupos ou famílias em certos espaços de sociabilidade que os tornam mais ou menos válidos como *assentados*. Longe de uma idealizada ‘dessegregação’ ocasionada, simplesmente, pela convivência e proximidade no espaço físico, procura-se identificar condições de aproximação e de afastamento entre os *habitus* nos espaços sociais (BOURDIEU, 2013). Portanto, as condições de legitimação de *assentados* frente a *municípios* estão em constante balanço entre os estigmas acumulados ainda na condição de *sem-terra*, como geradores de resguardo entre os grupos, e as propriedades apresentadas na condição de *assentados*, como geradoras de diferenciação e condicionadoras da posição social no acesso a redes de relações.

As noções construídas por assentados e municípios acerca de suas relações podem ser compreendidas a partir de posições em um espaço social onde está em jogo a legitimidade do que cada um dos grupos ou suas parcelas ostenta como elementos constitutivos de uma vida digna. Pelo apresentado, visualizou-se como as condições materiais de *pobreza*, aspectos

visuais de *sujeira*, expressões verbais como *sem-terra* e a condição *conquistada* de propriedade ou posse de terras podem ser assimiladas diferentemente e atribuir aos seus destinatários graus de legitimidade completamente distintos. Portanto, considera-se que a condição de implantação do assentamento em estudo com a chegada de *sem-terra* como “estranhos”, em um ambiente de disputa no campo de conflitos agrários, constituiu uma disputa simbólica relativamente polarizada, onde os grupos defendiam sua imagem coletiva como portadores de estoques de referências legítimas para a vida que levam.

Se, enquanto *sem-terra*, o conjunto de demandantes de lotes de terra é visualizado pelos munícipes de modo homogêneo e detentor dos mesmos estigmas, não se pode dizer o mesmo dos *assentados* enquanto beneficiários dos lotes de terra. Na literatura especializada sobre assentamentos rurais se apresentam variadas formas de identificar como se dá o processo de diferenciação interna entre as famílias assentadas. A partir das formas de organização grupal, geralmente envolvendo parentesco e outros laços formados de família extensa (ZIMMERMANN, 1994; MARTINS, 2009), dos rendimentos econômicos (ZAMBERLAM, 1994), dos *habitus* materializados em estratégias produtivas (PICCIN, 2011), dos agrupamentos religiosos (MELLO, 2006), entre outros. Porém, são poucas as vezes em que se procura analisar a diferenciação entre os assentados a partir do que é percebido de diferente pelas populações das redondezas. Nesse sentido, vem ao caso entender, a partir das categorias utilizadas na fala de munícipes, quais são as propriedades (ou capitais) visualizadas em conjuntos de assentados que os alçam a *status* diferenciados. E ainda, tentar entender por que aquelas e não outras propriedades são percebidas ou explicitadas conforme as posições sociais de quem as referencia. Em outras palavras, visualiza-se que parcelas de assentados tornam-se visíveis para quais parcelas de munícipes e quais as condições para que isso aconteça. Portanto, a análise que se pretende colocar é uma identificação das propriedades *visíveis* para agentes socializados no espaço estancieiro. Nesse sentido, é entender o que é incorporado como classificável a partir da socialização dos agentes e que é ativado para classificar os assentados. Na medida em que se constituem propriedades classificáveis, são usadas para definir o que é bem ou mal visto, ou o que é assentado “bom” ou “ruim”, ou ainda, para diferenciar assentados que “deram certo” e que “não deram certo”.

Na pesquisa de campo em Santa Margarida do Sul percebeu-se que a legitimação dos assentados pelos munícipes está envolta em ambiguidades. Partindo de um nível geral das qualificações, foi praticamente consenso que os assentados estão hoje “integrados” e em “paz” com os antigos moradores. Por outro lado, também foi recorrente a menção de algumas características entendidas como negativas. Nem sempre tais características eram direcionadas

ao conjunto de assentados, mas sempre identificavam uma parcela causadora de desconforto. Ou seja, entre os munícipes, a palavra *assentados* é ambígua, necessita de explicações adicionais para ser corretamente expressa com base na existência de imagens díspares acerca do grupo. Pode-se apreender valorações distintas para a categoria a partir de algumas declarações:

[...] **quase 90% das nossas cestas básicas** são entregues no Novo Horizonte, pra você ter uma ideia [...] **Têm pessoas trabalhadoras** né, pessoas que se destacam no Novo Horizonte, tiradores de leite, pessoas que plantam, que produzem, mas também têm pessoas que precisam de atendimento, são muito **carentes** (Secretária no Poder Público Municipal).

\* \* \*

Acho que eles vão começar produzir. **Quem for, quem gostar**. Mesma coisa que sala de aula, quem não gosta vai fazer um trabalho do jeito que vai andar. [...] Mas aí tu olha **casinhas pintadinhas**: os que tiverem **vontade** eles vão ir para **frente**. Eles vão ter que **começar a produzir** né, é o que eu acho. [...] eu acho que eles vão ter um futuro bem próspero, eu acho, se o tempo ajudar, se os projetos e planos de governo vierem né (Professora na escola A).

\* \* \*

Esses dias eu estava comentando que eu tenho que ir no assentamento visitar, porque **eu não conheço essa realidade deles**, de cada um. Mas pelo que percebo, observo, é bem precário, bem pobre em todos os sentidos. [...] eu tenho que fazer esse trabalho, ver aquilo que eles estão se **diferenciando** [diferenças entre os filhos de assentados] dos outros, **alguma coisa está acontecendo lá** (Professora na escola B).

\* \* \*

[...] para nós era novidade, **a gente não via** uma criança chegar aqui na escola e dizer “não comi hoje”. [...] também tem crianças que **o pai está preso**, que também não era realidade nossa, né, coisas que foram chegando junto. Mas assim, **no geral, as crianças em si tu não vê diferença** “ah, essa criança é mais ou menos porque está no assentamento” (Outra Professora na escola A).

\* \* \*

O pessoal do assentamento é **muito evangélico** né, bastante evangélico. **Tem também a parte católica** que, se não me engano, tem pastoral da criança. É lá na sede [do assentamento], eles pesam e fazem as coisas, não sei se está ativo. **Bem jóia né, [...] mas são bem religiosos** (Funcionária na Prefeitura Municipal).

Percebe-se, nessas falas, a dificuldade em tratar dos assentados como uma coisa só. E, de fato, a diversidade dos assentamentos rurais é um fator reconhecido na literatura especializada. Mas é com as ambiguidades que acaba se forjando o entendimento nativo sobre a categoria assentados. Não surge uma categoria nova de designação, mas emergem elementos descritivos, “normais” e “estranhos”: quando se apontam características pretensamente negativas, como a demanda de “cestas básicas”, remedia-se a frase citando as “pessoas trabalhadoras”; quando se comenta que crianças “passam fome” e tem parente “preso”, remedia-se pela média onde não se vê “diferença” quanto ao que é tido como normal; quando se afirma que são “muito evangélicos”, logo se contrabalança com a presença de

fiéis da igreja católica que conduzem a pastoral da criança, mesmo sem saber se a mesma funciona. A professora demonstra um desconforto por não conhecer cada família antes de tirar algum julgamento precipitado sobre rendimentos escolares díspares entre alunos, mas reconhece que tem “alguma coisa acontecendo lá”. A professora aposta na prosperidade dos assentados, mas demonstra incertezas e distinções quando reconhece que alguns “vão produzir” porque “gostam” ou tem “vontade”. Em outras palavras, a memória latente dos estigmas dos *sem-terra* permanece enquanto dissimulada na descrição da diversidade dos *assentados*. *Assentados* não são mais vistos tais quais eram como *sem-terra*, mas não se livram totalmente de algumas marcas que permanecem como relativas ao baixo prestígio, enquanto também se imbuem de marcas positivas.

Considera-se que outro fator central de legitimação das famílias assentadas é o quanto conseguem tornar explícito em seus lotes a instalação de um padrão “bonito” ou demonstrativo de “trabalho”. Estes elementos expressos, visíveis para quem “visita” o assentamento, são tomados como maiores provas da diferenciação e existência de assentados legítimos e ilegítimos. As famílias que “plantam” e “tiram leite”, que tem um lote *ajeitado* e que construíram as “casinhas pintadinhas” angariam um *status* de legitimidade como “pessoas trabalhadoras” que “vão produzir” e “vão prosperar”. Já aqueles que pouco ou nada modificaram os lotes para implementar estratégias produtivas, os que não constituíram casas sem ser as de lona ou madeira, ou seja, que apresentem privações materiais visíveis, carregam uma condição visualizada como de *sujeira*, são vistos como aqueles que “não trabalham”, são “carentes”, “sem vontade” ou “que não se ajudam”. Nesse sentido, as “cestas básicas” ou mesmo a “bolsa família” são articulados como marcas de *pobreza* e de baixo prestígio, como discutido na seção 2.1. Nesse sentido, ganha evidência a diferenciação pelos capitais objetivados na organização estética e produtiva dos lotes. *Trabalhadores* e *sem vontade* se constitui em par de adjetivações que identifica graus de capitalização simbólica de modo similar como ocorre na demarcação de distinções entre as próprias famílias assentadas. A ideia de “vontade” assume traços similares para ambos na medida em que é percebida pelos traços constitutivos do emprego da força de trabalho familiar no lote. Portanto, esta distinção apropriada de modo similar entre certos assentados e certos munícipes está fundada em valores relativamente compartilhados para legitimar a efetivação da política de assentamentos rurais.

Até este ponto visualizou-se um primeiro grau de identificação de propriedades estruturantes de posições sociais de assentados. Estas possibilidades de notar diferenças ocorrem desde interações relativamente superficiais entre os grupos, as quais ocorrem em

vinculações “funcionais” entre os indivíduos (ELIAS; SCOTSON, 2000). Ou seja, funcionais no sentido de que os agentes ocupam determinadas posições, como as de comerciantes e de funcionários públicos, onde sua colocação na configuração social exige que se estabeleçam relações com qualquer um que vier a solicitar seu serviço. Isso também pode ocorrer quando os próprios assentados ocupam posição que gera vínculos funcionais semelhantes, como no caso das feiras. Leite et al., (2004), tomando um conjunto de estudos em diversas partes do país, analisaram que as parcelas de municípios que tendem a legitimar o ingresso de assentados em seus municípios crescem conforme as etapas de consolidação dos assentamentos. Nesse sentido, o período inicial seria o mais conflituoso e de posições nitidamente opostas, com poucos favoráveis aos *sem-terra*. Depois, a aplicação dos primeiros créditos conquistaria a confiança do comércio local. Em seguida, a organização das feiras e vendas daria acesso aos ‘efeitos’ dos assentamentos rurais a um conjunto maior da população regional. No caso de Santa Margarida do Sul visualizou-se processo semelhante, onde os agentes que ocupam posições de maior influência sobre circuitos comerciais locais tendem a evidenciar no ingresso dos assentados certos aspectos positivos. Nisso, destacaram-se a declarações de um comerciante do setor de materiais de construção e de uma liderança dos *leiteiros* em uma cooperativa local:

Foram poucos de início [assentados associados na cooperativa]. Depois que começou a andar aquele processo de financiamento para eles. Porque eles tiveram acho que quatro anos atirados aí, depois começaram a vir os primeiros financiamentos. [...] aqui [município] esse assentamento aqui traz largo benefício e lá para a cooperativa [dos *leiteiros municipais*] mesmo. Para você ter uma ideia assim, da quantidade de leite que entra na cooperativa o assentamento hoje fica quase com 50% da produção. (*leiteiro*; entrevista concedida em julho de 2016).

\* \* \*

[...] eu acredito que foi bom para o município a vinda deles [assentados], para a gente do comércio foi bom. Eles não são uns grandes consumidores, mas consomem de forma contínua sabe, de pouco mas é. Hoje mesmo a gente tem mais uma pessoa na loja até pelo fluxo. Todos dias a gente enxerga um [assentado] aqui, ou dois e três. Se tu vai pegar só o pessoal daqui [municípios] não é tanto fluxo de gente. (comerciante; entrevista concedida em julho de 2016).

Para o representante da cooperativa o incremento na produção de leite foi próximo de 100% e, para o comerciante, foi necessária a contratação de funcionários por conta do acréscimo no fluxo de clientes. A participação de assentados na cooperativa e no consumo de materiais de construção é vista por seus representantes oficiais como significativa para alavancar a circulação econômica no município. Obviamente que esta categorização imputa às relações uma significação unicamente relativa a funções econômicas ou similares, o que pode

representar apenas parcialmente o plano da diversidade de relações. Ou seja, aquilo que constitui estas relações em seu plano mais básico não representa necessariamente em bloqueio para que venham a se formar afinidades ou desafetos entre os indivíduos.

Ainda no sentido de visualizar variações nas formas definidoras de diferenciações dos assentados, expressam-se algumas qualificações condizentes com outras posições sociais de determinados *municípios*. Nota-se que os elementos ou propriedades percebidas nos assentados não variam em grande medida, mas sua apreciação é que ganha novos contornos conforme mudanças sutis de ponto de partida dos discursos. De modo a exemplificar esta proposição, comparam-se as declarações de dois *médios proprietários*, tendo em conta suas vinculações no espaço social:

Dos 80 [assentados] aí tem 30 que produz. O resto... o resto é terceiro, é o de fora que produz. Tem 30 só, mais ou menos. O resto, eu digo: de lona tem gente, nem a casa agora fizeram. [...] Tu vai ali, se tu der uma volta vai ver com teus olhos, os caras não têm uma horta, não tem nada. Dá uma volta e diz: o que tem? Nem plantou, não fez nada, nada, nada. Fizeram essa associação que criaram para fazer casinha, tipo cooperativa, fazer as casas, fizeram. Dá para contar, não sei se tem 50% com casa, acho que não. Tu olha uns que fizeram no improviso, ainda tinha uns que estavam na lona mesmo. Não sei agora, porque faz horas que até nem entro mais [no assentamento]. Alguns vêm aqui pedir, todos meses estão pedindo, era o filho e o casal, os três só arrumando trocado para tomar trago. Não tem uma galinha, nem comida para dar, nada, depende da cesta básica e não tem para comer. (Marco Antônio, *médio proprietário*; entrevista concedida em junho de 2016).

\* \* \*

Mas assim, ainda á muita necessidade, muita carência nesse assentamento. Tem gente mais ou menos, tem gente que evoluiu, tem gente que está mal, como tu viu aquele dia, né... [se referindo ao alcoolismo]. [...] Mas é a principal causa essa doença [alcoolismo], fumo também, é uma coisa. Então estão aí, não sei... Muita gente já foi embora, outros trocaram lote, mas veio da região da grande Porto Alegre. Tem gente mais ou menos, e os que estão bem aqui são aqui no centro, são de [município do Norte do RS], ali tem uns que estão mais ou menos, trabalham direitinho. Já eram pessoas formadas na terra. (Miguel, descendente de *médio proprietário*, presidente de associação e candidato a Prefeito no pleito de 2016; entrevista concedida em 04 de julho de 2016).

Note-se nestas declarações o quanto diferencia-se o grau de exposição de aspectos considerados negativos no assentamento. A primeira declaração é de um *médio proprietário* que, em sua trajetória, manteve constantes vínculos com o sindicalismo do patronato rural na região. Já o segundo, também *médio proprietário*, teve uma trajetória mais vinculada ao funcionalismo público e no campo político local enquanto vereador. Nas exposições de ambos se evidencia a existência de assentados que ocupam uma posição inferior em termos de prestígio social como pequenos produtores agrícolas. Contudo, Marco Antônio explicita com

maior veemência elementos que relaciona como de baixa produtividade ou de falta de vontade. Reforça uma inferioridade para a maior parte das famílias assentadas, acionando como estigmas o tipo de organização dos lotes, a organização das casas, o acesso a cestas básicas e o consumo de bebidas alcoólicas, ou seja, fatores muito próximos ao que boa parte dos entrevistados *munícipes* teve condições de visualizar em termos de propriedades avaliáveis das famílias. Quando afirma que já faz um tempo que não “entra” no assentamento tende a explicitar certa distinção de espaços físicos apropriados e a ausência de relações que possibilitem um contato com os assentados em seus lotes. Já no caso de Miguel percebem-se maiores condições para perceber gradações entre as condições produtivas das famílias e distinguir certas localizações e grupos desde onde se concentram diferenciações. Comenta sobre pessoas “de Porto Alegre” e da região de *colônias* em termos de distinção para com a capacidade de “trabalhar direitinho” nos lotes. Quando comenta sobre o alcoolismo o faz com certa sutileza, relacionando-o enquanto “doença”. Deve-se ter em conta que sua habilidade para perceber com maior finura as diferenciações no assentamento se relacionam com as condições de jogo no campo político local (cf. seção 3.2).

A partir das declarações supracitadas, nas quais emergiram estigmas relativamente próximos aos que são acionados pelos assentados quando se referem em termos de posições com menos legitimidade, vale notar para certos processos de afirmação em meio a este processo. Como já visto, aqueles denominados como “da cidade”, “de Porto Alegre” ou “urbanos” tendem a lutar contra certos estigmas e em diferentes formas podem buscar a valorização das formas de produzir acionadas em seus lotes. No caso da assentada Renata, já citada anteriormente, com origem urbana e em processo de legitimação com “colona”, pode-se destacar como a explicitação de certos princípios permitiu galgar posições melhores em termos de acesso a recursos:

Mesma coisa eu digo, não sou metida em [plantar] batata-doce, mas tem que ter um bocado de batata-doce. Como que vou dizer: “ah, não tenho”. Pessoal vai dizer: “pô, mas que colona né?!?”. Tem coisa que a gente pega por compromisso. Agora a uns tempos veio um senhor aqui em casa que trabalha na prefeitura. Volta e meia nós briqueamos. Eu preciso uma terra ele vem e me traz. Preciso um cascalho ele traz. Mas daí ele leva uns ovos, uma galinha morta, um queijinho. (Renata, *assentada*; entrevista concedida em 28 de junho de 2016)

O que se evidencia nesta declaração é uma consequência da apreciação externa diferenciada em termos de grupos relativamente estritos de assentados. Com a necessidade socialmente construída e internalizada por Renata, esta passou a plantar cultivares com os quais “não era metida”. Ou seja, para usufruir de certas vantagens de ser uma pessoa



conhecida como “colona” ou “produtiva”, esta passou a dispor de certos produtos que não são orientados necessariamente por tendências de mercado ou de seu gosto. Indo além, a condição de dispor de certos produtos é internalizada como sinal de orgulho. Ademais, esta posição conquistada pelos recursos materializados no lote a coloca em condição vantajosa para fazer os “briques”, ou seja, obter certos serviços para o manejo de seu lote. Nesse sentido, aqueles que dispõem de uma organização do lote considerada “produtiva” estão em certa medida numa posição relacionalmente vantajosa para manter o acesso a recursos que retroalimentam as condições favoráveis dos sistemas produtivos. Há ainda que se considerar uma dimensão personalizada em termos de meios para acessar certos recursos públicos, onde trocas de favores podem extrapolar a relação pretensamente legal de atendimento do poder público.

Do conjunto de relações até aqui citadas, onde se denotam diferenciações nos modos de perceber as propriedades objetivas dos assentados no espaço social, evidenciou-se certa tendência assimétrica em termos de posições e de poder. Seja em termos de agentes como os médios proprietários, professores ou políticos, um dos traços que norteou as relações analisadas foi o de interações que não significam necessariamente uma aproximação em termos de posições sociais. Contudo, revelaram-se também aproximações em termos de disposições sociais internalizados pelos agentes, as quais tendem a produzir formas semelhantes de apreender o mundo social e representá-lo (BOURDIEU, 2004). Um primeiro caso que chamou a atenção foi o relato de uma “amizade” formada entre uma família de *colonos* do assentamento e de uma famílias de *migrantes* entre os antigos moradores:

Até com o Messias foi engraçado, nós começamos a nos conhecer lá perto daquela casa amarela, tinha um barzinho. [...] Então um dia lá começamos jogar partidas de sinuca, foi tirando conhecimento e tal. Daí já perguntou de onde que era e tal, ele também me contou que era de lá [mesma região de origem]. E aí começamos ficar conhecidos ali. (Norberto, *assentado*; entrevista concedida em junho de 2016).

Percebe-se aqui o desenrolar de uma amizade que decorreu de uma prática recorrente entre alguns assentados: frequentar os bares da sede municipal. Conforme este e outros relatos de assentados, os primeiros contatos entre *assentados* e *municípes* nos bares foram importantes no sentido de se trocar informações sobre a origem das famílias, sobre clima, os sistemas produtivos, entre outros temas. Como relatado por Norberto, na medida em que revelou seu município de onde fez *mudança* para o assentamento, provocou certa identificação em termos de um mesmo lugar referencial. Provavelmente o fato de ser de uma mesma região não foi o único fator para se tornarem “conhecidos ali”, mas sim os condicionantes comuns de uma mesma posição no espaço social, a de descendentes de

pequenos proprietários das *colônias*. Posteriormente, para além de se tornarem “conhecidos”, a simpatia possibilitou que os dois passassem a trabalhar juntos.

Então ele: “ô Norberto, eu estava me lembrando, não dá para nós quebrar [milho] junto, de *súcia*? Quebramos junto milho e vamos proseando, trocando ideia”. Eu digo: “dá”. Ele é muito calmo, mas ele não para. Ele rende o serviço. Começamos quebrar. E aí não paramos mais. Depois cada servicinho que tinha ele me ligava.

Norberto relata que durante um trabalho conduzido na lavoura de outro assentado, ambos se encontraram e propuseram conduzir aquelas tarefas em “*súcia*”. Trabalhar em *súcia* significa uma prática tradicional nas regiões de *colônia* onde mais de uma pessoa trabalha de modo conjunto em algum empreendimento privado, prestação de serviços para outrem ou na aquisição de alguma máquina ou infraestrutura. Note-se que o fato de Messias ter proposto trabalhar em *súcia* deve-se a ele “ter se lembrado” como trabalhava na região de origem, o que possibilitou fazer tal proposta para alguém visto como ocupante de posição similar no espaço social. Desde então, percebendo que ambos “rendiam o serviço”, continuaram trocando informações sobre novos “servicinhos” e trabalhando em *súcia*. Do posicionamento conformado por uma afinidade em termos de posição e de gosto, sucederam-se certas vantagens para a família de Norberto na estruturação do lote. Por exemplo, a construção de uma cerca para fechar o lote a partir da troca de serviços desenhou-se como uma forma não monetarizada para constituir um recurso considerado valioso. Norberto não sabia como construir a cerca e tinha privações financeiras para arcar com seus custos. Ao mesmo tempo Messias possuía os saberes necessários e aceitaria a troca de serviços como moeda de pagamento. Em síntese, tal aproximação possibilitou que ambas as famílias compartilhassem os benefícios das *súcias*. Nesse sentido, reforça-se a diferença entre mera interação entre agentes e a efetiva aproximação em termos de posições sociais. Consequentemente, não se quer dizer que Messias não possa vir a reproduzir estigmas com outras parcelas de assentados de tal como expresso por outros *municípios*, mas que sua aproximação com certos setores de *assentados* foi efetiva em termos de similaridade estrutural das disposições sociais acumuladas nas trajetórias.

Uma outra afinidade se mostrou significativa em termos de compartilhamento dos *habitus* enquanto estruturas estruturantes das práticas e juízos. Se trata de uma aproximação particular do já mencionado Miguel, *médio proprietário* e agente do campo político local, que tem boa circulação e conhecimento das diferenciações internas entre os assentados. Apesar de uma relação que se aproxima de traços clientelistas com uma parte das famílias assentadas (cf. seção 3.2), desenhou-se uma relação distinta com uma delas, a qual mereceu seus elogios:

[...] eu sou um cara que sempre tive contato com eles [assentados] desde que chegaram os primeiros. E a gente [família] se dá com eles todos hein, todos, todos. No que podemos estar servindo eles a gente está servindo. Me dou muito bem com eles, ainda mais os [cita uma família específica] lá em baixo, desde a menina minha afilhada. [...] E um deles foi embora, está em [outra cidade], o Airton, que é meu amigo, desde que nós nos batemos eu e o Airton a gente teve assim um troço que se batemos de lado sabe, tem uma amizade com o Airton assim, inteligentíssimo. Uma cabeça bárbara. Enxerga longe o Airton.

A família assentada com quem se refere esta *amizade* é oriunda de Porto Alegre desde uma posição de antigos empresários em desestruturação econômica. Por mais que detalhamentos explícitos não tenham sido dados sobre os elementos que traçaram em efetivo a amizade, ou seja, que apreciações e juízos qualificaram Airton como “inteligentíssimo”, que “enxerga longe”, pode-se abstrair que a aproximação se deu efetivamente por afinidade de gosto. Se considerada a posição ocupada por ambos enquanto intermediária no espaço social, seria uma consequência o fato de “se dar muito bem”, ter uma afilhada, ser amicíssimo e estar continuamente auxiliando sobre o cuidado do rebanho bovino da família assentada sem cobrar por isso.

Note-se que nesta família “distinta” supracitada procedeu-se com um alto investimento inicial no plantel de bovinos leiteiros, os quais são considerados por eles como animais cuja “raça vinha se apurando a 20 anos” por produtores altamente tecnificados da redondeza, sendo animais de uma “raça boa e dócil”. Vale considerar que esses elementos apreciados na raça dos bovinos constituem certa admiração da qualidade por ela mesma, um investimento que outros conjuntos de assentados, especialmente os *colonos*, consideraram se tratar de um “projeto mirabolante”. Sem considerar por agora se este plantel bovino foi ou não um bom investimento, o que está em jogo são as características distintas apreciadas pela família enquanto constitutivos de um gosto e de um estilo de vida pautado não somente em subsistir com base no “necessário”, mas de obter algo “com qualidade”. Possivelmente este traço de “gosto fino” foi um dos elementos que os diferenciou da grande parte dos assentados em termos de afastar-se do “gosto de necessidade” (BOURDIEU, 2007, p. 351-60) e os aproximou da família do médio proprietário descendente de estancieiros.

Outro caso que merece atenção em termos de aproximações nas posições sociais e que foi comentado na seção 3.2 é a inserção de um assentado *militante* enquanto ocupante de altas posições no campo político local em um curto espaço de tempo. Considera-se que a passagem deste *militante* por diferentes partes do país durante processos de mobilização das “frentes de massa” do *movimento* possibilitou que se apropriado de diversos contatos e modos de

estabelecer a intermediação entre municípios e união federal na viabilização oficial de recursos públicos. No município, estes conhecimentos internalizados foram um recurso identificado e acionado na gestão pública municipal que o alçaram à posição de Secretário Municipal na Prefeitura. Há que se considerar que foi o conjunto de conhecimentos internalizados em uma posição particular enquanto *militante* que o colocaram em condição ímpar para este feito, o que justifica não serem todos os *militantes* que acabaram ocupando espaço semelhante.

Considera-se, por fim, que a legitimidade dos assentados se constrói, por um lado, pelo alcance de uma objetivação material em seus lotes que os alce à condição de reconhecimento como pessoas *trabalhadoras e produtivas*. Chama-se atenção para o fato de que esta apreciação idealizada dos lotes gera uma distinção favorável a certos grupos de famílias, especialmente aquelas possuidoras das disposições sociais e das estruturas materiais ou recursos monetários para estabelecer estratégias produtivas que resultem em modificação da cobertura do solo a partir do trabalho familiar. Portanto, ao passo em que se dá o *trabalho* nos lotes por certas famílias assentadas e se conformam suas relações econômicas com munícipes, há condições para que se confirmem graus de prestígio aos assentados mesmo que a forma de acesso à terra pela *conquista* seja questionada pelos *munícipes*. Ou seja, mesmo os agentes mais posicionados de forma oposta aos *sem-terra*, como o *médio proprietário* vinculado ao sindicato patronal, tendem a reconhecer os assentados “que produzem” na medida em que afastam certa imagem negativa ainda associada. Nesse sentido, carregar uma imagem de assentado “produtivo” acaba por se conformar a principal marca de distinção reconhecida pela maior parte dos munícipes frente aos estigmas gerais que ainda pesam sobre a imagem ou estereótipo de *sem-terra*. Somente em casos mais restritos o reconhecimento de específicas composições de tipos e volumes de capitais por agentes de determinadas posições sociais gerou legitimidade e aproximação pelo fator da afinidade na estrutura social. Isso conferiu a afinidade com certos munícipes ocupantes de posições similares, como no caso dos descendentes de *colonos*, nas afinidades do campo político e em um caso de diferenciação pelo ‘gosto’. Já no outro lado da balança, portar marcas reconhecidas como de *pobreza*, principalmente no sentido de privações materiais, constitui-se em fator de deslegitimação reforçado tanto no município como no assentamento em termos de uma posição inferior.

Portanto, o assentamento enquanto espaço de explicitação de diferenças em termos das estratégias de reprodução social dos seus beneficiários repercute não apenas nos modos de posicionamento no espaço social relativamente autônomo do próprio assentamento, mas perante as populações do entorno. O reconhecimento objetivo de diferenças é estruturante da

maior parte das significações operadas em pares: “produtivo” e “improdutivo”, “trabalhador” e “sem vontade”. Note-se que a avaliação feita pelos antigos moradores acerca dos assentados se dá em termos da construção social da “eficiência da reforma agrária”, o que não se desvincula das tensões gerais no campo dos conflitos agrários na *região estancieira*. Ou seja, as representações são produzidas em meio às disputas simbólicas pela posse e uso da terra reivindicada pelos *sem-terra* junto da decadência relativa dos *senhores* de terra. As disputas que incidem sobre o padrão *outsider* pelo qual os *sem-terra* passam a existir enquanto posição interdependente no espaço social também repercutem nas avaliações basicamente pautadas no aspecto produtivo ou improdutivo que lançam condições de legitimidade aos *assentados*. De um modo geral, depreende-se que, por consequência das disputas pela legitimidade da política de assentamentos rurais no campo dos conflitos agrários, os *assentados* tendem a ser julgados prioritariamente em termos de sua capacidade para “produzir” frente a qualquer outro atributo potencialmente avaliável.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente trabalho considera-se que uma análise da emergência dos *sem-terra* na região estancieira é inseparável da observação de processos que originaram e desestabilizaram as condições de poder dos *senhores* de terra *estancieiros*. Sem a pretensão de esgotar o tema, a análise construída neste estudo retratou o quadro temporal específico das tensões em torno das possibilidades de implantação de assentamentos rurais na região circunvizinha ao município de São Gabriel, RS, a partir do ano de 2001, tendo em conta que embates similares aconteceram em outros municípios da região na década anterior. Isso significa que o caso retratado não foi a única situação de emergência dos *sem-terra* na região, mas uma das manifestações do possível, a qual teve como singularidade um longo tempo de resistência dos grandes proprietários frente às aquisições de terras para a política agrária do Estado.

Ao analisar a estruturação social das posições de *assentados* e *sem-terra* no espaço relacional da *região estancieira* perceberam-se certas aproximações e afastamentos entre novos e antigos grupos de agentes interdependentes. As posições coexistem no espaço social, sendo que a decadência relativa dos grandes proprietários se faz em meio às lutas simbólicas pela sustentação da legitimidade de sua posição dominante. O estereótipo de baixo valor humano erguido sobre os *sem-terra* é próprio destas lutas, as quais explicitam diferenças de classe e as oposições entre novos e antigos agentes em disputa pela apropriação do espaço agrário do Rio Grande do Sul. A formação de uma imagem associada à *sujeira* para os *sem-terra* demarca seus estigmas e as condições de ingresso em uma posição *outsider* no espaço social, ou seja, desprovida do acesso aos recursos de poder localmente controlados.

Apesar de uma tendência geral de oposição aos *sem-terra* é notável que esta se processou em variados graus que são próprios dos posicionamentos frente às disputas simbólicas. Por exemplo, a legitimidade em desferir golpes contra a imagem dos *sem-terra* podia ser restringida caso viesse a ferir a própria *autoimagem* dos mais antigos moradores da região. Isso se viu no caso da chamada “Carta aos ratos” em São Gabriel, a qual desferia estigmas e convidava a atos de ódio contra os *sem-terra*. A rejeição pública deste ato representou a condição incerta com que se constroem as perdas e ganhos nos investimentos nas lutas simbólicas. Além disso, outras manifestações públicas de apoio ou contrariedade aos *sem-terra* demonstram os posicionamentos variados entre os antigos moradores. A própria disputa pela apropriação legítima de símbolos como a frase atribuída a Sepé Tiarajú, “essa terra tem dono”, remonta a um processo que estava em aberto, ou seja, não tinha como

condição predeterminada a repulsa aos *sem-terra*. Contudo, note-se que o fator estrutural das condições de socialização dos agentes na *região estancieira* age como pano de fundo que tende a tornar a leitura do mundo social como dada, ou seja, confere uma legitimidade naturalizada do domínio estancieiro sobre as terras.

Passados os primeiros oito anos do processo de implantação do assentamento, ainda é possível visualizá-lo enquanto *espaço social com relativa autonomia* em termos dos enfeixamentos de relações e dos códigos específicos compartilhados para legitimação e deslegitimação entre os pares *assentados*. Isso se fez notar mesmo em Santa Margarida do Sul, município vizinho e antigo distrito de São Gabriel, onde o assentamento rural mais antigo se localizou no espaço físico de modo íntimo à sede municipal. Como aqui se procurou demonstrar, a *luta* enquanto capital acumulado pelos agentes, a qual foi *conquistada* pelos assentados com origem *sem-terra* no *tempo de acampamento*, se torna um dos elementos de mais difícil assimilação pelos antigos moradores. A eficácia em legitimar o direito pela terra *conquistada* tendeu a passar mais perto da explicitação de outros capitais, como aqueles objetivados no lote e nas práticas de trabalho. A *conquista* da terra pela via da *luta* geralmente não é reconhecida como conquista em si, mas como algo apenas “dado pelo governo”. É na explicitação de capitais econômicos e nas capacidades em estruturar produtivamente o lote com a força de trabalho familiar que se apresentam as maiores chances de ascensão social na condição de assentados.

A própria história da chegada dos *sem-terra* em Santa Margarida do Sul é uma construção social que está em jogo, cujos novos capítulos ainda vão se desenrolar. Isso se evidenciou nos discursos acionados publicamente ou nas mais variadas situações de entrevista. Nesse sentido, foi recorrente entre os munícipes acenar para certas tensões em relação à chegada dos assentados, mas enfatizar um cenário harmonioso atual onde “todos são margaridenses”. Também entre os assentados foi comum demarcar tal posicionamento de modo a se distanciar de tensões e conflitividades. Tal tendência não foi recorrente entre pessoas mais próximas da *militância*, as quais concordaram com um cenário atual mais ameno, mas denunciaram situações explícitas ou sutis de tensão e/ou estigmatização ainda presentes. Sobre os posicionamentos em relação à política agrária na região foi muito recorrente em diferentes âmbitos munícipes uma crítica à esfera federal do Estado no sentido da precariedade de infraestrutura no processo de implantação dos assentamentos – um discurso que transborda o espaço do campo dos conflitos agrários e se torna opinião recorrente em outros espaços.



Percebeu-se como persistente entre os *municípios* um sentimento de perda do privilégio de acesso aos recursos públicos que até então eram seu monopólio enquanto antigos moradores. De certo modo isso se refletia em como os gestores públicos sentiam sua vinculação funcional (ELIAS, 1999) com os assentados. Ou seja, a percepção de que os assentados são agentes em condição de beneficiários de políticas públicas municipais gerava certo grau de compromisso na disponibilização daqueles recursos que passaram a ser compartilhados. Porém, esses gestores também se sentem pressionados pelos estigmas que rondam os *sem-terra* no sentido de fazer uso eficiente de recursos que são percebidos como uma concessão dos *municípios* aos *assentados*. Por exemplo, conforme certos assentados provavam ter condições melhores para organizar os lotes a partir daquelas benesses concedidas, tornavam-se candidatos mais prestigiados ao acesso a certos recursos disponibilizados, o que gerava um jogo das destinações legítimas de recursos públicos. Esse tipo de comportamento dos *municípios* na vinculação associada ao reconhecimento de mérito a certas frações de *assentados* acabava por contribuir em processos de diferenciação ‘interna’ do assentamento. Desproporções objetivas em termos de competências e disposições sociais diferenciadas acumuladas pelos diferentes beneficiários se tornavam motivo de distinções e estigmas tanto entre os *assentados* como destes frente aos *municípios*.

Identificaram-se diferentes estruturas de estigmatização que perpassam os espaços do município e do assentamento. A principal estrutura observada sob o modelo *established/outsidere*s de Elias e Scotson (2000) se deu na relação desigual entre assentados e municípios em termos de seu reconhecimento como cidadãos legítimos na região. Contudo, entre os próprios assentados se ergueram hierarquias axiológicas conforme o tempo de convivência e de explicitação de estruturas objetivas delineadoras dos desígnios e das posições sociais internas. Nessa constituição das hierarquias internas do assentamento foi singular perceber como se enquadraram os assentados na condição de *municipários*. Estes passaram a compartilhar da mesma condição de assentados perante o Estado, mas não a mesma perante a linguagem dos investimentos na luta durante os *acampamentos*. Um assentado com uma trajetória *sem-terra* tende a se entender como mais legítimo do que um assentado com origem *municipária*. Ou seja, as atribuições de valores e o estabelecimento de hierarquizações se reproduzem em diferentes espaços e de diferentes maneiras. Em outras palavras, conforme condições específicas e mutáveis da distribuição de poder, um *sem-terra* pode acionar estratégias de contraestigmatização.

Reduzidas as tensões de um período demarcado pelas oposições entre *sem-terra* e *municípios*, apresenta-se um processo em aberto que é da demarcação de diferenciações entre

*assentados* e *municípes*. Nisso, percebe-se que a condição de *sem-terra* enquanto permeada de um estereótipo continua como demarcadora de uma posição de baixo prestígio social. Não se pode dizer que a *forma acampamento* em termos das lonas e das bandeiras vermelhas conduzida por movimentos como o MST recebeu acréscimos acerca de prestígio. Já a posição e condição de *assentado* têm um duplo efeito, em termos objetivos e subjetivos: representa uma posição em vias de afirmação, mas, por sua difícil objetivação, acaba por não se desvincular das marcas consideradas negativas de *sem-terra*. Sob a categoria *assentados* todo o conjunto de beneficiários da política de assentamentos rurais está incluído, o que abarca tanto aquelas pessoas que construíram as afinidades já comentadas como aquelas sob as quais ainda pesam as imagens negativas. Essa ambiguidade da palavra *assentado* no campo de pesquisa representava uma constante necessidade em buscar explicações adicionais para a categoria. Para a maior parte dos *municípes*, o assentamento estava dividido ao meio: entre os *trabalhadores* e os *sem vontade*. O critério máximo de avaliação das famílias assentadas pelas pessoas “de fora” está ligado à construção social de sua “eficácia” agrícola, um juízo que aqui se considera como decorrente das lutas simbólicas para legitimação da política de assentamentos rurais no campo de conflitos agrários, em especial no âmbito das reconfigurações sociais na *região estancieira*.

As possibilidades de afirmação da posição de *assentados* perpassam certa dissolução das imagens associadas a estigmas que foram acumuladas na condição de *sem-terra*. Lado a lado, a afirmação da categoria *sem-terra* se apresenta em um patamar ainda distante. Foi com a percepção da posse diferenciada de certas espécies e volumes de capital que se possibilitou o acesso de certos *assentados* a redes de sociabilidade singulares no município. Este foi, por exemplo, o caso de afinidades de *habitus* entre certos descendentes de *colonos*, a rápida assimilação de assentados com competências úteis ao Poder Público Municipal, ou ainda, o caso pontual de afinidade entre assentados *distintos* e descendentes de estancieiros que se aproximaram pelos gostos *refinados* e distanciados do gosto pelo *necessário*. Portanto, tendo em mente que a autonomia entre os espaços sociais do assentamento e do município é apenas relativa, é notável que certos modos de qualificar os assentados foram internalizados pelos *municípes* e se aproximam dos modos legitimados no assentamento. Em termos mais específicos, considera-se que as aproximações em termos de posições sociais ou estilos de vida correlatos não são possibilidades fechadas entre pessoas assentadas e antigas moradoras.

Partindo da ambiguidade básica da categoria *assentados*, também foi possível estabelecer uma aproximação em termos de formas variadas de avaliar a “vinda dos *sem-terra*” em Santa Margarida do Sul. A leitura do processo de assentamento rural tendeu a ser

mais positiva entre os comerciantes locais, bem como em uma cooperativa que envolve produtores assentados e não assentados. Por outro lado, foi bastante negativa no ponto de vista de um proprietário de terras com vinculações junto ao sindicato patronal. Nesse sentido, os resultados corroboram com as tendências percebidas em Leite et al. (2004), onde os assentados teciam relações mais fortes com os grupos que por eles eram diretamente impactados de modo positivo. Portanto, o fortalecimento de alianças e da legitimidade local envolve um longo processo onde ganham evidência as estratégias produtivas que extrapolam o espaço de relações do assentamento.

Apesar dos avanços em objetivar as condições de posicionamento dos *sem-terra* no espaço social em termos de compreensão das propriedades legitimadas pelos antigos moradores, considera-se que o trabalho não esgota o conjunto de significações construídas sobre os assentados conforme as diferentes posições de socialização no espaço estancieiro. Considero que a condição em que me coloquei no trabalho de campo, em termos de ser alguém desconhecido que pesquisava o assentamento, possa ter levantado certo resguardo na verbalização de elementos mais específicos de estigmatização e distinção. Possivelmente, uma pesquisa etnográfica com maior tempo de convivência com os grupos permitirá perceber a existência ou não de outras subjetivações específicas sobre os *assentados* e suas práticas na *região estancieira*.

**BIBLIOGRAFIA**

AFONSO, J. B. G.; CANUTO, A.; LUZ, C. R. S. **Conflitos no Campo – Brasil. 2003. Apresentação.** Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2003.

AGUIAR, J. S. V. de. **Uso da terra, técnica e territorialidade:** os assentamentos de Santana do Livramento/RS. 2011. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. Rio de Janeiro, 1996. (Texto apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, II Seminário de História Oral, UFMG, 1996), 13 p.

ALVES, F. D. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS.** 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2006.

BENEDETTI, A. C. Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos rurais:** mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 53-96

BERGAMASCO, S. M. P. P.; BLANC-PAMARD, C.; CHONCHOL, M. E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros:** espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997. 48 p.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Orgs.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. 2009.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo:** metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme J. de F. Teixeira. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-192

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense. 2004

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, José de Sousa (Org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 53-106, 2009.

BRITO, Andréia Nunes Sá. **Entre o corredor e a estância: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Ibirapuitã**. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2010.

BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono”: Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: A figura de Sepé Tiaraju. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo-RS, ano 4, n. 46, 2006.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo**. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, 2009. p. 33-52.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, Marcos Paulo. **Quando os assentados chegaram**. Fortaleza: INESP, 2014. 228 p.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.

CAUME, David José. **O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares**. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo; Goiânia: Ed. Da Universidade de Goiânia, 2006.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2009.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Novos territórios da reforma agrária na campanha gaúcha. **Campo-território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 194-225, ago., 2010.

COLUSSI, Joana. Quanto vale um hectare. Preço da terra sobe 240% em média no Estado em 10 anos. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 12 abr. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2013/04/preco-da-terra-sobe-240-em-media-no-estado-em-10-anos-4103540.html>>. Acesso em: 13 maio 2017.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999.

COMERFORD, John. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. **Ruris**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 7-29, set. 2014.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 477 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DALBIANCO, Vinicius Piccin et al. Retrato dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul. In: VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, 2014, Araraquara-SP. **Anais...** Disponível em:

<[https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2014/Arquivos/07/7A\\_Experi%C3%A4ncias%20de%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20e%20Extens%C3%A3o%20rural/5\\_Vini%20Dalbianco.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/07/7A_Experi%C3%A4ncias%20de%20Capacita%C3%A7%C3%A3o%20e%20Extens%C3%A3o%20rural/5_Vini%20Dalbianco.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2016.

ECKERT, Cordula. O MASTER e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.) **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo.** v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 71-92.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Braga (Portugal): Editora Pax/Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FACCIN, Rodrigo Duarte. **O trabalho de mulheres assentadas: descortinando desigualdades.** 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2016.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; ALMEIDA, L. M. de M. C.. Controvérsias do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 9-21, jan./jul. 2010.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.) **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** Brasília: MDA; São Paulo: Uniara. 2008.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Assentamentos rurais: entre a cultura da dádiva e novas perspectivas de participação. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia. 2003. Campinas, SP. **Anais...** Disponível em: <[www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman%26task=doc\\_download%26gid=846%26Itemid=170+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=b](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman%26task=doc_download%26gid=846%26Itemid=170+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=b)>. Acesso em: 08 jun. 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisas. In: MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 127-44.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta; BARONE, Luís Antônio. Poder local e reforma agrária: políticas públicas municipais e desenvolvimento dos assentamentos rurais. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2004, Cuiabá-MT. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/110482.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo.** 2005. 213 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas**. 2001. Tese (Doutorado em história) – Departamento de História, IFCH, Unicamp. 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. As Condições Socioculturais do Engajamento no MST. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, pp. 70-92, out., 1999.

GARCIA JR., Afrânio. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GORGEN, Sérgio Antônio. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis-RS: Vozes, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Rio Grande do Sul. Santa Margarida do Sul. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431697>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Santa Rosa)**. Porto Alegre, 2008.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. 2015. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. 2015. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2016.

JUSTO, Marcelo Gomes. A fresta: ex-moradores de rua como camponeses. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas**. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, 2009.

LEITE, Sérgio Pereira et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Estudos NEAD, n. 6. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2004.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Grazielle Cristina Dainese de. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 129-153.

LOERA, Nashieli C. Rangel. Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas**. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, 2009. p. 73-94.

LOERA, Nashieli C. Rangel. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MACEDO, Marcelo Hernandez. Entre a "violência" e a "espontaneidade": reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 473-497, 2005.

MACHADO, Carmem Janaina Batista. "**Aqui até o arado é diferente**": transformações no fazer agricultura e em hábitos alimentares entre famílias assentadas - um estudo realizado no Assentamento União, Rio Grande do Sul. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2014.

MAESTRI, Mario. O gaúcho negro: o cativo e a fazenda pastoril. In: X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos. 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MARTINS, José de Souza (Coord.) **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.) **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Orgs.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. 2009.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 339-60

MELLO, P. F. **Evasão e Rotatividade em Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul**. 2006. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983

MORAES, M. S. M. de. Reassentamentos de atingidos pelas barragens da bacia do Rio Uruguai. In: MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.) **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MOURA, Roseni Aparecida de. "**Imagem de nós**": relações de estabelecidos e outsiders entre população urbana e assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2010.

NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.) **A formação de assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 19-68.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-28, out. 1999.



NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: Eduff, 1997.

NOVICKI, Victor. Recuperando o indivíduo no movimento dos sem terra: o caso fluminense (1983-1987). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 58-72, nov. 1995.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PICCIN, Marcos Botton et al. Análise do processo de constituição e desestruturação da Cooperativa de Agricultores Assentados Terra Vida – Coopervida, RS. **Revista NERA**, n. 14, p. 72-96, 2012.

PICCIN, Marcos Botton. **Habitus e agricultores-assentados**: um estudo a partir do assentamento “menina dos olhos dos sem-terra”. Seropédica-RJ: Editora da UFRRJ, 2011.

PICCIN, Marcos Botton. **Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

PICCIN, Marcos Botton. Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 327-59, out. 2014a.

PICCIN, Marcos Botton. Recomposições do espaço social em terras estancieiras: estilos de vida e cálculos econômicos. **Século XXI**–Revista de Ciências Sociais, Santa Maria-RS, v. 4, n. 1, p. 11-48, 2014b.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PREISS, Potira Viegas; DAL SOGLIO, Fabio Kessler; KUBO, Rumi Regina. Lutando com o Arroz: construção do conhecimento agroecológico e resistência camponesa no Assentamento Filhos de Sepé em Viamão–RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, p. 44-59, 2014.

RAMIRO, Patrícia Alves; MANCUSO, Maria Inês Rauter. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. **Cadernos CERU**, v. 20, n. 2, p. 15-31, 2009.

RIBEIRO, Claudio Marques. O modo de vida dos pecuaristas familiares no pampa brasileiro. In: WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. (Orgs.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 87-108.

ROCHA, Jefferson Marçal. **As raízes da crise da Metade Sul**: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul. Jaguarão-RS: UNIPAMPA, 2011. 192 p.

ROCHA, Jefferson Marçal; ZANELLA, Francis Casagranda; CRUZ, Rafael Cabral. Análise da distribuição de terras nos assentamentos rurais da metade sul do Rio Grande do Sul: a perspectiva de uma sustentabilidade compatível. **Redes**, Santa Cruz do Sul-RS, v. 20, n. 2, p. 213-235, 2015.

ROSA, Marcelo Carvalho. Assentados e municípes: o conflito entre beneficiários e população local na reforma agrária brasileira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 57/58, p. 207-229, jun./nov., 2000a.

ROSA, Marcelo Carvalho. **O sem terra partido ao meio**: um estudo de caso das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre - RS. 2000. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro. 2000b.

ROSA, Marcelo. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas**: Condições, Dilemas e Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, v. 2, 2009. p. 95-112.

ROZALINO, Luciano. **Aspectos socioeconômicos e ocupações nos rincões dos Mendes e da Chirca – APA do Ibirapuitã/RS**. 2013. 88 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2013.

RÜCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do Território**: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SANTALUCIA, Mauricio; HEGEDUS, P. de. Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra mediante metodologia q: o caso de charqueadas. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 4, n. 7, p. 97-128, 2005.

SANTOS, A. L. M. dos. **O emergir de um novo território camponês**: conquistas e transformações do latifúndio – o caso de São Gabriel – RS. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2012.

SANTOS, Cíntia C. Farias; BARONE, Luís Antônio. Poder local e assentamentos rurais: um estudo em marabá paulista. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 9, n. 1, p. 203-224, jan./dez., 2006.

SCHMIDT, Emerson Luís. **Laudo agrônômico de vistoria e avaliação de imóvel rural**. Laudo nº 05/2008. Granja Santa Rosa. Porto Alegre: Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2008.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.1, p. 255-80, jun., 2005.

SIGRA. Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES. **Banco de dados 2016**. Integrado ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos assentamentos de Reforma Agrária. Disponível em: [www.sigra.net.br](http://www.sigra.net.br). Acesso em: 14 mar. 2017.

SILVA NETO, B.; OLIVEIRA, A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 1, p. 83-108, out. 2008.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

TRE/RS. Tribunal Regional Eleitoral. Rio Grande do Sul. **Eleições 2016**. Divulgação dos resultados. 1º Turno. Santa Margarida do Sul. Disponível em: <<https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/2016/1turno/RS89443.html>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso do nordeste). In: MARTINS, José de Souza (Coord.) **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. p. 201-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, 2009a, p. 60-85.

ZAMBERLAM, Jurandir. Reflexões sobre algumas estratégias para a viabilização econômica dos assentamentos. In: MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 271-86.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no Século XIX**. Ijuí-RS: Editora da Unijuí, 2002.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, L. S. de et al. (Orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 205-24.